

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Adriano Sequeira Avello**

**À SOMBRA DO SUCESSO: DINÂMICA SOCIAL NUMA  
COLÔNIA ALEMÃ NO SUL DO BRASIL (COLÔNIA DO PINHAL -  
ITAARA/RS, 1857-1894)**

Santa Maria, RS  
2018

**Adriano Sequeira Avello**

**À SOMBRA DO SUCESSO: DINÂMICA SOCIAL NUMA COLÔNIA ALEMÃ  
NO SUL DO BRASIL (COLÔNIA DO PINHAL - ITAARA/RS, 1857-1904)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS  
2018

Avello, Adriano Sequeira

À sombra do sucesso: dinâmica social numa Colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857 1894) / Adriano Sequeira Avello.- 2018.

303 p.; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz da Cunha

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2018

1. Colonização alemã no Rio Grande do Sul - século XIX  
2. História econômica e social 3. Colônias privadas 4.  
Pequena propriedade 5. Camponeses - produção agrícola I.  
Cunha, Jorge Luiz da II. Título.

Adriano Sequeira Avello

**À SOMBRA DO SUCESSO: DINÂMICA SOCIAL NUMA COLÔNIA ALEMÃ  
NO SUL DO BRASIL (COLÔNIA DO PINHAL - ITAARA/RS, 1857-1894)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

**Aprovado em 3 de agosto de 2018:**



---

**Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



---

**Luís Augusto Ebling Farinatti, Dr. (UFSM)**



---

**Marcos Antônio Witt, Dr. (UNISINOS)**

---

**Marta Rosa Borin, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Suplente)

Santa Maria, RS  
2018



*À memória de  
Geovani, meu irmão, querido amigo,  
que aos 23 anos decidiu não esperar.  
Teu nome é sinônimo de saudade.*

## **AGRADECIMENTOS**

*À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio com bolsa de pesquisa. Este suporte foi imprescindível para realização da dissertação com a contribuição para o conhecimento científico do país e crescimento profissional e pessoal do pós-graduando. A pesquisa em Ciências Sociais e Humanas no Ensino Superior – pública, gratuita e de qualidade – continua sendo um trunfo que, infelizmente, ainda passa despercebido na transformação da sociedade brasileira.*

*Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - PPGH/UFSM pela excelência profissional do trabalho que realizam representados na Coordenação, Secretaria e Corpo Docente.*

*Tenho muito a agradecer a seriedade da orientação do prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha (“Professor Jorge”) que não impôs limites na minha liberdade de pesquisar, isto é, ideias e escrita, pois pesquisar também é fruição da criatividade. Agradeço à Banca desta dissertação prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM) e prof. Dr. Marcos Antônio Witt (UNISINOS) pela avaliação criteriosa do estudo e, especialmente, ao prof. Witt por sempre se fazer solícito a ajudar, mesmo estando em outra pós-graduação.*

*Nessa trajetória desde a graduação em História iniciada no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), atual Universidade Franciscana (UFN), a transferência para finalização do curso na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) muitas pessoas e instituições marcaram minha vida, que certamente não caberiam em poucas linhas, mas posso dizer: Obrigado a vocês!*

*Aos arquivistas e funcionários dos acervos pesquisados, principalmente, no APERS e AHRs por conservarem e facilitarem a ligação entre o historiador e as fontes. Ao prof. Osmar Witt por me receber no Arquivo Histórico da IECLB, na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo; à Sandra Rodrigues Moro presidente da Sociedade Cemitério São José, em Itaara, e ao pastor Fridholt Fredolino Kelm da Comunidade Evangélica Luterana, em Itaara.*

*Aos colegas da turma de mestrado 2016/I, principalmente, Augusto Petter, Alencar Rampelotto da Silva, Atílio Alencar e Ricardo Kemmerich; pelas conversas francas sobre os anseios de nossas pesquisas que aliviaram a tensão*

*em muitos momentos. À colega Franciele Rocha de Oliveira pela valiosa ajuda com bibliografias sobre escravidão. Aos colegas que se fizeram participantes nessa rotina Sandra Eckhardt Roth, Paulo Henrique Vianna, Luana Silva, Francesco Santini e Simone Margis.*

*Aos amigos legados pelo Curso de História da Unifra: Eduardo Soares, Juliana Manfio, Arioli Helfer e Denise Verbes Schmitt. Aos meus amigos - de todas as horas - Felipe Benchimol e Matheus Valduga. E meus amigos de longuíssima data em Itaara: Cássio Consorte, Roger Tavares e Lucas Flores.*

*Pelas idas e vindas dos Arquivos, agradeço-os pela acolhida nas suas casas “ao viajante”, tornando mais amena as intensas semanas de pesquisa, em Porto Alegre: Letícia Brasil e Jonas Ferrigolo. E em Canoas: tio Zé Adão e tia Nelci, Anderson, Rafael e Gabriela, Grazi e Roni e Allyson. Sou muito grato a todos!*

*Aos meus familiares de Santa Maria, Canoas, Caxias do Sul e Alegrete que estiveram presentes nas visitas à Itaara oferecendo sua alegria e, também, seu consolo. E quando não puderam a distância foi encurtada pelo carinho de vocês! Aqui pertinho de Santa Maria: Marcelo, Elisiane e Emily. De Alegrete: madrinha Lúcia e padrinho Neri, Franciele e - o agora santa-mariense (...) - Patric, gostaria de agradecer-lo pelo “help técnico” no CoreDRAW e pelas conversas sobre a pesquisa, pois me instigavam muito a refletir. Ao meu irmão Alexandre Fernandes que me presenteia com suas visitas de Araranguá/SC e às amigas da família Fátima Rosane Cantarelli e Vanda Petri.*

*À família Giacomini Tomazi, Inês, Mário e Talia por acolher tão bem esse foranêo! À Taís Giacomini Tomazi, minha namorada, parceira de “chão de Arquivo”, questionadora incansável da pesquisa e companheira de vida no ato de amar. À Aldeci, minha querida mãe, por sempre me apoiar em minha “aventura” de estudar mesmo sem saber muito bem para que mares os ventos iriam me levar.*

*A todos aqueles que esqueci, mas que de alguma maneira se sentiram parte disto: - peço-lhes desculpas. Porque se a minha memória os esqueceu, sem dúvida o coração lembrará.*

*Inverno de 2018.*

*A história do imigrante e da pequena propriedade não é feita apenas de sucessos, de crescimento de população, de aumento de produção e ocupação de áreas estratégicas, etc. A realidade do imigrante, às vezes, é muito dura. Dificuldades mil, problemas inesperados não permitem o sucesso de todos.*

*Ficou na memória a história daqueles que vieram sem nada, instalaram-se na mata virgem, construíram o rancho ou dormiram debaixo de árvores, alimentaram-se de caça, de pinhões e de frutos silvestres, mas que depois de dois, três ou mais anos puderam apresentar uma bonita casa cercada de jardim, pomar e horta, e que tiveram uma produção proveniente da roça ou da criação de animais para vender.*

*Ficou na memória daquele que se instalou num lote rural e que depois de algum tempo transferiu-se para um lote urbano e foi ser comerciante ou artesão, crescendo as suas atividades à medida que o tempo passava...*

*Aqueles que morreram sem socorros médicos, picados por cobras ou devido à queda de uma árvore durante a derrubada da mata, aqueles que tiveram pouco sucesso na roça e que não conseguiram pagar as prestações do lote, aqueles que por razões várias nunca conseguiram ter uma habitação decente, aqueles que trabalharam e lutaram, mas nunca tiveram uma renda suficiente para permitir a educação dos filhos, foram esquecidos.*

*(Maria Thereza Schorer Petrone)*

## **RESUMO**

### **À SOMBRA DO SUCESSO: DINÂMICA SOCIAL NUMA COLÔNIA ALEMÃ NO SUL DO BRASIL (COLÔNIA DO PINHAL - ITAARA/RS, 1857-1894)**

AUTOR: Adriano Sequeira Avello  
ORIENTADOR: Jorge Luiz da Cunha

A presente pesquisa visa compreender o processo de colonização alemã da Colônia do Pinhal, uma colônia privada particular, na província do Rio Grande do Sul no século XIX, atual município de Itaara, RS. O período de pesquisa inicia em 1857, alusão à fundação, e finaliza em 1894 quando ocorre a chegada da linha férrea na localidade modificando a paisagem e os objetivos da população. O objetivo centra-se em discutir uma perspectiva diferente de desenvolvimento econômico das colônias agrícolas, no âmbito da colonização alemã, visto que as colônias alemãs são sempre tidas como prósperas economicamente do contrário são reduzidas ao fracasso. Assim, as colônias e imigrantes que não se encaixam nesse padrão ficam à margem da história. A pesquisa enfoca a região do Pinhal, desde a construção da estrada a tentativas de agente de colonização em promoção de colônia. Bem como investigar os primeiros assentamentos espontâneos na região, dando ênfase ao modelo camponês de colonização em áreas florestais. Analisa-se a forma de arroteamento de terras, trabalho familiar, questões agrárias e fundiárias envolvendo a Lei de Terras de 1850. Sem perder de vista a produção agrícola inicial como aspecto decisivo para desenvolvimento de colônias alemãs particulares as quais não receberam incentivo do Estado para se consolidarem. Nesse sentido, a estrutura que permeia o estudo é o conceito de família camponesa como forma organizacional do espaço no qual não existe gerenciamento externo, como diretor de colônia. Atrelado a situação campesina a ênfase quanto à aproximação e distanciamentos das famílias no modo de subsistência na pequena propriedade policultora com a mão de obra familiar ou escrava. E, em suma, de que medida articularam a sua permanência ou saída da situação camponesa foram as maneiras de interpretar as vivências numa colônia alemã nas matas no sul do Brasil onde migração interna constante funciona como dinâmica social das famílias sempre em busca das melhores terras para as lavouras.

**Palavra-chave:** Produção agrícola. Camponeses. Colonização alemã.

## **ABSTRACT**

### **THE SHADOW OF SUCCESS: SOCIAL DYNAMICS IN A GERMAN COLONY IN THE SOUTH OF BRAZIL (COLÔNIA DO PINHAL - ITAARA/RS, 1857- 1894)**

**AUTHOR:** Adriano Sequeira Avello

**ADVISOR:** Jorge Luiz Da Cunha

The present research aims to understand the process of german colonization of the Pinhal Colony, a particular private colony, in the province of Rio Grande do Sul in the 19<sup>th</sup> century, the current county of Itaara, RS. The research period begins in 1857, alludes to the foundation, and ends in 1894 when the railway line arrives in the locality by changing the landscape and the population's objectives. The objective is to discuss a different perspective of economic development of the agricultural colonies within the framework of german colonization, since the german colonies are always regarded as prosperous economically otherwise they are reduced to failure. Thus, colonies and immigrants who do not fit this pattern are marginalized by the ethnic group. The research focuses on the Pinhal region, from the construction of the road to attempts of colonization agent in colony promotion. As well as investigating the first spontaneous settlements in the region, emphasizing the peasant model of colonization in forest areas. Analyzing the form of land clearing, family labor, agrarian and land issues involving the Land's Law of 1850. Without losing sight of the initial agricultural production as a decisive aspect for the development of private german colonies which did not receive an incentive from the State to consolidate. In this sense, the structure that permeates the study is the concept of peasant family as an organizational form of space in which there is no external management, as a colony director. Linked to the peasant situation the emphasis on the approximation and distancing of families in subsistence mode in the small farm with the family or slave labor. And, in short, to what extent they articulated the permanence or exit of the peasant situation were the ways of interpreting the experiences in a German colony in the forests of southern Brazil where constant internal migration functions as the social dynamics of families always in search of the best lands for the crops.

**Keywords:** Agricultural production. Peasants. German colonization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa com a localização da região do Pinhal, município de Itaara, RS, Brasil .....	28
Figura 2 – Mapa do relevo de Itaara, no topo da Serra Geral.....	42
Figura 3 – Hierarquia social na estrada do Pinhal (1855-1858) .....	74
Figura 4 – Complexo de agro-indústria com a Colônia do Pinhal/Colônia Santa Maria da Boca do Monte .....	91
Figura 5 – Rancho de barro ( <i>Lehmhütte</i> ), em Venâncio Aires, RS.....	110
Figura 6 – Jacob Albrecht, sem data.....	122
Figura 7 – Martin Zimmermann, sem data .....	124
Figura 8 – Casa de madeira, em Santa Emília, Venâncio Aires, RS.....	179
Figura 9 – Casa enxaimel ( <i>Fachwerkhaus</i> ).....	215
Figura 10 – Capela evangélica luterana no Pinhal - 1905.....	229
Figura 11 – Hotel Kroeff, em Santa Maria, RS .....	249
Figura 12 – Interior do Hotel Kroeff, salão de refeições, quarto de casal e imagem dos sócios Henrique Carnos e Olivio Kroeff.....	252

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos chefes de família nominados no Pinhal, ano de chegada no Brasil e naturalidade .....	115
Quadro 2 – Lotes coloniais no Pinhal por proprietário, área e valor.....	141
Quadro 3 – Revalidação ou legitimação de terras pelos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal.....	155
Quadro 4 – Categoria sócio-profissional por colono, no Pinhal .....	171
Quadro 5 – Bens de raiz de Isabel [Elisabetha] Scherer - 1887.....	209
Quadro 6 – Evolução dos bens de raiz do casal Albrecht, em 12 anos .....	213
Quadro 7 – Escravos na Colônia do Pinhal por nome, idade, situação, data da posse e valor .....	219



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento para abertura da Estrada do Pinhal (1855).....	44
Tabela 2 – Jornais dos escravos por ofício.....	64
Tabela 3 – Preços dos gêneros alimentícios no Pinhal (1857) .....	72
Tabela 4 – Divisão conforme a idade, o sexo e o estado civil da população da Colônia do Pinhal – 1858.....	127
Tabela 5 – Hectares de terras cultivadas no Pinhal.....	169
Tabela 6 – Culturas plantadas no Pinhal - 1858 e 1859 .....	177
Tabela 7 – Preços dos produtos da Colônia do Pinhal (1858).....	187
Tabela 8 – Plantação, colheita, consumo e excedente da produção agrícola – 1858.....	189
Tabela 9 – Plantação e colheita da Colônia do Pinhal – 1859.....	191
Tabela 10 – Patrimônio dos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal (1858-1895) .....	207

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem dos jornais de ofício (%) - 1856.....	65
Gráfico 2 – Composição etária da população da Colônia do Pinhal - 1858 ....	137
Gráfico 3 – Valores (%) das terras no Pinhal por tipos de áreas (réis) .....	143
Gráfico 4 – Concentração fundiária entre os colonos no Pinhal (1856-1878) .	158
Gráfico 5 – Período de plantio anual: Rio Grande do Sul .....	168
Gráfico 6 – Período de plantio anual: Colônia do Pinhal - 1858.....	176
Gráfico 7 – Período de colheita anual: Rio Grande do Sul.....	185
Gráfico 8 – Período de colheita anual: Colônia do Pinhal - 1858.....	186
Gráfico 9 – Relação de plantação, colheita, consumo e excedente da produção agrícola – 1858 .....	190
Gráfico 10 – Produção agrícola da Colônia do Pinhal de 1858 e 1859.....	192
Gráfico 11 – Percentual da produção agrícola de 1858 e 1859.....	193

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AASM	Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria
ACVSM	Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria
AHMSM	Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria
a.	Ano
C	Caixa
CL	Colonização
JC	Juizes Comissários
L	Lata
M	Maço
n.	Número
Of.	Ofício
OP	Fundo Documental Obras Públicas
Pres. Prov.	Presidente da Província
TP	Terras Públicas
Vice-Pres. Prov.	Vice-Presidente da Província
v.	Volume

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2 CAMINHOS CRUZADOS: A ESTRADA DO PINHAL</b>	27
2.1 <i>ORDEM DO DIA – A PICADA DO PINHAL</i>	30
2.2 <i>POR PRÊÇO NENHUM SE ACHA PIÃO: QUEM TRABALHAVA NA OBRA</i>	57
2.3 <i>DESDE LOGO CONCEBI O PROJECTO DE ESTABELECEER ALI HUMA COLONIA: FELIPE DE NORMANN E A COLÔNIA DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE NO PINHAL</i>	75
<b>3 PLANTANDO SONHOS: A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO PINHAL</b>	95
3.1 <i>ALI RESSOA O MACHADO NA FLORESTA: O ASSENTAMENTO DOS COLONOS</i>	101
3.2 <i>AS FAMÍLIAS CAMPONESAS</i>	112
3.3 <i>“AS PEQUENAS” PROPRIEDADES DE TERRAS</i>	138
3.4 <i>ALI O FOGO DA LAVOURA CORRÓI MATAS: SEMEANDO A TERRA</i>	161
<b>4 COLHENDO REALIDADES: O RESULTADO DE UMA VIDA</b>	183
4.1 <i>AS PRIMEIRAS COLHEITAS</i>	184
4.2 <i>ISSO É TUDO QUE TENHO: AVALIAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS</i>	195
4.2.1 <i>Cobrando dívidas</i>	221
4.2.2 <i>No teatro do crime: a cobrança das dívidas de honra</i>	234
4.2.3 <i>Da venda ao hotel</i>	246
<b>5 À GUIA DA CONCLUSÃO</b>	255
<b>REFERÊNCIAS</b>	259
<b>APÊNDICE A – CONVERSÃO DE MEDIDAS</b>	277
<b>APÊNDICE B – ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS CONFRONTANTES COM TERRAS NO PINHAL</b>	279
<b>APÊNDICE C – NACIONAIS CONFRONTANTES COM TERRAS NO PINHAL</b>	281
<b>APÊNDICE D – CASAMENTOS DOS FILHOS DOS COLONOS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS DO PINHAL (1849-1891)</b>	283
<b>APÊNDICE E – SEPULTAMENTOS NO CEMITÉRIO LUTERANO DO PINHAL</b>	285
<b>APÊNDICE F – SEPULTAMENTOS DO CEMITÉRIO CATÓLICO DO PINHAL</b>	287
<b>APÊNDICE G – MERCADORIAS RETIRADAS POR JACOB ALBRECHT</b>	289
<b>APÊNDICE H – PERCENTUAL PATRIMONIAL DOS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NO PINHAL (1858-1895)</b>	292
<b>ANEXO A – TRAJETO DA ESTRADA DO PINHAL</b>	293
<b>ANEXO B – PONTE DA GARGANTA DO DIABO</b>	297
<b>ANEXO C – MAPA COM AS PROPRIEDADES NO PINHAL (1870)</b>	301
<b>ANEXO D – IGREJA CATÓLICA DE SÃO JOSÉ E IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA, EM ITAARA/RS</b>	303





## 1 INTRODUÇÃO

*Para mim, portanto, a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, creio poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginária, porventura, mas indispensável à minha própria sobrevivência, para não me diluir a mim mesmo no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido.<sup>1</sup>*

Desde 1824 a província de São Pedro do Rio Grande do Sul esteve envolvida com na sistematização da emigração, imigração e colonização alemã; respectivamente, seja por meio do agenciamento<sup>2</sup> na saída dos emigrantes das diversas regiões germânicas, pelo direcionamento na chegada dos imigrantes para o sul do Império do Brasil na organização<sup>3</sup> dos colonos nas colônias. Durante o século XIX, o fluxo imigratório contínuo em determinados períodos permite que a colonização alemã seja dividida em duas fases: a primeira fase 1824-1830 e a segunda fase 1844-1889.<sup>4</sup>

Em 1830, com a abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro indo para assumir a sucessão dinástica em Portugal, recebe a responsabilidade monárquica da Coroa o filho D. Pedro II. Devido às circunstâncias da menoridade do sucessor para governar, forma-se uma junta governativa regencial (1830-40) que deliberava através de regentes até que o príncipe estivesse apto para assumir as funções. Neste período se estabelecem Leis definindo que o Império, governo central, não mais se comprometeria com o financiamento econômico das políticas de imigração e colonização deixando-as por critério de interesse e, sobretudo, responsabilidades das províncias. As quais assumiram a política de imigração e colonização.<sup>5</sup> As atenções

<sup>1</sup> MATTOSO, José. *A escrita da história – teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 22.

<sup>2</sup> Como exemplos de agenciadores podemos elencar o Major Jorge Antônio von Schaeffer, o primeiro a ser, enviado em 1822 por D. Pedro I para trazer emigrantes para o Sul do Brasil os quais viriam a povoar a Colônia de São de Leopoldo, fundada em 1824. E, posteriormente, em 1851, Peter Kleudgen como enviado do governo provincial sul rio-grandense para atrair emigrantes para Colônia de Santa Cruz, fundada em 1849. CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira. *Império*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) Vol. II. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.

<sup>3</sup> TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social do imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2000.

<sup>4</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. Imigração e colonização alemã..., 2006, p. 279-300.

<sup>5</sup> A Lei de 15 dezembro de 1830 que “Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1831-1832” tratava no “Art. 4º. Fica abolida em todas as províncias do Império a despesa com a colonização estrangeira” e a Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 que fez alterações e adições na Constituição do Império decretou no “Art. 11 - Também compete às Assembléias Legislativas Provinciais: [...] § 5º -

estratégicas do governo central estiveram voltadas em manter o território unido frente aos conflitos civis. Ora tal intenção não foi diferente na província de São Pedro do Rio Grande do Sul quando se envolveu com a Guerra Farroupilha (1835-1845). Houve não só a diminuição da corrente imigratória como também a interrupção até o restabelecimento da paz na província. Após o recesso deu-se continuidade a imigração e ao estabelecimento da colonização.

Os moldes como se praticava a colonização eram dados na forma de núcleos de assentamento na terra expressados em lotes denominados colônias. O conjunto desses muitos lotes habitados como espaço de empreendimento administrativo formavam uma Colônia sendo os cultivadores os colonos.<sup>6</sup> As Colônias podem ser classificadas conforme os tipos de organização: oficiais imperiais e provinciais; privadas de empresas e particular. As Colônias oficiais foram criadas e administradas pelo Império ou, posteriormente, pelas províncias. Nas Colônias privadas a criação e administração se dava por empresas de colonização ou por iniciativa particular, sem necessariamente estarem vinculadas a empresas, isto é, iniciavam por caráter espontâneo.<sup>7</sup> Os diferentes tipos de organização incidirão na forma contratual de acesso as colônias pelos imigrantes e como serão as administrações das Colônias.

Nas Colônias oficiais imperiais/provinciais como privadas de empresas havia

---

Promover, cumulativamente com a Assembléia e o Governo Gerais, a organização da estatística da Província, a catequese e a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias". IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre; Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS; EDUCS, 2001, p. 89; p. 93.

<sup>6</sup> Os conceitos pertinentes sobre colono e colonização são abordados por Giron e Bergamaschi que explicam: "A colônia é terra. Nem toda a terra é colônia. Colônia é a terra a ser ocupada, terra ser cultivada. A terra é colônia enquanto espaço destinado à ocupação agrícola. Colono é aquele que cultiva o espaço destinado à ocupação agrícola. A colonização é ação de ocupar a terra". Contudo, é Witt que a salienta a diferenciação dos conceitos entre "colônia", com a inicial minúscula e "Colônia", a inicial maiúscula. "Colônia" designa o empreendimento agrícola que assentou os colonos e, ao transcorrer do tempo, tornou-se vila e cidade. Já "colônia" tem significado relacionado à propriedade da terra recebida pelo imigrante, propiciando a moradia, o trabalho e a subsistência. Nesse sentido, a Colônia dividia-se em muitas colônias. Serão estas categorias, sobretudo, que utilizaremos ao longo desse estudo. GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p. 31. WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, no Rio Grande do Sul – século XIX*. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2015, p. 30. Para ampliação do debate sobre Colônia ver: GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

<sup>7</sup> Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito...*, 1996, p. 25-55. DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 118-119. Para listagem completa das Colônias organizadas no Brasil e no Rio Grande do Sul com os respectivos tipos de organização ver: GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito...*, 1996, p. 69-83. \_\_\_\_\_. *Terras e homens...*, 2004. AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1999, p. 608-616.



um gerenciamento da Colônia com a presença de um diretor responsável pela garantia da ordem jurídica e social no local como representante seja do Império, governo provincial ou da empresa. Entre algumas das atribuições dos diretores estavam, por exemplo: organizar escolas e igrejas, dirigir a abertura de estradas, assistir com ferramentas e outras necessidades as famílias, transmitir subsídios econômicos aos colonos, informar em relatórios a situação da Colônia. Com as Colônias privadas de particulares é o contrário disto, pois há a gestão autônoma e sem suporte do Império e governos provinciais.

As primeiras Colônias alemãs do Brasil foram anteriores a primeira fase de colonização alemã para a província do Rio Grande do Sul, 1824, isto é, sendo localizadas em outras províncias do Império como a Bahia e o Rio de Janeiro.<sup>8</sup> No sul da Bahia, foi fundada a primeira colônia agrícola alemã do Império a Colônia Leopoldina (1818), no município de Vila Viçosa, a qual teve uma organização de colonização privada de particulares. Nestes moldes, seguiram-se outras Colônias na mesma província, como a Colônia Frankental ou Fazenda Jacarandá (1821), as margens do rio Jacarandá, próximo ao Peruípe, e a Colônia São Jorge de Ilhéus (1822), em Ilhéus.<sup>9</sup> Em 1818, na província do Rio de Janeiro ocorre a concessão para a colonização da Colônia Nova Friburgo, oficial imperial, distante 160 km do Rio de Janeiro, com colonos suíços católicos, mas somente em 1823 são introduzidas as famílias alemãs.<sup>10</sup>

Em 1824, a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul começa o assentamento com as Colônias oficiais imperiais Colônia de São Leopoldo (1824), situada na Real Feitoria do Linho Cânhamo, atual município de São Leopoldo; São João das Missões (1825), na área missioneira da província e Três Forquilhas (1826) e São Pedro de Alcântara das Torres (1826), na área que abrange do nordeste ao litoral daquela província. Estas três Colônias tiveram as mesmas bases de estabelecimento dos colonos da Colônia Nova Friburgo, a qual oferecia: concessão

---

<sup>8</sup> SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 40-41.

<sup>9</sup> CARMO, Alane Fraga. *A Colônia Leopoldina: processo de formação e perfil da população livre*. In: \_\_\_\_\_. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, p. 22-54. CORREA, Lucelinda Schramm. *O resgate de um esquecimento - A Colônia de Leopoldina*. Rio de Janeiro, *GEOgraphia*, ano 7, nº 13, p. 87- 111, 2005.

<sup>10</sup> SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul...*, 2003, p. 41-44.

gratuita de terras, ferramentas e subsídios.<sup>11</sup> Ainda nesta fase a partir de 1827 instalou-se espontaneamente a Colônia privada de Santa Maria da Boca do Monte com colonos oriundos da Colônia de São Leopoldo.<sup>12</sup>

Depois de 1835 ocorre uma interrupção nas criações das colônias alemãs devido o conflito da Guerra dos Farrapos ao seu término, em 1845, retoma-se a colonização com as fundações provinciais e privadas até 1889.

No mesmo período histórico, em vistas do Ato Adicional que transferia a competência das colonizações as províncias, Santa Catarina autorizou a fundação de Colônias no vale do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim.<sup>13</sup> Ocorrendo, então, a Colônia São Pedro de Alcântara (1829), oficial imperial, próxima ao Desterro no caminho das tropas de São José de Lages. Posteriormente, houve outras Colônias, as privadas: Vargem Grande (1837), Piedade (1847), Santa Isabel (1847), Blumenau (1850), Dona Francisca (1851) e Leopoldina (1853).<sup>14</sup>

Inversamente a Santa Catarina no Espírito Santo não hesitou em patrocinar a colonização alemã ignorando a legislação que versavam sobre as despesas com a colonização estrangeira constituindo, assim, as Colônias oficiais imperiais Colônia de Santa Isabel (1847), Leopoldina (1857), Fransilvânia ou Franciliana (1856) e a Colônia privada de Rio Novo (1855).<sup>15</sup>

Para a segunda fase das colonizações alemãs destacamos que as principais Colônias até 1860 no território seguiram, sobretudo, para duas direções a encosta inferior do planalto e o vale do rio Jacuí. A encosta inferior do planalto recebeu as colônias privadas Colônia Mundo (1847), Colônia Caí (1848) e Colônia Nova Petrópolis (1858), provincial, já no vale do rio Jacuí a Colônia oficial provincial de Colônia Santa Cruz (1849). Seguindo o vale do rio Jacuí em direção ao centro da

---

<sup>11</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. A primeira fase da colonização estrangeira. In: \_\_\_\_\_. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. 1988. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988, p. 52-64.

<sup>12</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. Die erste Phase der deutschen Kolonisation in Rio Grande do Sul, 1824-1830 - Die privaten Kolonien. In: \_\_\_\_\_. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der Deutsche-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995, p. 60-61.

<sup>13</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 65.

<sup>14</sup> GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens...*, 2004, p. 159-161.

SCHRÖDER, Ferdinand. A fundação de colônias no Santa Catarina. In: \_\_\_\_\_. *A imigração alemã para o sul...*, 2003, p. 126-144.

<sup>15</sup> GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens...*, 2004, p. 75. RÖLKE, Helmar. A instalação das colônias. In: \_\_\_\_\_. *Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016, p. 207-258.

província, ao oeste, com a fundação da Colônia Santo Ângelo (1857), oficial provincial, atual município de Agudo. Cabe salientar, ainda, a localização da Colônia São Lourenço (1858), privada, que foi fundada no sul, próximo a Pelotas.<sup>16</sup>

Para conhecermos um exemplo destas colônias, no caso, a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte ou Colônia do Pinhal, localizada nas escarpas do planalto, na Serra Geral no centro Rio Grande do Sul, onde atualmente é o município de Itaara-RS frisamos que é importante antes conhecermos a região do Pinhal, local onde esta colônia irá se assentar. Para o Pinhal não ocorreu uma imigração direcionada da Europa, mas uma migração interna. Para inserir uma integração de sentidos colocaremos a forma de imigrantes quando tratarmos de indivíduos migrantes. Esta Colônia teve sua organização pautada pela história memorialista local, como fundada 1857.<sup>17</sup> E apenas recentemente a Colônia do Pinhal recebeu contribuições mais pontuais de estudos acadêmicos.<sup>18</sup>

O balizamento temporal da pesquisa inicia na referência a esse “ano de fundação” de 1857 podendo retroceder para acompanhar o contexto social em torno da Colônia. O encerramento da pesquisa no período será o ano de 1894, término da construção de parte da malha ferroviária do trecho chamado “tronco norte”, Santa Maria - Cruz Alta, cerca de 160 km, pela *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien*<sup>19</sup> a estrada de ferro integrava o projeto elaborado pelo engenheiro José Ewbank da Câmara em 1872.<sup>20</sup>

<sup>16</sup> GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens...*, 2004, p. 185. SCHRÖDER, Ferdinand. A fundação de colônias no Rio Grande do Sul. In: \_\_\_\_\_. *A imigração alemã para o sul...*, 2003, p. 102-126.

<sup>17</sup> BELTRÃO, Romeu. *Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho 1787-1930*. 2ª ed. Canoas: La Salle, 1979. BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria 1797/1933*. 3ª ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000. BRENNER, José Antonio. *Pinhal - 150 anos - Itaara*. s.l.: s.n., 2007. Não paginado. Folheto.

<sup>18</sup> RUPPENTHAL, Paulo Roberto. *A colônia alemã do Pinhal, século XIX: origens, formação e desenvolvimento*. 2000. 27 f. Trabalho de Conclusão de Graduação em História - Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2000. MARTINS, Tiago C. Desenvolvimento e cultura em Itaara - RS: por uma nova interpretação histórica. In: \_\_\_\_\_. *(Re)Pensar o desenvolvimento de Itaara: discussões acadêmicas em prol do município quatro estudos sobre história, geografia, economia e turismo*. Itaara: Câmara Municipal de Vereadores, 2008, p. 7-16. Os alemães no território de Itaara. In: \_\_\_\_\_. GUIMARÃES E SILVA, Marcela (orgs). *Breve História da Colônia Philippson, Itaara, RS*. São Borja: Conceito, 2012, p. 29-31. AVELLO, Adriano Sequeira. *Colônia do Pinhal: a fundação (1850-1857)*. 2015. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

<sup>19</sup> A *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien* é a primeira empresa a explorar as ferrovias com capital belga a atuar no Rio Grande do Sul e como segunda a *Compagnie Auxilaire des Chemins de Fer au Brésil*.

<sup>20</sup> HEINSFELD, Adelar. As ferrovias na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 285-289.

As pesquisas sobre imigração e colonização alemã no Pinhal ficaram relegadas a um segundo plano por ser uma Colônia privada particular sem rendimento econômico expressivo frente as demais colônias. Desse modo as investigações na área do tema têm uma predileção em abordar “problemas interessantes”, isto é, apenas homens, e grupos sociais que se destacaram na sociedade, “positivamente”, isto é, “histórias de sucesso”. Indo de encontro disso, Cláudio Pereira Elmir e Marcos Antônio Witt organizaram a obra *Imigração na América Latina: histórias de fracassos* no qual estes e outros pesquisadores abordam o mau êxito da imigração. Sendo também “um convite a pensar, desde distintas perspectivas teórico-metodológicas, fontes e abordagens, a história da imigração que (quase) não se conta”.<sup>21</sup>

Na obra há apresentação de Elmir e Witt *Quem (não) tem medo de fracassos? Notas para uma proposta de investigação no campo dos estudos migratórios* é explicitado o caráter de exclusão social individual ou do grupo étnico que de alguma forma conteve insucesso na busca de uma vida melhor na América do Sul. Um esforço historiográfico relevante nesse sentido é realizado por Caroline von Mühlen com uma história do excluídos na imigração alemã na (re)escrita da história dos imigrantes ex-prisioneiros de *Mecklenburg-Schwerin*, os quais para historiografia da imigração haviam desaparecido e se diluído em meio aos demais imigrantes.<sup>22</sup>

Nesse sentido, a Colônia do Pinhal ficou excluída da colonização sem receber ser problematizada. Para isto o viés metodológico da perspectiva do fracasso (e para além) intenta propiciar a ampliação do horizonte interpretativo do processo histórico das Colônias alemãs que destoaram do padrão.

O mote para o problema de pesquisa fica exposto no apontamento: “a tentativa da implantação de uma Colônia Particular na região de Santa Maria que hoje é conhecida como Pinhal, mas não teve sucesso”, explicam Jorge Luiz da Cunha e Fabrício Rigo Nicoloso, “em função de diversos problemas, como a falta de organização dos empresários, falta de pessoal qualificado para os trabalhos iniciais que era preciso para a abertura de uma Colônia rural”.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (Orgs). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 13.

<sup>22</sup> MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013

<sup>23</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo; CUNHA, Jorge Luiz da. Os imigrantes alemães em Santa Maria: estratégias familiares e escândalos políticos no final do século 19. Rio Grande, *XI ANPUHRS (Anais Eletrônicos)*, p. 325, 2012.

Longe de um prestígio socioeconômico temos o núcleo colonial alemão do Pinhal que não teve a atenção merecida da historiografia de imigração e colonização alemã muito devido às consequências do próprio fracasso. Permanecendo em um ostracismo historiográfico em meio aos pesquisadores da temática. Evidenciando o destaque de Loraine Slomp Giron e Heloisa Eberle Bergamaschi: “O silêncio muitas vezes é tão (ou mais significativo) do que as palavras”.<sup>24</sup>

Ainda que nem todas as colônias alemãs como a Colônia do Pinhal tenham atingido a expectativa de prosperidade econômica seja devido ao condicionamento do governo Imperial, provincial ou pelo próprio engajamento do grupo social; compreendemos que se faz presente na história a necessidade do reconhecimento da experiência do fracasso. Já que “a imigração alemã no Rio Grande do Sul não apresenta rosto uniforme. As diferenças entre as diversas áreas de colonização são flagrantes” nem por isso significa que não sejam parte integrante daquele grupo étnico.<sup>25</sup> Logo, entendemos que o termo “fracasso” é uma palavra que suscita um julgo moral e poderá mexer com os brios dos teuto-brasileiros, no entanto nosso objetivo passa distante disso. Não é esse nosso intuito. Mas, sim, tentar fazer o esmero na abordagem de incluir a Colônia do Pinhal na imigração e colonização alemã independente do malogro que a abateu:

as *histórias de fracassos*, definitivamente, não instituem um novo lugar classificatório para as (recentes ou vindouras) operações dos historiadores. Elas se oferecem para o leitor (ou contra-leitor, se assim for), como um microcosmo a ser iluminado, sem perder de vista, ainda que apenas como horizonte, a totalidade que as integra. Trata-se, sim, de um recorte. É uma parcialidade. Ainda assim, eles merecem o empenho do nosso ofício.<sup>26</sup>

Dessa maneira, caberia então o empenho de nosso ofício que uma História de fracasso já que Martin Norberto Dreher frisa que “em termos de história da imigração, tudo está por ser feito”.<sup>27</sup> Ademais, como explica Scott Sandage na pesquisa *Born losers - a history of failure in America (Nascidos perdedores - uma história do fracasso nos Estados Unidos)* sob um viés da história cultural a compreensão da origem do “loser”, perdedor, termo pejorativo cunhado para aqueles que não tem mais capacidade para realizar nada; uma construção histórica que se inicia após a

<sup>24</sup> GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens...*, 2004, p. 21.

<sup>25</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul...*, 2014, p. 126.

<sup>26</sup> ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (Orgs). *Imigração na América Latina...*, 2014, p. 11.

<sup>27</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul...*, 2014, p. 126.

Crise de 1929, antes desse período, fracassar era um empreendimento humano suscetível a qualquer pessoa que empenhasse em algum negócio.<sup>28</sup> Com o entendimento de erro do ser humano e não de estigma da condição que tentaremos compreender os motivos do desenvolvimento da Colônia do Pinhal.

Outrossim, é expor que mesmo aqueles que estão excluídos da história numa situação de infortúnio foram atuantes no ambiente ao redor. Por isso, que nos guiamos pela história vista de baixo que “proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”.<sup>29</sup> Com isto pretende-se enfatizar que todos os indivíduos estão presentes na sociedade como esclarece Jim Sharpe:

A expressão “história vista de baixo” implica que há algo acima para ser relacionado. Esta suposição, por sua vez, presume que a história das “pessoas comuns”, mesmo quando estão envolvidos aspectos explicitamente políticos de sua experiência passada, não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social. Esta conclusão, por sua vez leva ao problema de como a história vista de baixo deve ser ajustada a concepções mais amplas da história. Ignorar este ponto, ao se tratar de história vista de baixo ou de qualquer tipo de história social, é arriscar a emergência de uma intensa fragmentação da escrita da história.<sup>30</sup>

Em consonância com a história vista de baixo está a micro-história, a qual segundo Sharpe entende na obra *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg como sendo uma forma de história vista de baixo devido esta obra contribuir com o crítico e o apurado exame das classes subalternas.<sup>31</sup> Para tanto a pesquisa terá orientação na metodologia da micro-história que conforme Giovanni Levi “é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental”.<sup>32</sup> Dito isto, é imprescindível frisar que:

A micro-história italiana não é o estudo *per se* das coisas pequenas, banais, insignificantes, que, ao serem estudadas de maneira isolada, como uma

<sup>28</sup> SANDAGE, Scott A. *Born losers - a history of failure in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

<sup>29</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 59.

<sup>30</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo..., 1992, p. 54-55.

<sup>31</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. SHARPE, Jim. A história vista de baixo..., 1992, p. 49-50. Ver mais em: AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *O queijo e os vermes: um modelo de história crítica para a análise das culturas subalternas*. \_\_\_\_\_. *Micro-história italiana: modo de uso*. Tradução Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012, p.113-145.

<sup>32</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 136.

espécie de ‘resíduos da história’, levariam ao abandono da história “macro”, porém um complexo redimensionamento da dialética entre a “macro-história” e a micro-história, projetado para superar a tradicional oposição e falsa autonomização que muitos historiadores estabelecem hoje, entre essas esferas da realidade histórica.<sup>33</sup>

Da correlação entre a história vista de baixo e a micro-história é possível articular a direção para o caminho da história social<sup>34</sup> que seguiremos na historiografia de imigração e colonização alemã. Isto significa conceber uma esfera diferente dos “imigrantes exponenciais” com suas famílias que se sobressaíram economicamente e politicamente, em São Leopoldo, como demonstrou Witt na sua tese *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, no Rio Grande do Sul – século XIX*.<sup>35</sup> Igualmente destacam-se economicamente na sociedade o estrato social de alemães e teuto-brasileiros em Santa Maria da Boca Monte analisados em faixas de fortuna por Gláucia Giovana Lixinski de Lima Külzer.<sup>36</sup> E, por consecutivo, também os alemães exponenciais, em Santa Maria, pesquisados por Fabrício Rigo Nicoloso, os quais em meio a estratégias políticas e sociais galgaram um *status* muito próximo, senão o próprio, de membro da elite devido o potencial político e econômica que desenvolvera.<sup>37</sup> Portanto, distantes destes imigrantes exponenciais estão os invisibilizados imigrantes alemães, isto é, as pessoas comuns, da Colônia do Pinhal que tiveram uma outra dinâmica social e são o objeto dessa pesquisa.

Para empreender a dissertação a pesquisa histórica amparou-se de uma variedade de fontes dentre as quais estão: jornais, relatos de viajantes, relatórios de presidentes de província, correspondências (ofícios), relatórios diversos (estatístico/territorial/agrícola), auto de medição de terras, registro paroquial de terras, inventários *post mortem*, registros de compra e venda de escravos, processos cíveis,

<sup>33</sup> AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Micro-história italiana...*, 2012, p. 7. Ver mais em: LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012, p. 207-223.

<sup>34</sup> CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 1997, p. 45-59.

<sup>35</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015.

<sup>36</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

<sup>37</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891*. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

processo-crime, registros de casamentos, registros de óbitos e imagens.<sup>38</sup> Como a relação metodologia-fonte são fundamentais na pesquisa histórica serão estabelecidas algumas medidas de cunho facultativo pelo pesquisador. As quais ao invés de articular as fontes e métodos na introdução serão articuladas, posteriormente, no embasamento dos capítulos. A distribuição e a descrição das fontes para a realização dos objetivos estarão dispostas no início dos capítulos como maneira obter um entrelaçamento entre os documentos a partir da proximidade textual. De igual modo a inserção das metodologias no trato das fontes estarão diluídas no decorrer de cada capítulo visando dar sintonia aos conceitos com a análise documental.

A dissertação possui três capítulos com o cerne do estudo. Cada capítulo marcadamente distinto se complementa entre si para abordar as etapas da colonização alemã no Pinhal. Através de um diálogo constante entre as diferentes fontes e métodos se almeja ver e sentir o cotidiano de uma Colônia no sul do Brasil.<sup>39</sup> O capítulo 2 - “Caminhos cruzados: a estrada do Pinhal” apresenta a contextualização da região do Pinhal, no século XIX, a partir da construção da estrada do Pinhal com os motivos da abertura da via de comunicação, a falta de trabalhadores, interesses particulares e divergências hierárquicas na execução da obra. No Capítulo 3 - “Plantando sonhos: a colonização alemã no Pinhal” analisa o assentamento dos imigrantes, do contato com a floresta subtropical ao estabelecimento das colônias, a estrutura da família camponesa na organização das pequenas propriedades privadas e o processo agrícola para iniciar as lavouras.

E, finalmente, o fechamento do estudo com o Capítulo 4 - “Colhendo realidades: o resultado de uma vida” que pondera o estado das colônias agrícolas após as primeiras colheitas, o acúmulo de patrimônios das famílias no decorrer dos anos e a intensidade das relações da vida em uma comunidade rural alemã.

---

<sup>38</sup> Sobre os diferentes documentos e o Arquivo que pertencem, ver mais em: BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

<sup>39</sup> Os romances literários são uma forma de inspiração para se imaginar os imigrantes e as colônias alemãs. Ver: GERSTÄCKER, Friedrich. *A Colônia: cenas da vida no Brasil*. Tradução Gerson Roberto Neumann; Cláudia Pavan. Porto Alegre: Gradiva, 2016. AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense: A divina pastora, Frida Meyer, Um rio imita o Reno, O tempo e o vento e A ferro e fogo*. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



Assim, esta dissertação como pesquisa precursora na sua temática tem por título uma metáfora para aludir a todas aquelas colônias e seus imigrantes que na *busca de um lugar ao sol*, ao contrário de Witt<sup>40</sup> na análise dos imigrantes exponenciais, acabaram por ficar *à sombra do sucesso* das demais.

---

<sup>40</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015.



## 2 CAMINHOS CRUZADOS: A ESTRADA DO PINHAL

Nesse capítulo contextualizamos na segunda metade do século XIX, a parte central da província do Rio Grande do Sul, sobretudo, o Pinhal, presentemente, Itaara/RS. A importância da vinculação da estrada do Pinhal, que liga os campos de cima da Serra a campanha, através do planalto, diz respeito a aspectos que caracterizaram o ambiente rural iniciando um primeiro contato com as colônias, ainda que indireto. Demonstrar a ausência de vazão demográfico na área florestal da Serra Geral. A expectativa em torno da estrada que não sofreria com as chuvas provocadas pelas cheias dos rios. Permitindo o fluxo comercial da subida dos carreteiros, a passagem dos tropeiros de mulas e de gado sem precisar esperar por dias no capão de mato a enchente do rio baixar. A circulação de escravos e lavradores em torno da estrada. A resultante desta via de comunicação faria projetar-se a valorização das terras da região.

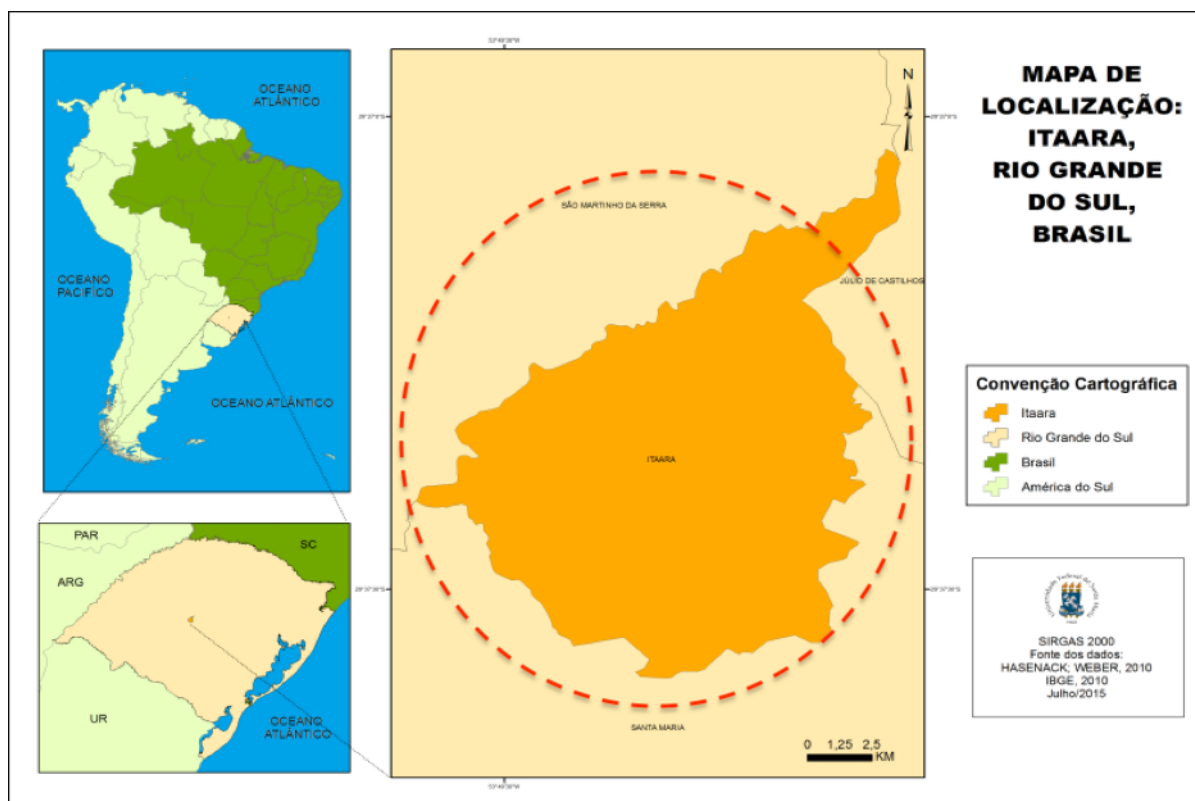
Para dirimir possíveis dúvidas quando à variação de localização do Pinhal, ressaltamos que as divergências quando aparecerem não são distrações do autor durante a escrita. E, sim, mero retrato da formação das configurações geográficas nos rincões interioranos do Brasil. Pois, no decurso do século XIX, a localidade do Pinhal, pertenceu politicamente e geograficamente a Santa Maria da Boca do Monte. Mas, a proximidade com São Martinho provoca desacordos, e até mesmo confusão, quanto a precisão da localização geográfica e política. Isto ocorria devido a tal imprecisão técnica e as mudanças limítrofes administrativas demorarem para chegar como informação nos relatórios e mapas da Província. E, mais ainda, a serem aplicadas.

A área abrangida a oeste do Pinhal, a qual limita-se com o atual São Martinho da Serra, é a que denota ambiguidade alternando frequentemente o pertencimento do Pinhal a Santa Maria e/ou São Martinho da Serra. Após a metade do século XIX o norte do Pinhal passa a ser também incorporado politicamente, no território do município de Cruz Alta. Tanto nas bibliografias como nos documentos permanece a dificuldade de compreender aquela localização exata. Isso se deve porque Santa Maria após o povoamento em novembro de 1797 fora desmembrada dos municípios de Cachoeira e Cruz Alta, sendo vila pela Lei nº 400, de 16 de dezembro de 1857, e

tornando-se município em 17 de maio de 1858.<sup>41</sup> O que modificara os limites administrativos já conhecidos sobrepondo uns e retirando outros dificultando o entendimento a cerca das localidades.

Então, para evitar algum percalço de identificação dos limites territoriais preferimos denominar tal área como *a região do Pinhal*. Esta abrangeria o que é o município de Itaara e expandir-se-ia para dentro do território que é, atualmente, o município de Santa Maria, São Martinho e Júlio de Castilhos conforme o deslocamento e assentamento humano (Figura 1). Não haverá prejuízo no desenvolvimento desta pesquisa, haja vista que o período que se estende ao longo de nossa análise, o pós-1850, é um período histórico que começaram as demarcações e legitimações de posse devido a Lei de Terras de 1850. Acentuando-se e clarificando, um pouco mais, as divisões limítrofes das vilas, freguesias e municípios.

Figura 1 – Mapa com a localização da região do Pinhal, município de Itaara, RS, Brasil



Fonte: Adaptado pelo autor. RODRIGUES, Tuane Telles; SALDANHA, Cibele Stefano; CORRÊA, Letícia Ramirez. Ensino de cartografia utilizando diferentes recursos didáticos. *EDUCERE: VII Congresso Nacional de Educação*, 2015. v. 1. p. 9987.

<sup>41</sup> FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 23.

As fontes arroladas para o capítulo foram: os jornais *A Tribuna Riograndense*, *Correio do Sul* e *O Mercantil*, de 1853 a 1864; os *Relatórios dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, 1830 a 1889 e os *Ofícios de Obras Públicas da Província* de 1855 e 1857.<sup>42</sup> Nos jornais encontramos os discursos das Sessões Ordinárias da Assembleia Legislativa Provincial que nos importavam os debates sobre a carência de vias de comunicação na província. Nesse sentido consultamos a *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembleia Legislativa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*<sup>43</sup>, porém os mesmos não abordavam a obra no Pinhal, ainda que fossem apenas um extrato. Os *Relatórios dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* apresentam um panorama geral do estado para ser enviado ao Governo Central nos sendo pertinente a Seção de Obras de Públicas que abordava a estrada do Pinhal. E os ofícios de Obras Públicas da província são as correspondências dos diversos funcionários envolvidos na construção da estrada os quais viviam o cotidiano no Pinhal. Destacamos estas como sendo a maioria e o *grosso* das fontes já que, vez ou outra, para aprimorar mais a explicação cruzamos com outro documento.

De posse destas fontes as analisamos e fizemos o cruzamento tentando acompanhar o período temporal, mês a mês e/ou ano a ano, e usando-as *ipsis litteris*. Seguindo os debates dos parlamentares que discutiam as leis sobre as vias de comunicação, os presidentes e vice-presidentes que sancionavam os investimentos para estrada do Pinhal e os funcionários que exerciam a construção da obra remetendo os resultados a presidência.

---

<sup>42</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

<sup>43</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. 2 v. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.

## 2.1 ORDEM DO DIA – A PICADA DO PINHAL

*Entre os melhoramentos materiaes, de que precisa a provincia para desenvolver a sua prosperidade, as vias de communicações occupão o primeiro lugar, e devem ser objecto de sérios e constantes esforços da vossa parte. Seria superfluo insistir sobre a importancia e influencia que as vias de communicação exercem no incremento da riqueza publica.<sup>44</sup>*

A partir 1812, sesmarias doadas a militares portugueses que iniciariam a Vila de São Martinho atingiam o Pinhal devido à extensão das propriedades de Antônio Gonçalves Padilha, João Batista de Oliveira Mello, José Ferreira Bicudo e Luciano Pinheiro,<sup>45</sup> além de sesmarias compradas, como o fez Francisco de Paula e Silva que adquiriu a sesmaria de Antônio Rodrigues de Andrade.<sup>46</sup>

A região central da província reteve por um determinado período relativa a atenção das autoridades políticas e administrativas. Havia necessidade de um caminho que permitisse o tráfego entre os campos de cima da serra, o planalto e a campanha nas estações chuvosas que transbordavam os rios interrompendo a passagem por dias. Em 1º de março de 1846, o presidente da província Luis Alves de Lima e Silva, o Conde de Caxias, preocupava-se com uma estrada que estivesse em boas condições para travessia da província seguindo do norte para o centro:

A picada, denominada do - Pinto - que desce da Serra para Santa Maria da Boca do Monte, precisa ser reparada; pois que é uma estrada de muita utilidade, e encurta mais de tres legoas de caminho do Municipio da Cruz Alta para as Villas da Cachoeira, e Rio Pardo, e outros pontos, evitando-se passar o [rio] Ibicuhy, que pela estrada de S. Martinho tem de atravessar-se no meio da Serra, muitas veses intransitavel no inverno.<sup>47</sup>

<sup>44</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio apresentado pelo presidente da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1864, p. 105.

<sup>45</sup> MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *Entre Guardas e casarões - um pouco da história do interior do RS - uma perspectiva arqueológica*. 2004. 225 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 30-97. MARTINS, Tiago Costa (Org.). *(Re)Pensar o desenvolvimento de Itaara: discussões acadêmicas em prol do município quatro estudos sobre história, geografia, economia e turismo*. Itaara: Câmara Municipal de Vereadores de Itaara, 2008, p. 11.

<sup>46</sup> COSTA, Firmino. *Terra de Vila Rica: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos*. Júlio de Castilhos: Publicação do Centro Cultural Francisco Salles/Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991, p. 260.

<sup>47</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que abrio a primeira sessao ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1º de março de 1846, o exm.º Sr. Conde de Caxias, presidente da mesma provincia*. Porto Alegre: Typografia de I. J. Lopes, 1846, p. 25-26.

Apesar da ordem do presidente da província, provavelmente a picada<sup>48</sup> do Pinto não fora reparada, nem tão pouco utilizada, pois não é mais mencionada quando trata-se das estradas pelo governo. Porque, em 1848 deu-se preferência a melhoramentos dos caminhos já conhecidos como a estrada de Santa Maria da Boca Monte e a estrada de São Martinho, mesmo que ambas cruzassem o rio Ibicuí, pois:

Mandarão-se afixar Editaes n'esta cidade, e nas Villas da Cachoeira e Cruz Alta convidando empresários para arrematação dos melhoramentos da Estrada de Santa Maria da Boca do Monte, de que trata a Lei nº 124 de 13 Dezembro de 1847: no dia 14 do mez de Fevereiro findo terminou o prazo dado a concurrencia dos pretendentes; só apparecerão dous para a de São Martinho, como ja se mencionou. Para que não hajão duvidas na execução d'esta Lei, parece conveniente declarar-se quaes os modos, alem do da arrematação, de levar á effeito o melhoramento d'esta estrada, quando não concorra arremate algum.<sup>49</sup>

As estradas da província eram postas a editais, licitações, para que os empresários disputassem em concorrência as condições já pré-estabelecidas com a finalidade do governo provincial ter menos despesas nos cofres públicos e atingissem a execução da obra. Para picada de São Martinho apresentaram-se apenas dois concorrentes, porém apenas um licitante aceitou as condições e, entre 1848 a 1849, “hum concerto ou melhoramento desta Estrada foi decretado e arrematado, e o seo Empresario ja dêo parte de que estava prompto” e por parte do governo, fiscalizado: “também já o mandei examinar”<sup>50</sup>. Havia um grande interesse do poder público, pois dos particulares poucos se apresentara licitações, nesta estrada como também sobre a ponte do rio Jacuí:

A Estrada de S. Martinho, e a Ponte do Jacuhy são duas obras que exigem o melhor e mais completo desenvolvimento, porque he passando estes dois lugares, que no tempo das agoas se pôde comunicar com a Campanha. Qualquer que seja o modo porque tenha sido desempenhado o serviço na Picada de S. Martinho estou persuadido, á vista do preço porque foi

<sup>48</sup> A picada é a forma mais rápida de se conseguir passagem no meio da mata. São utilizados instrumentos leves e rápidos como facões, foices, e até mesmo machados, fazendo pequenos cortes, *picos*, nas vegetações permitindo a passagem, em um primeiro momento não intenciona-se a derrubada completa das plantas. Logo, o caminho torna-se temporário e em seguida se não for utilizado como passagem a vegetação começa a crescer interrompendo-o (RELLY, 2013).

<sup>49</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do vice-presidente da provincia de São Pedro do Rio do Sul, João Capistrano de Miranda Castro na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de março de 1848. Acompanhado do orçamento do para ano financeiro de 1848-1849*. Porto Alegre: Typographia do Porto-Alegrense, 1848, p. 15.

<sup>50</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, o tenente general Francisco Joze de Souza Soares de Andrea na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no 1º de junho de 1849. Acompanhado do orçamento da receita de despeza para o ano de 1849-1850*. Porto Alegre: Typog. do Porto-Alegrense, 1849, p. 20.

arrematado, que ainda estará tudo por fazer, e que não haverá remedio senão construir por Administração a parte mais difícil desta Estrada, custe o que custar, para depois ficar servindo esse primeiro trabalho de norma, e arrematar-se o resto. Essas obras, feitas ás vezes com muito cuidado, e pelo modo que melhor parece, sofrem depois alterações e mudanças tão essenciaes, para ficarem bem acabadas; ou exigem hum desenvolvimento tanto em grade, em lugares que o não indicavão, que nenhum empresario se poderá sugeitar a essas alterações; e assim para que fiquem completas, he preciso que sejam feitas por quem não esteja calculando interesses.<sup>51</sup>

A proposta para aquela estrada e ponte era conseguir o acesso pelo centro da província na estação das chuvas que facilitasse a comunicação entre os campos de cima da serra, no planalto, e a campanha. Todavia esses reparos não duram por muito tempo precisando ser frequentes ainda mais quando a oferta feita pelo arrematante com preço irrisório implica em pouco trabalho.

As despesas com consertos de estradas em busca de uma via de comunicação transitável tornaram-se cada vez mais frequentes e foram pauta nos discursos da 16ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 28 de outubro 1853:

É de extrema necessidade que o quanto antes se empreenda o conserto ou a fatura de um caminho que facilite o trânsito com especialidade de carretas para cima da serra. Serão de tão pouca importância os caminhos para cima da serra no município da Cruz Alta que não se deve remediar com a prontidão esses inconvenientes. O nobre deputado conhecedor da Campanha não tem ideia exata da exportação de erva que descendo a serra procura o ponto mais central dela para dirigir-se para toda Campanha para as fronteiras desde Bagé ao Alegrete. Não sabe o nobre deputado que o comércio de serra a cima na importação se supre quase todo em Santa Maria que o comércio da Praça de Porto Alegre que também vai por modo indireto se vai favorecer que procurando as ervas saída só podem encontrar em São Martinho inutilizada ou em São Xavier e que só por Itaqui e São Borja descem pela estrada San Tiago. E que mesmo ainda querendo procurar o Alegrete tenha vencer as dificuldades de uma grande volta e o passo sempre de mato do Taim demonstrada pois a necessidade de se fazer o quanto antes uma estrada de carretas para cima da serra no ponto mais central me parece que justificada está a ideia do meu artigo aditivo decretando desde já quantia para essa obra porque senhores haveremos de demorar por mais um ano a confecção de uma obra de primeira utilidade [...].<sup>52</sup>

Sente-se a falta de uma estrada para o trânsito das carretas que transportam erva-mate<sup>53</sup> na descida da serra em direção a campanha e no retorno sobem

<sup>51</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da província...* 1849, p. 20.

<sup>52</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 18. de novembro de 1853, v. 1, n. 18.

<sup>53</sup> A erva-mate, *Ilex paraguariensis*, será assimilada dos indígenas tornando-se um produto comercializável na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e até mesmo ocasionando conflitos pela terra nos locais plantação. Ver mais em: ECKERT, José Paulo. *O povo dos herbaes: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900)*. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.



abastecidas das mercadorias de Santa Maria e Porto Alegre. Um comércio que dependia apenas das Estradas de São Martino e São Xavier exigia uma solução mais concreta. A esse respeito na mesma Sessão da Assembleia o deputado Mello e Albuquerque desabafa:

Sr. presidente moro na Cruz Alta vinte tantos anos tenho perfeito conhecimento do município a serra que o divide de três ou quatro municípios da província tem mais de 50 léguas de extensão e eu desejaria que nesses lugares houvesse tantas estradas e pontes quanto são as fazendas que ali existem que de qualquer maneira todos moradores que por aí endireitarem o cavalo tivessem uma boa estrada porque com isso muito lucraria a província. Mas infelizmente não é possível. Quanto as estradas marcadas que tenhamos falado nessa discussão vou expor o meu modo de pensar. A de São Martinho é indispensável por ser a única que oferece trânsito para carretas está no centro do município e em direção a Santa Maria, São Gabriel, Cachoeira, Rio Pardo e etc. Embora se faça o seu conserto avultada despesa. A picada de São Xavier é sem dúvida a melhor que temos no município tem uma légua não tem obstáculos de rios e na minha opinião com cinco ou seis contos de despesa pode ficar perfeita. [...] mas que por hora fique o presidente da província habilitado para mandar examinar se isso é realizado. Entre ponto para melhorar desde já as picadas de São Xavier e São Martinho da qual não se pode prescindir de abrir como se projeta a do Pinhal.<sup>54</sup>

Como proposta o deputado Mello e Albuquerque defende o conserto da estrada de São Martinho por oferecer o trânsito de carretas mesmo causando enorme despesa. O conserto da picada de São Xavier por ser de curta distância e sem obstáculos de rios facilitando o trajeto nas estações chuvosas em que há a cheia dos rios. E a abertura de um novo caminho que está se projetando – a picada do Pinhal. Projetando-se porque as picadas começam a serem utilizadas pouco a pouco até tornarem-se passadouro comum. É pertinente, desde já, expor a afirmação de Romeu Beltrão indicando que no ano de:

1840 [em] Janeiro - É aberta a trânsito público a Picada do Pinhal, por ordem do governo republicano, o que veio encurtar de cinco léguas [15000 braças=33000 m] o caminho entre Santa Maria e Cruz Alta, que antes era somente pela Picada de São Martinho.<sup>55</sup>

A data de 1840 sinalizada como início da abertura da Picada do Pinhal não nos parece, muito, plausível. Porque se problematizarmos a afirmação perceberemos ora uma fragilidade documental, ora inconsistência histórica. A referência de Beltrão é a

<sup>54</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 4 de novembro de 1853, v. 1, n. 18.

<sup>55</sup> BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930*. 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, p. 160.

citação bibliográfica de Celso Schroeder<sup>56</sup>, porém não conseguimos encontra-la para entender de onde parte a informação em questão.

Porque parece inconsistente historicamente que a abertura da Picada do Pinhal pelo governo republicano, estabelecido durante o conflito civil da Revolução Farroupilha (1835-45) no qual a província do Rio Grande do Sul rebela-se declarando a independência do Império do Brasil. Se por um lado, o governo Farroupilha demonstraria alguma, estabilidade administrativa e estratégica desempenhando a funcionalidade de abrir picadas para trânsito de suas tropas militares e população. Por outro lado, despender recursos na abertura de uma picada facilitando o acesso militar inimigo para emboscadas não seria a melhor das decisões estratégicas e, ademais, durante um conflito o foco é prover os combatentes.

Não endossamos também a afirmação de Beltrão, a menos que a documentação em que Schroeder se embasou seja muito contundente. Pois na análise de nossas fontes de pesquisa para esse contexto histórico em momento algum houve documento que permitisse a interpretação que acarretasse na afirmação consoante com a de Beltrão e Schroeder.<sup>57</sup>

Porque como temos analisado a abertura da picada sendo transformada como estrada fora comum: paralizações devido a intempéries e dificuldades do terreno, e como será detalhado a seguir, os custos com mão de obra são a tônica da abertura do Pinhal. Isto que dentro de nossa perspectiva se trata de um período pacífico na província para execução de obras como esta. Do contrário surge mais um empecilho para abertura durante o governo farroupilha que todo homem hábil para trabalho é um recruta em potencial em tempos belicosos.

Arelada a “Picada do Pinhal foi a causa mais remota da decadência de São Martinho” já que caindo quase em desuso a picada de São Martinho é uma hipótese a ser considerada.<sup>58</sup> É necessário a ressalva que o uso da picada do Pinhal fora uma condicionante e não determinante. Uma vez que tal problema sobre a decadência de São Martinho requer mais estudos para avaliação.

---

<sup>56</sup> SCHROEDER, Celso M. O decênio farroupilha em São Gabriel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano 18, 3º trim. In: BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria...*, 2013, p. 160.

<sup>57</sup> Reiteramos as fontes analisadas: Relatórios de Presidente de Província (1830 a 1889), jornais A Tribuna Riograndense, Correio do Sul e O Mercantil (1853 a 1864) e ofícios do Fundo de Obras Públicas da Província (1855 a 1857).

<sup>58</sup> BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria...*, 2013, p. 160.

No plano econômico dos políticos da província “quanto maior o número de estradas e de pontes tiver a província tanto mais facilmente ela deve prosperar e sua população aumentar e enriquecer”.<sup>59</sup> Pairava a ideia da infraestrutura como base ao impulso econômico do “contrário enquanto não tivermos estradas, pontes e aterrados adjacentes a estas essa prosperidade não se poderá dar porque ficam seus habitantes como as suas comunicações cortadas e não podem vender os seus produtos”.<sup>60</sup>

Para dar suporte às demandas da província são exigidos pela Assembleia Provincial ao presidente da província um Requerimento, na 19ª Sessão Ordinária (04/11/1853), e um Acompanhamento<sup>61</sup>, na 20ª Sessão Ordinária (05/11/1853), ambos com uma finalidade próxima pedir “informações sobre o estado em que se acha a abertura da picada do Pinhal que de Santa Maria segue para o município da Cruz Alta”<sup>62</sup>.

Quando são propostas as estradas, muito mais que apenas oferecer aos habitantes a possibilidade de venda dos seus víveres, está implícito ora pelos deputados ora pelos presidentes da província um certo favorecimento ao município da Cruz Alta focando na expansão da economia para legitimar a construção de estradas. No Relatório de Presidente de Província, de 1854, na seção “Cultura e industria dos diversos Municípios da Província, mercados para onde são conduzidos os productos, o modo de transporte, e as obras que são por aquellas reclamadas como mais urgentes”<sup>63</sup> apesar de ser uma seção para todos os municípios serem apresentados de forma mais imparcial; Cruz Alta é apresentada diferentemente:

As principaes producções desse vastíssimo Termo mulas e herba-mate - Calcula-se em 80 mil o numero desses animaes que annualmente se vende dos quaes a quinta parte é producção do proprio municipio; os outros são dos diversos municipios da provincia, e sobretudo das republicas visinhas invernadas nos campos da Cruz Alta, para se dirigirem ao mercado principal da feira de Sorocaba. O preço das mulas tem aumentado consideravelmente: de 6 a 7 patações que á 4 annos passados, elevou-se de 12 a 14 no corrente anno. O commercio de bestas é feito pela estrada do Pontão atravessando o municipio de Lages em Santa Catharina: e pela nova picada das - Palmas - que sem tocar no terreno daquela provincia vai directamente á nova provincia do Paraná. Os tropeiros preferem esta estrada porque evitão de pagar o imposto de transito na provincia de Santa Catharina, e por ser mais curta a distancia. Porém ella precisa ainda de muitos melhoramentos nos lugares

<sup>59</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 4 de novembro de 1853, v. 1, n. 18.

<sup>60</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 4 de novembro de 1853, v. 1, n. 18.

<sup>61</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 9 de novembro de 1853, v. 1, n. 22.

<sup>62</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 8 de novembro de 1853, v. 1, n. 21.

<sup>63</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1854, p. 45.

pertencentes ao Paraná e pela nossa parte na margem esquerda do Goyoen, nas restingas da - Sepultura e Sarandy. A herba mate da Cruz Alta vende-se em diversos mercados, conforme, a vizinhança dos lugares em que é fabricada; de todos porém o mais importante é o de Itaqui, d'onde se distribui pelo Uruguay abaixo para os Estados vizinhos e para Buenos-Ayres. Situado em tabuleiro elevado, cuja altura é superior á bacia de todos estes rios, **nenhum município experimenta maiores dificuldades para o transito do seu commercio da fronteira do Sul, do que a Cruz Alta; todas as suas descidas são más, especialmente a de S. Martinho. Confira examinar a picada do Pinhal, a vêr se com ella e com os concertos projectados para a estrada de S. Francisco Xavier, ficará aquelle município melhor servido em suas vias de comunicação para esta capital e para a campanha.**<sup>64</sup>

Um município com comércio exportador de erva-mate e com comércio interprovincial de mulas justifica de forma bem convincente os pedidos a província em vista da arrecadação de impostos e a necessidade de obras. Já que nenhum outro município teve maiores dificuldades para o escoar o seu comércio como a Cruz Alta convém para esta apostar no trajeto pela picada do Pinhal como solução viável. Em 17 outubro de 1854, a Assembleia Provincial, na 8ª Sessão Ordinária, sinaliza apoio a causa da Cruz Alta quando define:

Ordem do dia - picada do Pinhal - entra em primeira discussão e é aprovado sem debate o Projeto n.11 deste ano autorizando o presidente da província a mandar examinar se o terreno da picada do Pinhal entre os municípios da Cruz Alta e da Cachoeira é próprio para estradas de carretas.<sup>65</sup>

Ainda no mesmo mês, em 23 de outubro de 1854, o Projeto n.11<sup>66</sup> entra para segunda discussão na 14ª Sessão Ordinária com o art. 1º que trata sobre mandar examinar se o terreno da picada do Pinhal é próprio para carretas, sendo aprovado sem debate. O mesmo não acontece com o artigo 2º o qual versa sobre provar a necessidade da emergência sobre o meio de comunicação dividindo as opiniões dos deputados e gerando enorme debate sobre as despesas que seriam dispendidas com os roçados dos terrenos e a dimensão da estrada para a passagem das carretas. Em meio ao debate o deputado Borges Fortes expressa na discussão sobre o 2º artigo a urgência da picada do Pinhal:

Não vamos assim retardar a execução de uma obra cuja necessidade é urgente, evidente. Tenho informações de pessoas muito habilitadas que se deram o trabalho de examinar essa localidade outras pessoas que tem

<sup>64</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da província...* 1854, p. 51. (Grifo nosso).

<sup>65</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 24 de outubro de 1854, v. 2, n. 11.

<sup>66</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 31 de outubro de 1854, v. 2, n. 17.

interesse imediato na abertura dessa picada igualmente me afiançaram que quando decretarmos alguma quantia para essa obra todos os moradores daquele lugar prontamente se cotizarão para ajudar a realização dela.<sup>67</sup>

E, nesse sentido, visando a execução da picada o deputado Borges Fortes aponta que:

para tornar mais real o benefício que procuramos fazer a esses povos e mais pronto, mais certo, mais seguro que esse nobre deputado [presidente da Assembleia, Dias de Castro] me permite farei uma subemenda ao seu artigo substituindo para que em lugar que se determinado 270 palmos se marque 200 e em lugar de 80, 60 de campo limpo.<sup>68</sup>

A subemenda proposta, diz respeito a organização da picada do Pinhal no que tange a extensão da largura abrir-se-á: 200 palmos quando precisar de roçado e 60 palmos quando for terreno limpo. Isto é, diminui-se a medida e, por conseguinte, diminuirá o valor da obra. Mas, essa subemenda entrará em discussão política novamente. Como resultado ao art. 1º a Assembleia Provincial aprova que “verificada a propriedade do terreno o presidente da província poderá despende até quantia de 10:000\$000 réis com a construção da estrada” do Pinhal.<sup>69</sup>

Referente à subemenda é debatido de forma geral simulando dúvidas sobre o art. 1º como demonstra o deputado Menna:

Quando propusemos que se autorizasse a presidência da Província para manda proceder aos exames necessários para abertura da estrada do Pinhal tínhamos todas as informações que acaba de mencionar o nobre deputado. Que o terreno era o melhor possível que se prestava o trânsito de carretas. Mas, julgamos que sem um exame prévio de pessoa competente não podíamos decretar a construção dessa estrada. Todos os dias senhores estamos vendo informações exageradas umas em sentido favorável outras em sentido desfavorável conforme interesse da pessoa que as dá. Esta mesma estrada do Pinhal tenha informações desfavoráveis. Vozes dos moradores de São Martinho. Entretanto que outras pessoas que não tem o mesmo interesse que os moradores de São Martinho dizem que esse terreno é o melhor possível. O exame de pessoa habilitada é necessário para se determinar a posição da estrada que pode ser aberta em lugar que não seja o mais conveniente segunda a natureza do terreno.<sup>70</sup>

A desqualificação da estrada do Pinhal em relação à estrada de São Martinho é devido aos moradores das cercanias de São Martinho não quererem perder o

<sup>67</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 31 de outubro de 1854, v. 2, n. 17.

<sup>68</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 31 de outubro de 1854, v. 2, n. 17.

<sup>69</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 2 de novembro de 1854, v. 2, n. 18.

<sup>70</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 2 de novembro de 1854, v. 2, n. 18.

tráfego de carreteiros que por lá passavam, se hospedando, levando e deixando produtos. Com a estrada do Pinhal, encurtando o percurso, haveria a divisão desse fluxo comercial que transitava entre a ampanha e os campos de cima da serra e, principalmente, mais próximo, de Santa Maria para Cruz Alta.

“Segue a discussão, a Assembleia sendo consultada resolve pela afirmativa: O art. 2º é rejeitado sendo aprovando o substitutivo”, ou seja, aprova-se a subemenda que ajusta a largura da estrada do Pinhal.<sup>71</sup> A resolução dada na 17ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial sobre o Projeto n.11 da picada do Pinhal é a adoção sem debate para comissão de redação do projeto estando pronto para ser escrito.<sup>72</sup>

A parte de “Obras Públicas §61” determina a “construção da picada do Pinhal entre os municípios da Cachoeira e da Cruz Alta na conformidade da lei deste ano” com a verba de “10:000\$000”.<sup>73</sup> Em relato sobre o início dos trabalhos da obra “estrada nova do Pinhal” o administrador indica ter dado “principio aos trabalhos de abertura da ditta no dia 10 do mesmo Abril” de 1855 apresentando os “seguintes serviços”: “passo para transito de carretas com 65 palmos de largura, desmatando-se os barrancos” colocou fogo até que “ficassem os tocos destruidos e as madeiras picadas [...] ficando assim logo o trecho limpo”.<sup>74</sup> Porém, com a abertura e limpeza o trabalho saiu com custo dobrado muito em decorrência porque não foi obedecido a medida de “60 palmos”. Sendo esta, uma dentre outras irregularidades que devem ter ocorrido.

Por isso é que outrora o deputado Menna solicitou que fosse feito o exame da picada do Pinhal por “pessoa habilitada”, isto é, um profissional com habilidades técnicas. Dessa forma, em 1855, no relatório do Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão Sinimbu declara assistência a estrada do Pinhal, entre os municípios de Cachoeira e de Cruz Alta:

Autorizado pela Lei n. 291 do anno passado a mandar proceder aos necessários exames para verificar se o terreno da sobredita picada era próprio para o tranzito de carretas, e a despende até 10:000\$000 réis, depois

---

<sup>71</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 2 de novembro de 1854, v. 2, n. 18.

<sup>72</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 11 de novembro de 1854, v. 2, n. 25.

<sup>73</sup> A TRIBUNA RIOGRANDENSE, Porto Alegre, 17 de novembro de 1854, v. 2, n. 30.

<sup>74</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/04/1855, do administrador da estrada nova do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal, Francisco de Paula e Silva. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

da verificação, encarreguei o Engenheiro Felipe de Normann das explorações, levantamento da planta, e orçamento da despesa.<sup>75</sup>

Deve-se salientar que embora as atenções do governo provincial estejam direcionadas para a região do Pinhal os objetivos permanecem os mesmos, ligar Cruz Alta a região da fronteira e dar melhor conexão comercial interprovincial. Nas palavras do presidente Sinimbu isso significa que:

A abertura d'esta estrada [do Pinhal] é da mais subida importância, tanto pela facilidade, que dará ás communicações de todo o vasto Termo da Cruz Alta com as villas da campanha, evitando a péssima Serra de S. Martinho, como para o commercio que já existe, e que em poucos annos tomará grande incremento desta com a nova provincia do Paraná, se a estrada da Palma na margem direita do Uruguay fôr aberta como se projecta pelo lado d'aquella provincia, e se o novo trilho da Villinha da Palmeira para Nonohay, já começado pelos índios sob a direcção do Director Oliveira, tornar-se inteiramente franco até o passo do Goyen na nossa Provincia, margem direita do mesmo Uruguay; n'este cazo a florescente villa da Cachoeira virá a ser o ponto de partida para esse commercio, por ser o lugar em que mais alto sobem as mercadorias importadas por água.<sup>76</sup>

O engenheiro encarregado para examinar a obra da estrada do Pinhal com o levantamento da planta e orçamento das despesas é o engenheiro provincial Felipe de Normann<sup>77</sup>.

Em 17 de janeiro de 1855, Normann, como engenheiro provincial, é destacado para a Freguesia de Santa Maria da Boca Monte para explorar a estrada do Pinhal examinando-a através de orçamento e a planta; e remetendo os resultados ao

<sup>75</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão Sinimbu entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao vice-presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 30 junho de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855a, p. 36-37.

<sup>76</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o...* 1855a, p. 36.

<sup>77</sup> Georg Karl Phillip Theodor von Normann nascido a 23.02.1818, em Halle, Alemanha, filho de Karl Wilhelm von Normann e Wilhelmine Wichmann, foi um reconhecido arquiteto alemão. Não há informações sobre a formação profissional, mas os documentos indicam ter sido nível superior. Iniciou a vida profissional como construtor de ferrovias nas minas de Hogenas, na Suécia. De lá era originaria sua esposa Maria Ablström, com a qual casou-se em 12.09.1844, em Friburgo, no Rio de Janeiro. Em 16.05.1856, divorcia-se da mesma na paróquia evangélica de Porto Alegre, conforme documenta o registro eclesiástico do pastor Erdmann Georg Richard Ernst Wolfram e registrado no cartório civil por Marcos Alves Pereira Salgado, fato singular da justiça brasileira no período Imperial. Chega em Porto Alegre, em 1848, com os dois irmãos Axel Friedrich Wilhelm, nascido em 25.02.1829 e Gustav Adolf von Normann nascido a 08.03.1831 em Neuhoof bei Brandhagen. Há um outro possível irmão que atenderia pelo nome de Reinhold von Normann. Iriam exercer a profissão de colonos em Santa Cruz. Casou-se, ainda, pela segunda vez, com Margarida de Sá Brito, 06.08.1859 na Igreja Católica, já que von Normann era protestante. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Ed. da UFSM 2006, p. 146-154.

governo.<sup>78</sup> Após terminar os trabalhos, em 10 de março de 1855, Normann informa o cumprimento das atividades ao presidente da província. Diz o engenheiro Normann:

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Srs.

Tenho a honra de remmetter á V.Ex.<sup>cia</sup> a planta e o orçamento da estrada que se pretende abrir, entre a Freguesia de Santa Maria da Bocca do Monte, e os campos de cima da serra, de cujos trabalhos V. Ex.<sup>cia</sup> foi servido encarregar-me por officio de 17 de janeiro do corrente anno. O S.<sup>ñr</sup> Manoel Alves Pereira, portador deste officio a que junto com os S.<sup>nrs</sup> Guarda Mor Paula e Tenente-Coronel Baptista Mello, sempre me tem assistido nós trabalhos de exploração désta estrada, - informará verbalmente á V.Ex.<sup>cia</sup> do escrupulo, com que procedi na escolha do respectivo terrenos que sem dúvida offerece a melhor subida da serra naquela localidade toda, dispensando além disso a construção de pontes, por achar-se atravessado de poucos e insignificantes arroios.<sup>79</sup>

Apesar de Normann conhecer muitos lugares da província devido as inúmeras obras que realizou<sup>80</sup>, na serra do Pinhal, precisou de apoio para locomoção na picada recebendo suporte não só de Manoel Alves Pereira<sup>81</sup>, Francisco de Paula e Silva<sup>82</sup>, como também de Batista Mello<sup>83</sup>. Normann estava sendo acompanhado por homens que carregavam consigo a influência militar e política para engendrar o poder conforme a sorte lhes faltasse. A estrada do Pinhal projetada por Normann é justificada nos pormenores da construção como relata ao presidente da província:

V.Ex.<sup>cia</sup> verá dos trabalhos em sua mão, que projectei a estrada com 250 palmos de largura, limpa de vegetação - sendo nesta largura comprehendida a de 80 palmos, **para o trilho de carretas**. Talvez que se julgue excessiva semelhante largura, - penso porém que ella convêm, para melhor effectuar-

<sup>78</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRS, Obras Públicas, C. 5 M. 09-10.

<sup>79</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRS, OP, C 5 M 09-10.

<sup>80</sup> "Georg Karl Philip von Normann (1818-1862) que atuou em quase todo o Rio Grande do Sul, registrando em cartas cartográficas nosso território" (CUNHA, 2004, p. 110).

<sup>81</sup> Manoel Alves Pereira, militar e cirurgião, com a patente de Capitão-mor, casado com Dona Senhorinha Alves da Conceição, morador da Fazenda da Cachoeira do Pinhal. AHRS, Auto de Medição, n. 240, 1862. Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>82</sup> Francisco de Paula e Silva, político e militar, foi membro político na Câmara Municipal de Cruz Alta entre 1841-1845, recebeu o título de *Barão de Ibicuihy* pelo decreto de 2 de novembro de 1861 e tinha a medalha da *Passagem do Humaytá*, da Guerra do Paraguai (VASCONCELLOS; SMITH DE VASCONCELLOS, 1918, p. 180). Casado com Felicidade Perpétua de Avelar Magalhães residia na Fazenda do Pinhal. Local este onde nasceu em 17.02.1844 o filho Firmino Paula e Silva, o qual na época da guerra do Brasil contra Paraguai abandonou a Faculdade de Direito em São Paulo para lutar no conflito. Após a guerra retorna para administrar as fazendas do pai. Em 1893, era Coronel da Guarda Nacional e "Castilhistas ferrenhos" engajou-se na Revolução de 1923 ficando conhecido como "o terror da região" pela violência desmedida (CAVALARI, 2012, p. 41).

<sup>83</sup> João Batista Mello, Coronel, comandante superior da Guarda Nacional, residiu em São Martinho da Serra, casou e, em 1846, foi pai de João Manoel de Oliveira Mello, Capitão na Guerra do Paraguai e exerceu também a função de deputado Provincial, em 1885 (MACHADO, p. 15-31).



se a descreção do terreno, e para **mais commodo desvio das numerosas tropas e carretas que tem de transitar por esta estrada. [...] os roçados e derrubadas em quasi toda a extensão da estrada, podem ser aproveitadas para plantações de mantimentos**, - ficando assim recompensada a maior parte das despesas que se fizêrão com o descortinamento do terreno, - circunstancia que devidamente considerei no respectivo orçamento. [...] **calçada macadamizada** que, julgo necessario, deve fazer-se **na subida mais íngreme da serra**, aonde o declive he de onze grãos e meio, **e aonde por consequencia as enchurradas d'água, em breve, havião de destruir o pavimento da estrada**, sé não estivesse calçado; **o mesmo inconveniente tem lugar nó resto da subida da serra**, posto que em menor escala [...].<sup>84</sup>

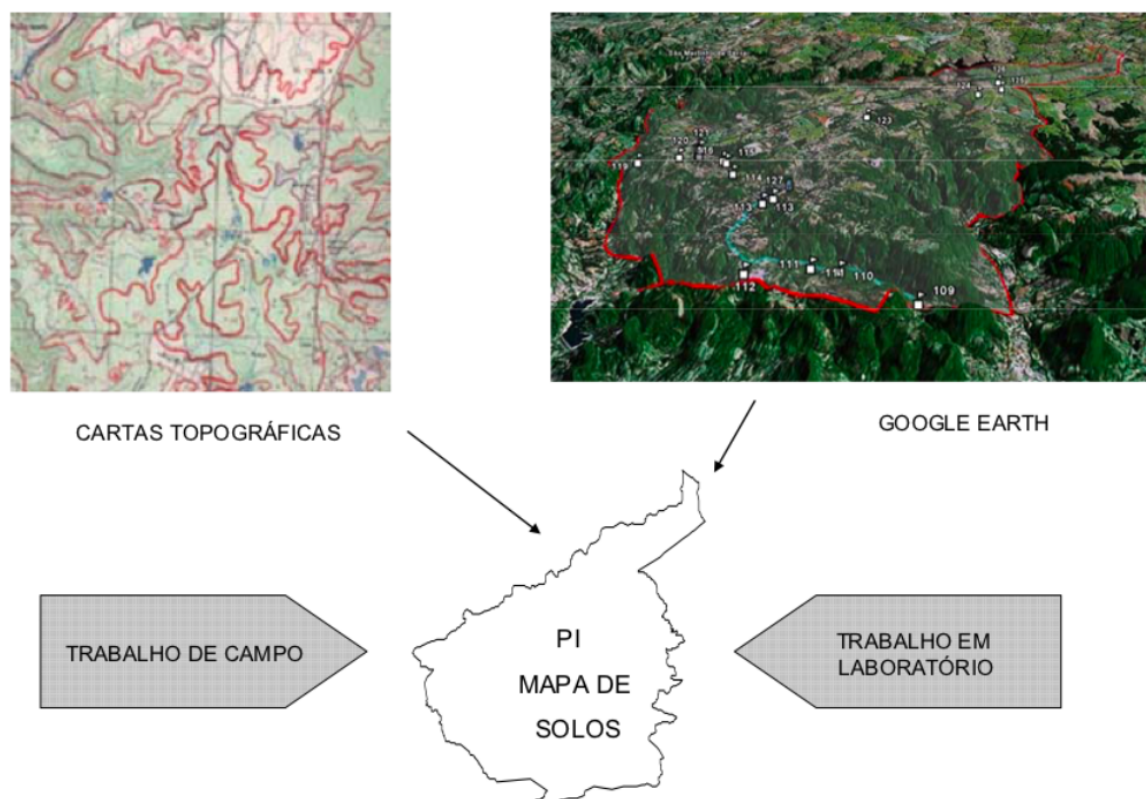
Os detalhes expostos no projeto de construção estabelecidos pelo engenheiro tentam conciliar a estrada com o objetivo do caminho, o reaproveitamento da área desmatada e impedir que o relevo fique condicionado pelas intempéries. Ou seja, o objetivo do caminho relacionado com a extensão que facilite a passagem de numerosas tropas de muares e gado bem como carretas com produtos. O reaproveitamento da área desmatada utilizando-a para plantações podendo abater as despesas. E, por fim, impedir que o relevo fique condicionado pelas intempéries a partir do calçamento tornando transitável a estrada em todas as estações. Quando o engenheiro ressalta que “o mesmo inconveniente tem lugar no resto da subida da serra” é porque a estrada será feita em área muito íngreme. Este será o ônus por não atravessar rios. Lembramos que o Pinhal, atual, município de Itaara, no topo da Serra Geral, se localiza na subida da Campanha para o planalto, ou seja, fisicamente, na transição entre o planalto e Depressão.

O relevo de Itaara (Figura 2) é em grande parte suave e ondulado à montanhoso, com o nível de altitude acima do mar oscilando de 100 a 510 metros. Nesta área incidem três grandes compartimentações do relevo com feições geomorfológicas diferentes, em ascendência: a depressão (coxilhas e planícies aluviais), a encosta (rebordo e pequenos patamares descontínuos) e o planalto (Topo).<sup>85</sup>

<sup>84</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10. (Grifo nosso).

<sup>85</sup> POELKING, Everton Luís. *Aptidão, evolução e conflitos de uso das terras no município de Itaara, RS*. 2007. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007, p. 28.

Figura 2 – Mapa do relevo de Itaara, no topo da Serra Geral



Fonte: A sinalização que serpenteia o centro do mapa, na cor azul, é a rodovia BR 158. Mapa elaborado com ambiente SIG com o aplicativo computacional SPRING e *Google Earth*. POELKING, Everton Luís. *Aptidão, evolução e conflitos...*2007, p. 32.

Todas estas benfeitorias têm um preço e condições que foram estipuladas por Normann a bem do planejamento. No total são 13<sup>86</sup> condições que deveriam ser respeitadas aos executores da obra:

1ª - A nova estrada terá principio na tapera do Capitão Cyriaco distante pouco mais ou menos 900 braças da Freguezia de Santa Maria da Bocca do Monte, - e deste lugar percorrerá em direcção sinuosa 2055 braças de matos virgens, 2035 braças de capoeiras e 440 braças de roças e campestres, - finalizando no Arroio do Pinhal, proximo a fazenda da Cachoeira do Pinhal, propriedade do cidadão Manoel Alves Pereira, aonde entrará nos campos de cima da serra, áfim de fazer junção com a estrada geral para Cruz Alta, São Borja.

[...]

13ª Quando explorações posteriores dos terrenos por onde se tem demarcado a nova estrada, com toda a evidência mostrarem, que com hum pequeno desvio da direcção indicada na respectiva planta, - se encontre

<sup>86</sup> Demonstramos apenas duas das treze condições. As faltantes são apenas aspectos técnicos como: medidas em graus e de braças; o que em nosso entendimento tais dados mais dispersariam o leitor do que agregariam a problemática discutida.

terreno mais enchuto, ou menos inclinado, poderá ser admitido que se faça seguir a nova estrada por esse melhor terreno.<sup>87</sup>

Assim, a estrada do Pinhal que inicia na saída de Santa Maria da Boca do Monte depois da tapera do Capitão Cyriaco até o Arroio do Pinhal<sup>88</sup>, próximo da Fazenda de Manoel Alves Pereira, tem a extensão de 2035 braças, isto é, o equivalente 5445 m. Na hidrografia, Itaara contém três microbacias: Arroio Grande, Ibicuí-Mirim e Vacacaí-Mirim, cujos principais rios são: Ibicuí Mirim, a noroeste, Arroio Grande a leste e Vacacaí-Mirim ao sul.<sup>89</sup>

Junto desse ofício e dos demais pesquisados não constava, infelizmente, as plantas cartográficas da estrada do Pinhal, apenas os ofícios<sup>90</sup>. Então, reconstituímos o trajeto completo da estrada do Pinhal que pode ser identificado em mapa atual desde a estrada do Perau até a localidade do Km 23, as margens da BR 158, perfazendo a distância aproximadamente de 13 Km, conforme o Anexo A.

---

<sup>87</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>88</sup> Atualmente, o Arroio do Pinhal leva o nome de (Arroio) Manoel Alves, pois ficava nas terras pertencente a Fazenda da Cachoeira do Pinhal. A cachoeira que dá nome a fazenda é a “cascata do BANRISUL”. E as terras da fazenda são ocupadas pela sede campestre da Sociedade Concórdia de Caça e Pesca (SOCEPE), as margens da BR158, Km 999, em Itaara.

<sup>89</sup> POELKING, Everton Luís. *Aptidão, evolução e conflitos...*, 2007, p. 28. No município existem duas barragens: Saturnino de Brito (em conjunto com Santa Maria e São Martinho) e Val de Serra.

<sup>90</sup> Conforme frisa Günter Weimer (2006, p. 153) o presidente da Província João Antônio Fernandes Leão afirmou que, em 05 de novembro de 1860, tomou a medida de exonerar Felipe de Normann da função em exercício e mandou recolher todos os trabalhos e documentos que estavam sob sua guarda. É a explicação que aceitamos após não encontrar no acervo pesquisado do Fundo de Obras Públicas-AHRs as plantas, cartográficas, da estrada do Pinhal.

Tabela 1 – Orçamento para abertura da Estrada do Pinhal (1855)

Serviços	Extensão (braças)	Valor/braça	Qtd	Valor Total (réis)
Abrir a estrada de mato virgem	2055	2\$250	-	4:623\$750
Abrir a estrada nas capoeiras	2035	1\$500	-	3:052\$500
Abrir a estrada nas roças e campestres	440	\$750	-	330\$000
Estiva	36	11\$000	-	396\$000
Desaterro para transporte (cavar e remover)	921	3\$000	-	2:763\$000
Paredões de pedra, servindo a pedra que se achar no lugar	62	35\$000	-	2:170\$000
Calçada <i>macadamizada</i> (Sistema <i>Mac Adam</i> ) achando-se o material no lugar	180	18\$000	-	3:240\$000
Abrir com cascalho ou pedregulho miúdo	480	\$750	-	360\$000
Formas de covoqueiros e pólvora para arrebentar pedra	-	-	-	400\$000
Carretas	-	-	-	350\$000
Ferramentas	-	-	-	250\$000
Trabalhadores	-	-	1	1\$500
Salário do administrador	-	-	1	2:000\$000

Fonte: Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. da Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

Como detalha Normann, o orçamento de despesa para abertura da estrada do Pinhal é a quantia de 17:935\$250 réis. Excluindo da soma a diária dos trabalhadores de 1\$500 réis que será proporcional ao número de jornaleiros conforme a necessidade da obra. O outro valor pago pela mão de obra “parece me útil marcar hum salario diminuto ao administrador, indennizando-o com a gratificação de até 2:000\$000 reis”.<sup>91</sup> Contudo, sendo a obra executada pela Administração da província com a estrada em condições de trânsito durante um ano. Em caso de arrematação não há salário porque o mesmo receberá pelos serviços prestados recebendo a última parcela após decorrido um ano de entrega da obra a província. E, ademais problemas com a estrada neste intervalo de tempo, o arrematante é responsável por custear os consertos. Contudo, o andamento da obra não se encaminhava para a arrematação privada, mas para o serviço público. Ao menos não do que dependesse do incentivo

<sup>91</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

de Normann: “Si a obra se fizer por arrematação [...] enxergo muitos inconvenientes”.<sup>92</sup> Os inconvenientes além do governo provincial não poder empenhar-se na fiscalização da frequência seria Normann não conseguir fortalecer seus laços sociais naquele novo lugar e receber, quiçá, futuramente alguma retribuição. Pois intencionou indicar, indiretamente, Pereira a algum cargo quando declarou:

- Ao S.<sup>h</sup>r Manoel Alves Pereira - em quem reconheço bastante inteligencia, muito conhecimento da localidade, e o maior desejo de ver aberta a estrada com a possível perfeição - deixei todas as instrucções necessarias, para sua execução solida e economica [...].<sup>93</sup>

Dessa forma, Manoel Alves Pereira é indicado ao cargo de administrador e, assim, anunciado publicamente pelo presidente da província, em junho de 1855:

E porque o modo de realizar a obra era facultativo, preferi ensaiar o de administração, confiando-a ao cidadão Manoel Alves Pereira, mediante a gratificação de 4\$000 rs. diários, e a direcção dos trabalhos, e fiscalização dos dinheiros ao cidadão guarda-mór Francisco de Paula e Silva.<sup>94</sup>

Logo, sendo a execução da obra do Pinhal administrada por Pereira, com um salário de 4\$000/dia (equivalente a 120\$000/mês decorridos 30 dias trabalhados) bem abaixo do proposto por Normann de 2:000\$000, sob a direção de Paula e Silva. No que é de sua obrigação Pereira iniciou seus serviços na estrada do Pinhal bem antes do anúncio a público. Pois, seus ofícios datam de abril<sup>95</sup> e maio<sup>96</sup>, sobre o início da abertura da estrada do Pinhal a qual denomina de estrada nova da cachoeira do Pinhal. Relatando ao presidente da província que tem descortinado mato virgem, cortado paus, picado as madeiras e limpado o trilho de passagem de carretas. Todavia, os trabalhos da estrada estiveram sendo feitos, mas de modo diferente tendo em vista que:

<sup>92</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>93</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>94</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o...*, 1855a, p. 36-37.

<sup>95</sup> Of. datado na freguesia de Santa Maria, 10/04/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, AHRs, OP, C 5 M 09-10. Of. datado na serra da costa do Vacacaí-mirim, 28/04/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>96</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 30/05/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. da Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

Logo no começo da obra houve desintelligencia entre o administrador e director nomeados, ácerca do modo de executarem os trabalhos, mas presumo que terão já cessado á vista dos esclarecimentos, que lhes deu a Presidencia, recommendando-lhes a fiel observancia das instruções de 26 de Março, expedidas para execução da obra, alteradas sómente na parte em que facultou ao diretor Paula a dar mais largura á mesma estrada.<sup>97</sup>

Esta desinteligência entre o administrador Pereira e o diretor Paula e Silva sobressaem nas fontes da seguinte maneira. Em 26 de março de 1855, o presidente da província Sinimbu aconselha a ambos darem prosseguimento nos trabalhos como fica evidenciado no trecho acima das instruções. Entretanto, imagina-se que aquela desinteligência entre ambos deva ter permanecido e evoluído para uma querela. O embate entre diretor e administrador por discordâncias na agilidade dos trabalhos e/ou uma perseguição hierárquica por algum desafeto mal resolvido entre ambos; são hipóteses que as fontes consubstanciam para interpretar, contudo não afirmar.

O início da desinteligência e do confronto que podemos rastrear é quando Paula e Silva transmite um pedido, implícito de *favor*, para presidência, fundamentado com o objetivo do melhor desenvolvimento para a estrada:

**Não costumo á faser queixas** e nem ocupar-me de analisar faltas d'algũo (sic) [alguma] pessoa, mas sou obrigado adiser a V.Ex.<sup>a</sup> **que Manoel Alves conquanto deva ter empenho na abertura da estrada, não tem methodo, e nê m presistêcia em arranjo algum**, do que temos aqui infelismen te dobrada experiência [...] **neste cazo eu ouzo reclamar a V.Ex.<sup>a</sup> que se digne exonerado de toda e qualq.r [qualquer] ingerencia na obra da Estrada** ou amim da direção quando V.Ex.<sup>a</sup> entenda, que deve este ser conservado; pois não desejo que o onus, que som.e [somente] um patriotismo me move á tomar çobre meus hombros, sirva para **conflictos desagradaveis em pura perda do serviço da Estrada**.<sup>98</sup>

O ofício enviado a presidência é datado de 28 de abril de 1855 e não há um uma resposta direta de Sinimbu por correspondência, nas missivas pesquisadas. Muito provável que Sinimbu esperou algum outro deslize de Pereira para exonerar-lo. O desfecho que selará a relação Pereira com a estrada do Pinhal veio através de uma insubordinação a Paula e Silva envolvendo o presidente Sinimbu.

O administrador Pereira ultrapassa a hierarquia do diretor Paula e Silva, na obra da estrada do Pinhal, e dirige-se ao presidente Sinimbu pedindo que enviasse uns 16 ou 20 homens da Companhia de Pantaneiros para desempenhar o trabalho na

<sup>97</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o...*, 1855a, p. 37.

<sup>98</sup> Of. datado no distrito de São Martinho, 28/04/1855, do Diretor da , Francisco de Paula e Silva ao Pres. Prov. José Luis Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10. Grifo nosso.

estrada haja vista a falta de peões.<sup>99</sup> O pedido é feito pela urgência de continuar os serviços para evitar a estação chuvosa dos meses de agosto e setembro.

Pois, em Itaara o índice pluviométrico anual médio varia de 1500 a 1750 mm com as médias mensais de nenhum mês ser inferior a 100mm. Com as médias dos meses mais chuvosos de abril, junho e setembro com 150mm e os menos chuvosos de fevereiro e agosto com 100 a 150mm.<sup>100</sup>

E ampara-se nas ditas instruções da presidência, de 26 de março de 1855, pois ao enviar o ofício o administrador Pereira legitima o pedido:

E por ter em vista o artigo 6º das instruções da Presidência, que ordena que o Administrador agencie trabalhadores a fim de que o serviço se faça com a melhor ordem e proveito; E mesmo com o principal fim do bem público que V.Ex.<sup>a</sup> possuido d'estes seus sentimentos não poupará essa ocasião de nos ajudar [...].<sup>101</sup>

O pedido de Pereira teve resposta negativa e consequências nada positivas. Em tentativa de defesa sobre a desobediência Pereira argumenta para o vice-presidente da província Luis Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 24 de agosto de 1855, dizendo:

[...] a V.Ex.<sup>cia</sup> de que o Diretor muito se incomodou dizendo que não devem officiar a V.Ex.<sup>cia</sup> pedindo a vindas dos trabalhadores da Comp.<sup>a</sup> dos Pantaneiros sem ser sua ordens, eu nisto em nada ofendi nas instruções artigo 6 “dis que o Administrador them a seu cargo agenciar trabalhadores dirigi-los no trabalho, prezes aqui este se faça com melhor ordem proveito”, a vista disso eu não desobedeci [...] hera do meu dever agenciar trabalhadores antes contrário compri as ordens pontualmente.<sup>102</sup>

Apesar do pedido de trabalhadores não ter sido dirigido pessoalmente ao presidente Sinimbu, mas, sim, como autoridades provinciais. Porque é o vice-presidente Bello o questionado no segundo momento. Dá a entender apenas que *pessoalmente* seria a forma com que Paula e Silva resolveu a situação, decidindo por

<sup>99</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 07/08/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>100</sup> POELKING, Everton Luís. *Aptidão, evolução e conflitos*...2007, p. 28-29.

<sup>101</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 07/08/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>102</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 24/08/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Vice-Pres. Prov. Luis Alves Leite de Oliveira Bello. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

si próprio, ou seja, com “uma incível ingratidão” lavrou um Portaria demitindo Pereira.<sup>103</sup>

O que legitimou ainda mais a decisão de Paula e Silva fora que Pereira havia, simplesmente, suspenso - sem autorização prévia do diretor - desde o dia 12 de junho, os trabalhos de abertura da estrada. Paula e Silva fez com que esse fato chegasse até os ouvidos de Bello, “administrador da mesma obra Cidadão Manoel Alves Pereira que até então trabalhou nella sem m.<sup>a</sup> [muita] intervenção como de tudo já se inteirou a Presidencia”.<sup>104</sup> Paula e Silva efetua o pagamento de administrador a Pereira de 2:406\$920 réis, sendo 406\$920 réis a mais do valor que lhe cabia a administração.<sup>105</sup>

Quite com o dever aproveitou o direito que detinha para desfechar a exoneração outrora intentada. No ofício endereçado a Manoel Alves Pereira comentava Francisco Paula e Silva sobre o andamento da limpeza da estrada, mas o teor do verdadeiro do ofício ordenava: “Fique V.S.<sup>a</sup> na inteligencia que de hoje em diante se acha exonerado de toda a ingerencia, e abrigaçoes” um “cargo athe aqui lhe competição na obra dada estrada sendo da minha privativa competencia a escolha, nomiação da pepsoa que tem de o substituir” “ao emprego [de] Administrador”. Assim, “nomeio ao emprego de Administrador Constantino José de Oliveira para V.S.<sup>a</sup> entregar os objetos de ferramentas e utensílios fornecidos pela Fazenda Publica”.<sup>106</sup>

É interessante notar a discrepância que Paula Silva dirigia na escrita aos interlocutores nos ofícios. Sempre que é alguém posicionado hierarquicamente acima dele usava o tratamento de prestígio Vossa Excelência (V.Ex.<sup>cia</sup>). De modo contrário ocorria a hierarquia social menor que a sua utilizando apenas a formalidade respeitosa de Vossa Senhoria (V.S.<sup>a</sup>). Evidenciando isto fica notório que Francisco Paula e Silva e Manoel Alves Pereira não compartilhavam o mesmo nível na hierarquia social.

Ele que há “6 annos” tem “feito os maiores sacrificios afim de conseguir esta via de comomicação [...] o apostador encançavel dela” realizando “5 viagens a Porto

<sup>103</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 24/08/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Vice-pres. Prov. Luis Alves Leite de Oliveira Bello. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>104</sup> Of. datado no distrito de São Martinho, 08/08/1855, do diretor da estrada do Pinhal, Francisco de Paula e Silva ao Vice-Pres. Prov. Luis Alves Leite de Oliveira Bello. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>105</sup> Of. datado no distrito de São Martinho, 08/08/1855, do diretor da estrada do Pinhal, Francisco de Paula e Silva ao Vice-Pres. Prov. Luis Alves Leite de Oliveira Bello. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>106</sup> Of. datado no distrito de São Martinho, 22/08/1855, do diretor da estrada do Pinhal, Francisco de Paula e Silva ao administrador estrada do Pinhal Manoel Alves Pereira. AHRs, OP, C 5 M 09-10.



Alegre deixando de cuidar” de outras intenções e com “aumento [do salário] apenas parcial da Província”, assim lhe resta fazer o desabafo a Bello: “me recompensa de tantos sacrificios eu seja demitido!”.<sup>107</sup> O argumento proposto, em tom de apelo e desabafo, é plausível. Entretanto o que parece prevalecer no debate da desinteligência não é a retórica, mas as nuances das influências. Como pode ser apreciado no seguinte trecho destinado a Bello feito por Paula e Silva: - **“eu rogo mui respeitosa e encarrecidam.e [mente] á V.Ex.<sup>a</sup> se digne aprovar** a medida que adoptei de exonerar o enunciado Manoel Alves de seu emprego” e também “afsim a nomeação que fis p.<sup>a</sup> [para] preencher a sua vaga do Cidadão Constantino José d’Oliveira”.<sup>108</sup>

A notícia da demissão do administrador Pereira ecoou para toda sociedade quando veio as informações acerca das estradas da província:

DO PINHAL, ENTRE OS MUNICIPIOS DA CACHOEIRA, E DA CRUZ ALTA.

De varias participações que recebi, tanto do prestimoso cidadão que serve de director dos trabalhos desta estrada, como do administrador della, consta que continuam com regularidade esses trabalhos, devendo-se esperar que em pouco tempo esteja concluída uma das principaes vias de communição desta provincia. A desinteligência havia entre o director e o administrador terminou pela demissão deste, tendo-se julgado o director autorizado a dal-a, em virtude das instrucções que recebera da presidencia, como me participou nos últimos dias de minha administração em um officio, que será apresentado a V.Ex.<sup>109</sup>

O relatório do vice-presidente Bello que divulgou a demissão, em 26 de setembro, demonstra certa ambiguidade sobre Pereira e a demissão: “De varias participações que recebi tanto do prestimoso cidadão que serve de director dos trabalhos desta estrada, como do administrador della, consta que continuam com regularidade esses trabalhos”.<sup>110</sup> Contudo, não hesita em demiti-lo.

A demissão parece ter durado pouco tempo porque Pereira é readmitido às funções na correspondência, de novembro do mesmo ano, com o próximo presidente da província Manoel Vieira Tosta, Barão de Muritiba:

<sup>107</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 24/08/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Vice-pres. Prov. Luis Alves Leite de Oliveira Bello. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>108</sup> Of. datado em São Martinho, 30/08/1855, Francisco de Paula e Silva, Diretor da estrada do Pinhal, ao Vice-Pres. Prov. Luis Alves Leite de Oliveira Bello. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>109</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Barão de Muritiba, no dia 26 de setembro de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855b, p. 42.

<sup>110</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o...*, 1855b, p. 42.

Muito e Muito agradeço a V.Ex.<sup>cia</sup> de ter me reempoçado da Administração dos trabalhos da nova Estrada do Pinhal por eu ter emtereço Publico e Particular.

Deos Guarde a V.Ex.<sup>a</sup> Caxoera do Pinhal 6 de Novembro de 1855.

Illm<sup>o</sup> e Im<sup>o</sup> S<sup>nr</sup>. Senador Manoel Viera Tosta digno Pres.<sup>e</sup> da Província.

Manoel Alves Pereira

Administrador da nova Estrada do Pinhal.<sup>111</sup>

A situação insinua que Sinimbu e Bello preteriram Pereira por Paula e Silva; diferentemente do presidente Tosta. A influência militar e política do guarda-mor Francisco de Paula e Silva, Barão do Ibicuí, prevaleceu nos círculos do poder como “um dos mais importantes chefes milicianos de Cruz Alta ao longo do Segundo Reinado”.<sup>112</sup>

Ao pesquisar trajetória de Francisco de Paula e Silva afirma Cristiano Luís Christilino que muitas das fazendas do barão foram conquistadas ainda na ocupação da fronteira luso-brasileira, na primeira metade do século XIX, a grande concentração de terras se explica porque o guarda-mor, entre 1860 e 1880, teria sido o maior proprietário de terras de Cruz Alta.<sup>113</sup> Na análise dos Registros Paroquiais de Terras de Cruz Alta após sua morte, em 1879, as seis propriedades localizadas nas Missões ultrapassavam 51 mil hectares, um patrimônio avaliado em 364:235\$366 sendo 27:551\$366 em rebanhos, afirma Christilino.<sup>114</sup> Chefes milicianos como o Barão do Ibicuí, Ibirapuitã, Inhanduí, Camaquã entre outros, foram importantes lideranças da Guarda Nacional com seu poder de recrutamento para convocação de milhares de soldados nos rincões recônditos da província para incorporação das milícias do Rio Grande do Sul nas Forças Imperiais em guerra no Paraguai.<sup>115</sup> O prestígio que Paula e Silva tinha, e faltava em Pereira, irradiava até a Assembleia Legislativa como fica expresso nas palavras do deputado Borges Fortes explicando-se em uma plenária:

[...] não pretendo de forma alguma não é minha intenção ofender o caráter e a integridade do honrado cidadão a quem estiver confiados ultimamente esses trabalhos [da estrada do Pinhal] refiro me ao sr. guarda-mor Paula é um homem muito honesto, probro (Apoiados) incapaz da mais pequena prevaricação.<sup>116</sup>

<sup>111</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 06/11/1855, do administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. Manoel Viera Tosta. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>112</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)*. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, p. 279.

<sup>113</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 94.

<sup>114</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 94.

<sup>115</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 67-68.

<sup>116</sup> CORREIO DO SUL, Porto Alegre, 24 de novembro de 1858, a. 7, n. 257.

Atentamos para um tratamento oposto dado a Manoel Alves Pereira pela mesma Assembleia Legislativa:

Sr. Pinheiro: [...] foi encarregado da obra [da estrada do Pinhal] o sr. guardamór Francisco de Paula e Silva como diretor ou inspetor e teve por seu imediato sr. Manuel Alves Pereira que se apresentara como descobridor daquela picada e que ao final dizia ter sido vitimado. Assim, como foi Cristovão Colombo.

Sr. Borges Fortes: - Ri.

Sr. Pinheiro: - Conheceu ele?

Sr. Borges Fortes: - Conheci. [...]<sup>117</sup>

O modo discrepante como Pereira fora mencionado sem o menor temor por parte dos deputados demonstra as posições sociais diferentes que as pessoas do administrador e do diretor ocupavam na sociedade. O fato de Manoel Alves Pereira ter descoberto a picada do Pinhal e sido indicado pelo engenheiro provincial como administrador da abertura da estrada deve-lhe ter acrescentado alguma notabilidade social no local. Se comparada a importância ocupada por Paula Silva é mínima. Pereira dizia-se vitimado, muito embora pela demissão despropositada e com poucas chances de reação. Pois, tanto a demissão quanto a reintegração foram efêmeras. Ficando reempossado apenas por alguns meses, de novembro de 1855 a abril de 1856. Uma vez que torna a aparecer como desligado das funções as quais estendia-se até bem pouco tempo. Como relatava o presidente da província Tosta sobre estrada do Pinhal:

Segue-se nesta estrada a planta e o orçamento de engenheiro Norman, que por ordem do meu antecessor foi encarregado de semelhantes trabalhos. O zeloso cidadão guarda-mór Francisco de Paula Silva acha-se incumbido de dirigir a obra, que, segundo as informações recebidas, caminha com actividade depois de uma interrupção de quasi tres mezes, procedida da desintelligencia entre o director e **o administrador, que á final foi dispensado**.<sup>118</sup>

Dispensado Pereira do encargo da abertura da estrada sua vaga foi ocupada pelo administrador Constantino José de Oliveira. O último ofício de Manoel Alves Pereira como administrador data de 6 de novembro de 1855 quando agradece por ser reempossado na atitude do presidente Tosta. E o primeiro de Constantino José de

<sup>117</sup> CORREIO DO SUL, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1858, a. 7, n. 278.

<sup>118</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com o que o conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. presidente e comandante de armas, conselheiro e general Jeronymo Francisco Coelho, no dia 28 de abril de 1856*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856a, p. 48.

Oliveira data de 25 de fevereiro de 1856 no qual afirma a Paula e Silva: “Em virtude de sua orde de de 20 de janeiro passei a dar andamento aos trabalhos da Abertura da Estrada”.<sup>119</sup> Logo, começou entre as datas apontadas. Uma vez que não consta a contratação de Oliveira nos Relatórios de Presidente de Província, de 1855 a 1858, e nos jornais pesquisados, nem fica claro se Pereira deu continuidade aos trabalhos até a chegada do substituto, trabalhou conjuntamente em parceria, ou ausentou-se totalmente das funções.

Após a saída do cargo de administrador Pereira, quase desaparece das fontes examinadas na pesquisa. Exceto pela fonte do Auto Medição de Terra no qual consta a venda de sua Fazenda da Cachoeira do Pinhal, em Cartório de Santa Maria da Boca do Monte, no dia 18 de julho de 1856, para os casais de imigrantes alemães, vindos de São Leopoldo, Miguel Kroeff, Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht e Jacob Adamy e Catharina Adamy.<sup>120</sup> O que chama a atenção é o ano da venda, 1856, ser o mesmo em que não ocupa mais a função de administrador da estrada do Pinhal. O que teria motivado o Capitão-mor Cirurgião Manoel Alves Pereira e sua esposa Senhorinha Alves da Conceição a sair do Pinhal? Teria sido a valorização do preço das terras da região do Pinhal com abertura da estrada? Ou após a insistência na demissão por parte de Francisco de Paula e Silva a relação tornou-se cada vez mais insustentável a ponto de tencionar a saída para longe de uma tragédia anunciada? Não temos como saber a resposta e tais possibilidades serão lançadas para o campo das hipóteses.

No decorrer do ano de 1856 as funções da administração da estrada do Pinhal foram executadas por Oliveira, o qual informava a cada mês a evolução dos trabalhos, trecho a trecho, com as devidas tarefas cumpridas e por cumprir.<sup>121</sup> E Paula e Silva continuava a reter e, porque não, desfrutar, do prestígio que a direção da estrada lhe

---

<sup>119</sup> Of. datado na cachoeira do Pinhal, 25/02/1856, do administrador da estrada do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRS, OP, C 6 M 11.

<sup>120</sup> AHRS, Auto de Medição, n. 240, 1862. Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>121</sup> Of. datado na cachoeira do Pinhal, 26/03/1856, administrador da estrada do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRS, OP, C 6 M 11. Of. datado na cachoeira do Pinhal, 15/04/1856, administrador da estrada do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRS, OP, C 6 M 11. Of. datado na cachoeira do Pinhal, 23/05/1856, do administrador da estrada do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRS, OP, C 6 M 11. Of. datado no Abarrancamento na serra do Pinhal, 21/06/1856, do administrador da estrada do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRS, OP, C 6 M 11. Of. datado em Santa Maria, 22/07/1856, do administrador da estrada do Pinhal, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRS, OP, C 6 M 11.

oferecia quando o presidente da província Jeronymo Francisco Coelho anunciou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial que:

Ao guarda-mór Francisco de Paula e Silva se havia mandado entregar em Janeiro do corrente anno [1856] a quantia de 5:000\$ rs. para a despesa desta obra planejada, e orçada pelo engenheiro civil Felipe de Normann. **Aquelle guarda-mór, como pessoa de reconhecido zelo e probidade, foi confiada a administração, e direcção dos trabalhos [...].**<sup>122</sup>

O interesse do governo provincial ao investir a vultosa soma de cinco contos de réis é de agilizar a finalização da obra que a “via de comunicação é de summa importancia, não só por dispensar o trajecto pela serra de S. Martinho, que se havia tornado impraticável” como porque por ella se dá passagem á numerosas tropas de gado e de carretas”.<sup>123</sup>

Do que o administrador Oliveira se correspondeu com o diretor, pouco se pode aproveitar de dados para informação da real situação da estrada. Por isso tentaremos conhecer a estrada à época vendo com olhos de quem viu e ouvindo pelos ouvidos de quem ouviu, para almejar, ainda que, inatingível, a sensação da experiência de quem transitou pelo Pinhal, isto é, acompanhar um viajante. O texto produzido a partir da experiência de uma viagem, durante ou posteriormente, torna-se um relato de viagem, uma literatura de viagem. O observador enleia-se na trama da memória em meio a expectativa do desconhecido e do vivido e da interpretação. Trazendo à tona na narrativa apenas os aspectos que lhe são mais caros ditando a escrita um gênero. O qual manifesta-se de várias e diferentes formas: diário, epístola, crônica, poesia, romance, científico e etnográfico; como Karen Macknow Lisboa definiu um gênero híbrido.<sup>124</sup> O mesmo relato de viajante que como fonte permite acessar a realidade histórica de diversos ângulos deve ser considerado “que as descrições e informações constantes nesses relatos constituem, na verdade, representações, reinvenções da realidade com base na visão de mundo dos viajantes”.<sup>125</sup>

<sup>122</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856b, p. 39. (Grifo nosso).

<sup>123</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o...*, 1856a, p. 48.

<sup>124</sup> LISBOA, Karen M. Aproximações teóricas e de métodos: a literatura de viagem. In: \_\_\_\_\_. *Mundo novo mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2011, p. 82-89.

<sup>125</sup> FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa. *Colônia*. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 273-307.

O viajante Bello, ex-vice-presidente da província, que transitou pela estrada do Pinhal em 25 de agosto de 1856 e pode informar como estava a construção da obra:

Às 8 horas da manhã deixei a casa do Sr. José Gomes Porto, e saí de Santa Maria, acompanhado por ele, pelo Ten. Cel. Valença [comandante da Guarda Nacional] e por mais 10 pessoas das principais do lugar. A poucas quadras de distância da Freguesia entrei na picada da serra, e a meia légua encontrei a grande estrada do Pinhal, de cuja obra é inspetor o Guarda-mor Francisco de Paula e Silva. É uma excelente estrada através da Serra, que comunica a freguesia de Santa Maria com a de São Martinho e consequentemente com o Município da Cruz Alta. Deverá ter légua e meia de extensão desde o campo de Cima da Serra até Santa Maria, mas está aberta somente na extensão de uma légua; tem duzentos palmos de largura; tem poucas voltas; e seus trabalhos têm sido muito bem executados. Há somente no meio, pouco mais ou menos de sua extensão total, um pequeno barranco (vulgo taimbé) de meia quadra de extensão, onde será necessário construir-se um forte paredão de pedra, e fazer algum aterro. Esta estrada, que ficará magnífica depois de calçada, tirará muita importância a São Martinho, porque atrairá toda grande comunicação do Município da Cruz Alta com a Cachoeira, a Santa Maria, a que se fazia por aquela Freguesia. As carretas irão otimamente até Santa Maria, e pouparão algumas léguas de caminho.<sup>126</sup>

Se procede a medida da estrada feita por Bello de uma légua e meia de extensão com a apenas uma légua aberta, logo faltava ainda meia légua para conclusão. O mesmo relato de viajante, híbrido, que como fonte permite acessar a realidade histórica de diversos ângulos dever ser considerado “que as descrições e informações constantes nesses relatos constituem, na verdade, representações, reinvenções da realidade com base na visão de mundo dos viajantes”.<sup>127</sup> É preciso relativizar os elogios “excelente” “muito bem” “otimamente” “magnífica” que Bello dedicou à estrada do Pinhal. Seria pouco provável um apontamento de Bello para as irregularidades na obra. Porque a construção da estrada que, ainda não terminara, passou pela própria gestão política quando vice-presidente da província e pela direção de Paula e Silva, sujeito influente na região. Ademais, a viagem realizada era uma excursão eleitoral o que insinua motivações com fins políticos.<sup>128</sup>

<sup>126</sup> BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Diário de uma viagem no interior da Prov.<sup>a</sup> de São Pedro em 1856. In: MARCHIORI, José Newton C.; NOAL FILHO, Valter Antônio (Orgs.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997, p. 42.

<sup>127</sup> FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa. *Colônia*. Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 273-307.

<sup>128</sup> Na breve biografia de Bello, Marchiori e Noal Filho (1997, p. 39) citam a referência: BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Diário de uma Excursão Eleitoral - Agosto de 1856. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 79, 1940, Porto Alegre. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) informa que o título do livro escrito por Bello é *Diário de uma excursão eleitoral, feita ao deixar a presidência da Província - agosto de 1856*. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LALOBelo.html>>. Acessado em: 08 jan. 2018.

A exemplo disto é o comentário de Bello para além das gentilezas na casa de Paula e Silva: “Fui recebido com **muita distinção e boas maneiras** pela família do guarda-Mor. Este é um homem **de 60 anos, robusto ainda, rico**, tem muitos filhos e **é muito agradável e cavalheiro**, tanto pelo menos foi”.<sup>129</sup> A retroalimentação mútua dos laços de poder é sutil. Sendo que as reputações de ambos lhes eram conhecidas porque trocaram correspondências outrora. O código simbólico exposto é oferecer as melhores impressões possíveis para receber o mesmo retorno. Cultivar a reciprocidade como estratégia de acesso a bens (i)materiais resguardados a certos grupos.

Como os trabalhos da estrada estão sendo muito bem executados significa que a Paula e Silva tem dado prosseguimento na condução do percurso após receber a verba 5:000\$000 réis. Até dezembro de 1856, fora aberta uma extensão de 1320 braças no início da subida da serra e construídos paredões naquele mesmo local. O engenheiro Normann que vistoriou a estrada do Pinhal declarou como resultados do ano de 1856: 1320 braças de extensão com 250 palmos de largura desmatada sendo 80 palmos limpos para trânsito. Com o diretor Paula e Silva restava o saldo de 975\$460 equivalente aos gastos anuais. Para concluir-se a estrada faltam ainda a construção de mais paredões na subida da serra e serviços de aperfeiçoamento orçando isto no valor de 14:000\$000 e conforme avaliação de Normann poderá ser concluída em 10 meses de trabalho.<sup>130</sup> É visando o término da obra que Paula e Silva recebeu do governo provincial o valor de 6:000\$000, podendo ficar com a quantia anterior de 975\$460 para soma no abatimento das despesas. E, assim, em fevereiro de 1857, organizou a limpeza da vegetação do trecho da estrada do passo do arroio do Pinhal até as capoeiras de Joaquim Elias ficando os trabalhos sobre a fiscalização de Normann.<sup>131</sup>

Mais trabalhos ocorreram entre 21 de fevereiro a 22 de março com administrador Oliveira afirmando em seu relatório sobre a abertura da estrada do Pinhal que abriu caminho no passo do Arroio Camilo Santos Leal, 50 braças de passagem e, aperfeiçoando os serviços cavando barrancos de ambos os lados do arroio retirando todas as grandes pedras que atrapalhavam a rodagem de carretas.

<sup>129</sup> BELLO, 1856 apud FIRMINO, 1991, p. 104.

<sup>130</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do presidente da provincia...*, 1856b, p. 39.

<sup>131</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul o comendador Patricio Corrêa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1857, p. 41.

Para isto preparou o terreno derrubando, cavando todos paus e pedras fazendo o nivelamento do terreno inclinado sem ter perigo das carretas virarem.<sup>132</sup>

No decorrer dos meses de março a abril o administrador realizou os trabalhos aplainando um decurso com uma estrada, de 40 braças, que costeava um serro bastante inclinado fez a escavação com profundidade de 22 palmos para que o terreno oferecesse livre trânsito de carretas e tropas. Isto “[...] segundo direção dada pelo Engenheiro Felipe de Norman, que aqui tem vindo diversas vezes vezitar, examinar, noços trabalhos ficando dely satisfeito [...]”.<sup>133</sup>

Os relatórios que seguiram a partir do mês de abril a agosto pelo administrador Oliveira submetendo as relações dos serviços da estrada do Pinhal endereçados ao diretor Paula e Silva apenas retomaram informes do cotidiano de afazeres, de mão de obra, que requerendo a abertura de uma estrada com avanços e percalços como já explicitamos.<sup>134</sup> Devido a proposta de Paula e Silva, em 22 de julho, para haver mudanças da planta para partes de lugares mais enxutos, áreas menos alagadiças, e em um trecho de carretas. Em 25 de agosto, o governo da província solicitou a Normann que dirigisse naquele lugar para examinar e traçar a confecção da planta.<sup>135</sup>

Nesse sentido, para tentar finalizar obras públicas, a Assembleia Provincial procedeu uma discussão que tratava do orçamento em que o presidente da província podia preferir quais seriam as obras mais urgentes. As obras que foram destacadas como possibilidade de escolha para região central estavam a “conclusão da estrada do Pinhal na freguesia de Nossa Senhora da Boca do Monte” e a “conclusão do conserto da picada de São Martinho da Boca do Monte”.<sup>136</sup> Isto demonstra que não há apenas o interesse público na estrada do Pinhal, mas a fiscalização do dinheiro que sai do erário para uma finalidade e que poderia ser direcionada para outros fins.

---

<sup>132</sup> Of. datado na Estrada do Pinhal de S. Martinho, 21/02 a 22/03/1857, do administrador, Constantino José de Oliveira, sem destinatário, AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

<sup>133</sup> Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 21/03 a 21/04/1857, do administrador, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva, AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

<sup>134</sup> Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 24/04 a 21/05/1857, do administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva, AHRs, OP, C 7 M 13-13A. Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 22/05 a 21/06/1857, do administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva, AHRs, OP, C 7 M 13-13A. Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 23/07/1857, do administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva, AHRs, OP, C 7 M 13-13A. Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 23/08/1857, administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva, AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

<sup>135</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do vice-presidente...*, 1857, p. 41.

<sup>136</sup> CORREIO DO SUL, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1857, a. 6, n. 53.



Por isso, em janeiro de 1858, sob ordem do presidente da província Angelo Moniz da Silva Ferraz a estrada do Pinhal foi examinada por alguém que não participava diretamente da obra, o engenheiro Major José Maria Pereira Campos. O qual disse que “o traço da obra foi aprovado” e “ao mesmo passo informou que por essa estrada, já se dava transito, orçando em 10:000\$ rs. as despesas para sua conclusão”.<sup>137</sup>

Aproximadamente três anos para construção da estrada do Pinhal a partir da planta proposta por Normann. Receberia a obra mais o incentivo 10:000\$000 para conclusão, e a possível modificação sugerida por Paula e Silva e, provavelmente, deveria conter ainda falhas e precisaria de manutenção nos trechos prontos. Como é importante “que se vele sobre sua conservação. Para este fim, será preciso o calçamento do areal que fica na subida do Peráo” da estrada do Pinhal.<sup>138</sup>

Logo, a meta principal de conseguir um caminho menos tortuoso, evitando-se a picada de São Martinho, para conectar o comércio dos campos de cima da serra com a campanha – sobretudo – do município de Cruz Alta, estava parcialmente atingida em 1858. Mesmo com a escassez de mão de obra na região do Pinhal.

## 2.2 POR PRÊÇO NENHUM SE ACHA PIÃO: QUEM TRABALHAVA NA OBRA

À primeira vista a descoberta e abertura da picada do Pinhal, posteriormente, evoluindo para estrada pensada pela Assembleia Provincial, projetada por engenheiro e executada pelo governo provincial com funcionários destacados; transmite a sensação de participação eficaz do Estado. Os deputados constataram isto durante os momentos em que fomentaram a estrada do Pinhal sem ter tantas informações de retorno. O órgão que transmitia para Assembleia o processo de construção da obra, salvo engano, eram os relatórios do presidente da província divulgados a público a cada substituição de presidente e prestação de contas a Assembleia Legislativa Provincial. Todavia, nem todas informações chegavam, ou não se deixava chegar(?), até o presidente e os deputados. Com certeza, as despesas chegavam.

<sup>137</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 8ª Legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1858, p. 106.

<sup>138</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do presidente da província...*, 1858, p. 106.

Manifestando insatisfação contra isto que na 12ª Sessão Ordinária, em 22 de novembro de 1858, houve um “pedido de informações apreciação dos atos da administração provincial” sobre a “picada do Pinhal e a importância das quantias despendidas até a sua conclusão”.<sup>139</sup> Para debater sobre tal o deputado Borges Fortes foi à tribuna:

Senhores talvez vos causasse estresse que eu e meus ilustres companheiros pelo mesmo distrito eleitoral tomássemos a deliberação de apresentar nessa Casa um pedido pedindo que novos exames sejam feitos nessa picada para por em tais condições que se preste ao trânsito de carretas quando sua excelência declara em seu relatório que a obra está concluída. Aquela estrada senhores não foi projetada de escoteiros, de peões ou cavaleiros. **Foi mandada abrir para trânsito de carretas e para o trânsito de carretas concluída como se acha não serve.** Pode servir como tem servido outras como serviu, por exemplo, a de São Martinho e a da Boca do Monte, como serviu a de São Xavier, **mas quando a província se dispõe a gastar seus dinheiros não é por certo pagamento dar-se fazer uma estrada cheia de embarços e de inconvenientes como esta está [...]** o estado da picada que se dizia concluída e realmente indo percorre-la em companhia de alguns cidadãos distintos daquele lugar **encontrei nela mil defeitos.** [...] as areias e a terra depositada em cima vão descendo com o próprio peso como de trânsito e com as águas deixando buracos perigosos como já lá existem. Mas, há sobretudo uma parte da estrada conhecida pelo nome de Perau, verdadeiro precipício, que mereceu muito pouca atenção aos diretores ou planejadores ou engenheiros ou quer que seja que se encarregaram desses trabalhos fizeram uma montanha em corte bastante apertado por onde não podem atravessar duas carretas. E amontoaram pedras umas sobre as outras tendo com isso fazer um paredão, mas pedras soltas, pedras muito frágeis que se transformam em areia com o peso e algumas tem uma tal coesão ou tal a sua composição que se dissolvem com as águas uma espécie de barro acumularam [...] Como dizia eu se tem tratado dessa questão aqui e fora da aqui **eu quisera também que nos fosse presente a planta e o orçamento dessa picada para sabermos como foi isso dirigido como foi isso calculado que veio a dar resultados inteiramente diversos aqueles para que fazíamos despende. Consta-me que grandes somas despenderam com essa obra que as despesas foram muito além de nossas previsões** porque me recorde que quando se tratou de abrir essa picada consignou essa Assembleia **10 contos de réis quantia essa que se julgava suficiente [...]**.<sup>140</sup>

O discurso do deputado é contundente apontando as fragilidades dos resultados não condizentes com as quantias vultosas de réis investidas na estrada. Os recursos investidos que se destinavam para o feitiço da estrada aconteciam, é verdade, de formas um pouco escusas no controle dos custos e, sobretudo, no pagamento dos trabalhadores. Levar-se-á em consideração as debilidades de aptidão

<sup>139</sup> CORREIO DO SUL, Porto Alegre, 24 de novembro de 1858, a. 7, n. 257.

<sup>140</sup> CORREIO DO SUL, Porto Alegre, 24 de novembro de 1858, a. 7, n. 257. (Grifo nosso).

*conditio sine qua non* de qualquer ser humano, logo, também dos próprios administradores encarregados da construção da estrada.

A parte dos trabalhadores do escalão gerenciador são o engenheiro, o administrador e o diretor. Destes, o engenheiro civil Normann era funcionário provincial recebia tinha pagamento destinado fora do orçamento das despesas da estrada. Já tanto os administradores Pereira quanto Oliveira recebiam salário dentro do orçamento. O diretor Paula e Silva não recebia pagamentos, nada ao menos fora declarado nas fontes. Entendemos que Paula e Silva como liderança miliciania tinha interesse em gratificações que transcenderiam um mero soldo. A dívida de favores, o poder da influência, ser convidado para compadrio, o respaldo político-militar seriam apenas algumas das recompensas que um salário não poderia pagar.

A maioria dos trabalhadores da obra de abertura da estrada poucas vezes são declarados nos Relatórios de Presidente da Província e na Assembleia Legislativa nem mencionados. Diferentemente dos ofícios de trocados entre: o diretor, o administrador e o engenheiro; os quais expõem dados significativos sobre a organização acerca de quem trabalhava na obra. Claro, não há listas de pagamentos efetuados diretamente aos trabalhadores, com os respectivos nomes, porém eles existiram e conseguimos conhecer o seu cotidiano.

Os ofícios de correspondência dos administradores tinham instruções da presidência da província para agenciar trabalhadores. Como administrador e políticos do palacete estavam em dois extremos nem todos os acontecimentos chegaram até Porto Alegre. Seja por falta desinteresse ou mesmo falta de habilidade com coisa pública. Principalmente no que tange como geria-se o pagamento da mão de obra.

Em 1855, na abertura da estrada do Pinhal houve muitas dificuldades em conseguir quem trabalhasse nos serviços como: derrubar matos, fazer roçado de capoeiras, arrancar tocos, cavar a terra, carregar pedras entre outras agruras insalubres a que estavam condicionados a parcela da população livre pobre. Normann na elaboração do orçamento das despesas alertava o presidente Sinimbu para “carestia actual dos trabalhadores, que neste lugar não se podem obter por menos de 1\$500 reis por dia, á secco”.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 10/03/1855, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRs, OP, C 5 M 09-10.

O alerta do engenheiro soa como protesto do valor a pagar mesmo o fazendo “a seco (sem refeições)”<sup>142</sup>. Sendo pago por dia de serviço o trabalhador, jornaleiro ocupa-se nisto. Ao encerrar a jornada de trabalho ao fim do dia não tinha necessariamente o compromisso de retornar. E podia dispensar a qualquer momento a obra e dedicar-se a outras atividades. Se fosse lavrador podia dedicar o tempo para a roça tanto no plantio quanto na colheita. Como analisou Hebe Mattos na organização rural do século XIX, em Capivary, no estado Rio de Janeiro, a relação do jornal na vida dos lavradores:

Em todos os casos, entretanto, o dinheiro recebido a jornal era remuneração eventual e complementar às roças de subsistência cultivadas, e o trabalho gratuito semanal marcava uma inflexão significativa na antiga autonomia dos lavradores sem terra da região em relação aos proprietários legais dos terrenos ocupados.<sup>143</sup>

A desinteligência entre o diretor Paula e Silva e o administrador Pereira fora em função da falta de braços para o serviço. Na qual o administrador pede ao presidente Sinimbu autorizar o deslocamento para o Pinhal de 16 ou 20 homens da Companhia de Pantaneiros, grupo de militares, para andamento da obra. Reclama Pereira: “porque d’este mês em diante até fins de abr. por preço nenhum se acha pião, pois alguns que há por aqui são afamiliados” e “se empregão nas plantações”.<sup>144</sup> Isto denota que os homens afamiliados não tinham interesse no valor desfavorável de 1\$500 visto que necessitam alimentar a família. Logo, tornava-se mais viável trabalhar em plantações para receber o pagamento em produtos da lavoura e garantir a alimentação do grupo familiar.

Isto fica evidenciado por Luís Augusto Farinatti na pesquisa sobre estrutura agrária da região de Santa Maria, em que os lavradores ocupavam uma presença significativa com suas lavouras nas áreas florestais que estavam fora do sistema pecuarista. Na economia local circulava pouca moeda aparecendo valores em dinheiro apenas nos inventários de grandes pecuaristas e comerciantes.

---

<sup>142</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2 ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 130.

<sup>143</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história...* 2009, p. 131.

<sup>144</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 07/08/1855, do administrador da estrada da Cachoeira do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. AHRS, OP, C 5 M 09-10.

Demonstrando que os lavradores estavam ocupados com suas lavouras e praticavam, possivelmente, um comércio das safras num sistema de trocas.<sup>145</sup>

A carência de mão de obra causava tanto empecilho ao prosseguimento das atividades da estrada, que Pereira sugeriu ao presidente Tosta substituir a forma de pagamento na tentativa de atrair trabalhadores:

Permita-me V.Ex.<sup>cia</sup> que lhe pondere para a bom andamento da estrada V.Ex.<sup>a</sup> mandar entregar ao thezoureiro, dinheiro em prata inclusive prata miuda para facilitar os pagamentos no fins de cada semana pois maior parte dos operários precisão para sustentação de suas famílias, é muito dificulttoso a prata neste lugar.<sup>146</sup>

A alternativa encontrada pelo administrador Pereira para agenciar peões fora modificar o pagamento de réis para prata e prata miúda. A troca do dinheiro por prata incidiu no tempo de trabalho que não mais seria um contrato por dia trabalhado, mas por semana. Para esses operários sustentarem suas famílias receberem a prata como remuneração é, sem dúvida, mais vantajoso pois a moeda tem um valor fixo como valor de compra e venda. E a prata mesmo com uma cotação da grama haveria uma variação do valor maior que os réis dependendo de quem compra a prata e do modo como efetua a pesagem na balança. Isto influencia diretamente na aceitação do serviço devido aumentar a possibilidade de poder de compra a um número maior de víveres ao final de cada semana.

A denominação de operários, apesar de ambígua, induz a ideia de trabalhadores com ofício e/ou experiência na construção de estradas. Contudo, nada impede de que fossem lavradores operando na abertura da estrada sendo reconhecidos pelo administrador como um contingente de operários. No mesmo ofício enviado o administrador da estrada do Pinhal ainda solicita:

Também julgo será nepeçario (sic) que os operarios efectivos a G.N. [Guarda Nacional] não sejam tirados do serviço para o destacamentos asim como os solteiros, que não sejam recrutados, pois foi prezo para a recruta hum dos trabalhadores, e com receio de serem recrutados se ausentarão muitos trabalhadores, e tendo se espalhado esta nocticia nao é popsivel (sic) se agenciar trabalhadores, e como eu muito dezejo que a Estrada se faça com muita brevidade economia e esse omotivo de tomar a liberdade ponderar a V.Ex.<sup>a</sup> pois é muito sabido que quanto maior numero de operários melhor se

<sup>145</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: Lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. 1999. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

<sup>146</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 06/11/1855, administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. para Manoel Viera Tosta. AHRS, OP, C 5 M 09-10.

pode economizar dispezas, alem da vantagem de concluir-se em menos tempo a Estrada!<sup>147</sup>

A Guarda Nacional atrapalhou a contratação de trabalhadores que já estava difícil quando recrutou operários para os batalhões. Então, o administrador Pereira solicitou que não era para a Guarda Nacional recrutar os seus operários efetivos, com família, e nem mesmo os operários solteiros, sem família (esposa e filhos dependentes) para o destacamento militar. Ainda que os solteiros estivessem aptos para se alistarem nas tropas auxiliares. O caso de um dos trabalhadores ter sido preso para alistamento espalhou a notícia pela serra de que a Guarda Nacional estaria alistando os trabalhadores da estrada. Sob a apreensão do recrutamento muitos trabalhadores se ausentaram do serviço, dificultando o prosseguimento da obra no Pinhal.

Um dos motivos dos trabalhadores fugirem do alistamento militar conforme José Iran Ribeiro era porque o serviço de 2ª linha, na Milícia da Guarda Nacional, em poucas oportunidades oferecia pagamento aos praças para atividades com armas; diferentemente da 1ª linha, o Exército, em que o alistado seria um profissional militar.<sup>148</sup> Se por um lado as difíceis condições nas quais os praças deveriam atuar os afastava do alistamento muitas vezes sem ter folgas do destacamento, por outro o não cumprimento da legislação punitiva fazia com que muitos homens desertassem também, pois as leis que penalizavam eram ineficazes pela aplicabilidade ou muito severas que acabavam não sendo cumpridas na integralidade senão faltaria o efetivo militar.<sup>149</sup> E, sobretudo, envolver-se na lida das armas era estar mais próximo da morte.

Ao presidente da província, o administrador explicitou a lógica vigente na relação de agenciamento da mão de obra, quanto maior o número de trabalhadores melhor se economiza despesas porque se muitos trabalhadores se apresentarem ao trabalho, sinal que querem este meio confuso. Então, o administrador pode oferecer um valor menor a ser pago sem medo de recusa. Como os trabalhadores precisam do

---

<sup>147</sup> Of. datado na Cachoeira do Pinhal, 06/11/1855, administrador da estrada do Pinhal, Manoel Alves Pereira ao Pres. Prov. para Manoel Viera Tosta, AHRs, OP, C 5 M 09-10.

<sup>148</sup> RIBEIRO, José Iran. Para servir o Imperador – o alistamento dos milicianos. In: \_\_\_\_\_. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005, p. 31.

<sup>149</sup> RIBEIRO, José Iran. Entre arranjos, desertores, índios e outras demandas – os serviços policiais nas localidades em uma conjuntura de guerra. In: \_\_\_\_\_. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005, p. 106.

emprego acabam se sujeitando ao pagamento. Muito diferente disto se estivessem em menor quantidade. Como ocorreu durante o maior período da construção da estrada, encarecendo as despesas.

O reaproveitamento de trabalhadores de outras obras fora o que muitas vezes dera fôlego para regularidade dos trabalhos na estrada. Assim, percebeu a oportunidade o engenheiro Normann, que consultou o presidente da província Jeronymo Francisco Coelho se poderia redirecionar os trabalhadores da ponte do rio Jacuí para que o pessoal não ficasse desempregado após a interrupção desta atividade e, ao mesmo tempo, solucionar ainda que temporariamente a falta de mão de obra. Na construção da ponte do Jacuí “consta de haver 40 á 50 pessoas pela maior parte escravos, porém toda gente boa e amestrada em todo o servição de pedreiro e cavouqueiro, tal e qual se prezisa, para na estrada do Pinhal”. O arrematante da ponte Firminiano Pereira Soares quando perguntado por Normann sobre o interesse de “no caso de parar a obra, lhe convinha alugar essa gente para o serviço dáquella estrada” respondeu “na carta junta que estava prompto para isso” cobraria os jornais dos seus operários.<sup>150</sup> Os valores propostos levavam em conta o jornal de cada operário de acordo com a função já que a disposição havia 40 trabalhadores que “poderão em 10 mezes [1 mês com 20 dias, apontava Normann] e com toda a perfeição, incluir a estrada do Pinhal, contando todavia que o descortinamento dos matos, remoção dos paús, raízes a do leito da estrada” (Tabela 2).<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> Of. datado na Vila da Cachoeira, 03/11/1856, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. Jeronymo Francisco Coelho. AHRS, OP, C 6 M 11.

<sup>151</sup> Of. datado na Vila da Cachoeira, 03/11/1856, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. Jeronymo Francisco Coelho. AHRS, OP, C 6 M 11.

Tabela 2 – Jornais dos escravos por ofício

Qtd	Ofício	Jornal diário (réis)	Total do Jornal diário (réis)
1	Oficial de ferreiro	2\$500	2\$500
1	Oficial de carpinteiro	2\$000	2\$000
4	Oficial de pedreiro	2\$000	8\$000
8	Oficial de cavouqueiro	1\$000	8\$000
26	Servente	\$800	20\$800
Total		8\$300	41\$300

Fonte: Of. datado na Vila da Cachoeira, 03/11/1856, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. Jeronimo Francisco Coelho. AHRs, OP, C 6 M 11.

Os operários da estrada alugados por Soares eram escravos com ofícios, categorias socioprofissionais, que os qualificavam enquanto trabalhadores para serem utilizados como escravos de ganho. Tendo conhecimento de tais propostas o presidente da província Jeronymo Francisco Coelho na tentativa de suprir a necessidade de trabalhadores aceita a contratação dos operários:

Para remover a diffculdade da falta de trabalhadores mandei entrar em ajustes (que se achão aceitos) com o empresario da ponte do Jacuhy, afim de que operarios que trabalham nesta ponte passem para a estrada do Pinhal, logo que se conclui o respaldo do ultimo pegão da dita ponte, cujo serviço então deverá parar, o que terá lugar até fins do proximo mez de Janeiro.<sup>152</sup>

A transferência dos operários da ponte do rio Jacuí para a estrada do Pinhal era uma medida temporária que acabou por prolongar-se com os escravos de Soares na arrematação da construção da estrada. Há de se salientar o contraste de pagamento dos jornais aos operários relativo a qualificação socioprofissional. Se nos pagamentos dos valores totais dos jornais diários correspondiam a 50% para os serventes seguido com 19% pelos pedreiros e cavouqueiros em um dia de trabalho na estrada do Pinhal. Tais dados imputam uma falácia ao valor do jornal pago, sobretudo, aos serventes como sendo os mais bem pagos.

A função desempenhada pelo servente é a que requer menor ou nenhuma capacitação técnica sendo sua mão de obra auxiliar destacada para maioria dos trabalhos, simples, rudes e pesados que necessitam geralmente de maior emprego da força bruta. Embora sendo o serviço que desgastaria demasiadamente o físico do

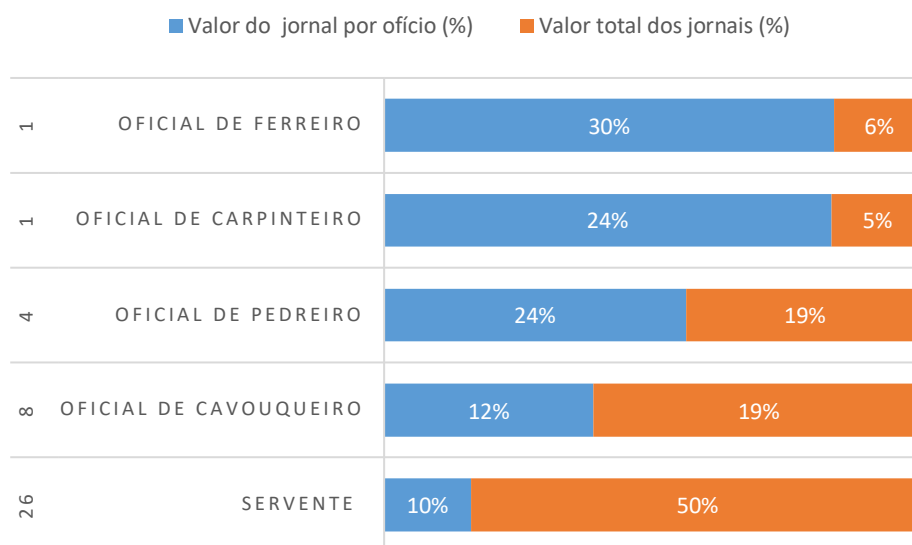
<sup>152</sup> RIO GRANDE DO SUL, *Relatório do presidente da província*, 1856b, p. 39.



trabalhador requerendo um valor justo ao esforço. Contudo isto não é considerado pelo empreiteiro no acerto do valor. O que atribui valor ao trabalho é a relevância de habilidades específicas, ou seja, a qualificação. E, no caso, da estrada do Pinhal a qual necessitou, desde o início da abertura, de mão de obra comum e qualificada. Os valores dos jornais de trabalhadores qualificados, provavelmente, incidiam no preço a ser cobrado pelo serviço.

Há uma quantidade maior de serventes que auxiliam os oficiais de ofício, 26 serventes, os quais somando os pagamentos de todos os jornaleiros acarreta, primeiramente num valor total atrativo. Entretanto, apresentando detalhadamente os valores dos jornais referente a cada ofício temos uma discrepância de pagamento de acordo com a técnica como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Porcentagem dos jornais de ofício (%) - 1856



Fonte: Of. datado na Vila da Cachoeira, 03/11/1856, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Pres. Prov. Jeronimo Francisco Coelho. AHRS, OP, C 6 M 11.

Desse modo os 50% do valor total dos jornais pertencentes a 26 serventes ao confrontar com o valor do jornal de 1 servente diminui para 10% em relação aos demais operários. Sendo que o valor pago a apenas o ofício de 1 ferreiro constitui 30% devido as habilidades demonstradas.

No decorrer das obras do Pinhal dá a entender que nem tudo o que acontecera fora relatado para o governo da província e Assembleia Provincial, principalmente, a respeito das despesas geradas com os trabalhadores as quais são esparsas

oferecendo como poucos valores despendidos. Não existe um balancete das despesas ocasionadas acerca da obra em que haja listagem nominada. O que impossibilita um levantamento do montante direcionado para a construção.

Em 1855, o presidente Sinimbu afirmava que “além das despesas ainda não conhecidas com o salario dos trabalhadores fez-se tambem a de 496\$340 rs. com a compra de ferramentas, e outros objectos”.<sup>153</sup> No relatório seguinte do vice-presidente da província não é realizada a prestação de contas dos gastos com os trabalhadores.<sup>154</sup>

Contudo, quando houve retorno a presidência sobre as despesas da estrada as informações não primavam pela veracidade ou estavam desencontradas. A saber, quando no relatório do presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz, de 1858, anunciava que “desde fins de agosto passado, prestando para esse exito por algum tempo o cidadão Firminiano Pereira Soares, gratuitamente, o serviço de seus escravos”.<sup>155</sup>

Não é o que foi participado pelo administrador Oliveira nas várias correspondências de 1857. No ofício de “relatorios dos trabalhos feitos na continuação da abertura da Estrada do Pinhal de S. Martinho no mez de 30 dias que decorreram de 21 de fevereiro a 22 de março de 1857”, sem destinatário, apenas “a saber” dizia: “devia de comonicação em que se fez de dezpeza no mez decorrido com os jornais e sustento de coarenta e hum escravos do S<sup>nr</sup>. Ferminiano Pereira Suares, acountia de hum Conto seis centos e vinte”.<sup>156</sup>

A presidência fora informada de que os serviços dos escravos de Ferminiano Pereira Soares foram gratuitos. Pelo contrário ocorreu pagamento dos trabalhadores diários, jornaleiro, e do sustento dos 41 escravos custaram 1:620\$000. O dito “sustento” seria a cobrança pela alimentação dos escravos nos dias de trabalho. Até poderia insinuar gratuidade por parte de Soares, mas se acarretou em alguma forma de gasto será indiretamente despesa. E deveria ser atribuída ao orçamento despendido. Devido as muitas vezes que foram citados no ofício sucedendo algum tipo de gasto:

Na Estação Invernoza tendo-se empregado nestes serviços coarenta escravos de Feminino Pereira Soares com os seus se fez a dezpeza de

<sup>153</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o...*, 1855a, p. 36.

<sup>154</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o...*, 1855b.

<sup>155</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do presidente...*, 1858, p. 106.

<sup>156</sup> Of. datado na Estrada do Pinhal, de S. Martinho, de 21/02 a 22/03/1857, do administrador, Constantino José de Oliveira, sem destinatário. AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

sustento jornais no decurso deste fez da quantia total de reis hum conto quinhentos e noventa e seis mil reis 1:596\$000 que vs. verá da folha que junto remeto em duplicada.<sup>157</sup>

Junto do ofício não constava folha duplicada com a descrição dos pagamentos realizados para deixarmos mais clarificada a questão da sustentação. No entanto, nesses trinta dias foram empregadas apenas a mão de obra escrava nos trabalhos da estrada e diminui-se um escravo.

Assim, podemos ter uma média comparativa de quanto custava o sustento de um escravo em relação ao pagamento um homem livre. O sustento mensal de 40 escravos por 1:596\$000 dá o custeio dia de 133 réis quando o valor pago pelo homem livre era 1\$500. O valor é bem abaixo do custo do trabalhador livre. Porém, esse custeio de sustento da mão de obra escrava não foi contabilizado nas despesas porque em nenhum momento notificou-se isto, haja vista que foi considerado “gratuidade”. O administrador Oliveira salientaria serviços na estrada “fazendo-se com esse trabalho a despesa de 1:426\$000”, o qual não fica explícito se houve empenho de mão de obra escrava e/ou dos operários.<sup>158</sup> Porém a correspondência está inclusa no mesmo período em que Soares estava com o plantel na estrada.

Contudo, a participação da mão de obra escrava está identificada quando o administrador esclarece que os trabalhos estiveram “sob a inspeção do S.<sup>nr</sup> Justino da Silva Pereira mestre feitor dos escravos do S.<sup>nr</sup> Fermínio Pereira Soares e outra porção da gente sob minha inspeção continuam no aplanar do caminho do acampamento [...] tendo se feito a despesa 1:395\$546”.<sup>159</sup>

Talvez, Justino da Silva Pereira tivesse substituído Soares tal dia porque o senhor de escravos que estava negociando mais cativos para aumentar o seu plantel. Como fez também anos depois, em julho de 1864, em que num dia só comprou no mesmo município três escravos de Policarpo Pereira de Carvalho e Silva: Marcelino - 11 anos, Tomé; 15 anos e Vicente - 22 anos.<sup>160</sup> E, no mês seguinte, vendeu em Porto Alegre: Timoteo, solteiro de 40 anos “mais ou menos”. Com esta “gratuidade paga”

<sup>157</sup> Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 21/03 a 21/04/1857, do administrador, Constantino José de Oliveira ao diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRs, OP, C 7 M 13-13.

<sup>158</sup> Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 23/07/1857, do administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

<sup>159</sup> Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 23/08/1857, administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

<sup>160</sup> APERS. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos*. V. 1. Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 345.

que Soares ofereceu a província com o suor de seus escravos na estrada do Pinhal além do montante adquirido receberia outros valores como prestígio perante as autoridades que certamente um dia cobraria.

O questionamento que fica é: Por que Soares decidira cobrar pelo serviço do plantel de escravos um valor tão baixo sendo que alguns dos cativos detinham ofícios de suma importância para execução das tarefas de construção da estrada? Não conseguimos atingir uma resposta direta para tal pergunta, porém indiretamente podemos complexificar ainda mais pergunta.

Em ofício para vice-presidente da província o engenheiro Normann destaca que:

Desde 22 de fevereiro [1857] ultimo trabalhando na abertura desta estrada 40 escravos de Firmino Pereira Soares, sob a administração de Constantino José de Oliveira, e tendo se já gasto ella perto de 20 contos de reis; com tudo e serviço tem progredido mui lentamente, e não corresponde ás despesas feitas, nem áquele numero de trabalhadores.<sup>161</sup>

É muito pertinente o apontamento realizado por Normann destacando o montante gasto com a estrada do Pinhal, até outubro de 1857, de aproximadamente 20:000\$000 de réis. E mesmo assim, segundo o engenheiro, os trabalhos da estrada desenvolvem-se muito devagar tendo em vista o valor correspondido às despesas realizadas e a quantidade de trabalhadores. O que acontecia na estrada do Pinhal que retardava o desenvolvimento?

De acordo com o Normann contribuiu a estação invernososa que debaixo de chuvas frequentes, os serviços de arrancar e remover rochas caídas do serro foram realizados. Também escavações profundas precisaram ser feitas para formar um leito viável da estrada pelo desmoronamento de terras das encostas dos serros que entulhavam a estrada e consumiram tempo perdido para serem removidas. Embora sendo estas dificuldades ocasionadas pela incerteza das intempéries, segundo Normann, o cerne do retrocesso dos trabalhos da via no Pinhal “julgo que sao duas causas que produzem tal resultado”.<sup>162</sup>

Sendo a primeira a maneira como a qual o administrador Constantino comandava os escravos na obra. Interessante destacar que o Normann não parece

<sup>161</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRs, OP, C7 M 13-13A.

<sup>162</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRs, OP, C7 M 13-13A.

satisfeito com a administração de Constantino José de Oliveira, indicado pelo diretor Paula e Silva. Devido o administrador não ser apto a função deixando moroso os trabalhos da estrada. Isto porque Oliveira é rigoroso demais no trato dos escravos fazendo com que os cativos não se motivem na lida diária. E, ainda, poderiam também insurgir-se contra os senhores em meio ao serviço estão munidos de ferramentas e em maior quantidade. Normann como engenheiro provincial adquiriu experiência nas inúmeras obras públicas que realizou e participou. Compreendeu que a agressividade para com os subordinados no caso em questão, os escravos, não era positiva para os rendimentos dos trabalhos e menos ainda para segurança de todos no local.

Nesse sentido recomendou que “o bom andamento dos trabalhos depende inteiramente das qualidades do Administrador que deve saber impor e conseguir bons serviços, desta gente mais pelo respeito que lhe tem do que pelo receio do castigo”.<sup>163</sup> No ofício que contém esta recomendação Normann já havia alertado ao Vice-Presidente Camara sobre o desinteresse do Administrador em relação a estrada a qual “o estado do seu adiantamento que não he satisfatório”.<sup>164</sup>

Em vista do que outrora acontecera, nos referimos, a querela anterior entre o administrador da estrada do Pinhal Manoel Alves Pereira e o diretor Francisco de Paula de Silva que culminou na demissão de Pereira do cargo e, posterior, mudança de moradia da Fazenda da Cachoeira do Pinhal. Relembremos, então, que Pereira tinha sido colocado na função de administrador por intermédio da indicação de Normann, e foi destituído da administração a pedido de Paula e Silva que sugestionou ao governo provincial, ao mesmo tempo, que ressaltou os atributos de Oliveira para substituição do demitido. Não evidenciamos nas fontes nenhum tipo de disputa aberta entre Normann e Paula e Silva. Pois não sabemos se as fontes silenciaram sobre isso ou o historiador que está surdo diante do óbvio?

Mas após explicar a má condução dos afazeres da estrada por Oliveira como sendo pessoa de “pouca aptidão e energia” o “actual Administrador, que tem sido conservado, porque neste lugar não se encontra outro mais proprio para substitui-

---

<sup>163</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

<sup>164</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

lo”.<sup>165</sup> Normann tem o momento oportuno para propor ao vice-presidente um novo administrador a ser contratado:

O homem que está neste caso he Joaquim Ferreira Soares e o Fiscal das Obras Publicas da Capital, e **pessoa de merecimento, á quem conviria que V.Ex.<sup>cia</sup> mandasse contractar**, mediante a gratificação de 4\$000 reis diario, que recebe o actual Administrador, ou mesmo mais alguma cousa, na certesa de que essa resolução de V. Ex.<sup>cia</sup> **seria de summo proveito para esta obra**.<sup>166</sup>

Desconhecemos a aproximação de Normann com o citado Joaquim Ferreira Soares muito provável que sejam do mesmo ciclo de convivência, uma vez que o indicado pertence também ao quadro de funcionários das obras públicas da província. Mesmo o assunto da contratação ser do interesse de Normann, o engenheiro utiliza-se de elementos retóricos para influenciar sobre a decisão do vice-presidente Camara. Já que Normann não pode se valer do respaldo político como Paula e Silva. No começo do ofício destaca a falta de idoneidade de Oliveira, sugere outro mais apto para função e entrelaça isto como não sendo de sua importância, porém como ele mesmo diz: - “de summo proveito para esta obra”. Logo, está implícita a conclusão de que o vice-presidente Camara deve chegar: a troca de administrador vem para dar melhor assistência a obra. Na documentação seguinte não há o retorno da resposta do governo provincial sendo que os demais ofícios que seguem sobre a estrada do Pinhal vão de forma decrescente desaparecendo.<sup>167</sup>

A segunda causa da lentidão das atividades da estrada do Pinhal frisada por Normann está relacionada para primeira e se refere novamente ao tratamento dos escravos. A imbricação entre o tempo de serviço ser proporcional a alimentação recebida dos escravos. O engenheiro reclama sobre a insuficiente alimentação dos escravos reflete na pouca duração do trabalho diário. Retornamos novamente a questão cobrada por Soares para os trabalhos da escravaria, haja vista que “o senhor dos escravos contractou com o Governo a sustentação delles, mediante a etape de 400 reis diários para cada hum e como isso he insufficiente, á vista dos preços altos dos generos alimenticios neste lugar”.<sup>168</sup>

<sup>165</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

<sup>166</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A. Grifo nosso.

<sup>167</sup> AHRS, 1858, OP, C 8 M 14. AHRS, 1858, OP, C 8 M 15.

<sup>168</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

O valor de \$400 réis pelo jornal de um escravo conflituava com a relação dos valores dos jornais propostos, pelo mesmo Soares e aceito pelo presidente Coelho, em 1856. Todavia, esse valor de \$400 é uma espécie de aumento porque o valor, atual, do jornal de sustento era de parcos \$133 réis por operário.<sup>169</sup> Atentamos para o que podemos chamar de “primeiro contrato” do plantel de 40 escravos pago pelo jornal individual de cada ofício do operário a quantia total de um dia a soma de 41\$300 réis. Já nesse “segundo contrato” o valor de \$400 réis fixos por jornal, sem levar em consideração o ofício, de 40 escravos tem a quantia total de, apenas, 16\$000 réis.

Sejam quais forem os acordos, escusos, anotados em: notas oficiais, livros-caixas e/ou papeletas; fontes que não dispomos e, talvez, se perderam ao longo do tempo ou estão guardadas em algum arquivo público ou particular distante do alcance do pesquisador. Na nova negociação o senhor de escravos aceitou “perder” cerca de 72% do pagamento em relação ao primeiro contrato. Observamos que mais importante que a quantia não recebida está na oportunidade de retribuição em ganhos futuros.

Analisando como Firminiano Pereira Soares como senhor de escravos que utilizava o seu plantel como escravos de ganho comprava e vendia cativos na praça. Não cobrar diretamente do governo da província os valores equivaleria a uma reciprocidade nas relações uma vez que o mesmo era uns dos “técnicos civis nacionais” de construção.<sup>170</sup> Muito embora já recebendo soldo do governo provincial, o que não consta nas fontes, e investindo na compra de mão de obra escrava qualificada ou que ele mesmo os qualifica para arrematar trabalhos, concomitantemente, obtém melhor valor pelos escravos. Sob as quais o dinheiro nem sempre é um meio, mas quase sempre é um fim.

A etapa é a denominação militar dada a uma ração alimentar, ou seja, porção equivalente a uma refeição. Esta refeição constituía a alimentação dos escravos a qual tinha o valor de \$400 réis não sendo cobrado pelo serviço dos cativos senão para alimentá-los. Normann entendia que o valor pago para manter a alimentação da escravaria permitia poucas porções das etapas resultando num rendimento não

<sup>169</sup> Of. datado na estrada do Pinhal de S. Martinho, 23/07/1857, do administrador Constantino José de Oliveira para o diretor da estrada do Pinhal Francisco de Paula e Silva. AHRs, OP, C 7 M 13-13A.

<sup>170</sup> WEIMER, Günter. A arquitetura. In: PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *Império*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Vol. II. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.384.

satisfatório no tempo trabalhado. Pode-se conferir a carestia dos gêneros alimentícios do Pinhal na Tabela 3.

Tabela 3 – Preços dos gêneros alimentícios no Pinhal (1857)

<b>Produto</b>	<b>Qtd</b>	<b>Custo (réis)</b>
Saco de milho	1	6\$000
Saco de farinha	1	8\$000
Saco de feijão	1	16\$000
Rês de corte	1	32\$000
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>62\$000</b>

Fonte: Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

São necessários quase 4 dias de jornais dos escravos, a 16\$000 réis, para adquirir todos os gêneros a 62\$000. Tais víveres provinham de lavouras de nacionais que conseguiam superar a colheita para além do sustento abastecendo a região com suas pequenas posses. As carnes da rês das estâncias nas cercanias do Pinhal poderiam assegurar a venda. Tais preços deveriam compensar mesmo que altos, senão comprariam em Santa Maria. A tabela 3 serve muito mais que compreender estas relações de custos.

Contribui para compreendermos que o cotidiano dos escravos de ganho que tinham uma alimentação baseada a milho, farinha, feijão e carne verde, não transformada em charque. Por aquele preço dos víveres os escravos acabavam comendo apenas duas vezes por dia, como explica Normann, “de modo que almoço às 8 e e jantão às 4 horas, sem trabalhar, nem antes antes do almoço, nem depois do jantar e consequentemente perdem se 4 horas, das quaes ao menos duas devião ser aproveitador para o serviço”.<sup>171</sup> Normann entendia que “o trabalho efetivo” deveria ser de 10 horas por dia, mas com 40 escravos se economizaria trabalho “si o tempo fosse melhor aproveitado”. Assim, solicita a autoridade para melhorar este quadro:

Convinha pois que V.Ex<sup>cia</sup> Se servisse ordenar ao senhor dos escravos que lhes mandasse dar tres comidas por dia, de modo que venhão a almoçar antes do nascimento - e a ceiar depois do occaso do sol, devendo a gente

<sup>171</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.



em todo o caso trabalhar de sol a sol, com o unico intervalo de duas horas de descanso na ocasião do jantar. Resolvendo V.Ex<sup>cia</sup> assim, será justo elevar o etape diario de 400 a 500 reis por cada escravo.<sup>172</sup>

Desta maneira o valor da etapa elevar-se-ia para \$800 a \$900 réis acarretando na reestruturação da rotina. Então, a jornada de trabalho do escravo começava com o almoço às 8 horas da manhã e jantar às 16 horas da tarde não havendo a divisão para o café da manhã. Com a nova organização proposta por Normann a alimentação implicaria em mais horas trabalhadas com o objetivo de executar os trabalhos da estrada. As três refeições o almoço (equivalente ao café) aconteceria antes das 6 horas, com os trabalhos sendo feitos de sol a sol, com jantar no mesmo horário e após 2 horas de descanso mais serviço até o pôr do sol quando ao final receberiam última refeição - a ceia. Pelos horários é provável que pernoitassem em acampamento por período indeterminado até a finalização do contrato do seu senhor com o governo provincial.

Os ofícios seguintes não tratam sobre isto nem deixam explícitos se as sugestões de Normann sobre a substituição do administrador e a condição de trabalho dos escravos foram aceitas. Mas, na correspondência o engenheiro é enfático quanto a emergência da obra que se arrasta por alguns anos e que convinha ao Vice-presidente Camara “authorizar a continuação dos seos serviços os quaes não convém dispensar, porque néste lugar ha quasi falta absoluta de trabalhadores livres de sorte que - se fossem despedidos aquelles escravos - vinha a obra infallivelmente a parar”.<sup>173</sup>

Por isso conjecturamos que foram aceitas, em parte, as considerações. Uma vez que são corroboradas pelo presidente de província Ferraz que declara em 1858 que a “obra se acha concluida, conforme o seu primitivo plano, desde fins de agosto passado, prestando para esse exito por algum tempo o cidadão Firminiano Pereira Soares, gratuitamente, o serviço de seus escravos”.<sup>174</sup>

Na caracterização da região do Pinhal através da estrada que por ali era construída, os dados, por vezes, desconstruídos se convertiam em informações imprecisas prejudicando um possível melhoramento da estrada por meio

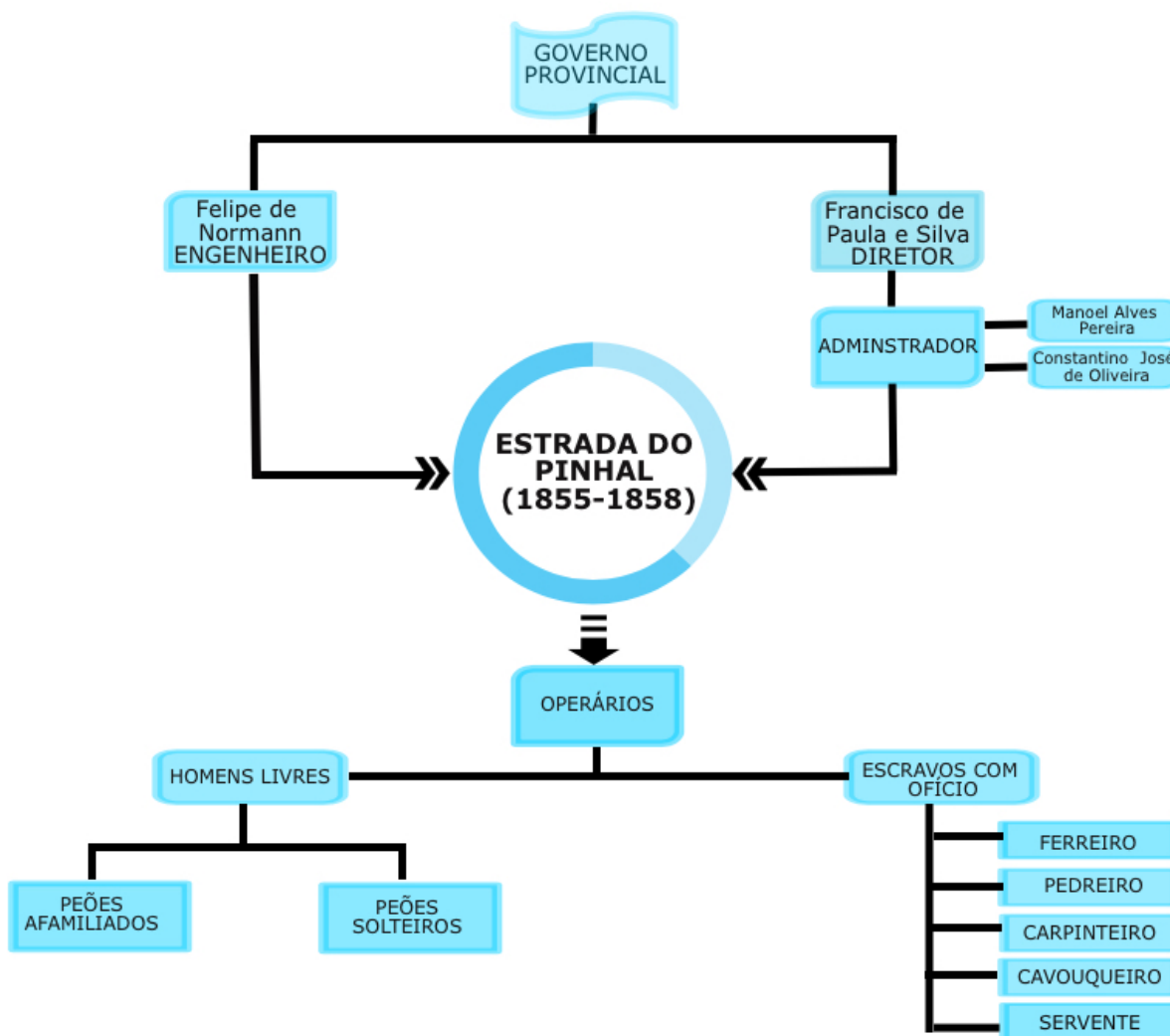
<sup>172</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

<sup>173</sup> Of. datado em Santa Maria, 22/10/1857, do engenheiro provincial, Felipe de Normann ao Vice-Pres. Prov. Patricio Corrêa da Camara. AHRS, OP, C7 M 13-13A.

<sup>174</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da província...*, 1858, p. 106.

entendimento real das somas despendidas e/ou contribuindo, indiretamente, na invisibilização dos trabalhadores da estrada do Pinhal. Para clarificar quem trabalhava na obra elaboramos um infograma explicando a hierarquia social na construção da estrada do Pinhal (Figura 3).

Figura 3 – Hierarquia social na estrada do Pinhal (1855-1858)



Fonte: Construído a partir do site de infográficos easelly. Disponível em: <<https://www.easel.ly>>. Acessado em: 27 ago. 2018.

Em 1859, a presidência da província apresentou a relação das “obras publicas concluidas, em andamento, paradas e que não tiverão execução de 1835 á 1859” constando a estrada do Pinhal como concluída.<sup>175</sup> Sendo demonstrado no “Quadro da

<sup>175</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidência de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. comendador Patricio Corrêa da Câmara, no dia 22 de abril, e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 4 de maio de 1859.* Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859, p. 164.

despesa decretada para as obras da Província, desde Julho a Dezembro de 1850 até o fim de 1858” a importância despendida, não discriminada, de 31:112\$722 com a estrada do Pinhal definida pelo “Sub-Director, Luiz Ferreira de Abreu” da “Primeira Secção da Directoria Geral dos Negocios da Fazenda em Porto Alegre 16 de Agosto de 1859”.<sup>176</sup> Após esta data nem os ofícios nem os relatórios provinciais tratariam da estrada do Pinhal novamente com tanto afincio uma vez que a mesma encontra-se transitável.<sup>177</sup> Quem continua a participar nas documentações é Normann, só que envolvido não mais com os trabalhos da estrada do Pinhal. O engenheiro provincial tem uma proposta de projeto para o Pinhal.

### 2.3 DESDE LOGO CONCEBI O PROJECTO DE ESTABELECEER ALI HUMA COLONIA: FELIPE DE NORMANN E A COLÔNIA DE SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE NO PINHAL

Em 1º de maio de 1858, a proposta de um projeto de Colônia particular enviada ao governo provincial pelo engenheiro Felipe de Normann não é mero negócio isolado no espaço e no tempo. Decorre de ampla experiência e contato nos anos de 1855 a 1858, no Pinhal, em que esteve à frente da obra da estrada.

Para continuidade de contextualização da Colônia do Pinhal é imprescindível relacionar três aspectos: a estrada do Pinhal, Felipe de Normann e a Colônia de Santa Maria da Boca Monte. O Pinhal não consistia num vazio demográfico, desconhecido e sem importância na Serra Geral, subida do planalto, na qual apenas recebeu um fluxo de imigrantes alemães e teuto-brasileiros para colonizar terras da região.

O envolvimento daqueles aspectos é determinante para que possamos afirmar que a Colônia do Pinhal estava contida na Colônia de Santa Maria da Boca do Monte.

<sup>176</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o...*, 1859, p. 167.

<sup>177</sup> A estrada do Pinhal serviu para comunicar através da região central da província o planalto, ao norte, e a campanha, ao sul e centro-oeste, desde a metade do século XIX até a metade do século XX. Mesmo com o traçado da ferrovia, do *Tronco Norte* (Santa Maria – Passo Fundo) cruzando na área do Pinhal, em 1894. O melhoramento significativo no que tange uma consolidação de via comunicação se dará na década de 1950 quando será construída paralelamente a estrada do Pinhal um trecho da rodovia da BR158, que liga extremos do Brasil, Santana do Livramento/RS a Altamira/PA. A qual descartará a íngreme parte da estrada Perau, na subida dos Campestres de Santa Maria, onde começa a estrada do Pinhal. Porque construiu-se uma ponte (1957-1962) em curva, de 76 metros de altura, 10 pilares de sustentação, que cruza por cima do vale sendo, atualmente, marco limítrofe na BR158 entre Santa Maria e Itaara – a ponte da *Garganta do Diabo* (Anexo B). O nome foi dado a ponte pelos trabalhadores que enfrentaram inúmeras dificuldades na construção devido o vale ser de difícil acesso. Há um debate em torno de grupos de religiosos que reivindicam a troca do nome da ponte para *Vale do Menino Deus* em resposta ao crescente número de suicídios na ponte.

E, também, que esta teve menos representatividade devido ter sido uma oportunidade de estabelecimento de uma Colônia que possuía legitimidade de existência apenas pelos documentos na forma de projeto.

Em 1848, em Porto Alegre, Felipe de Normann já se destinou para Repartição de Estatística, da Secretária do Governo, oferecendo seus serviços pela gratificação mensal de 120\$000 réis, sendo seu primeiro serviço desenhar uma carta topográfica da província, o qual dedicou-se por muito tempo e não concluiu.<sup>178</sup> No ano seguinte, foi tornada oficial a sua integração aos Engenheiros da Comarca pelo presidente da província, José de Souza Soares de Andréa: “Cabe neste lugar participar-vos que estão Admittidos ao serviço como Engenheiro Civil, o Cidadão Sueco George Felipe Carlos Theodoro Normann, com a gratificação mensal de 120\$ rs”.<sup>179</sup>

A contratação de Normann foi reflexo do processo que Weimer denominou como “um quinquênio de reconstrução” e “um decênio e meio de grandes realizações” na qual a província pacificada politicamente, após a Guerra Farroupilha (1835-1845), favoreceu o florescimento arquitetônico alinhando-se as novas tendências, ao mesmo tempo que não mediu esforços nas obras de infraestrutura, a saber, construção de estradas e pontes. Uma política de cunho estratégico militar para facilitar os deslocamentos de tropas na defesa em caso de possíveis levantes internos ou ataques externos visando também satisfazer as necessidades de trânsito da província. Para dar conta dos inúmeros serviços urbanísticos e arquitetônicos foi imprescindível a contratação dos mais diversos profissionais desde militares nacionais, técnicos civis nacionais, militares estrangeiros (mercenários) e profissionais estrangeiros (entre estes destacamos Felipe de Normann e, seu irmão, Gustav de Normann).<sup>180</sup> Cabe frisar que a formação dos profissionais era diversa, mas não menos qualificada:

Um elenco de técnicos, ainda que heterogêneos, altamente qualificados, capazes de conduzir e administrar os desafios que estavam sendo colocados: os militares, tanto nacionais como estrangeiros, tinham formação das academias militares da época; os técnicos civis e estrangeiros haviam passado, em sua maioria, por cursos acadêmicos europeus e os técnicos

<sup>178</sup> RIO GRANDE DO SUL. Relatório do vice-presidente da província..., 1848, p. 19. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 147.

<sup>179</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o tenente general Francisco Joze de Souza Soares de Andrea na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no 1º de junho de 1849. Acompanhado do orçamento da receita de despeza para o ano de 1849-1850*. Porto Alegre: Typog. do Porto-Alegrense, 1849, p. 12.

<sup>180</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura...*, 2006, p. 384.

nacionais, eram herdeiros da respeitável tradição dos mestres-de-obra portugueses.<sup>181</sup>

Apesar das áreas de engenharia e arquitetura serem diferentes tal qual a conhecemos, as definições nos relatórios de presidente de província, do século XIX, não são ressaltadas. Constituindo-se, muitas vezes, atribuição indiscriminada de ora engenheiro ora arquiteto como se fosse uma mesma função

É significativo apontar que Felipe de Normann não esteve apenas alienado nos seus compromissos técnicos. Especulou lote de terra, em 24 de dezembro de 1850, quando teve concedido o título de uma posse de terras confirmadas na Colônia Santa Cruz, no Rio Pardo, fundada 1849. Recebeu a extensão  $\frac{1}{4}$  de légua quadrada ou 2.250.000 braças quadradas juntamente com famílias tradicionais de Rio Pardo e Porto Alegre e, sobretudo, outros funcionários provinciais como: Peter Kleudgen, engenheiro alemão chegado antes de 1849 na província e nomeado agente promotor de imigração alemã, em 1851; e Frederic Heydtmann, arquiteto alemão contratado em 1850 e familiares do presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andréa que, possivelmente, são seus filhos Álvaro Soares de Andréa e Francisco Soares de Andréa, que ainda não tinham seus títulos de terras confirmados.<sup>182</sup>

A especulação fundiária de Normann e destes consistia basicamente em receber os títulos de posse gratuitamente e revendê-los, posteriormente, quando os mesmos valorizassem. E não fora um único caso avulso. O que nos induz a pensar em prática recorrente de quem estava orbitando na esfera do funcionalismo público. Pois, Normann havia adquirido também outras concessões a partir de terceiros para comercializar, no lugar chamado Carijó do João Almeida, região de Taquari e Rio Pardo, área explorada por ervateiros, homens livres pobres que tinham sua economia baseada no comércio da erva-mate, mas que uma elite local, grileira, se apropriava das terras para comercializar aos imigrantes.<sup>183</sup>

Esteve envolvido na celeuma ocasionada por Peter Kleudgen “que assinou o contrato de 15-12-1851 com o governo provincial, para a introdução de imigrantes

<sup>181</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura...*, 2006, p. 384.

<sup>182</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 79-80.

<sup>183</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. A colonização e a grilagem no Rio Grande do Sul no século XIX. *Mneme*, v. 08, n. 22, jun./jul. de 2006, p. 96-123. Sobre o tema da grilagem das terras dos ervateiros ver: ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveiros: entre o extrativismo...*, 2011.

alemães na Colônia de Santa Cruz” e “deu a Normann a procuração para representá-lo junto as autoridades locais”.<sup>184</sup>

O contrato de Kleudgen como agente da emigração continha maiores vantagens para os emigrados, o agente e a província. O que logo levantou enorme concorrência e disputas econômicas em torno destes agenciamentos sendo desacreditada e/ou falseadas pelos adversários. Acerca de informações desencontradas, Kleudgen precisou contestar notícias caluniosas de alguns jornais alemães que atentavam contra os interesses do governo brasileiro em prol da imigração. O que agravou a situação fora o episódio de um embarque, no Rio de Janeiro, de forma fraudulenta de 140 emigrantes para província atribuindo-os contratos inexistentes feitos por Kleudgen que respaldou em Normann, visto que ficou de procurador do agenciador, no Brasil. Na chegada a Porto Alegre descobriu-se que haviam sido prometidas as mesmas vantagens aos emigrantes destinados outrora a Santa Cruz, porém a emigração precisaria conter certos critérios certificados por Kleudgen. Então, foram acionadas as autoridades consulares de Hamburgo e Bremen, em Porto Alegre, como também o procurador de Kleudgen, Felipe de Normann para resolução do acontecido. Dada a situação desconfortável os emigrantes acabaram por receber benefícios como se tivessem sido autorizados por Kleudgen. A tentativa frustrada feita pelos adversários de Kleudgen repercutiu de forma muito danosa para a imagem do agenciador que fora a bancarrota desistindo do contrato.<sup>185</sup>

Normann como procurador foi nomeado pelo presidente Sinimbú para rebater as críticas feitas ao seu outorgante, à província e ao Império. Disto acarretaram consequências que “somente em 1852” Normann “conseguiu regularizar sua situação profissional junto ao governo, sendo contratado” novamente “como engenheiro provincial com um salário de 100\$000 réis mensais”.<sup>186</sup>

<sup>184</sup> BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: A contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Vol. II K-Z. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p. 990.

<sup>185</sup> CUNHA, Jorge Luiz da; VOGT, Olegário Paulo Vogt; RADÜNZ, Roberto. Peter Kleudgen: um negociador alemão agenciando colonos para o Brasil. Valencia – Espanha, XVIII Congreso AHILA. *En los márgenes de la Historia Tradicional - Nuevas miradas de América Latina desde el siglo XXI*, v. 1, 2017, p. 1708-1727. Sobre agentes de emigração e relações diplomáticas ver, especificamente, os subitens *Corrupção e escândalos prejudicam a imigração alemã* e *As restrições prussianas à emigração para o Brasil*. in: CUNHA, Jorge Luiz. *Imigração e colonização alemã...*, 2006, p. 279-300.

<sup>186</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 149.

Ao longo de sua atuação na Secretária de Obras da província foram muitos os projetos, as plantas e os reconhecimentos topográficos que Normann executou na função. Entre as quais de maior notoriedade: os projetos do Teatro São Pedro, Liceu Dom Afonso, Casa da Câmara, em Porto Alegre; a planta da Casa da Câmara, em Jaguarão; a planta da Santa Casa, em Rio Grande; a planta do Rio Jacuí, desde Porto Alegre até Rio Pardo; a planta da Lagoa dos Patos conjugada com outras diversas cartas; o reconhecimento do Rio dos Sinos; os reconhecimentos do município de Santa Maria e da maior extensão de Cruz Alta, de Cachoeira, de Rio Pardo, de São Borja e entre outros.<sup>187</sup>

De acordo com Weimer “no ano de 1854 começaram as dificuldades que o acompanhariam até o fim de seus dias. Surgiram denúncias muitos severas a respeito da construção do teatro e da cadeia”. O autor não explicita qual tipo nem o teor das denúncias. Embora “a imprensa levantava uma série de suspeitas [...] não fundamentadas, mas [que] infernizaram a sua vida”. Agravando tanto a situação que Normann precisou trocar os encargos funcionais da capital com Heydtamnn e assumir as obras do interior da província.<sup>188</sup> Destacamos tal momento porque Normann irá aproximar-se e dedicar-se sobretudo a estrada do Pinhal.

Em 1857, residindo em Santa Maria, Normann teria participado “pelo menos como testemunha” do levantamento da planta da “Colônia no Pinhal” feita por seu irmão Gustav de Normann.<sup>189</sup> A planta de agrimensura em questão foi publicada em um folheto alusivo aos 150 anos da Colônia do Pinhal pelo memorialista José Antônio Brenner.<sup>190</sup> Gustav de Normann que fez a medição das terras de uma colônia dos compradores alemães Miguel Kroeff, Jacob Albrecht e Adamy sendo as terras da Fazenda Cachoeira do Pinhal compradas de Manoel Alves Pereira. A porção de terras compradas por estes imigrantes são consideradas como sendo “o início” da Colônia do Pinhal porque são lotes de terras que estão no núcleo central do Pinhal.

Outrora, em pesquisas anteriores, já endossamos tal ideia, contudo nessa pesquisa ficará evidenciado que não podemos restringir aqueles lotes como os únicos

<sup>187</sup> BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense...*, 1976, p. 990-995. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 146-154. Para mais informações ver a “Relação das cartas, conhecimentos topograficos e mais dados extrahidos do Cathalogo apresentado por Felipe de Normann” em RIO GRANDE DO SUL. *Documentos annexos ao relatório do presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na Sessão da 8ª Legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1858, p. 3.

<sup>188</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 151.

<sup>189</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 152.

<sup>190</sup> BRENNER, José Antonio. *Pinhal - 150 anos - Itaara*. s.l.: s.n., 2007. Não paginado. (Folheto).

que compunham a Colônia do Pinhal até mesmo porque havia outros lotes anteriores àquela compra. Como Normann tinha interesse nas terras no Pinhal por causa do seu projeto da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, como veremos a seguir, seria normal que acompanhasse a comercialização.

Conforme expõe Weimer, em 1º de janeiro de 1858, Normann é demitido e “então começou seu verdadeiro calvário” e “diversas tentativas de reverter sua demissão foram ignoradas pelas autoridades”.<sup>191</sup> A demissão tem respaldo na Lei provincial n. 12 de 1857, sancionada em 1858, que aprovava a demissão de todos os contratados estrangeiros. Mesmo tentando reaver por várias tentativas a readmissão os pedidos foram ignorados pelas autoridades.<sup>192</sup>

A Lei provincial nº 12 de 1857, sancionada em 1858, tinha como objetivo uma estratégica da Assembleia, sobretudo, da elite política latifundiária-pecuarista que proibia o governo de contratar profissionais estrangeiros. Na medida em que os deputados provinciais foram exigindo o cumprimento da lei os arquitetos militares foram sendo mobilizados para Rio de Janeiro para preparação das tropas do Brasil para guerra contra o Paraguai e os engenheiros civis acabaram em situação mais difícil.<sup>193</sup> Explicitando que o acirramento do conflito envolvendo o Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai (1864-1870) vinha sendo deliberado desde meados de 1858.

A elite política nacional estava temerosa da possível ascensão econômica que poderiam ter aqueles funcionários estrangeiros sendo que estavam modificando a paisagem urbanística por toda a província e interagindo diretamente com os diversos setores da sociedade. Na esteira desta mudança a participação política fora afastada para longe do horizonte dos estrangeiros.<sup>194</sup>

A contextualização é de fundamental importância para compreender que a proposta do projeto de implementação da Colônia de Santa Maria da Boca Monte por Normann provém do amadurecimento a partir de suas experiências profissionais e pessoais. Como a participação na especulação de terras, o conhecimento da forma de agenciamento de imigrantes para colonização quando procurador de Peter

---

<sup>191</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 152.

<sup>192</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 152.

<sup>193</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 74.

<sup>194</sup> Sobre a ascensão política de estrangeiros na política do Rio Grande do Sul, no século XIX, ver: PIASSINI, Carlos Eduardo. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Khalden, Hansel, Koseritz e Ter Brügen, 1851-1881*. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.



Kleudgen e - principalmente - o trabalho como engenheiro da estrada do Pinhal. Após a demissão, Normann enviou em 1º de maio de 1858 uma proposta de colonização para o governo provincial a qual já deveria estar sendo preparada por longo tempo juntamente com os relatórios.

Subdividimos esta fonte com intuito de facilitar o entendimento da composição, pois serão utilizadas também no decorrer da dissertação. Os relatórios de Normann são compostos em duas partes: a proposta<sup>195</sup> e o relatório<sup>196</sup>. O relatório contém a descrição sobre importância da proposta a ser implementada pelo governo provincial para tal explicou através de três mapas com dados das famílias instaladas: *Mappa estatistico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1*<sup>197</sup>, *Mappa estatistico e resumido da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 2*<sup>198</sup> e *Mappa estatistico, territorial e agricola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3*<sup>199</sup>.

Vários outros estudos utilizaram-se desta fonte isolando-a e oferecendo interpretações diferenciadas na maioria sem dar continuidade ao conhecimento obtido e sem critica interna e externa. Resguardada a ressalva de que os objetivos e problemas de pesquisa dos estudos eram outros.

Demonstrando a participação das colônias alemãs na formação econômica do Rio Grande do Sul, Ernesto Pellanda expõe o somatório dos resultados contidos nos mapas nº 1, 2 e 3 buscados por Normann e agrega dados de uma segunda plantação e colheita.<sup>200</sup>

Para explicar a história demográfica da população da paróquia de Santa Maria, Terezinha Maria Belinazzo faz uso preliminar da proposta e atendo-se estatisticamente nos relatórios (mapas).<sup>201</sup> Por seu turno, Farinatti coloca breves

<sup>195</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>196</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>197</sup> Mappa estatistico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>198</sup> Mappa estatistico e resumido da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 2, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>199</sup> Mappa estatistico, territorial e agricola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>200</sup> PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925, p. 175-176.

<sup>201</sup> BELINAZZO, Terezinha Maria. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1884-1882)*. 1981. 297 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.

considerações a partir da proposta e relatórios compreendendo uma semelhança entre os colonos e os lavradores nacionais devido às dificuldades enfrentadas pelos alemães e teuto-brasileiros naquele ambiente agrário.<sup>202</sup>

A menção as tais fontes por Paulo Roberto Ruppenthal é enfática, porém sucinta.<sup>203</sup> A respeito da documentação, a proposta e os relatórios de Normann, quem mais a explora é Gláucia Giovana Lixinski de Lima Külzer que dá sequência para além destas fontes acompanhando alguns dos sujeitos históricos nos seus inventários.<sup>204</sup> E Fabrício Rigo Nicoloso é quem mais aprofunda-se e encerra-se, somente, no tema da proposta de colonização discutindo os pormenores contratuais das condições do agente Normann.<sup>205</sup>

Demonstrado as abordagens de cada autor acerca da(s) fonte(s) nos cabe dar prosseguimento ao processo de concepção do projeto de Normann averiguando a proposta nas suas condições contratuais: uma observação e um relatório (na parte concernente sobre a relevância da proposta comprovada pelos mapas). A proposta tem o intuito de oferecer ao Governo Provincial o suporte ao desenvolvimento da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte.

Na 1ª condição, Normann como proponente, obriga-se a comprar terras do Governo Provincial para colonizar no tamanho de 4 léguas quadradas ou uma área equivalente de terras devolutas situadas na serra Geral, no distrito de São Martinho da Serra, sobre as cabeceiras do Arroio Grande, tributário do Arroio Vacacaí Mirim. As colonizações das terras seriam para 120 famílias com 4 pessoas, totalizando 480 habitantes, na razão de uma família por seção de 300 mil braças quadradas. Podendo também o proponente estabelecer da forma como lhe convir o número de famílias e as subdivisões das terras.<sup>206</sup>

A 2ª condição definia a compra das terras, 4 léguas quadradas, no prazo de 8 anos com a devida medição e demarcação do perímetro pelo preço de “meio real” (\$0,5 réis ou \$500 réis) a braça quadrada sendo o pagamento à vista para recebimento do título.<sup>207</sup> A 3ª condição melhor explicita a 2ª propondo que durante os oito anos

<sup>202</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p. 13.

<sup>203</sup> RUPPENTHAL, Paulo Roberto. *A colônia alemã do Pinhal, século XIX...*, 2000.

<sup>204</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009.

<sup>205</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013.

<sup>206</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>207</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

entraria com a posse das 4 léguas quadradas medidas e demarcadas obrigando-se no prazo de cinco anos inserir as famílias proporcionalmente, conforme a condição 1ª, e nos três anos restantes caberia povoar com tantas famílias quantas seções de 300 mil braças contivesse o terreno.<sup>208</sup>

Pela 4ª condição fica expresso que os colonos introduzidos nas terras compradas seriam estrangeiros e nacionais sendo que os nacionais deveriam ser a metade do total de colonos; havendo a proibição de escravos na área de colonização.<sup>209</sup> Já a 5ª condição estipula que a medição das 4 léguas quadradas de terras seriam pelo Governo Provincial e as subdivisões, de distribuição dos lotes, por Normann ambas tendo como base os Regulamentos de 30 de janeiro e de 8 maio de 1854 (Leis de Terras).<sup>210</sup>

A 6ª condição permite ao proponente abrir, através das léguas de terras devolutas compradas, vias de comunicação de acordo com o interesse.<sup>211</sup> A 7ª condição estabelece a permissão ao proponente para associar-se com qualquer pessoa que lhe possibilite financiar a colonização, isto é, a proposta do projeto.<sup>212</sup> Na 8ª condição se o proponente não executasse as disposições contratuais acordadas arcaria com a multa de 1:000\$00 (um conto de réis), exceto casos de guerra ou força maior.<sup>213</sup> Após as cláusulas das condições, Normann ressalta observações acerca da proposta afirmando as vantagens para aceitação:

Esta proposta foi formulada sobre o contracto Montravel, mas oferece mais vantagens por não ser onerosa aos Cofres Publicos, visto que o proponente, apesar de que a Colonia de Santa Maria, está collocada no centro da Provincia, e dista 60 leguas da Capital, não pede os subsidios e premios que aquele a tracto garante por cada colono importado, e que são pagos tanto pelos Cofres Gerais como pelos Provincias. Além disso he evidente a vantagem que resulta da colonisação mistica (mista) de nacionais e estrangeiros e estrangeiros, que se propõe, evitando se assim a formação de

---

<sup>208</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>209</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>210</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>211</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>212</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>213</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

hum elemento estranho no meio da população nacional, como acontece na Colonia de São Leopoldo.<sup>214</sup>

Ao se contrapor ao contrato Montravel tenta reforçar a importância da sua proposta em comparativo com outras empresas de colonização que estavam na província oferecendo tais serviços. O fato de salientar colonização mista é uma tentativa de evitar que os resultados socioeconômicos positivos ficassem restrito apenas a área de imigrantes não oferecendo maiores benefícios aos nacionais. Normann demonstra ser um temor pelo isolamento étnico reduzido a área colonizatória, todavia a tese do isolamento étnico não se concretizou nem São Leopoldo, nem mesmo Santa Maria.<sup>215</sup>

Como demonstra Nicoloso os laços criados pelas famílias Niederauer, Cassel e Appel com famílias nacionais da elite santa-mariense são fundamentais para alavancar as estratégias políticas e preparar todo um legado para as futuras gerações.<sup>216</sup>

E como evidencia Witt, a área de colonização de São Leopoldo não fora uma barreira geográfica e cultural para as famílias Diefenthaller e Voges muito pelo contrário tornou-se uma mola propulsora para que as parentelas expandissem e fortalecessem os vínculos no âmbito religioso figurando como estratégia política e econômica para retenção do poder na zona do litoral norte do Rio Grande do Sul.<sup>217</sup>

Apesar de ambas as pesquisas apresentarem as famílias alemãs e teutas-brasileiras como escopo de análise é indispensável salientar que as relações realizadas nas suas mais diversas manifestações (batismos, matrimônios, compra/venda entre outras) promovera também (in)diretamente algum resultado simbólico as famílias nacionais envolvidas.

Após oferecer o negócio ao governo provincial não há documento seguinte que afirme se a proposta de Normann fora aceita, porém apenas indícios. Concordamos com Nicoloso que “fica implícito que sua primeira proposta havia sido aceita”, contudo

---

<sup>214</sup> Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>215</sup> Sobre a não concretização da tese do isolamento, ver: Witt, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015.

<sup>216</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013.

<sup>217</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015.

divergimos que o pedido da autoridade fora do “Presidente Patrício José Correia da Câmara” e sobre o ano de envio “até a data de 06 de agosto de 1858”.<sup>218</sup>

A proposta data de 01/05/1858 em Santa Maria sem destinatário específico (ao Governo Provincial). Já o relatório<sup>219</sup> data em 01/05/1858 em Porto Alegre endereçado ao presidente Angelo Muniz da Silva Ferraz<sup>220</sup>. A data é a mesma, porém os locais são divergentes. O que insinua a hipótese de que Normann tenha lavrado os documentos naqueles locais identificando e entregando-os na mesma data. Feita a ressalva da possibilidade de terem existido acordos e negociações que não passaram pelo crivo documental.

Conforme nota-se no início relatório o motivo pelo qual foi realizado, diz Normann: “V.Ex.<sup>cia</sup> dignou-se de exigir-mo, que até o dia 6 agosto p.f. (sic) [passado] lhe enviasse hum relatório sobre o estado da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte, acompanhado de dados estatísticos”.<sup>221</sup> A exigência como termo documental não constava junto com as demais fontes sendo autoridade, direcionada no final da fonte, o presidente Angelo da Silva Muniz Ferraz que pediu o relatório da Colônia. Há a notificação de Ferraz em “Das Colonias” no relatório de presidente da província, de 05/11/1858, o qual apresentará os dados da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, logo já coletados, sobre a proposição de que:

Tratando aqui da emigração é de rasão que em seo seguimento vos dê uma idéa do estado de nossas colonias. Sente-se a necessidade de uma pessoa inteligente, e activa que se encarregue de percorrer e inspeccionar as colônias, com obrigação de informar ao Governo de suas necessidades, e ministrar os dados estatísticos, de que tanto se carece; na deficiencia de outros apresento-vos os que pude colher.<sup>222</sup>

<sup>218</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 44.

<sup>219</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>220</sup> Os mandatos de governador da Província dos anos 1857 e 1858 são, respectivamente, Patrício Corrêa da Câmara (08/03/1857-19/12/1857) e Angelo Moniz da Silva Ferraz (01/02/1858-04/05/1859). RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul o commendador Patricio Correa da Camara...*, 1857. RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1858. RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril, e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 4 de maio de 1859*. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859.

<sup>221</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>222</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1858, p. 17.

Complementando o assunto das colônias na província tocante aos dados estatísticos da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte o presidente Ferraz confirma a solicitação do suporte de Normann: “Das informações á que mandei proceder pelo engenheiro Felipe de Normann, e respectivo subdelegado de policia [Joaquim Edolo de Carvalho] consta actualmente sua população” colonizando “em terras que pertencem ao município de Santa Maria” e “da Cruz Alta”.<sup>223</sup>

Sendo a data da correspondência (01/05/1858) e o pedido até o dia 6 de agosto “passado”, remete-se ao ano de 1857. Entendemos que o pedido teria sido feito à revelia de termo escrito e a Ferraz como importância política e não como autoridade instituída. Pois, no 1857 o presidente da província era Patrício Correa da Câmara.

À primeira vista, as fontes e até mesmo as informações parecem estar desconstruídas. Todavia, como a proposta advém de Normann e o mesmo estivera envolvido outrora em negociações de terras conjecturamos que tais fatos pesam na imagem do agente. O qual poderia ter usado algum subterfúgio à margem da lei para obter confirmação de sua proposta. Explicando, assim, um contato prévio, como consulta, antes do envio da proposta ao governo provincial.

O conteúdo do citado relatório trata da descrição e situação da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte bem como esclarecimentos relativos a execução e continuidade do projeto. Normann explica que se colocou à frente de uma sociedade e dirigiram-se ao Governo Imperial para que os vendesse: “hum território de terras devolutas contiguas ás que **já tínhamos comprado** á particulares, **para desde já darmos principio** á realização da empresa” isto “**porque tínhamos bem fundadas esperanças, que aquelle territorio nos seria concedido**”.<sup>224</sup>

É sabido que o agente havia sido demitido e não possuía dinheiro suficiente para arcar com a empreitada. Na tentativa, ainda que desesperada, de angariar dinheiro vê a possibilidade profícua de articular uma colônia particular na qual poderia negociar terras facilmente devido o atrativo que a estrada do Pinhal geraria.

A Colônia do Pinhal denominada por Normann por Colônia de Santa Maria da Boca do Monte já constava por si só na região advinda de migração espontânea, de outras colônias, como destaca o relatório de presidência da província: “pouco posso

---

<sup>223</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1858, p. 20.

<sup>224</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRs, Colonização, C 35, M 65. Grifo nosso.

adiantar-vos relativamente a este nucleo espontaneo de nossa colonização” que “compõe-se de vinte e oito fogos pouco mais ou menos, com uma população de cento quarenta e dois colonos, dos quaes são Brasileiros 101/Estrangeiros 41”<sup>225</sup>. E destacando o relatório que:

**Não foi criada á expensas de algum particular ou do governo, ou á seu cuidado.** Sua origem data do estabelecimento n’esse lugar, de alguns officiaes e praças dos corpos allemães, que servirão na guerra de 1825. Para ahi progressivamente tem affluido colonos de S. Leopoldo, de Santa Cruz, e de outros logares.<sup>226</sup>

No mesmo sentido da assertiva, pela análise dos relatórios de presidente de província Pellanda que também analisou os relatórios de presidente de província de 1858-1859 ressalta que “não se pode precisar exactamente a data da fundação desta colonia, um dos mais antigos nucleos germanicos do Estado, e o unico entre elles, de formação expontanea”.<sup>227</sup>

Importante fazer a advertência de ser um tanto quanto taxativa a afirmação da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte como “o único” núcleo de formação espontânea, mas o autor poderia ter tido pouco acesso a outras informações. Outrossim, a historiografia clássica sobre imigração alemã da qual faz parte Pellanda, Francisco Leonardo Truda e Aurélio Porto são bem laudatórios no que se refere aos feitos da colonização alemã no Rio Grande do Sul.<sup>228</sup>

Normann com seu conhecimento da região vê “á huma aglomeração de familias estrangeiras, que estão estabelecidas, - não em prazos coloniais, medidas e demarcadas, e [ilegível] sem ordem em chacaras e posses, pela maior parte mal discriminadas em suas divisas” e vislumbra a inserção de um maior contingente imigratório para os quais venderia as terras para somar a colonização.<sup>229</sup> Pois afirmara que “há poucos lugares na Provincia, que reúnem tantas condições para prosperidade

<sup>225</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou...*, 1859, p. 46.

<sup>226</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1858, p. 20. Grifo nosso.

<sup>227</sup> PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica...*, 1925, p. 175.

<sup>228</sup> TRAMONTINI, Marcos Justo; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. A imigração alemã na historiografia rio-grandense: Pellanda, Porto e Truda. In: DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 357-361.

<sup>229</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

de uma colônia como essa região da Serra Geral: as suas férteis terras são atravessadas pela excelente estrada do Pinhal”.<sup>230</sup>

Entendendo o potencial a ser explorado no Pinhal deixou adormecida as intenções sobre o projeto, diz Normann: “quando eu 1856 explorei aquelles mattos, para achar a mais conveniente direção da estrada do Pinhal, e desde logo concebi o projecto de estabelecer ali huma colônia”.<sup>231</sup> Através da compra das terras devolutas por menor preço do governo imperial revenderia aos colonos obtendo o lucro nessa transação. Se as colônias ali inseridas teriam amparo com subsídios de Normann ou correlato do governo Imperial para vingarem nas pequenas propriedades não fica exposto. *A priori* por se tratarem de colônias privadas, particulares, a autogestão de cada colônia depende por si só do proprietário e da mão de obra familiar.

Excluindo maiores responsabilidades financeiras pelo agente, visto que é uma forma acessível de negócio e não exigiria maiores capitais para o investimento. A proposta reforça a condição de Normann estar falido e com dívidas para serem quitadas com governo provincial, como corrobora Weimer:

Em junho daquele ano [1858], encaminhou uma carta desesperada ao presidente da Província, em que se propunha a vender muitos documentos de sua propriedade, constituídos especialmente de mapas e levantamentos estatísticos avaliados em 6:240\$000 réis (4:230\$000 pelos mapas e 2:010\$000 pelas estatísticas). Segundo sua alegação, havia contraído vultosos empréstimos para adquirir esse material que serviria para confeccionar um mapa da Província a ser impresso na Europa. Nomeada uma comissão de peritagem, a mesma julgou os levantamentos estatísticos como não tendo valor e arbitrou o valor dos mapas em 3:200\$000 réis. Sob protestos, os mapas foram passados ao governo que, no entanto, nunca os pagou. E sua dívida foi executada. [...] Seus mapas não foram apreendidos por já se encontrarem sob custódia governamental. Sua dívida era de 2:147\$610 réis. As várias propostas encaminhadas por Normann visando um acerto de contas nunca foram respondidas. De concreto, resultou apenas a de que fosse contratado como cartógrafo pelo governo provincial.<sup>232</sup>

Então, a estratégia de Normann fora iniciar uma compra prévia de terras devolutas não só como forma de insinuar que teria recursos financeiros suficientes, mas – sobretudo – como maneira de pressionar o governo. Ao encontro dessa

<sup>230</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>231</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>232</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 152-53.



hipótese, Nicoloso compreende que Normann teve o “objetivo de dirigir-se ao governo imperial demonstrando que tinha recursos para a realização tal empreitada”.<sup>233</sup>

Como Normann havia iniciado a colonização, introduzido nas terras compradas “algumas famílias, quase todas de São Leopoldo que perfazem com as que, desde há muitos anos já ali estavam estabelecidas”<sup>234</sup>, *restaria ao governo imperial aceitar a proposta feita*. Porém, o governo imperial nunca deferiu o pedido do suplicante, ou seja, nunca atendeu a solicitação de Normann. Para Nicoloso “o projeto de Normann esbarrou na política da Coroa, que não deferiu a petição por ele encaminhada”.<sup>235</sup>

Sem dúvida que a política da Coroa fora um dos pontos cruciais para continuidade do projeto de Normann. Mas, quais aspectos que indeferiram o projeto de colonização? A conduta de Normann nos negócios através da especulação de terras e a demissão dos funcionários estrangeiros, da Província do Rio Grande do Sul, pesaram significativamente na balança para aceitação do projeto da proposta. Nesta a condição 1ª em que o agente estipula as medidas de terras devolutas que deseja comprar variavam de 4 léguas quadradas (120.000 braças quadradas) ou equivalente a 300.000 braças quadradas acordado o valor a ser pago de meio real (\$500 Rs.) pela braça quadrada. Tais extensões e valores não estavam em total consonância com as leis do Império e da província. No que tange à legislação sobre as terras no Brasil, na metade do século XIX, a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 denominada Lei de Terras indica no seu *caput* que:

Dispõem sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, **sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de Colônias de nacionais, e de estrangeiros**, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.<sup>236</sup>

Assim, não haveria outra maneira para Normann adquirir as terras para a empresa de colonização senão na forma de compra. Sobre as medidas determina a referida lei no artigo 14 no § 1º que “a medição e divisão serão feitas quando o

<sup>233</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 45.

<sup>234</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>235</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 45.

<sup>236</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre; Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS; EDUCS, 2001, p. 112. Grifo nosso.

permitirem as circunstâncias locais [...] de maneira que formem lotes de quinhentas braças por lado [250.000 braças quadradas] demarcadas convenientemente”.<sup>237</sup> E que os pagamentos dos lotes “serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo”, conforme art. 14 § 2º, “fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, um real, real e meio, e dois réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes”.<sup>238</sup> Se confrontados com a lei provincial nº 304 no art. 2º os lotes coloniais destoam consideravelmente em tamanho e valor:

O presidente da Província empregara as quantias anualmente consignadas pela Assembleia Provincial na compra de terras usadas para lavoura as quaes mandara medir, dividir e demarcar em **lotes de cem mil braças quadradas** para serem expostos a venda aos colonos, **sendo o preço mínimo de cada lote 300.000 rs.**<sup>239</sup>

Ora a medida ora o valor do projeto Normann estavam em desacordo com a legislação de terras em vigor. Aspectos estes que pararam na malha de leis e impossibilitaram o agente a dar sequência no projeto. “Como se dissolvêo a sociedade, de que acabo de falar, essa população por enquanto se convervará estacionaria e pode se dizer que a Colonia de Santa Maria, ao nascer já morrêo”.<sup>240</sup> O que Normann pretendeu enfatizar é que Colônia não terá prosseguimento, ao menos não, nos moldes como a planejou. As condições contratuais que ofereceu às autoridades são razoáveis, excetuando-se, claro, as fragilidades em relação as compras das terras devolutas.

Ao explicar a importância desta Colônia para a província na comercialização dos produtos que eram comprados pelos habitantes da Vila de Santa Maria como da Campanha a expansão do mercado de alimentos com a possibilidade de “limpeza do Rio Vacacahy-Grande franqueará á colonia hum porto de embarque, para os generos de exportação, que não lhe ficará em maior distancia de 5 leguas”.<sup>241</sup>

Então, com a construção do porto haveria uma maior distribuição dos produtos que da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte e, ainda, a integraria com as demais

<sup>237</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação...* 2001, p. 114.

<sup>238</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação...* 2001, p. 115.

<sup>239</sup> COLLEÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Tip. Rio-Grandense, 1854. apud CUNHA, Jorge Luiz *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 81. Grifo nosso.

<sup>240</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>241</sup> Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRs, Colonização, C 35, M 65.



A visão empreendedora de Normann acerca do potencial de desenvolvimento do projeto em conjunto com a exploração das colônias alemãs na província não fora suficiente para fazer sair do papel o empreendimento. Nota-se que na Figura 4 foi necessário incluir a Colônia do Pinhal/Santa Maria da Boca do Monte no mapa, pois não constava na marcação das colônias alemãs na Província.

Embora o agente tenha complementado a colonização na região do Pinhal com algumas famílias a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte passou a não ser relevada entre as colônias alemãs, pois uma vez entendida como rejeitada, não aceita, a proposta na petição de Normann. Entendeu o governo da província que a Colônia de Santa Maria da Boca deixara de existir juridicamente. Apresentando uma última menção sobre esta colonização:

Nada posso informar-vos cerca das Colônias das Torres, S. Pedro d'Alcantara, das Tres Forquilhas, de Santa Maria da Bocca do Monte, e da particular do Mundo Novo, por não me terem sido ministrados os dados, que em tempo forão pedidos.<sup>243</sup>

Podemos inferir que não conseguira ser executada conforme a proposta e, logo, não chegou a existir senão *apenas no papel*. No entanto, é premente apontar, novamente, que a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte que não teve continuidade porque a Colônia do Pinhal estava antes, durante e depois da proposta de Normann. O que muito o agente fez foi levantar os dados sobre as colônias alemãs que ali já estavam; inserir mais algumas famílias e tentar organizar todas legalmente como uma Colônia particular - a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte. Ignorando a espontaneidade organizacional que proveu a região do Pinhal de uma dinâmica social anterior representada por várias colônias alemãs particulares, na região do Pinhal, a que denominamos por Colônia do Pinhal.

Normann, após ter a negativa na proposta do projeto de colonização, perdera uma oportunidade financeira que lhe traria bons rendimentos através da comercialização das terras frente ao cargo de cartógrafo. E teve que lidar com outras situações visto que:

Trabalhando nas piores condições e sob séria prostração psíquica, contraiu matrimônio com Margarida de Sá Brito, a 06.08.1859. O matrimônio não lhe

---

<sup>243</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1860, p. 31.

trouxe novo alento, pelo contrário, passou a se entregar cada vez mais ao vício da embriaguez. Por vários pretextos Normann foi protelando a execução do mapa para o qual havia sido contratado. Em ofício de 10.06.1860, foi demitido de seu cargo de cartógrafo.<sup>244</sup>

A procura de trabalho, Normann voltaria a Santa Maria para um contrato de construção do cemitério público sendo a planta que fez enviada para aprovação da presidência da província em 22 de agosto de 1858 e, dois anos depois, o engenheiro orçou em 18:912\$083 a obra.<sup>245</sup> Obra a qual não concretizou e teve o contrato rescindido.<sup>246</sup> Em outubro de 1861, seria novamente contratado pela Repartição de Obras Públicas para a função de desenhista.<sup>247</sup>

Tão logo, Weimer frisa que a “assinatura” de Normann “no ponto passou a ser trêmula. Faltava muito ao serviço. Em novembro de 1861, assinou-o apenas duas vezes. Sua última assinatura foi do dia 29.04.1862”. Na data de “07.05.1862 o chefe da repartição comunicou à Presidência o falecimento de Normann, utilizando seus proventos do mês anterior e ainda não pagos para custear seu féretro e uma missa para ser rezada para a sua alma”.<sup>248</sup>

É premente destacar que a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte não teve continuidade, mas a Colônia do Pinhal estava assentada à sua maneira, antes, durante e depois da proposta de Normann. O que se sucedeu fora a estrada do Pinhal como encontro de caminhos cruzados. Visto que o agente fez foi levantar os dados sobre as colônias alemãs que ali já estavam; tentar inserir e organizar mais algumas famílias legalmente como uma Colônia particular - a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte. Ignorando a espontaneidade organizacional que proveu a região do Pinhal de uma dinâmica social, anterior, representada por várias colônias alemãs particulares a que denominamos por Colônia do Pinhal. Apesar da Colônia de Santa Maria da Boca do Monte não ter continuado juridicamente, a Colônia do Pinhal socialmente ali perdurou com as famílias alemãs e teuto-brasileiras por muitos anos.

<sup>244</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 153.

<sup>245</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 129-130.

<sup>246</sup> FLORES, Ana Paula. *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontífica Universidade Católica, Porto Alegre, 2006, p. 96. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, 152.

<sup>247</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 153.

<sup>248</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores...*, 2006, p. 153-154.



### 3 PLANTANDO SONHOS: A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO PINHAL

Esse capítulo apresentará o estabelecimento dos imigrantes na colonização alemã no Pinhal com o trabalho agrícola na pequena propriedade com mão de obra familiar. O cenário social é do colono alemão chegando na floresta subtropical adentrando na mata para instalação das habitações e limpeza da área escolhida para fazer o cultivo das culturas.

As fontes utilizadas são dos relatórios de Felipe de Normann - o *Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1* e o *Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3*; 9 *Autos de Medição de terras* (1862-1878), 3 registros paroquiais de terras de Santa Maria no Livro de Registro de Terras Possuídas – Santa Maria (1854), 5 ofícios do Juízo Comissário de Santa Maria sobre terras públicas (1862-1866), Livro de Atas da Câmara Municipal de Santa Maria (1858-1864) e, parcialmente, inventários *post mortem*.

Ambos os mapas populacionais nº 1 e nº 3 têm formato documental de lista nominativa sendo, geralmente, identificada a moradia pelo chefe da família. O mapa nº 1 contém a separação de cada família, com seus membros, idade, estado civil, religião, ano de chegada no Brasil, naturalidade, grau de instrução, ofício. O mapa nº 3 disponibiliza os dados agrários sendo nominadas as propriedades, município a que pertencem, valor da propriedade, extensão territorial, tipo de área (mato/campo), tipo de vegetação e se está regularizada. Apresenta os estágios agrícolas de cada propriedade: plantação, consumo, colheita das diversas culturas e cotação do preço.

De posse destas fontes seguimos o nome destes colonos e atingimos os Autos de Medição de Terras, Registros Paroquias de Terras e os ofícios do Juízo Comissário de Santa Maria sobre terras públicas que possibilitam perscrutar o universo agrário dos colonos do Pinhal. Para apreender as relações exteriores deste ambiente rural o único documento encontrado foram os Livros de Atas da Câmara Vereadores de Santa Maria, os quais continham pouquíssimos. E, por fim, para consubstanciar estas fontes com alguns inventários que compõem detalhes aos sujeitos históricos.<sup>249</sup>

---

<sup>249</sup> Sabemos da contribuição dos pesquisadores memorialistas para história santa-mariense e regiões abrangentes dos antigos distritos. Contudo, optamos pela decisão um tanto quanto arriscada de aproveitar apenas minimamente e com restrição os escritos dos autores memorialistas devido haver certa insuficiência e/ou ausência de fontes na qual são concluídas as explicações. O que inviabiliza de

A chegada dos primeiros imigrantes alemães nas terras do Pinhal é incerta para datar uma fundação. Apesar de haver a referência ao ano de 1857 como marco fundador da Colônia do Pinhal. O que fica mesmo é este ano como o qual foram comprados alguns lotes coloniais na área mais central da região do Pinhal por Miguel Kroeff, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. Pois, a última datação do viajante Robert Avé-Lallemant antes de chegar ao Pinhal ocorreu quando partiu de “Santa Maria às 8 horas manhã de domingo de Ramos (28 de março)” de 1858.<sup>250</sup> Na passagem pelo Pinhal Avé-Lallemant afirma que “depois de seis meses de trabalho, diversas famílias [de colonos] já tiveram uma boa colheita e venderam seus produtos a muito bom preço”<sup>251</sup>. Seis meses atrás se pode concluir, aproximadamente, entre os meses de setembro e/ou outubro de 1857.

Se estamos tratando da Colônia do Pinhal como Colônia de Santa Maria da Boca do Monte é preciso lembrar, conforme indica o relatório de presidente de província<sup>252</sup>, que a origem não foi criada pelos custos de particular específico ou do governo e nem esteve a cuidado. Sendo a origem datada do estabelecimento neste lugar de alguns oficiais e praças do corpo de alemães que haviam servido na Guerra da Cisplatina (1825-1828). E para aí tem afluído progressivamente colonos de São Leopoldo, Santa Cruz e outros lugares, como assevera Cunha:

Santa Maria da Boca do Monte foi a única colônia alemã no Rio Grande do Sul, que foi fundada espontaneamente. Os primeiros colonos que ali se instalaram foram alguns oficiais alemães e soldados da Legião Estrangeira de Pedro I. A partir de 1827 algumas famílias mudaram-se de São Leopoldo para Santa Maria.<sup>253</sup>

No tocante, aos destacamentos de estrangeiros incorporados ao exército Aurélio Porto destaca: a Companhia de Voluntários Alemães, a Companhia de

---

certa forma, as posteriores críticas, e conferências das fontes pelos demais pesquisadores. Obrigando-os a seguir de olhos vendados por um caminho duvidoso de destino incerto.

<sup>250</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 217.

<sup>251</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*..., 1980, p. 219.

<sup>252</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1858, p. 20.

<sup>253</sup> “Santa Maria da Boca do Monte war die einzige deutsche Kolonie in Rio Grande do Sul, die spontan gegründet wurde. Die ersten Kolonisten, die sich dort niederließen, waren einige deutsche Offiziere und Soldaten der Fremdenlegion Pedros I. Ab 1827 siedelten einige Familien von São Leopoldo nach Santa Maria um”. CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation...*, 1995, p. 60. Tradução nossa.



Lanceiros Imperiais, 27º e 28º Batalhões de Caçadores.<sup>254</sup> Ressalta Hilda Agnes Hübner Flores que o 27º Batalhão de Caçadores detinha comportamento disciplinado oposto ao 28º conhecido como *Batalhão do Diabo* porque eram bons soldados na ordem militar, porém fora do serviço nas folgas tinham condutas indisciplinadas com bebedeiras e arruaças.<sup>255</sup>

Ainda Porto sobre o 27º Batalhão de Caçadores, diz: “dêsse batalhão cujos elementos quasi em massa foram encorporados á colonização e que se estabeleceram em São Leopoldo, Santa Maria, e outras colônias que se iam fundando”.<sup>256</sup> Diferentemente, de Porto autores de pesquisas mais Külzer e Nicoloso divergem a propósito do 27º Batalhão ter se deslocado a Santa Maria:

Em 1828, a paz da povoação de Santa Maria foi alterada por um evento que ficou marcado na memória local até a atualidade. Curiosos nas ruas e janelas, todos espantados com o pelotão de soldados que se aproximava. De repente a informação chegou aos ouvidos da população: eram soldados estrangeiros que estavam de passagem por Santa Maria, mais precisamente era o 28º Batalhão de Estrangeiros compostos por alemães, contratados para lutar na Guerra Cisplatina. Após a dissolução da tropa, talvez estimulados pela possibilidade de crescimento econômico, alguns militares optaram por se estabelecer na região.<sup>257</sup>

Por seu turno, Nicoloso corrobora com Külzer que os primeiros imigrantes alemães chegados em Santa Maria, entre 1828 a 1830, advinham do destacamento do 28º Batalhão de Caçadores.<sup>258</sup> Se fora algum combatente, do 28º Batalhão de Caçadores, ou descendente, que ao findar o conflito decidira subir a serra para ter uma colônia não estamos convictos disso, pois necessitaria uma precisa genealogia sobre os colonos do Pinhal, proposta a qual não cabe a esta pesquisa.

Além da suposta influência dos militares, ocorreu o deslocamento “da colônia de S. Leopoldo” de onde “tem sahido grande numero de familias que se tem espalhado

<sup>254</sup> PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934, p. 96-97.

<sup>255</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 34.

<sup>256</sup> PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão...*, 1934, p. 99.

<sup>257</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009, p. 43.

<sup>258</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 62. Sobre novas abordagens do envolvimento de alemães na 1ª e 2ª linha do exército ver, respectivamente: PIASSINI, Carlos Eduardo. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Khalden, Hansel, Koseritz e Ter Brügen, 1851-1881*. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania, Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

por diferentes logares”.<sup>259</sup> Há um procedimento de venda e compra de lotes que é retroalimentado pelos novos imigrantes que chegam da Alemanha:

O processo é conhecido. Os antigos colonos vendem suas terras já cultivadas ao recém-chegados, e vão comprar em outros lugares terrenos melhores, e ahi se estabelecem. As colônias dos Conventos, da Estrella, e de Santa Maria da Boca do Monte forão ao principio habitadas com gente sahida de S. Leopoldo.<sup>260</sup>

Tal procedimento migratório no qual também estavam inseridos os imigrantes do Pinhal é denominado por Roche de enxamagem. Esta é uma constante migração interna de colonos aludindo aos enxames de abelhas.<sup>261</sup> Nesse sentido, frisa Roche “Santa Maria da Bôca foi inteiramente constituída por alemães oriundos de São Leopoldo”.<sup>262</sup>

Apesar de estarmos dando ênfase ao grupo étnico germânico a configuração populacional da Vila de Santa Maria da Monte não corresponde apenas a alemães e teuto-brasileiros. Pois, constava a Vila de Santa Maria da Boca do Monte, no ano de 1859, com uma população livre 80,7% (4.124), liberta 0,4% (20) e escrava 18,9% (966).<sup>263</sup>

Quando os imigrantes somaram-se à população em Santa Maria, mais precisamente para Serra Geral no centro da província, pela migração interna e espontânea com os projetos familiares próprios sem auxílio do governo imperial como tiveram, outrora uns, na Colônia de Santo Leopoldo vieram para o Pinhal em busca de novas e melhores oportunidades de sobrevivência na terra, vieram *plantar sonhos*.

Seja impelido a dar continuidade a “dinâmica do modelo agrícola baseado na pequena propriedade” estava sempre em busca de “novas fronteiras agrícolas”<sup>264</sup>, isto é, a enxamagem funcionando a partir *ecological push*:

<sup>259</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul* Angelo Moniz da Silva Ferraz..., 1858, p. 17.

<sup>260</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul* Angelo Moniz da Silva Ferraz..., 1858, p. 17.

<sup>261</sup> Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969.

<sup>262</sup> Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 343. Para realizar essa afirmação Roche contém duas fontes significativas a obra do viajante naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi - *Reisen durch Südamerika*, que esteve pela primeira vez no Brasil entre 1857 e 1859, e o jornal *Correio do Sul*, 18 de novembro de 1857.

<sup>263</sup> Dados da Tabela 1 – População livre e escrava de Santa Maria, século XIX. KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009, p. 36.

<sup>264</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul...*, 2014, p. 191.

A alta taxa de fertilidade das famílias, o baixo nível tecnológico de sua agricultura e a fronteira agrícola em movimento eram alguns fatores que contribuíram para enxamagem. Porém, o rápido esgotamento do solo após as queimadas e a policultura intensiva nas propriedades coloniais podem ser vistos como um *ecological push* para a migração interna rumo às florestas.<sup>265</sup>

O agricultor trabalhava na propriedade com a esposa e os filhos o que renderia um bom desempenho da agricultura, mas a cada geração da família a divisão das terras para os filhos diminuiria a propriedade inviabilizando a sobrevivência pela terra. Direcionando a família para uma constante busca por novas oportunidades. Nisso inclui-se os recém-chegados imigrantes e o aumento gradativo do valor da terra estimulando especulações fundiárias.

Seja muitas vezes inspirados por histórias de sucesso narradas por cartas<sup>266</sup> ou por viajantes, como a que Avé-Lallemant contou:

Examinei a singularmente alemã Santa Maria. Mas não preciso descrevê-la. Imagine-se uma rica aldeia à margem da estrada da montanha, e estamos no centro de Santa Maria. Até o dialeto do Palatinado se fala aqui nas ruas, como língua do país e, como lá, se ouve em toda parte. [...] Um dos negociantes alemães que há dezenove anos chegara sem nada a Santa Maria, mostrou-me sua casa, seu armazém, seu pomar; tudo tão bem construído, tão espaçoso, tão bem ordenado, que a gente esquece os campos do Rio Grande e julga estar numa loja européia. [...] E dessa maneira se encontram os alemães no lugar.<sup>267</sup>

Arelado ao imaginário de prosperidade econômica seguiram-se caras consequências nas quais se uniformizou etnicamente e socialmente Santa Maria. As palavras de Külzer assinalam uma multiétnica Santa Maria na qual cabem diversos olhares para as temáticas e problemas sociais, pois:

Temos que vários relatos não resistem a atribuir a Santa Maria a imagem de vilarejo europeu. Consideremos que, na segunda metade do século XIX, a intelectualidade brasileira passava por um momento interessantíssimo de discussão sobre o futuro nacional. Mudanças estruturais como o fim do sistema escravista e o crescimento do fluxo imigrante, provocavam projeções sobre o *povo* que se queria para esta nação emergente. A recepção de idéias diversas, que versavam sobre noções de progresso, evolucionismo, racismo científico, carregava de negatividade as *gentes* que abundavam em terras nacionais, principalmente negros (em suas várias matizes) e índios. Cobrir Santa Maria de um *verniz* europeizante, através do exagero sobre a presença

<sup>265</sup> BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcos de Souza. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: editora UPF; Santa Cruz: Edunisc, 2006, p. 111.

<sup>266</sup> DREHER, Martin Norberto. Migrações internas a partir de uma carta. In: \_\_\_\_\_. *190 anos de imigração alemã...*, 2014, p. 183-193.

<sup>267</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 215.

de alemães em seu espaço, foi um estratagema adequado para viajantes e memorialistas que queriam elogiar o vilarejo no qual residiam ou por onde passavam, atribuindo-lhe um cenário *embranquecido e germanizado*. **Tais relatos acabaram jogando sobre a cidade um véu que invisibilizou não só as categorias de indesejados, como negros e índios, mas também aqueles alemães que não adquiriram a projeção social e econômica que lhes era destinada pelos arautos da imigração européia, vista como regeneradora da raça e promotora do progresso.**<sup>268</sup>

Estudos como de Daniela Vallandro de Carvalho, Ênio Grigio e Franciele Rocha de Oliveira tem contribuído para descortinar as populações invisibilizadas como índios e negros, em Santa Maria, sobretudo, no século XIX.<sup>269</sup> Entretanto, alemães que não atingiram a projeção social e econômica como seus pares é nicho ausente de pesquisa, logo sendo essa nossa pretensão, através dos colonos no alemães do Pinhal. Sendo que Avé-Lallemant destaca o que podemos denominar de pulsão pela riqueza: “considera-se quase uma necessidade que o alemão em Santa Maria tenha que enriquecer. Muito se discutiu na Alemanha se o imigrante alemão podia prosperar no Brasil”.<sup>270</sup>

Embasado nisto salienta-se o apontamento de Külzer e Nicoloso, respectivamente, que “a primeira tentativa de formação de um núcleo colonial de imigrantes na região não teve sucesso”<sup>271</sup> porque a “tentativa de estabelecimento de uma colônia particular no local hoje conhecido como Distrito do Pinhal, não vingou”<sup>272</sup>. Nicoloso compreende a tentativa frustrada de implementação da Colônia de Santa Maria da Boca Monte por Felipe de Normann não se prolongando no tema. Já Külzer acompanha socialmente alguns colonos do Pinhal, mas sempre como referência a alemães e teuto-brasileiros de Santa Maria. O que não permite um perfil social, ainda, mais completo da área rural colonizada pelo grupo étnico em Santa Maria, sobretudo

<sup>268</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009, p. 45-46. Grifo nosso.

<sup>269</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. “Entre a solidariedade e a animosidade”: os conflitos e as relações interétnicas populares, Santa Maria – 1885 a 1915. 2005. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005. GRIGIO, Ênio. “No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”: a comunidade negra e sua irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 2016. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul*. 2017. 393 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

<sup>270</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 215.

<sup>271</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009, p. 47.

<sup>272</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 62.

- no Pinhal. Mesmo focados em objetivos diferentes de pesquisa ambos autor e autora oportunizam uma base significativa de exames.

Em se tratando de uma perspectiva dos estudos sobre a imigração para América Latina há dificuldade de reconhecimento das diferenças sociais que estão no limbo da pobreza entre a experiência do fracasso e da inalcançável riqueza. Como sutilmente Elmir e Witt explicam a sensível questão:

Se, por um lado, o discurso do senso comum (inclusive o “senso comum douto”) associa aos imigrantes, nos seus primeiros tempos na “terra de adoção”, o fato de serem, via de regra, pobres e degredados de seu território natalício, não menos verdade que, aos mesmos imigrados, é reconhecida uma trajetória de mobilidade social estritamente ascendente que, em boa medida, não atingiu em termos maciços o conjunto desta população.<sup>273</sup>

Perfazer o processo histórico da mobilidade social dos colonos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal é um objetivo da pesquisa que está certamente ligado ao desprendimento do discurso desse arquétipo pré-estabelecido do imigrado, ascender economicamente e politicamente, que procura não homogeneizar as colonizações alemãs no sul do Brasil desvelando seus múltiplos traços.

### 3.1 ALI RESSOA O MACHADO NA FLORESTA: O ASSENTAMENTO DOS COLONOS

*O alarido dos macacos na mata próxima, a gritaria geral dos papagaios, galos a cantar, cães a ladrar e porcos a grunhir, enfim, toda a desarmonia da vida alemã numa colônia na selva brasileira despertou-me na manhã seguinte, com a qual começou a Semana Santa.*<sup>274</sup>

Em 1858, depois de passar o dia conhecendo o Pinhal e ali pernoitar o viajante Avé-Lallemant retrata esse ambiente na Colônia. A visita do viajante europeu ao Pinhal nos orientará até aquela época. Naquele ano, a Colônia do Pinhal já estava com as bases de assentamento coloniais instaladas. Devido a cada família alemã e teuto-brasileira que se deslocou espontaneamente pela estrada do Pinhal até a suas

<sup>273</sup> ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). Quem (não) tem medo de fracassos? Notas para uma proposta de investigação no campo dos estudos migratórios..., 2014, p. 7-14.

<sup>274</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*..., 1980, p. 222.

terras precisaram (re)fazer o processo de colonização: limpar o terreno, construir a habitação e iniciar a roça.

Ao seguirem pela estrada do Pinhal com as carretas, de duas ou quatro rodas puxadas por bois, levando a esposa e as crianças pequenas, o homem a cavalo e a pé os filhos mais moços no trecho mais íngreme da estrada entre os campestres do Perau e o Pinhal ao olharem para baixo fitaram o mesmo cenário que Avé-Lallemant:

Da crista da serra goza-se maravilhosa vista. Sobre belos vales e desfiladeiros descortina-se a aprazível Santa Maria e, mais ao longe, através dos imensos campos da Província, cujas ondulações, vistas do alto, quase desaparecem e se transformam numa planície aparentemente perfeita, em que se alternam os pastos e as matas. Apenas desviamos a vista do belo quadro - [...] e prosseguimos o caminho nas alturas, deixando para trás, de ambos os lados, as matas que ficam em baixo – mal temos a impressão de nos acharmos numa montanha, mas antes a de que nos achamos num planalto, cujo solo é bastante desigual, porém não muito mais do que a natureza dos campos e coxilhas lá embaixo.<sup>275</sup>

Nas escarpas do planalto central a paisagem é realmente marcante por ser o encontro de dois biomas, o Pampa e a Mata Atlântica, e pela altitude frente a depressão central intensificam o contraste como demonstra João Davi Minuzzi a partir da pesquisa em História Ambiental.<sup>276</sup> Enveredando por esta linha teórica nos pautamos pelas contribuições de Juliana Bublitz a cerca da devastação ambiental causada pela colonização alemã e italiana, no Rio Grande do Sul, porque:

De um modo geral, a implantação das colônias novas seguiu a mesma lógica de constituição dos antigos núcleos coloniais da Província, nos quais se dava preferência para áreas localizadas às margens de rios e cobertas por grandes florestas. Além disso, o combustível do avanço até o limite da *fronteira verde* no Rio Grande do Sul foi a crença, generalizada entre os colonos, de que as melhores terras para agricultura eram as de mata – devidamente abatida e queimada.<sup>277</sup>

No Pinhal, a derrubada da mata não exigiu dos alemães maiores atenções quanto a abertura de caminhos pela floresta - a picada (*Schneise*) ou *Pikade*, forma alemanizada e, regionalmente conhecida por Linha, Lajeado ou Travessão. A picada

<sup>275</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)..., 1980, p. 218.

<sup>276</sup> Mapa 4 – Detalhe de mapa mostrando o encontro entre biomas. MINUZZI, João Davi. *Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do pampa na visão de viajantes europeus, 1818-1858*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017, p. 25.

<sup>277</sup> BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul*. 2010. 190 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 178.

era abertura inicial através da floresta para penetração até os lotes coloniais. E acabou por se constituir numa forma de organização social que deu origem a pequenos municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados.<sup>278</sup>

Com facões, foices, machados, em duplas ou em mutirões os alemães abriam as matas. Os trabalhos iniciavam cedo do dia e terminavam cedo, pouco depois do meio da tarde, pois a mata fechada tende a esconder o sol, mais facilmente adiantando o entardecer e encurtando o dia de serviço. Visto que havia a estrada do Pinhal que oferecia o trânsito de tropas, então, as picadas abertas pelos alemães em meio a mata deveriam ser de curta e média extensão, apenas, para ligar a estrada do Pinhal e os lotes. Pois, os Autos de Medição nas terras do Pinhal não sinalizam picadas além da estrada do Pinhal fato que se deve, talvez, a simplicidade das demais picadas construídas.

Em Picada Felipe Essig, no vale do Taquari, hoje município Travesseiro/RS, como explica Eduardo Relly, houve necessidade de iniciar abertura um longo caminho na mata formando-se a picada teuto-brasileira. Fazendo uso do capital social, arcabouço de experiências históricas de cooperação legados pelo enraizamento de costumes e tradições de aldeias da Renânia, no séc. XIX, os imigrantes organizaram as suas moradias às margens de ambos os lados da picada. E, ademais, tiveram contato com saberes técnicos de habitantes nacionais.<sup>279</sup>

Similar modelo organizativo de povoamento da Picada Essig, usufruindo de capital social, ocorreu no vale do Itajaí-Mirim, em Santa Catarina, que remetia a colonização da região montanhosa com a Floresta Negra do leste da Alemanha no fim da Idade Média. Assim, explana Giralda Seyferth, no vale do Itajaí pela picada principal, “o eixo do sistema colonial”<sup>280</sup> o agrimensor demarcava os lotes acompanhando o curso do rio devido ao terreno montanhoso e a cobertura florestal. Demarcados os lotes e as linhas coloniais, nome referido às picadas principais, as famílias eram assentadas nos lotes, marcados paralelamente em direção aos vales, o que acarretou no impedimento da expansão agrícola para o interior.

---

<sup>278</sup> DREHER, Martin Norberto. Considerações sobre a história da família imigrante. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2014, p. 304.

<sup>279</sup> RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade...*, 2013.

<sup>280</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Editora Movimento/SAB, 1974, p. 45.

A partir das picadas fora organizada a vida social das colônias teuta-brasileiras no sul do Brasil, pois:

A picada que, inicialmente, nada mais era que trilha de acesso a uma propriedade, passou a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora de vida comunal, geograficamente identificável. Era unidade humana, na qual se encontrava templo (católico ou luterano, as confissões religiosas às quais pertenciam imigrantes alemães), a escola (tradição trazida pelos imigrantes e que teria importância fundamental para o desenvolvimento do Brasil meridional), o cemitério (espaço de reverência a mortos e de preservação de memória comunal), a residência do professor ou do padre/pastor, o salão de festas comunitárias (também designado de sociedade ou clube). Cada picada abrigava uma casa comercial, entreposto para o qual eram vendidos os excedentes de produção e através do qual se adquiriam bens não produzidos na comunidade. A casa comercial, muitas vezes conhecida por “venda”, era a porta de comunicação da picada com o mundo exterior.<sup>281</sup>

Apesar dos colonos do Pinhal não terem construído a sua própria principal picada, como vimos no capítulo anterior, os indícios mostram que a estrada do Pinhal acabou por constituir-se numa picada teuto-brasileira assumindo essa função de eixo do sistema colonial, haja vista as diversas características que alocou nas margens como conheceremos no próximo capítulo.

O contato com a biodiversidade da floresta infligia ao colono um sentimento de derrota que não o permitia visualizar um horizonte de sobrevivência no ambiente. Causando uma prostração psicológica de medo no colono que habitava ou trabalhava nas matas devido a distância de milhas até o próximo vizinho.<sup>282</sup> A maneira encontrada para vencer a escuridão na floresta foi levar a *luz*: na forma derrubada de um trecho específico da mata (clareiras) para permitir maior quantidade de raios de sol, ou usando o fogo. Dessa maneira a fronteira verde sucumbe diante do *desmatamento civilizador*<sup>283</sup>. Que ocorria sobretudo após a marcha pela picada até o lote de terras, ainda coberto pela floresta virgem, a chegada no lugar (in)esperado reserva uma imagem na qual Jean Roche nos convida a um esforço imaginativo:

O comboio de mulas era dividido. As bagagens haviam sido amontoadas à beira da picada. Esta era a única brecha aberta na mata, apenas um túnel de três ou quatro metros de largura, onde tropeçavam nas raízes e nos cepos, onde, se feriam no fio das hastes cortadas acima do solo. De um a outro lado, elevavam-se as árvores monstruosas, estreitavam-se os arbustos e as plantas do sub-bosque enlaçavam-se os cipós. Era a obscuridade misteriosa,

<sup>281</sup> DREHER, Martin Norberto. *Considerações sobre a história da família imigrante...*, 2014, p. 305.

<sup>282</sup> RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade...*, 2013, p. 132.

<sup>283</sup> BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical...*, 2010.



a umidade sufocante do dia, a ameaça confusa da noite, a angústia e o desespero.<sup>284</sup>

As incertezas e inquietudes que assolavam os colonos nos primeiros meses iam do dia até a noite. Desbravar a mata consistia não só num trabalho árduo como perigoso aos mais desatentos ou inexperientes. Como relembra Josef Umann, que imigrou 1877 para Linha Cecília, município de Venâncio Aires/RS:

É bem verdade que muitos de nós nos primeiros tempos estávamos bastante desiludidos ante os fatos desconhecidos e rudes que aconteciam a escura floresta virgem com suas árvores e a impenetrável vegetação rasteira que tínhamos de conquistar palmo a palmo, abrindo caminho com facão, exigia de nós um serviço árduo e não habituado.<sup>285</sup>

Não era apenas derrubar as árvores, cortar os galhos, roçar os arbustos e arrastar as madeiras. Precisava-se de cuidados para não haver acidentes. A queda mal calculada de um tronco poderia facilmente esmagá-lo ou a alguém próximo.<sup>286</sup> O acidente através da queda de uma árvore antes de cultivar as terras considerava-se um acidente doméstico, explica Sandro Blume. Como o autor nos apresenta pelo necrológio do jornal *Deutsches Volksblatt* o infortúnio que acometera uma colona em 25 de novembro de 1899, em Neu-Harmonia:

Participamos a todos nossos parentes e pessoas amigas, a dolorosa notícia de que Deus chamou para junto de si nossa amada mãe e esposa, Katharina Anschau nascida Müller, em 20 de Novembro, na idade de 40 anos, chamada para a eternidade de forma inesperada. Foi atingida por uma árvore que caía, ao lado da mata, resultando tão gravemente ferida e agonizando por apenas quinze minutos, já se foi. A falecida viveu por 24 anos em feliz matrimônio e deixa 13 filhos e dois netos. Todos nós agradecemos de coração a todas as pessoas que nos recomfortaram e estavam ao nosso lado nesta hora de aflição.<sup>287</sup>

Essa dificuldade no arroteamento das áreas florestais necessitando diferentes técnicas de derrubadas de acordo com as espécies de madeiras dos trabalhadores destaca Relly, ceifou a vida de Johann Brod, em Arroio do Meio, em 1911:

<sup>284</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 52.

<sup>285</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Porto Alegre: EST, 1981, p. 54-55.

<sup>286</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 52-53. BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano*. 2010. 291 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010, p. 208.

<sup>287</sup> BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul...*, 2010, p. 154.

O Hannes e o Kreitzpath, que por essa época morava com o tio, foram derrubar uma árvore. Otto acompanhou-os. Derrubei muito mato e sei: para tombar uma árvore, abre-se com o machado, um entalhe profundo do lado para onde ela deve cair. Depois, com a serra, corta-se o tronco do outro lado, um pouco acima, para que, ao quebrar, ele se incline na direção desejada. Eles erraram ao entalhar o tronco apenas superficialmente. Era um angico bem copado e coberto de enorme cipóal. Quando a serra alcançou o meio do tronco, em vez de este quebrar na altura do entalhe e tombar na direção imaginada, inclinou-se para o outro lado, preso aos cipós, e abriu-se e rachou de baixo para cima. Com o peso da copada, quebrou e projetou-se de ponta para baixo, para o lado em que estavam os tios. Tio Peter e Otto conseguiram esquivar-se mas o Hannes tropeçou e foi colhido pelo tronco na altura da bacia. Foi esmagado e quase enterrado no chão [...] a bacia e a perna estavam esmigalhadas.<sup>288</sup>

Um falquejo errado com machado ou facão, poderia amputar-lhe um membro. Uma roçada descuidada das capoeiras e cipós poderia facilitar uma picada de cobra, serpente ou escorpião.<sup>289</sup> Além das corriqueiras e indesejadas picadas de insetos e até mesmo o (im)provável confronto com onças compõe os perigos da vida na mata. “A onça malhada, sempre em espreita, matava não só cães, tão necessários aos colonos, mas carregava nas costas mesmo o boi gordo ou um cavalo forte”, contava o alemão Carl Seidler, em 1827, sobre a Colônia alemã de Torres, durante a sua estada na Província.<sup>290</sup> Ou atacava mesmo os colonos enquanto dormiam, relatava Avé-Lallemant: “à noite despertou um velho seleiro com forte pressão na cabeça: era a pata de uma onça!”.<sup>291</sup> Nas colônias a espingarda era fiel companheira para o que aparecesse de caça ou animais leves. No entanto, nem todos os colonos tinham entre seus pertences a arma, a pólvora e o chumbo, como é possível perceber na historiografia de colonização alemã. Na Colônia do Pinhal, em data incerta o colono Martin Zimmermann, o qual apresentaremos mais completamente a frente, era exímio caçador de onças (ditos *tigres*) com arma de fogo, mas naquele dia usou outros meios:

Uma vez caçando uma daquellas feras, teve o desgosto de vel-a entocar. Não desanimou, porem: fez á boca da grota uma fogueira e esperou. Quando suppoz que o animal estava morto, chamou um filho e, dando-lhe umm laço, disse: -Entra e laça o bicho pelo pescoço. D’ahi a segundos voltava o filho

<sup>288</sup> BERSCH, Roque Danilo et al. *Ondas imigrantes: crônicas de 138 anos de Brod no Brasil – vida, obra, escritos*. Lajeado: Univates, 2006. Apud RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade...*, 2013, p. 118.

<sup>289</sup> BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul...*, 2010, p. 199.

<sup>290</sup> SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil*. Apud BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcos de Souza. *Terra de promessa...*, 2006, p. 59.

<sup>291</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 188.

trazendo a fera de rastro; estava deveras morta! A fumaça mata até o diabo, disse o caçador ao filho, ajudando a leval-la para casa.<sup>292</sup>

Porém, Bublitz comenta que, já em 1858, quando Avé-Lallemant visitava as colônias alemãs viu “muito mais raramente” onças, e conclui que os 34 anos de existência da Colônia de São Leopoldo resultavam em “34 anos de caçadas e queimadas ininterruptas, que certamente contribuíram para a matança dos animais e também para que muitos deles se refugassem mais longe na floresta, onde estariam a salvo, mas por pouco tempo”.<sup>293</sup>

Mesmo considerando a rusticidade das pessoas do século XIX, isto é, simplicidade diante dos modos de vida, não podemos desconsiderar a fragilidade da vida frente aos muitos perigos. As dificuldades de cuidados em caso de ferimentos que podiam facilmente desenvolver uma doença e levar à morte não era uma fatalidade que incidia apenas aos colonos alemães, mas a toda uma população que estivesse à mercê da própria sorte. Desassistidos de uma medicina, e uma saúde pública, em vias de formação durante o século XIX. A maneira predominante de se encontrar salvamento em Picada Felipe Essig, entre 1857 e 1920, fora por práticas de curandeirismo e magia trazidas como patrimônio cultural da Europa fundidas com os conhecimentos dos nativos.<sup>294</sup>

Em 1863, para os colonos do Pinhal e demais moradores dos arrabaldes da Colônia em caso de enfermidades, emergência de risco de morte, a possibilidade de cura mais próxima seria descer a estrada do Pinhal até Santa Maria ou chamar para que viesse até o enfermo, as curandeiras da região ou algum notável local *reconhecido* como médico: João Roberto Lehman, Paulo Lopes de Haros, Manoel Joaquim de Abreu, cirurgião-mor Francisco Custódio da Silva e homeopata Nicolau Manguin. Com a competência de médico formado apenas doutor Abreu, doutor Haros e o homeopata Manguin. Ou, ainda, o conhecido homeopata do local Theobaldo Jaeger que “gozava do *status* de médico” ou a afamada curandeira da região Maria Antônia. Quatro anos mais tarde, somava-se a aqueles em Santa Maria proveniente

<sup>292</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria, 1914*.

<sup>293</sup> BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical...*, 2010, p. 91.

<sup>294</sup> RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade...*, 2013, p. 127.

da Guerra do Paraguai o doutor Jayme Couto de Almeida e, em 1872, retorna a Vila o diplomado em medicina Pantaleão José Pinto.<sup>295</sup>

Apesar de haver destaque de um número maior médicos do que curandeiras, estas eram maior quantidade embora raramente aparecessem nas fontes. O questionamento que permanece, sem resposta, é de forma os alemães e teuto-brasileiros do Pinhal acessavam as práticas de cura: se por meio de produtos da colônia, dinheiro, reciprocidade de favores ou outras trocas simbólicas?

Certo é que havia uma procura maior pelos colonos alemães na *arte curar* por curandeiras já que “nessa tênue linha demarcatória entre saúde, doença e morte, ainda nos primeiros anos da segunda metade do século XX”, explica Blume, os “indivíduos percorriam o fundo das ‘Picadas’ atrás de benzedadeiras, curandeiros e feiticeiras. Constrangidos, silenciosamente, procuravam cura para as doenças do corpo e conforto para as mazelas da alma”. Isto porque a imigração de médicos formados em medicina na Alemanha a partir da segunda metade do XIX concentrou-se nos centros maiores para consultar a comunidades urbanas de imigrantes e geral.<sup>296</sup>

Da chegada no lugar a escolha da área para arrotear, derrubar a floresta pelo ferro do machado. Tudo precisa ser feito às pressas porque os víveres que trazem consigo são escassos e é mister construir um abrigo para evitar a(s) noite(s) ao relento do mato. Deste modo, “nos aconselhou desmatarmos primeiramente uma pequena roça, queimar e limpá-la e construir uma choupana provisória na qual moraríamos temporariamente”, descreve Umann, “até abrir um roçado maior, no qual escolheríamos o melhor lugar par construir uma habitação mais condizente”.<sup>297</sup> O mesmo imigrante detalha passo-a-passo a realização das primeiras tarefas:

Assim que procedi à queimada, tratei de erguer uma pequena choupana, em minha própria terra. A primeira noite que lá passamos, eu conseguira fechar melhor um canto apenas da nova morada, para que o vento e chuva não nos molestassem tanto. Com dobrada razão podia cantar: ‘Espaço há na choupana mais pequena...’ etc., pois, afora o telhado que nos abrigava precariamente contra a chuva, o espaço ia até o infinito. A cobertura não abrigava a mim e a minha família, mas também cão e gato se alojaram aí, e ainda um certo número de galináceos, que se acocoraram nas vigas

<sup>295</sup> WITTER, Nikelen Acosta. Em busca do “bom conceito”: curandeiros e médicos no século XIX. In: QUEVEDO, Júlio. *Historiadores do novo século*. 1ª ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, 2001, p. 123-153.

<sup>296</sup> BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul...*, 2010, p. 199.

<sup>297</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1981, p. 53.

enquanto não houvesse um galinheiro para eles. Indiferente a meu sono, em plena madrugada me irritava com seu 'Kikeriki'.<sup>298</sup>

As primeiras habitações no lote rural tendiam a ser precárias devido ao imprevisto porque o restante do tempo o “neo-colono atirava-se de corpo e alma a lavoura: desmatamento – coivara – semeadura – colheita”.<sup>299</sup> A forte descrição de Umann demonstra as características frágeis da moradia, o espaço restrito para se habitar, pouco protegida dos intempéries e sem local próprio para os animais.

Assim era a choupana, habitação inicial, coberta por folhas de jerivá, palmeira nativa da mata Atlântica, e com as paredes de barro chamada pelos colonos de *Lehmhütte* (rancho de barro).<sup>300</sup> Os abrigos feitos pelos imigrantes no início da formação das colônias em São Leopoldo tinha esta configuração de rancho de barro:

Quatro postes fincados no chão, paredes de ramos de árvore, cobertas de barro amasso, algumas aberturas para janelas, outra maior para a porta o telhado coberto de capim, e a casa estava pronta. Os pregos eram substituídos por cipós. O chão era de barro batido, sem assoalho de madeira. No teto não havia forro propriamente, apenas vigas suportando a tosca cumieira, coberta de capim.<sup>301</sup>

A insalubridade das moradias não as tornava um refúgio, pois frequentemente permitia o acesso não só de animais como também de insetos dos mais variados como: pernilongos, barbeiros, carrapatos, taturanas, aranhas e cobras. Atormentavam a noite das famílias. O fogo aceso durante a noite oferecia um pouco de segurança enquanto cozia os alimentos, aquecia do frio e espantava os mosquitos e demais animais noturnos.<sup>302</sup> “Lenha para o fogo havia o suficiente, uma bela chaleira nova para ferver água, também, mas como eu iria cozinhar sem fogão?” explicava Emilie Henrichs, no seu primeiro dia como mulher de colono, no vale do Itajaí: “Meu marido tinha o segredo: enfiou dois galhos em forma de garfo na terra, um terceiro enviesado por cima e nessa armação pendurou a chaleira”.<sup>303</sup> Na mobília da choupana, por muitas vezes, os tocos serviam de cadeira, um baú ou um tronco pouco aplainado

<sup>298</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1981, p. 53-54.

<sup>299</sup> FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre: EST; São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul: Educ, 1983, p. 130.

<sup>300</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 141-142.

<sup>301</sup> MORAES, Carlos de Souza. *O colono alemão*. Porto Alegre: EST, 1981. Apud FLORES, Hilda Agnes Flores. *A canção dos imigrantes...*, 1983, p. 128.

<sup>302</sup> RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade...*, 2013, p. 125.

<sup>303</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí 1850-1950*. Blumenau: Ed. da FURB, 1995, p. 79-80.

servia de mesa, folhas de palmito amaciavam o chão duro para o sono que restabeleceria as forças para o dia seguinte de nova aventura.<sup>304</sup>

Figura 5 – Rancho de barro (*Lehmhütte*), em Venâncio Aires, RS



Fonte: FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Canção dos imigrantes...*, 1983, p. 129.

Nem sempre as habitações permaneceram como choupanas no lote colonial. Há a existência de três etapas sucessivas da moradia na arquitetura da casa do imigrante, na qual gradativamente as famílias colonas atingiam condições econômicas melhores iam modificando as instalações domésticas.<sup>305</sup> A primeira etapa provisória com qualquer material disponível, a segunda etapa um pouco elaborada com barro e/ou madeira com razoável acabamento e a terceira etapa mais elaborada ou

<sup>304</sup> FLORES, Hilda Agnes Flores. *A canção dos imigrantes...*, 1983, p. 128.

<sup>305</sup> WEIMER, Günter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre Mercado Aberto, 1987, p. 95-117. FLORES, Hilda Agnes Hubner. *A canção dos imigrantes...*, 1983, p. 145-147. CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 141-142.

complexa na arquitetura variando e combinando materiais (madeiras, pedras, tijolos). Citamos brevemente a segunda<sup>306</sup> e terceira etapa porque acompanharemos a transformação delas mais visível na Colônia do Pinhal, no decorrer da pesquisa. Pois, convém atentar para o destaque que Flores faz: “A morada era a expressão e a medida da situação econômica que” cada família “alcançara [...] na qual todos se nivelaram na pequena propriedade”.<sup>307</sup>

Embora alguns alemães tivessem na Alemanha o contato com a vegetação. Envolvimento com o mundo rural, caçando na floresta e plantando nas suas proximidades. Nada se igualava ao calor intenso e umidade subtropical, as chuvas torrenciais, a amplitude térmica em apenas um dia e a mata Atlântica inóspita. A cada migração interna para outras terras de mato era um novo recomeço. Sobre quem não pairaria o desejo de retornar a Europa? Ainda mais se algum infortúnio lhes abatesse. Umann confirma que: “Muitos teriam regressado à pátria, se tivessem tido meios para tal. Mas essa hipótese estava fora de cogitação, e por isso só restava pegar no duro”.<sup>308</sup>

Desconhece-se em relação aos emigrantes alemães casos de “fracasso ou retorno em massa de à Alemanha muito embora tenha havido colônias que não progrediram ou pessoas e famílias que tenham decidido regressar às suas comunidades de origem”. Destaque apenas para dois casos famosos de retornados Friedrich von Weech e Thomas Davatz. “Mas há, com certeza, muitos outros casos de pessoas, que por um motivo ou outro, acabaram retornando à Alemanha ou decidiram tentar a sorte, depois dos insucessos no Brasil, em outros países da América”.<sup>309</sup>

Ao invés de voltar, quem decidisse ficar no sul do Brasil poderia ter histórias como dos alemães do Pinhal. Comungamos com Debora Bendocchi Alves sobre do

---

<sup>306</sup> Roche divide a casa do imigrante em duas fases apenas: choupana e enxaimel. Entendemos que definir o desenvolvimento das habitações coloniais em duas fases é um tanto quanto precipitado para nossa pesquisa. Visto que estamos abordando uma colonização alemã que não teve tantos recursos econômicos. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 198-199.

<sup>307</sup> FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Canção dos imigrantes...*, 1983, p. 145.

<sup>308</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1981, p. 55.

<sup>309</sup> ALVES, Débora Bendocchi. Tempos e contratempos: dificuldades e malogros vividos pelos imigrantes antes da chegada no Brasil (século XIX). In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (Orgs). *Imigração na América Latina...*, 2014, p. 15-16. Conforme a autora o alemão Friedrich von Weech escreveu sua experiência no Brasil na obra *Um guia para emigrantes*, publicado em 1828 em Hamburgo. E o suíço Thomas Davatz em *Memórias de um colono no Brasil (1850) após o levante na fazenda Ibicaba regressou a Suíça*. Ver mais em: ALVES, Débora Bandochi; KLUG, João; WITT, Marcos Antônio. *Friedrich von Weech: a agricultura, o comércio e o sistema de colonização no Brasil*. 2ª ed. rev. ampl. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2017.

objetivo de “chamar atenção, no contexto da imigração alemã do século XIX, para uma parte silenciosa desta história, sem estatística, pouco conhecida, pouco lembrada”, ou seja, “de experiências pessoais sem glórias, e que não trouxeram para seus participantes [necessariamente] a realização da esperança de uma vida melhor”.<sup>310</sup> Nem por isso foram menos dignas ou menos dinâmicas. Haja vista que interagiram (in)diretamente nas estruturas a medida que buscavam a sobrevivência junto com suas famílias.

### 3.2 AS FAMÍLIAS CAMPONESAS

A instalação das famílias imigrantes no Sul Brasil teve como base lotes de terras, as colônias. Seja por meio de Colônias Oficiais ou Colônias Privadas, que no caso do Pinhal, consistia em várias colônias privadas de particulares, imigrantes “independentes” entre si. A essa configuração denominamos Colônia do Pinhal, então uma Colônia Privada Particular. A colônia que consistia numa pequena propriedade privada de terra pertencente a cada imigrante por meio de doação e, posteriormente, por meio de compra da terra. Dependendo do modelo de empreendimento de Colônia que se integrou: oficial, provincial ou particular. No Pinhal as terras foram compradas pelos imigrantes que se deslocaram espontaneamente da Colônia de São Leopoldo.<sup>311</sup>

Desde os primórdios da colonização alemã, na província do Rio Grande do Sul, em 1824, a proposta da pequena propriedade era uma extensão relativa e diminuta de terra destinada para a produção de policulturas com trabalhador. A proposta queria se opor as grandes propriedades de terras pertencentes aos estanceiros que estariam dedicados, principalmente, a pecuária. Para execução e concretização desta proposta fora desconsiderada a existência de uma produção de alimentos por homens livres nas estâncias e fora delas circulando no espaço do mercado interno.<sup>312</sup>

---

<sup>310</sup> ALVES, Débora Bendocchi. *Tempos e contratempos...*, 2014, p. 16.

<sup>311</sup> Ver Introdução.

<sup>312</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999. ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2002. OSÓRIO, Helen. Estanceiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; GUAZELLI, Cesar Augusto B.; NEUMANN, Eduardo dos S. (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 75-90.



Havia sobre a pequena propriedade uma série de objetivos: 1) *demográficos* e de povoamento; 2) *morais*<sup>313</sup> através dignificação do trabalho manual; 3) *sociais* com a formação de uma camada média, intermediária entre escravos e estancieiros, desarticulando politicamente estes últimos; 4) *militares* como defesa de fronteiras e 5) *econômicos*<sup>314</sup> com abastecimento das cidades e exército.<sup>315</sup>

Para o trabalho livre na pequena propriedade agrícola deu-se preferência para as famílias que, literalmente, gestaria os braços livres. Como vimos, anteriormente, as necessidades e dificuldades de assentamento na mata exigem que as atividades no lote colonial sejam feitas em coletivo. Nessa perspectiva, o funcionamento da pequena propriedade como unidade produtiva exigia o núcleo familiar, no primeiro momento o casal e, em seguida, os filhos.

Prevaleceu a ideia, incipiente, de que famílias com maior número de filhos teriam mais chances de prosperar. O que na verdade não é uma regra e, sim, apenas uma possibilidade. Pois, as estratégias sociais utilizadas pelos imigrantes através das conjunturas era o que oferecia *um lugar melhor ao sol*.<sup>316</sup> Para os imigrantes que se tornaram colonos do Pinhal os aproximaremos dos camponeses pelos critérios de campesinato identificável como um tipo geral, pensados por Giralda Seyferth a partir de Theodor Shanin:

- a) A propriedade familiar camponesa é a unidade básica da produção, consumo e vida social. A estrutura da família determina a divisão do trabalho. A ação econômica está estreitamente ligada às relações familiares.
- b) O cultivo da terra provê a maior parte das necessidades de consumo. A relação com a terra e o caráter específico da produção agrícola determinam o ciclo anual do trabalho camponês e da vida familiar.
- c) Uma cultura tradicional relacionada ao modo de vida de pequenas comunidades. A aldeia é o mundo do camponês.
- d) A *underdog position* - ressaltando a condição do camponês como sujeito a algum tipo de dominação de fora da sua comunidade. Esta poder uma sujeição cultural, política ou em termos de comércio desfavorável ao camponês.<sup>317</sup>

<sup>313</sup> Ver: Com este propósito moral tentou-se apagar da história imigração os imigrantes indesejados, ver: MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes...*, 2013.

<sup>314</sup> Ver: CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz...*, 1988.

<sup>315</sup> OBERACKER JR, Carlos H. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico - reações e transações*. 3º Vol. 5ª ed. São Paulo, Difel, 1985, p. 223.

<sup>316</sup> Ver: WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015. NICOLOSO, Fabricio Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria...*, 2013.

<sup>317</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 12. Para mais reflexões sobre a conceituação de camponeses, ver: SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, a. 8, n. 7, p. 1-21,

Entretanto, é coerente não ser inflexível diante destes critérios. Pois, Farinatti estudando os lavradores produtores de alimentos, em Santa Maria, encontra uma mediana para designa-los como *lavradores de roça*. Nesta pesquisa, o autor se aproxima dos colonos do Pinhal, no alto da Serra Geral, para afirmar que:

as 32 [26] famílias alemãs ou de teuto-descendentes que se instalaram no local acabaram por enfrentar as mesmas dificuldades que os seus vizinhos nacionais: descaso por parte da administração provincial e dificuldades de infra-estrutura e transporte de sua produção. Em termos econômicos e institucionais, os agricultores instalados na 'Colônia Santa Maria' [Colônia do Pinhal] assemelhavam-se muito mais aos lavradores nacionais do que aos colonos europeus estabelecidos nos núcleos imigrantes.<sup>318</sup>

A constatação de Farinatti nos remete a situação na qual (sobre)viveram as famílias alemãs no Pinhal um tanto quanto distantes daquela prosperidade que possibilitou outras famílias alemãs a *fazer-se elite em Santa Maria* com apresenta Nicoloso.<sup>319</sup> Pelas migrações internas das famílias imigrantes pouco a pouco fora ocorrendo o assentamento das pequenas propriedades na colonização alemã no Pinhal, até que, em 1858 já contava com 26 fogos, 25 chefes de família<sup>320</sup> e um solteiro, conforme quadro:

---

2005. WEECH, Clifford Andrew et al (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS - GT Processos Sociais Agrários*, p. 1-18, 1996. Sobre o colono-camponês, ver: VANDERLINE, Tarcísio. Imigração alemã e campesinato no sul do Brasil: uma discussão preambular. *Revista Varia Scientia*, v. 05, n. 09, p. 189-201, 2005. SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico/91*, p. 31-63, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Para pensar o campesinato e a mobilidade espacial no Brasil escravista, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história...*, 2009.

<sup>318</sup> FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p. 13.

<sup>319</sup> NICOLOSO, Fabricio Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013.

<sup>320</sup> Para fins estatísticos, em metodologia, nos orientamos por família como composta do casal e dos filhos sobreviventes, por exemplo, um viúvo ou uma viúva com/sem filhos constitui uma família. Os filhos vivos de todas as idades, inclusive os solteiros se vivendo no lar. O lar denominou-se um grupo de pessoas vivendo em comum sob a autoridade de um mesmo chefe (de família), na mesma habitação. Lares sem chefe de família são integrados por solteiros que vivem sós. Não houve ocorrência na seleção dos dados de lares com várias famílias vinculadas por laços de diferentes tipos (parentesco, amizade, vínculo doméstico e afins). CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 198-202.

Quadro 1 – Relação dos chefes de família nominados no Pinhal, ano de chegada no Brasil e naturalidade

<b>Nº</b>	<b>Membros do casal</b>	<b>Chegada no Brasil</b>	<b>Naturalidade</b>
<b>1</b>	João Conrado Scherer	1828	Prússia
	Elisabetha	1833	Hesse
<b>2</b>	João Adão Noschang	1826	Baviera
<b>3</b>	Felipe Niederauer	1856	Hesse
	Maria Catharina	1856	Hesse
<b>4</b>	Felipe Schirmer	1827	Prússia
	Maria Catharina	1829	Prússia
<b>5</b>	Carlos Laidner	1848	Saxônia
	Marianna	1843	Prússia
<b>6</b>	Elisabetha Roezer	1832	Baviera
<b>7</b>	João Frederico Schmidt	1822	Saxônia
	Christina	1822	Prússia
<b>8</b>	Felipe Fuchs	1827	Prússia
<b>9</b>	João Schmidt	1826	Hesse
	Elisabetha	1826	Hesse
<b>10</b>	Adolfo Kemmerich	1838	Prússia
	Catharina	1846	Baviera
<b>11</b>	José Guilherme	1846	Prússia
<b>12</b>	Frederico Jacobus	1826	Hesse
	Maria Catharina	1826	Hesse
<b>13</b>	Henrique Burmann	1851	Holstein
	Sofia	-	Brasileira
<b>14</b>	Frederico Dreier	1826	Hanover
	Maria	1827	Prússia
<b>15</b>	Luiz Kranchenberg	1851	Hanover
	Luiza	-	Brasileira
<b>16</b>	Jacó Albrecht	1828	Prússia
	Maria	1826	Prússia
<b>17</b>	Gustavo Praetzky	1857	Prússia
	Anna	1857	Prússia
<b>18</b>	Miguel Kroeff	1846	Prússia
	Anna Maria	1845	Prússia
<b>19</b>	Jacó Adamy Filho	-	Brasileira
	Catharina	-	Brasileira
<b>20</b>	Daniel Gehm	1846	Baviera

	Catharina	-	Brasileira
<b>21</b>	Jacó Adamy	1829	Hesse
	Catharina	1829	Prússia
<b>22</b>	Martinho Zimmermann	-	Brasileira
	Catharina	-	Brasileira
<b>23</b>	João Gettems	1828	Prússia
	Barbara	-	Brasileira
<b>24</b>	Adão Gettems	-	Brasileira
	Catharina	-	Brasileira
<b>25</b>	João Koch	1846	Prússia
	Margarida	-	Brasileira
<b>26</b>	Pedro Schreiner	1825	Baviera
	Margarida	1825	Prússia

Fonte: Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

Ao demonstrar os chefes de família entendemos que é pertinente declarar também as esposas, haja vista que as mulheres foram tão participantes na imigração e colonização alemã no sul do Brasil como os homens.<sup>321</sup>

De posse desses dados fica interessante perceber como e em que momento se deu a enxamagem no Pinhal. Desta forma, a própria conceitualização de enxamagem no local referido parece esvaziar-se de sentido. Porque analisando o Quadro 1 através das fases de fluxo imigratórias para Brasil, Primeira Fase (1824-1830) e Segunda Fase (1844-1889)<sup>322</sup>. Os 48 imigrantes, homens e mulheres que destinaram-se para o Pinhal, 38% vieram na Primeira Fase, o que nos faz questionar o real motivo desta migração interna como “enxamagem”. Porque se mostra muito precoce para esta caracterização para as áreas florestais do Pinhal.

Entretanto, para os 27% que entram na Segunda Fase o conceito já tem mais coerência. Aos 23% de imigrantes da Colônia sem ano de chegada no Brasil cabe identificar a naturalidade “brasileira”, os quais podemos entender, sem prejuízo, como teuto-brasileiros residentes na Província. A amostra representa uma proximidade na

<sup>321</sup> Ver: RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995. SEYFERTH, Giralda. Família, condição feminina e imigração. Florianópolis, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, p. 1-13, 2013. FRIEDRICH, Fabiana Helma. *Gastronomia e imigração alemã na região central do Rio Grande do Sul: Colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX)*. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. SCHMITT, Denise Verbes. *Sociedade de leitura Hermann Faulhaber: a biblioteca dos imigrantes de “Panambi”/RS (1927-1963)*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

<sup>322</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Imigração e colonização alemã...*, 2006, p. 279-283.

qual a Colônia do Pinhal detinha uma propensão tanto para ser uma colônia alemã com imigrantes de 1ª geração, como se aproxima de ser uma colônia teuto-brasileira de 2ª geração, já estabelecida e mais adaptada ao ambiente e as técnicas agrícolas.

Em relação ao quadro acima, há dois contrastes sobre as fases imigratórias, 4% dos imigrantes entraram antes de 1824 e 8% entraram no intervalo da Primeira e Segunda Fase (1830 e 1844). Intervalo no qual há interrupção e recesso do fluxo imigratório para a província devido a instauração do Ato Adicional (1831-1834) pelo Governo Imperial, e que anula direitos legislativos e administrativos das províncias e estabelece outros. Momento propício no qual o Governo Imperial transfere a responsabilidade de imigração e colonização estrangeira bem como as despesas financeiras para as províncias que decidirem investir na colonização. O Ato Adicional está inserido no período político da Regência, entre 1831-1840, de maior instabilidade unitária e federativa do Império no qual as províncias e movimentos políticos social reivindicam os direitos políticos. O que direciona o foco do Governo Central para sufocar as guerras civis de norte a sul do Império do Brasil repercutindo na ausência de imigrantes no período. Nesta esteira de transição de atribuições e funções fica interrompida a imigração para o Brasil entre 1830 a 1844. Na própria relação de imigrantes que entraram em São Leopoldo de acordo com as divisões das fases da imigração não haveria chegada de imigrante naqueles anos.<sup>323</sup> Porém, os 8% que foram para o Pinhal são imigrantes anteriormente chegados no Brasil, demonstram que ocorreram entrada de imigrantes de 1824 a 1830. Aquele dado insinua ainda a possibilidade de haver outros imigrantes além do 8% chegados no Brasil no mesmo intervalo datado.

Dentro dessas correntes imigratórias para o Brasil temos quatro sujeitos históricos e suas famílias com as experiências no Pinhal juntamente com outras famílias e sujeitos históricos. A predileção por estes indivíduos está ligada a produção de fontes deixadas por eles (dentro da pouca encontrada). Para chegar até os mesmos empreendemos pela micro-história uma *investigação micronominal*, ditada por Ginzburg e Poni, no qual o nome dos alemães foi o fio condutor “compondo uma

---

<sup>323</sup> Ver: Tabela de Ano/Entrada em São Leopoldo. CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 57.

espécie de teia de malha fina” dando “ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.<sup>324</sup>

Claro, que é interessante nesse sentido o alerta de João Fragoso para não se *afogar em nomes* e sobre o inevitável resultado de uma *micro-história tapuia*.<sup>325</sup> Na qual os muitos nomes acabam sendo apenas mais um, porque o período ou local no Brasil não fornece, muitas vezes, tantos documentos para se encontrar o rastreado substancialmente em outras fontes como ocorre com os Arquivos na Itália.

Por ser nossa pesquisa precursora pelo objeto e – sobretudo – local, isto vai muito bem ao encontro do que Fragoso frisa, pois alguns Arquivos locais no Brasil produziram e recolheram poucos documentos das pessoas. Sendo que são a diversidade e a quantidade de fontes que permitem a aplicação do método tornando a micro-história genuína, do contrário temos uma *micro-história tapuia*. E mesmo sendo inevitável escapar desta, ainda vale a pena. Porque precisa ser feita para emergir à superfície da sociedade essa parcela de imigrantes que não atingiram o tão almejado sucesso através da riqueza, da política e do poder. E isso já serve como primeiro passo, mesmo que seja, apenas para *desafogar* alguns nomes das profundezas do esquecimento.

Uma vez que existe a temática e o problema que envolvem a agricultura não há como se desvencilhar dos percalços das fontes: “Ora, o limite do historiador é imposto pela documentação que está a seu alcance, assim como o documento é limitado pela história que o gerou”. Sendo “a teoria que o inspira, bem como o método e as técnicas que ele desenvolve, estão intimamente relacionados com a realidade na qual penetra.”<sup>326</sup>

Na imersão em busca dos imigrantes fora preciso descartar, ao menos inicialmente, a perspectiva de um imigrante alemão, com baixo nível econômico e distante da esfera política, afastando-o de uma *elite* ou em vistas de estar no caminho

---

<sup>324</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual no Mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 175.

<sup>325</sup> FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro, 2002, p. 62-64.

<sup>326</sup> LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de métodos e fontes. In: \_\_\_\_\_. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 74.

ascendente de um imigrante *exponencial*.<sup>327</sup> Logo, os mesmos estudos que, de certa forma, ofereceram o *insight* para o problema de pesquisa não possibilitavam uma metodologia para apreender sobre imigrantes que não obtiveram ascensão econômica e política *nos moldes* de seus pares. Não havia um *padrão* a ser seguido como *perfil*. O próprio fato de tentar enquadrá-los metodologicamente opondo-os a uma elite ou a exponencial seria padronizá-los. Porque se está entrando na vida de indivíduos que estão em outro sistema social. Há uma necessidade de deixar o sistema social revelar-se, como orienta Fredrik Barth no procedimento de descoberta:

Os sistemas sociais variam tão profundamente, tanto em relação ao grau de padronização que os caracteriza quanto em relação à forma e relevância que esses padrões assumem, que uma ampla explanação da ação social pressupondo uma sociedade com determinada ordem e forma é necessariamente suspeita. Em vez disso, devemos esperar que sistemas tão desordenados como os que são encontrados nos níveis agregados da vida social humana dependam de circunstâncias e processos históricos particulares para definir suas formas específicas. [...] O que precisamos, portanto, não é uma teoria dedutiva sobre o que esses sistemas serão, mas procedimentos exploratórios para descobrir o que eles são: que grau de forma e de ordem eles mostram em cada situação específica enfocada. Isso precisa ser descoberto e descrito, não definido e pressuposto, e cada sistema com seu contexto deve ser especificado de maneira que revele as contingências que o moldaram. Através desse procedimento, podemos esperar definir parâmetros possíveis para análises comparativas de sistemas sociais agregados e teorias sobre os conjuntos de processos através dos quais esses sistemas são produzidos”.<sup>328</sup>

Por este procedimento a exploração não deve se basear pelo produto da sociedade da imigração e colonização alemã. O que gerou e gera não deve ser tomado como base. É preciso “situar-se em uma posição a partir da qual é possível descobrir o que está em jogo e evitar prejudicar quais são os parâmetros, padrões e focos significativos nesses sistemas desordenados”, conforme o autor, “é recomendável começar não a partir de cima, mas a partir dos atores sociais, identificando suas atividades e redes – seguir os volteios (*follow the loops*)”.<sup>329</sup>

O entrelace dos volteios pelo grupo social dos alemães e teuto-brasileiros seguir-se-á, então, sustentado pelo que Ginzburg nomeou de *paradigma indiciário* ou

<sup>327</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009. NICOLoso, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria...*, 2013. WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015.

<sup>328</sup> BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: \_\_\_\_\_. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 177-178.

<sup>329</sup> BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades..., 2000, p. 178.

*semiótico* o qual permite decifrar uma realidade opaca por sinais e indícios.<sup>330</sup> Assim, estamos na micro-história seja pelo processo micro-nominal seja pelo paradigma indiciário.

Considerando que são três os significados propostos por Ginzburg e Edoardo Grendi que se sobrepõem na tarefa micro-histórica ou microanalítica: as fontes – “o excepcional normal de Grendi, significando o documento não serializável, mas expressivo por revelador”; os objetos de investigação – “que por sua condição excepcional normal, possa revelar fatos ou processos históricos”; ao método de conhecimento e as inferências de sua aplicação – “é o indício como mecanismo de criação de um paradigma cognoscitivo”.<sup>331</sup>

Por esta ideia, aceitamos com Ginzburg que a “história é a disciplina do concreto, método nuclear de suas operações é a abdução”. Para que assim seja é preciso abdicar de “algumas das convicções menos fundadas da disciplina histórica” trata-se das referências de caráter dedutivo ou indutivo. Conforme Justo Serna e Anaclet Pons baseados na análise de abdução, feita pelo filósofo pragmático Charles Sanders Pierce, explicam que “a inferência abdutiva é aquele processo cognitivo em que, colocando em relação uma regra e um resultado, obtemos um caso, isto é, sabemos que este resultado que se revela pode ser o caso de uma regra que submetemos à hipótese”. Portanto, fica definido que “a dedução prova que algo *tem que ser*, a indução mostra que algo é *atualmente* operativo; a abdução sugere que algo *pode ser*”.<sup>332</sup>

O que pretendemos dizer é que dentro deste panorama metodológico se apresenta a micro-história, no nosso entender, como uma *teoria da história* pela a história ser indireta, como apontam Serna e Pons:

Significa apenas que o historiador não pode alcançar de maneira direta a realidade que por princípio, é opaca, impenetrável. Porém, sua intenção é restituir um passado que, ainda que lhe resista, é possível devolver ao presente através de determinadas vias [...] O uso de um material – a fonte histórica – que *sempre* é indireto, vicário, quer dizer, um signo ou, o que é o mesmo, *quid* que está *pro quo*, ao qual é preciso decodificar de alguma forma

<sup>330</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

<sup>331</sup> SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha: Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Staudt (Orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2012, p. 46.

<sup>332</sup> SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha: Do que falamos quando falamos de micro-história?..., 2012, p. 47-48.



[...] operar com escassas informações que, graças a sua correta leitura, permitem captar algo do que parecia inerte, insignificante, sem sentido.<sup>333</sup>

Como apresentamos os imigrantes do Pinhal, chegaram no Brasil em diferentes períodos. Imigrações ocorreram anteriormente a 1824, durante a Primeira Fase da imigração (1824-1830) e a Segunda Fase da imigração (1844-1899), no intervalo das fases (1830 a 1844) e também de imigrantes teuto-brasileiros. Respectivamente, fora o caso das famílias de: João Frederico Schmidt, Jacob Albrecht e Jacob Adamy, Henrique Rese, Miguel Kroeff e Martin Zimmermann.

Anterior a imigração alemã de 1824, chegou no Brasil em 1822 João Frederico Schmidt, protestante, da Saxônia, nascido em 1819, entrou com 3 de idade, muito provavelmente acompanhado pelos pais. Christina que viria a tornar-se sua esposa, era católica, da Prússia, nascida em 1822 mesmo ano de entrada. Trinta e seis anos depois da sua chegada, encontrava-se no Pinhal, casada com João Frederico Schmidt, lavrador, e com 4 filhos e uma filha.<sup>334</sup>

Pela primeira fase imigratória, chegava no Brasil Jacob Albrecht (Figura 6), nascido em 1809 na Prússia.<sup>335</sup> Em 1828, partiu de Bremen, acompanhado da mãe Maria Albrecht. Chegaram no Rio de Janeiro, em 1829, e em São Leopoldo, no de 1835.<sup>336</sup> Neste mesmo ano, ocorreu o seu batismo no culto protestante, luterano, a Colônia de São Leopoldo como notifica o livro de registros folha 114, do pastor Johann Georg Ehlers.<sup>337</sup> A sua esposa Maria Eva, nasceu em 1818, na Prússia, sendo protestante e chegou no Brasil em 1826. Trabalhou como curtidor de couros em Campo Bom, seu primeiro deslocamento de São Leopoldo, e que pode ter impulsionado o casal a seguir maiores distâncias no horizonte. Em 1858, no Pinhal,

<sup>333</sup> SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha: Do que falamos quando falamos de micro-história?..., 2012, p. 48-49.

<sup>334</sup> De posse de dados como idade em 1858 operamos o cálculo (ano de 1858 menos a idade para obter a "possível" data de nascimento. Sempre que houve ausência de fontes, bibliografia, utilizamos aquela relação pelas informações contidas no Mapa nº 1. Mappa estatístico da população da Colônia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

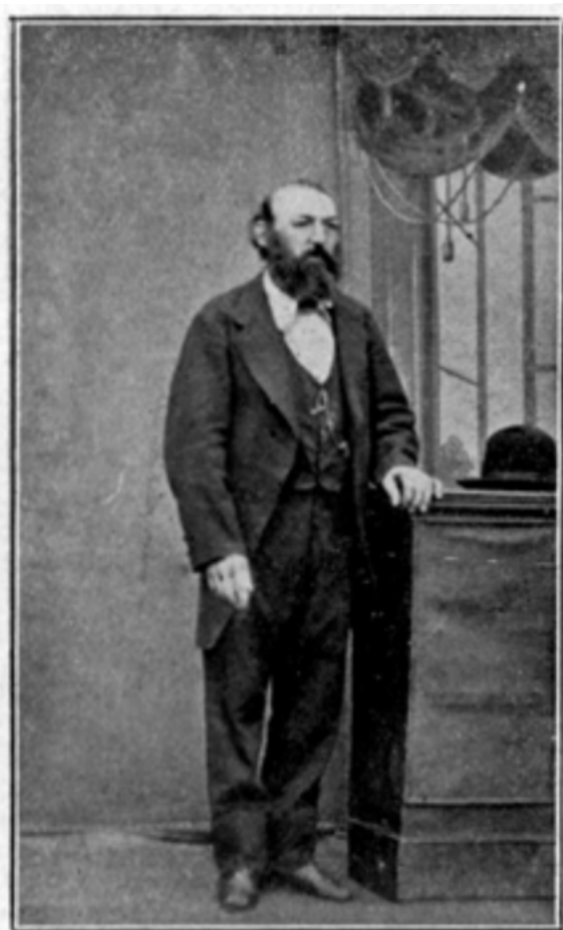
<sup>335</sup> Mappa estatístico da população da Colônia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>336</sup> KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009, p. 52.

<sup>337</sup> DREHER, Martin N. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo; Oikos, 2005, p. 27.

Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht tinham 9 filhos: Jacó, 20 anos; Maria, 16, Frederico 14; Helena, 12; Barbara; Sofia, 9; Felipe, 6; Luiza, 3 e Pedro, 9 meses.<sup>338</sup>

Figura 6 – Jacob Albrecht, sem data.



Fonte: REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914.

Também pela primeira fase de imigração, chegou no Brasil, em 1829, Jacob Adamy, nascido em 1798, no Hesse, protestante. A esposa Catharina, chega também em 1829, é nascida na Prússia, em 1798, protestante. Quando residentes no Pinhal, ambos o casal, tinham 60 anos e 4 filhos: Jacó Adamy Filho, 22, casado com Catharina, 22; Miguel 22; Federico, 16 e Elisabetha, 14.<sup>339</sup>

<sup>338</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>339</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

No intervalo da Primeira e Segunda Fase, há em 1832 a chegada de Elisabetha (tradução do nome é Isabel) Reser, nascida em 1809, Frohenhofer na Baviera, protestante. O esposo de Elisabetha era Henrique Reser, falecido, em 1858, pois já neste ano não consta no relatório de estatístico de Felipe de Normann e seu inventário é aberto em 1859. Não sabemos o ano de chegada de Henrique Reser. Antes de migrarem para Pinhal estavam por São Leopoldo, Picada Nova, em 1846, a data batismo do filho Frederico. Assentados no Pinhal, no ano de 1858, estão a viúva e seus 5 filhos: Elisabetha, 27; Jacó; Luiz 16; Frederico, 12 e João 10.<sup>340</sup>

Na Segunda Fase de imigração, temos a chegada em 15 de novembro 1846, de Miguel (Michael) Kroeff e acompanhado de seu irmão Karl Lorenz Kroeff (o nome fora *aportuguesado* para Carlos Lourenço) os primeiros membros da família Kroeff. Mais tarde, possivelmente, incentivado por estes, imigra para o Brasil o irmão Jacob Kroeff que fixará residência em Hamburgo Velho, próximo a São Leopoldo.<sup>341</sup> Miguel Kroeff nasceu em 1812, em Cröv (corruptela que legou o nome a família) na Prússia, era católico. A esposa Anna Maria Lenz, nascida em 1836, na Prússia, católica, chegara no Brasil em 1845. Residindo no Pinhal, ao ano de 1858, já tinham 2 filhas: Anna Maria Luiza, 13; e Catharina, 14.<sup>342</sup>

Como imigrante teuto-brasileiro para o Pinhal, sem ano de chegada, pois são filhos nascidos no Brasil de imigrantes, perfazendo uma segunda geração, Martin Zimmermann (Figura 7) nasceu em 1832 e a esposa Catharina, nascida em 1838 ambos são protestantes. Em 1858, no Pinhal, o casal tinha um filho não batizado.<sup>343</sup> Trata-se da criança Henriqueta Ludovica Zimmermann falecida em 8 de agosto de 1867, com 9 anos de idade, sepultada no cemitério luterano no Pinhal, mas a lápide se perdeu, no decorrer do tempo, como a lápide de Jacob Adamy falecido em 15.09.1876.<sup>344</sup>

<sup>340</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65. Inventário *post mortem* de Henrique Rese. Santa Maria, 1859. APERS, A 28, M 1, E 149.

<sup>341</sup> Sobre a família Kroeff na Alemanha e Jacob Kroeff ver: LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jacob Kroeff Filho - Jacob Kroeff Netto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente - 1855 a 1966*. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

<sup>342</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>343</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte – nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>344</sup> AVELLO, Adriano Sequeira. *Colônia do Pinhal...*, 2015, p. 18.

Figura 7 – Martin Zimmermann, sem data



Fonte: REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914.

O que fez estas famílias a migrarem dentro da Província em direção ao Pinhal pode encampar motivos os quais desconhecemos e pairam nas hipóteses, mas correlacionando com os ensejos de outras famílias imigrantes sabemos que a:

Doença e morte, atividade laboral, problemas com a justiça, envolvimento com guerras, desespero frente à pobreza e/ou à sobrevivência, necessidade de mudar para outra Colônia e começar vida nova, entre outras razões, podem ter motivado uma pessoa do século XIX a sentenciar que a família é a base de sua existência.<sup>345</sup>

A estrutura familiar na pequena propriedade estava orientada no formato de: pai, mãe e filhos, quase sempre menores; e uma variação, viúvo (a) e seus filhos. Poucos imigrantes se instalaram individualmente ou como agregados. De acordo com Seyferth, no vale no Itajaí, o agregado designava colonos que se juntavam a uma família para garantir sua entrada em áreas coloniais. Não sendo muito numerosos e não necessariamente ligados por algum grau de parentesco. Pois, fora raro

---

<sup>345</sup> WITT, Marcos Antônio. Família(s) no âmbito da imigração alemã. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Orgs.). *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 318.

estabelecimento de colonos sem família.<sup>346</sup> Como salientamos, anteriormente, não só pela dificuldade de se empreender, sozinho, o trabalho agrícola num lote como também pela recusa em aceitar colonos sem família em Colônias Oficiais, inviabilizando a venda de terras.

Assim, demonstrou Seyferth a partir de uma experiência fracassada de imigrantes irlandeses com passagem pelos Estados Unidos, eram homens adultos, sem família, que receberam lotes melhores áreas do vale do Itajaí. Depois da fundação da Colônia irlandesa, em D. Joaquim, município de Brusque, todos os colonos abandonaram, e que posteriormente foram repassados pela administração a colonos alemães. O fato emblemático, conforme Seyferth, evidencia o confronto entre “irlandeses aventureiros” e “eficientes colonos alemães” com famílias. Havendo um nivelamento étnico e moral no qual os irlandeses eram qualificados como inferiores étnica e moralmente, como republicanos subvertendo a ordem monárquica de uma política de colonização em benefício próprio em busca de ouro. Mostrando o malfadado caso as oposições políticas que resistiam a inserção de imigrantes alemães, a tentativa malograda de colonização dos irlandeses acabou por legitimar “os valores morais” da família como “guardiã” da colonização. Dessa forma, “no plano da política de colonização, os seus idealizadores supunham que o sucesso dos empreendimentos coloniais seria maior se fosse limitada a entrada de imigrantes sem família”. O que se tornou uma “maneira de avaliar o sucesso ou o fracasso de um empreendimento colonial foi certamente encampado pelos colonos”. Logo, “a exploração individual de um lote colonial é considerada por eles uma tarefa impossível”.<sup>347</sup>

A formação da família na pequena propriedade é um elemento indispensável na fixação no lote. Similar a Colônia de irlandeses houve a Colônia de Santa Cecília, em 1890, no Paraná, uma experiência anarquista, organizada pelo anarquista Pedro Rossi, italiano de Pisa, de profissão veterinário. O local escolhido para Colônia Santa Cecília situava-se ao sul de Palmeira (18 km), nas margens do rio Iguaçu, entre Santa Bárbara (100 km) e Santa Quitéria (12 km). Conforme Giron e Bergamaschi, a

---

<sup>346</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, nº 52, p. 9, 1985. Sobre a família camponesa pensada por autores clássicos (Vladimir Lênin, Alexander Chayanov e Karl Kautsky); ver: CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. *Revista de Geografia Agrária*, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

<sup>347</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 9-10.

ausência da família por motivos ideológicos dentro do modelo anarquista apartou os colonos da terra na Colônia Santa Cecília:

Após um ano de funcionamento, na colônia vivem cerca de duzentas e cinquenta pessoas. O empreendimento não dá os resultados esperados, e os colonos aos poucos vão abandonando os lotes. Permanece no local apenas um grupo de jovens que vivem sem leis e sem ordem. Em 1892 começam a trabalhar nas estradas como diaristas. Em 1894 restam apenas 64 habitantes. O Combate à família e ao casamento impossibilita o desenvolvimento da região. Os solteiros sob protesto fogem, não agüentando a situação.<sup>348</sup>

Entende-se que a formação de uma família na pequena propriedade - a colônia - para o imigrante não é mera escolha, todavia uma etapa de sobrevivência. Porque, “a existência da colônia supõe a família camponesa onde todos trabalham para o bem comum”. Na qual a Seyferth define por “simbiose colônia & família” o estabelecendo o núcleo fundamental da identificação social dos colonos, pensada como uma economia doméstica autossuficiente.<sup>349</sup>

Tendo em vista o interior das colônias e proximidades entre as mesmas, no século XIX, com um capitalismo inicial, pouco organizado, em locais em que apesar dos preços e valores estipulados pelos produtos, muitas vezes, a troca prevalecia ao invés do dinheiro:

A pequena produção não pode ser considerada uma forma de assalariamento disfarçado, uma vez que o pequeno produtor detém a posse e propriedade dos meios de produção e organiza sua produção com base na mão de obra familiar. No plano da produção imediata, as relações de produção são apenas familiares, não podem ser vistas como a sobrevivência de um modo de produção anterior ou como algo estranho ou externo ao capital. Estão inseridas no capitalismo como parte dele mesmo, considerando que a reprodução do capital envolve outros níveis e não somente a produção imediata. É ao nível circulação que o capital extrai mais-valia da produção imediata do trabalho familiar do pequeno produtor. É através do mercado que o capital se apropria dos excedentes (inclusive do sobretrabalho) e determina ao produtor o que produzir.<sup>350</sup>

A partir da concepção *colônia e família*, faz-se necessário verificar a quantidade populacional (Tabela 4) de alemães e teuto-brasileiros que habitavam a Colônia do

<sup>348</sup> GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens...*, 2004, p. 138.

<sup>349</sup> SEYFERTH, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa...*, 1985, p.10.

<sup>350</sup> CUNHA, Jorge Luiz. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX. In: RADÚNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Orgs.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2015, p. 82.

Pinhal para entender as relações parentais estabelecidas bem como os níveis de mão de obra utilizados para alavancar os trabalhos agrícolas primordiais na pequena propriedade.

Tabela 4 – Divisão conforme a idade, o sexo e o estado civil da população da Colônia do Pinhal – 1858

Faixa de idade (anos)	Sexo masculino				Sexo feminino			
	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total
0 - 9	29	-	-	29	22	-	-	22
10 - 19	19	-	-	19	16	-	-	16
20 - 29	4	5	-	9	1	10	-	11
30 - 39	1	9	-	10	-	7	-	7
40 - 49	-	4	1	5	-	2	1	3
50 - 59	-	2	1	3	-	2	-	2
60 ou mais	-	2	-	2	-	1	-	1
				77				62

Fonte: Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Em 1858, na Colônia do Pinhal residiam 139 indivíduos, mas no decorrer do ano seguinte houveram 3 nascimentos, logo perfazendo 142 habitantes. A informação é feita por Pellanda: "No anno seguinte a colonia cresceu com 3 nascimentos, totalizando 142 habitantes".<sup>351</sup>

Embora o autor não discrine o sexo ou filiação. "Pouco posso adiantar-vos relativamente a este nucleo espontaneo de nossa colonização" anuncia o Relatório de Presidente de Província de 1859, de onde o dado pode ter sido extraído, "está elle situado em terras do municipio de Santa Maria e Cruz Alta. Compõe-se de vinte e oito fogos **pouco mais ou menos**, com uma população de cento quarenta e dois colonos".<sup>352</sup> Se comparado com a população de outras Colônias Oficiais e/ou

<sup>351</sup> PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul...*, 1925, p. 176.

<sup>352</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril, e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antônio Fernandes Leão, em 4 de maio de 1859*. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859, p. 46. Grifo nosso.

Particulares é relativamente baixíssimo.<sup>353</sup> O que demonstra a espontaneidade de migração sem um direcionamento externo aos imigrantes, ou seja, sem agenciamento público (governo provincial) e privado (empresas colonizadoras).

Cabe destacar o único solteiro em idade para casar, quando os demais da mesma faixa etária encontram-se casados, pertencente ao sexo masculino.<sup>354</sup> Trata-se do colono José Guilherme, 39 anos, prussiano, católico, de ofício mineiro, que decidiu enfrentar os percalços de colonizar a propriedade sozinho. O qual esteve por curto tempo a frente dos trabalhos do lote.

“José Mineiro” como ficou conhecido porque trabalhou no começo da vida com a exploração de minas. Após participar da Guerra do Paraguai “ganhou algum dinheiro” e residia na rua do Acampamento, em Santa Maria, em uma casa de “meia-água de alvenaria” com os rendimentos de sua pouca fortuna. Permaneceu solteiro por toda existência, sem proles, quem “fazia-lhe o arranjo da casa [era] uma mulata governante que, dizem, foi a herdeira testamentaria de José Guilherme”.<sup>355</sup>

O contato entre os futuros casais, explica Witt, podia ocorrer pela proximidade geográfica e, assim, o arranjo matrimonial podia se dar pela profissão do noivo, de artesão, que gerasse uma rentabilidade de sustento maior em relação a outras atividades como a lavoura. O casamento entre os colonos é um “sinal de mobilidade, tanto espacial, quanto social. Ter parentes e conhecidos em várias Colônias significava pouso e acolhida, mas, também, saber das novidades e dos negócios já tratados e dos que estavam por se firmar”.<sup>356</sup>

Outra forma e até exigência para iniciar um enlace conjugal, aponta Seyferth, estaria vinculado com a “disponibilidade de terras: um jovem só estaria apto para o casamento se puder ser garantida para ele a posse de terras suficientes para a subsistência da família”.<sup>357</sup> E a mulher como excluída da herança da terra lhe cabe

<sup>353</sup> Ver: FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã...*, 2004. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969. GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Terras e homens...*, 2004.

<sup>354</sup> Notificamos que a divisão da faixa etária dos grupos foram decenais, e não quinquenais, para reduzir as flutuações aleatórias quando a população for muito pequena. CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história...*, 1983, p. 200.

<sup>355</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914.

<sup>356</sup> WITT, Marcos Antônio. *Família(s) no âmbito da imigração alemã...*, 2014, p. 320.

<sup>357</sup> SEYFERTH, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa...*, 1985, p. 12-13; 14-15.



como caráter compensatório o dote. Os bens que configuram o dote variam dependendo da situação financeira que dispõe a família.<sup>358</sup>

De acordo com Seyferth, na perspectiva da colonização alemã, isto está diretamente ligado a família tradicional camponesa que não é necessariamente uma família nuclear (ou conjugal). A “família tronco germânica” ou “família camponesa tradicional” corresponde a “três gerações vivendo sob o mesmo teto”: na qual um dos filhos, denominado como sucessor, permanecerá com os pais depois do casamento, no mesmo ambiente da unidade doméstica. O conceito não é regra para todas as famílias camponesas sendo que “sua presença está vinculada a determinadas estratégias sucessórias (de herança)”. Ainda que esteja a tradição da família-tronco ligada a e herança impartível através da terra, propriedade da família, transmitida para o herdeiro antes da morte dos pais.

Convém também definir a família-tronco pelas regras de residência. Em que o padrão de residência referente a família é de um grupo doméstico formado de “dois casais (os pais e um dos filhos casados) vivendo na mesma casa”. Este padrão de residência vincula-se muito mais à questão da herança. Embora haja a herança impartível os grupos familiares apresentam herança compartilhada. O que deixa visível tanto a perda da tradição, o acesso às leis constitucionais do direito de patrimônios (inventários *post mortem*) e como também as novas estratégias familiares em voga.<sup>359</sup> A composição característica da família-tronco dá-se por etapas e fases:

Os pais com filhos solteiros; um filho casado (que é o herdeiro) vivendo com os pais e assumindo, com o tempo, a posição de chefe de família; com a morte dos pais, a família volta à forma nuclear e logo a seguir pode ser reiniciado o ciclo. Claro que existem variações, que incorporam os celibatários. Mas de um modo geral o conceito de família tronco inclui este padrão de residência, que é patrilocal para o herdeiro e neolocal para os demais filhos.<sup>360</sup>

Apesar do arraigado paternalismo dentro das famílias-tronco camponesas a escolha paterna esbarra na tradição. Pois, o *patrilocal* que ficará morando com os pais

---

<sup>358</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 14-15. Levi sob a aldeia em Santena, destaca os mesmos moldes camponeses: “A exclusão das mulheres do processo de heranças era muito nítida. Não apenas as mulheres não possuíam a terra como a herança ou dote, como também os dotes recebidos e pagos não parecem ser no interior deste grupo, de forma alguma, compatíveis com os níveis de riqueza. Eles variavam entre 100 e 200 liras”. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 106.

<sup>359</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 11-13.

<sup>360</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 12.

na colônia e suas benfeitorias acionando a herança impartível é tradicionalmente o filho mais novo, “a prevalência do minorato ou ultimogenitura”, até nos casos de partilha da terra recebe a maior parte. De tal modo a subdivisão da propriedade que envolverá os herdeiros e as herdeiras *neolocais* passará por isto antes do casamento: homens, precisam ter a própria colônia e mulheres, o dote. Havendo excepcionalidades quando o filho não é o mais novo e a filha sendo *filha única* herdeira. Devido “as diversas formas de transmissão do patrimônio que são acionadas conforme as circunstâncias”.<sup>361</sup> Diferentemente de Seyferth, Zuleika Alvim salienta o contrário na herança camponesa - por primogenitura:

Pelo sistema de herança no mundo rural, com a morte do pai prevalecia, ou a passagem da propriedade para o filho mais velho, ou a divisão da terra entre todos os filhos. Isso levava, no primeiro caso, à exclusão dos demais membros da família da terra e, no segundo, a um fracionamento da propriedade que tornava impossível extrair dela qualquer sustento.<sup>362</sup>

Decisões que fizeram parte da vida de 32% dos chefes de família da Colônia do Pinhal e 2% dos viúvos. Nesta última condição estão a viúva Elisabetha Rezer, já citada, o viúvo Adão Noschang, 43 anos, católico, lavrador e seus 4 filhos: Maria, 14; Mathias, 10; Jorge, 9, e João, 4. O viúvo Felipe Fuchs, 50 anos, protestante, criador de abelhas e os 5 filhos: Pedro, 15; Felipe, 13; Catharina, 10; Carolina; 9 e Margarida, 4. Continuar a vida sem o companheiro ou a companheira poderia ser um fardo sentimental para quem ficou. Há deste modo, a desestruturação da família, pois as funções de organização domésticas incluindo o trabalho na roça, precisavam ser redistribuídas ou aprendidas. Como estas eram muito bem delimitadas entre homem/pai e mulher/mãe ocorria o desconhecimento da atividade do outro. Desse modo, Witt analisa um dos momentos importantes da vida do casal:

À viuvez que assombrava a vida dos cônjuges em diferentes momentos, como as guerras, determinadas doenças e o parto. É comum encontrar homens e mulheres casando pela segunda ou até mesmo pela terceira vez, pois viver sozinho ou administrar uma propriedade com vários filhos sem a companhia e o auxílio de um cônjuge poderia se transformar em tarefa quase impossível. Além disso, havia uma certa pressão social para que os viúvos contraíssem novas núpcias.<sup>363</sup>

<sup>361</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 13.

<sup>362</sup> ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, p. 226.

<sup>363</sup> WITT, Marcos Antônio. Família(s) no âmbito da imigração alemã..., p. 326.

Quando Umann diz: “Mais difícil que para o homem, foi o começo para as mulheres”<sup>364</sup> está falando da situação de sua irmã, Maria Umann. O imigrante Umann fizera o poema “A cega”<sup>365</sup> para Maria. Na qual podemos conhecer a situação da mulher colona. Maria imigrou em 1873 para Linha Brasil, em Venâncio Aires, quando após um parto de gêmeos perdeu a visão. O esposo a levou para tratamento na Santa Casa de Misericórdia, em Porto Alegre, mas não houve tratamento clínico que lhe restabelecesse a visão. Os filhos sobreviveram, mas Maria ficou cega e “retornando penosamente passou a cuidar da prole, guiada por esta e por um bastão. No parto seguinte, faleceu deixando mais uma criança órfã”.<sup>366</sup> A vida de Maria nos alude a rotina da mulher alemã colona que detinha a rotina das atividades domésticas paralelamente com os trabalhos agrícolas, principalmente enquanto os filhos são pequenos. As várias gestações, a árdua rotina de trabalhos na pequena propriedade atrelada as intempéries, muito afligiam o corpo feminino. Tanto é que ambas as falecidas esposas dos viúvos Adão Noschang e Felipe Fuchs tiveram, respectivamente, 4 e 5 filhos.

Dentro das atribuições da vida colonial existia também como Renaux salienta “o papel central” de “parteira” que algumas mulheres alemãs desempenhavam duplamente, mãe e parteira. Como Johanna casada com Jacob Brueckheimer que tinha propriedade no Rio do Testo, vale do Itajaí, conciliava a situação de mãe, tendo dez filhos, e de parteira que: “muitas vezes nos últimos meses de gravidez, esperando a cada momento o nascimento do filho, tinha de atender a outras parturientes e mal tinha tempo de chegar em casa e dar ela mesma à luz uma criança”.<sup>367</sup>

Diante da dificuldade física e sentimental envolvida neste caso, a autora explica, ainda, que havia também a moral típica da época que dissimulava realidade feminina, da relação corpo e sexualidade, festejando a cegonha “Glücksvogel” por ter trazido “a felicidade ao lar”. Felicidade a qual pode ser discutida e restringida se a mulher não oferecer um filho homem à família como informa os relatos de parteiras que Renaux resumiu:

Uma casa só estaria completa com o nascimento de uma criança do sexo masculino, pois somente o herdeiro varão era capaz de dar continuidade ao nome, negócio e fortuna da família. Daí chamar-se o bebê menino em alemão

<sup>364</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1981, p. 63.

<sup>365</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1981, p. 77.

<sup>366</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *A canção dos imigrantes...*, 1983, p. 139.

<sup>367</sup> RENAU, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 92.

‘Stammhalter’, literalmente, ‘aquele que mantém a linhagem’. Essa concepção fazia parte da própria maneira de ver as coisas dos imigrantes.<sup>368</sup>

O distanciamento entre as pequenas propriedades alocadas em vales e rincões no início com poucos vizinhos dava tônica na paisagem da colonização alemã no sul do Brasil. O ambiente muito diferente de que deixaram na Europa com as aldeias e vizinhanças próximas causou um estranhamento psicológico no qual a sensação de vazio naquele espaço foi preenchido pela solidão.<sup>369</sup> No século XIX, raras são as pesquisas sobre este objeto e temática que apesar de citado é pouco pesquisado não só pelas condições materiais das fontes em si como do próprio conteúdo histórico interno da fonte. Sobretudo, a solidão como objeto de pesquisa acaba se inclinando para um campo que dá margem para discussão de outro objeto áspero, desconfortável e *tabu* - o suicídio dentro das comunidades alemãs e teuto-brasileiras. A abordagem da *causa mortis* do suicídio na historiografia alemã, onde impera o silêncio na forma de dor, analisando o sujeito para além da estatística no século XIX e XX, respectivamente, são os estudos de: Blume, Kelwyn Pfleger, Luana Herzel e Roberto Radünz.<sup>370</sup>

O último estado civil da Colônia do Pinhal, pela Tabela 4, a ser considerado são os 66% de solteiros. Sendo primordial frisar que a faixa etária dos solteiros estão, principalmente, contidos entre 0-19 anos onde encontram-se os jovens. E com uma subdivisão interna de 0-9 demonstra possuir um número maior de indivíduos que aquela outra faixa etária.<sup>371</sup>

A partir de uma característica muito marcante, e presente, nas famílias camponesas Renaux sintetiza a importância dos filhos para legitimação da família

<sup>368</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 92.

<sup>369</sup> Ver o subcapítulo “A solidão das mulheres” em ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 322. RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade...*, 2013, p. 123.

<sup>370</sup> BLUME, Sandro. *Trajetórias estigmatizadas: alcoolismo e suicídios*. In: \_\_\_\_\_. *Morte e morrer nas colônias alemãs...*, 2010, p. 184-193. PFLEGER, Kelwyn. *Aqui, somos todos iguais: os sepultamentos de suicidas em Leoberto Leal-SC (1945-2004)*. 2007. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gradação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. HERZER, Luana; RADÜNZ, Roberto. *Suicida feliz: protestantes em face à morte diferente*. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 438-449.

<sup>371</sup> A classificação das faixas etárias está definida em: jovens (0-19 anos); adultos (20-59 anos) e velhos (60 anos e mais). Quanto aptão laboral: crianças (0-14 anos), população em idade ativa (15-64 anos) e velhos (65 anos e mais). CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história...*, 1983, p. 197.

alemã: “A certeza da gravidez justificava entre os camponeses a perda da virgindade antes do casamento”.<sup>372</sup> E, conseqüentemente, contrairiam as núpcias. Tal prática era uma forma de garantir que viriam a ter filhos. Camponeses sem filhos envolvia uma grande problemática para o casal e uma pressão, principalmente, para esposa:

A mulher que não pudesse ter filhos, que fossem como se diz na linguagem popular, figueira do inferno, era pois a desgraça do colono. Esse problema trouxe...ao que me foi dado observar, na zona de povoação alemã, o costume muito comum de ‘experimental’ a noiva... perguntava eu, com razão, a razão daquele costume estranho. E a resposta uniforme que obtive é que sendo a prole o capital com que movimenta a sua lavoura não podiam ou não queria o colono arriscar-se a casar com uma criatura que lhe não pudesse dar filhos. Daí, a prelibação conjugal’.<sup>373</sup>

Mas, e quando não acontecia a gravidez? A responsabilidade recaiu para as mulheres. Não há descrição por Seyferth sobre o que sucedia com estas mulheres inférteis. Se os enlaces matrimoniais seriam desfeitos e a noiva *figueira do inferno* “trocada” por outra, que pudesse gestar filhos, ou se era aceita pelo noivo(?) Até mesmo porque não conseguir atingir a gravidez desejada poderia estar ligado a esterilidade masculina. Sendo biologicamente raro que ambos do casal fossem inférteis. Provavelmente a relação da ausência da gravidez e a continuidade das núpcias estariam subjugadas entre a afetividade dos nubentes e as estratégias matrimoniais.

A falta de filhos não parece ter sido um empecilho para o casamento do colono do Pinhal Jacob Albrecht Filho e sua mulher Isabel Bernd Albrecht. No inventário de Isabel Bernd Albrecht de 1886 consta como únicos herdeiros o viúvo e a mãe da falecida, Marianna Bernd, pois de “cujo casal não houve filhos”.<sup>374</sup> Não consta a idade da inventariada, mas correlacionando e aproximando a idade de Jacob Albrecht, o primogênito de Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht, que tinha 20 anos 1858<sup>375</sup>, e estado civil solteiro, ao longo de 28 dos anos casara e não tivera filhos até a idade de 48 anos, quando tornou-se viúvo. Em suma, a idade da falecida esposa deveria aproximar-se 2 anos anos mais ou menos da idade do viúvo.

<sup>372</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 92.

<sup>373</sup> AMARAL, Max Tavares. *Contribuição à história da colonização alemã no vale do Itajaí*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950. Apud SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 76.

<sup>374</sup> Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A ?, M ?, E 114.

<sup>375</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

Se por um lado os filhos são a esperança de sustento, quiçá de prosperidade, para a família camponesa na pequena propriedade, porque serão a mão de obra familiar que independente de filho ou filha trabalhará lado a lado na lavoura possibilitando uma segurança socioeconômica na velhice. Por outro lado, quando a maioria dos filhos eram pequenos tornava-se o momento mais penoso na colônia que ia diminuindo conforme desenvolvimento das crianças:

O período crítico de exploração da propriedade colonial era aquele em que a família se compunha apenas do marido, mulher e filhos pequenos. Não podendo contar com auxílio de fora (quando muito um vizinho podia ajudar em tarefas mais pesadas, mas não por muito tempo), o marido se via na contingência de, sozinho, fazer a derrubada, construir a casa os ranchos e preparar a roça, auxiliado apenas por sua esposa. Na medida em que as crianças crescem e podem fazer determinadas tarefas, a produtividade agrícola aumenta, atingindo o máximo quando os filhos forem adultos.<sup>376</sup>

O período crítico no qual os filhos não conseguem ajudar no trabalho está restrito a idade abaixo dos 7 anos. Porquanto, em geral as crianças a partir dos 5 anos<sup>377</sup> ou entre 7 a 15 anos já auxiliavam os adultos nas diversas tarefas secundárias e leves da colônia como: pegar forragem para os animais, fazer a capina das roças, ajudar na colheita sobretudo do milho e nos trabalhos da horta.<sup>378</sup>

A infância para a criança não consistia numa etapa biológica da vida e sim uma construção cultural e histórica havendo no século XIX o parâmetro de maioridade de 12 anos para feminino e 14 anos para o masculino. Sendo assim, a criança imigrante participou desde cedo no incremento econômico do artesanato, do comércio, transporte de alimentos e demais mercadorias. Com os olhos sempre atentos se fizeram aprendizes, com suas mãos pequeninas deram formas aos produtos de: couro, barro, madeira, ferro e vidro.<sup>379</sup> Isto está muito ligado a construção da “imagem dos pais” na vivência no mundo rural como destaca Renaux:

Desde muito cedo, a criança não podia deixar de admirar como o pai era capaz de prender uma parelha de bois fortes e arar um sulco em linha reta; logo ela passava a admirar as outras habilidades do pai, como consertar a casa e as ferramentas da fazenda. Os filhos de um ferreiro olhavam com espanto como seu pai pegava um pedaço de ferro, aquecia-o no fogo em chamas, e o martelava até tomar a forma de um utensílio. Quanto aos

<sup>376</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 74.

<sup>377</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 93.

<sup>378</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 76.

<sup>379</sup> WITT, Marcos Antônio; RAMOS, Eloisa Helena C. da Luz. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al (Orgs.). *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 61.

artesãos, como carpinteiros ou sapateiros, deixavam os filhos maravilhados com sua maneira de dar forma aos objetos mais complexos, a partir de matérias-primas que pareciam não oferecer qualquer possibilidade. Essas crianças raramente precisavam de um mandamento bíblico para honrar pai e mãe; fazê-lo era o resultado lógico e quase inevitável de observar os pais no cumprimento das rotinas diárias de trabalho, que serviam tão claramente ao bem-estar da família.<sup>380</sup>

Auxiliando no comércio em atividades simples de armazenagem e seleção de alimentos, trato dos animais e entregando recados, estas eram algumas das atividades das crianças. Já adolescentes, os meninos assumiam pouco a pouco mais responsabilidades, a saber, na condição de caixeiros-viajantes percorrendo grandes distâncias muitas vezes sozinhos pelas picadas e estradas para chegarem as Colônias e cidades. Estar como caixeiro-viajante era uma atividade cobiçada não só pela importância de compra e venda das mercadorias como pelos lucros que receberia se representasse uma casa comercial bem-sucedida.<sup>381</sup>

As adolescentes também recebiam responsabilidade, pois ficavam na casa paterna até 14 anos e após essa idade se empregavam nas casas de famílias conhecidas como pajens das crianças menores.<sup>382</sup> E, igualmente, podiam juntar algum pecúlio. Embora, na maior parte do tempo, as meninas acompanhassem a rotina de serviços domésticos da mãe: cozinhar, costurar, limpar, cuidar dos filhos e tratar animais de pequeno porte. Sendo determinadas naquele ambiente para um futuro de maternidade e de esposa. Reproduzindo o ciclo quando cassassem. Em linhas gerais, este é o horizonte da condição da mulher camponesa, porém conforme a família ascende social e economicamente, aproxima-se de centros mais urbanos, os valores culturais da burguesia adentram no universo da casa do imigrante instaurando novos padrões de cotidiano para as meninas (e também meninos).<sup>383</sup> Mesmo o mundo do trabalho assumindo a totalidade do cotidiano na infância “o envolvimento da criança migrante no trabalho não excluía relações de afeto entre os membros da família”.<sup>384</sup> Menos ainda excluía atitudes de criança como escreveu Max Brueckheimer nas suas memórias: “Nós éramos felizes e saudáveis [...] Nós, crianças, sentíamos grande

---

<sup>380</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no vale do Itajaí...*, 1995, p. 94.

<sup>381</sup> WITT, Marcos Antônio; RAMOS, Eloisa Helena C. da Luz. *Pequenas, mas não invisíveis...*, 2016, p. 61.

<sup>382</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 93.

<sup>383</sup> Ver: RENAUX, Maria Luiza. Padrões burgueses no vale do Itajaí. In: \_\_\_\_\_. *O outro lado da história...*, 1995, p. 131-216.

<sup>384</sup> WITT, Marcos Antônio; RAMOS, Eloisa Helena C. da Luz. *Pequenas, mas não invisíveis...*, 2016, p. 62.

alegria quando víamos queimar as roças secas e as labaredas subindo enormes alturas; não conhecíamos perigo algum”.<sup>385</sup>

O gráfico 2 demonstra a Tabela 4 com as faixas etárias dos colonos no Pinhal que precisa ser filtrada através de dois pontos, as idades nas quais uma população está apta para o trabalho como as idades que as crianças alemãs iniciavam o trabalho nas colônias. A base grande da pirâmide apresenta uma alta taxa de natalidade em relação ao restante sendo a média de filhos/habitantes nos lares de 3,5/5,6. Sendo “as famílias numerosas, de 10, 15, e até 24 filhos, muito presentes nas colônias, atestam a necessidade de braços para o plantio, colheita e armazenamento de alimentos”.<sup>386</sup> No Pinhal, a família mais numerosa em 1858 era no lar de Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht com 9 filhos. Os lares menos numerosos consistiam em apenas 1 filho por casal como: Luiz Kranchenberg, 27, protestante, lavrador e Luiza, 23, católica, com o filho José de 2 anos; Gustavo Praetzký, 25, católico, lavrador e Anna, 24, católica, com o filho de 4 meses sem nome (porque ainda não está batizado); Jacó Adamy Filho, 22, protestante, lavrador e Catharina, 22, protestante com a filha Elisa de 3 anos; Martin Zimmermann e Catharina com o filho sem nome/idade (não está batizado) e Adão Gettems, 37, católico, ferreiro e Catharina, 25, católica, e a filha Leopoldina de 1 ano.

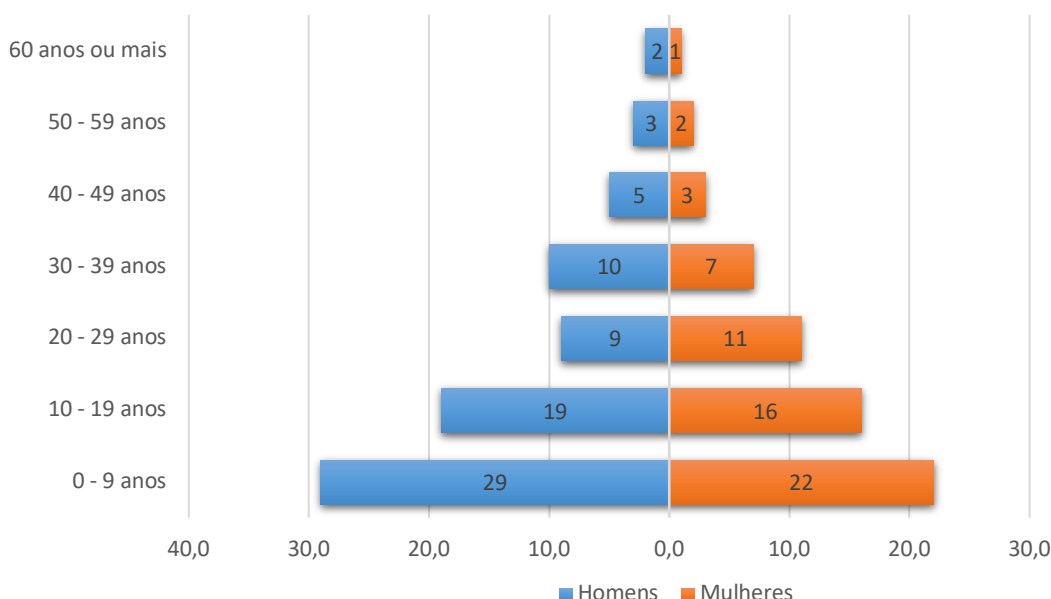
---

<sup>385</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 93.

<sup>386</sup> WITT, Marcos Antônio; RAMOS, Eloisa Helena C. da Luz. *Pequenas, mas não invisíveis...*, 2016, p. 61.



Gráfico 2 – Composição etária da população da Colônia do Pinhal - 1858



Fonte: Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

É interessante ressaltar que muito temos frisado sobre relação direta da quantidade de filhos para viabilizar o trabalho na pequena propriedade privada, policultura de cunho camponesa. Contudo, o casal Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht o qual dispõem do maior número de filhos na Colônia do Pinhal, até 1858, será o lar que terá a posse de escravos. A que se deve isto? Debateremos este e outros aspectos no subcapítulo 4.3 a inserção da mão de obra cativa na colonização alemã e, sobretudo, na Colônia do Pinhal com as demais famílias possuidoras de escravos(as).

A maioria dos filhos (crianças e jovens) dos colonos no Pinhal são brasileiros, isto é, teuto-brasileiros, nascidos em outros lugares do Brasil e/ou no Pinhal, e independente da idade foram considerados solteiros. Isto deixa a população da Colônia do Pinhal (139 habitantes) com 70% de teuto-brasileiros e 30% de estrangeiros destes são 66% solteiros, 32% casados e 2% viúvos.<sup>387</sup> Estes dados organizados apenas dessa maneira possibilitam falácias como 1) a Colônia do Pinhal fora uma colonização mista, alemães e brasileiros (nacionais) e 2) a Colônia do Pinhal

<sup>387</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

não se desenvolveu econômica e socialmente devido ao alto índice de solteiros em relação aos casados, isto é, solteiros vivendo isoladamente na colônia agrícola. Não poderia ter sido uma colonização mista, apesar de ser uma remota intenção do agente Felipe Normann inserir nacionais quando propôs o projeto. Como apresentamos os filhos dos colonos e outros de 2ª geração foram considerados “brasileiros” (nacionais). O termo nacional refere-se à relação étnica entre indígenas, portugueses, espanhóis e negros. O índice de solteiros contempla nessa categoria internamente os jovens inclusive as crianças que ao ano 1858 ainda não estavam em idade apta para realização de casamento, conforme nos evidencia a Tabela 4 atrelada ao Gráfico 2.

### 3.3 “AS PEQUENAS” PROPRIEDADES DE TERRAS

No Pinhal, as famílias alemãs e teuto-brasileiras moravam nas suas 26 *pequenas propriedades privadas* as quais constavam nominalmente pelo chefe de família, a exceção de José Guilherme solteiro que em razão da categoria não constitui um chefe de família por ser solteiro, em 1858. As propriedades estavam distribuídas entre o município de Santa Maria e Cruz Alta sendo destacadas *a qual município pertencia*. Apesar de vaga, esta categorização feita por Normann subtende-se que os lotes dispostos em Santa Maria estariam mais ao sul do Pinhal e em Cruz Alta estariam mais ao norte do Pinhal. Embora que Normann nomear os três mapas no relatório de 1858 como “mapas” não consta alguma cartografia disto como ocorre nas demais colônias alemãs nas quais é possível verificar a distância entre os lotes, tamanho específico e, principalmente, a localização. Os dados que utilizamos devem ser entendidos como aproximadamente devido a classificação arbitrária e sem definição do motivo para tal.

O tamanho das *pequenas propriedades privadas* estipuladas, de acordo com Oberacker Jr., desde a cessão em 1824, em São Leopoldo/RS, na forma gratuita ou, posteriormente, na venda a prazo, definida pela medida: inicialmente 70 a 50 hectares (ha), reduzindo-se o lote para 50 ha até o 25 ha. Até o ano de 1854 as terras das áreas coloniais foram doadas pelo governo (Imperial ou Provincial) depois deste ano em diante cobrava-se o valor fixado inicialmente em 300\$000.<sup>388</sup> Na colonização

---

<sup>388</sup> OBERACKER JR, Carlos H. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola..., 1985, p. 226. PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 59.

alemã no vale do Itajaí, a partir de 1860, Itajaí-Brusque/SC, local da pesquisa efetuada por Seyferth, a qual temos recorrido como historiografia da colonização, a medida dos lotes variava entre 25 e 30 ha.

Na Colônia do Pinhal como colonização privada, de particulares e espontânea, conforme os imigrantes iam se direcionando para o Pinhal, na região de Santa Maria, iniciavam a compra das terras disponíveis. Incluía-se nesta disponibilidade o tamanho da propriedade comprada de acordo com o valor em dinheiro que dispunham e, claro, condicionados por suas estratégias familiares.

Dessa forma, o imigrante ambientado naquelas áreas coloniais alemãs pode ser compreendido pelos interesses estratégicos de produção agrícola na pequena propriedade com base na policultura e criação de animais. A partir de experiências anteriores ao Pinhal, em outros lotes, detinham a noção de que com a unidade familiar, no modelo campesino, seria possível subsistir pela agricultura e, quiçá, prosperar. Isso significa que é possível definirmos como medida agrária das propriedades dos colonos do Pinhal o lote de 25 hectares porque seria a extensão de terras que norteava o formato agrícola de sobrevivência daqueles imigrantes na mobilidade espacial.

A enxamagem dos imigrantes viria a colonizar as terras do Pinhal devido serem uma das últimas áreas florestais ainda desocupadas pela colonização alemã, que direcionava do leste para o oeste desde a encosta da serra, vale do Taquari, depressão central e seguia em direção planalto central. A importância das terras do Pinhal foi, em certa medida, valorizada pela estrada do Pinhal que oferecia o trânsito de Cruz Alta para campanha e a Vila de Santa Maria que comportava um núcleo urbano significativo de alemães. Ademais, assentar uma colônia no Pinhal evitava desperdício de tempo de trabalho abrindo novas e maiores picadas. Pois, também os campos e as florestas na região de Santa Maria não consistiam num vazio demográfico a espera de colônias imigrantes com fronteira agrícola aberta. Quem preenchia esse espaço eram os peões que trabalhavam na estrada do Pinhal, como explicamos no subcapítulo 2.2 *“Por preço nenhum se acha pião: quem trabalhava na obra”*, e transitavam pelos matos da região vivendo nas cercanias com suas plantações e abrindo novas e reforçando as velhas picadas. Nesse sentido, aprofundando o exame da questão fundiária e agrária sobre as terras, em Santa Maria, Farinatti ressalta:

Grandes extensões de áreas de campos estavam nas mãos de poucos proprietários, todos eles dedicados, preferencialmente, à criação de gado bovino. Nas áreas florestais, predominavam as terras dos lavradores nacionais, ainda que também houvessem as que pertencessem a criadores e comerciantes. Essa representação da estrutura fundiária local é muito importante porque demonstra que os lavradores nacionais estavam presentes de forma expressiva no universo agrário de Santa Maria, ao lado dos criadores de gado. **De fato, as áreas florestais do lugar não estavam ociosas no aguardo de uma eventual colônia imigrante. Estavam, sim, ocupadas por lavradores nacionais que sobreviviam da cultura de alimentos.**<sup>389</sup>

As vinte e seis colônias que perfaziam a Colônia do Pinhal, em 1858, constavam divididas no município de Santa Maria de “Cruz Alta” (Quadro 2). Sendo as propriedades de nº 1 a 13, Santa Maria, e nº 14-26, Cruz Alta, dessa maneira foram classificadas quanto a sua localização por Normann. A forma mais compreensível de apresentação dos colonos e suas terras foi através do valor e tipo de vegetação na área das terras sem constar a sua extensão. A única medida a que Normann referencia no mapa nº 3 diz respeito a “braças quadradas de terras de mato cultivadas” o que na nossa percepção não correspondem a medida total da área ocupada, devido às discrepâncias nos valores/tamanhos/áreas de campo e mato. Diferentemente de como Pellanda interpretou: “As terras ocupadas pela colônia calculam-se em 995.500 braças quadradas”.<sup>390</sup>

O mesmo autor considerou a área de braça cultivada como sendo a área da propriedade, o que não confere, por que, há de se considerar como apenas uma parte integrante no tamanho das colônias. Existe a inadequada equivalência dos valores elevados de terras sendo que “a braça cultivada considerada como tamanho da área” estaria bem abaixo ou inexistente ao valor pago se comparado as demais áreas de terras dos colonos. Tanto é que, as únicas propriedades que não continham identificação de medidas nas braças quadradas cultivadas eram as áreas nas quais as propriedades comportavam apenas campos. Visto que áreas de campo não são as terras com condições mais favoráveis para lavoura, por isso não houvera notificação de medida indicada por Normann. O que também não significa que área de campo seja de um tamanho muito pequeno. Por ventura não deveria ser interesse do colono, talvez, se dedicar integralmente ao trabalho agrícola, mas a criação de animais.

<sup>389</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p. 40. Grifo nosso.

<sup>390</sup> PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul...*, 1925, 176.

Iremos suprimir os valores das áreas cultivadas nesse subcapítulo porque trata-se de apontamentos mais fundiários do que agrários. Sendo as medidas cultivadas correlacionadas para o subcapítulo 3.4. Embora “o tratamento do que é agrário inclui não só o fundiário mas também o agrícola, pois que se entendem serem os mesmos, no caso, inseparáveis”.<sup>391</sup>

Quadro 2 – Lotes coloniais no Pinhal por proprietário, área e valor

Nº	Nome do proprietário	Distribuição das terras (área de mato/campo)	Valor aproximado das terras (réis)
1	João Conrado Scherer	mato e campo	6:000\$000
2	João Adão Noschang	mato	1:000\$000
3	Felipe Niederauer	mato	2:000\$000
4	Carlos Laidner	mato e campo	6:000\$000
5	Felipe Schirmer	mato e campo	1:500\$000
6	Elisabetha Rezer	mato e campo	1:500\$000
7	João Fredrico Schmidt	mato	1:000\$000
8	Felipe Fuchs	mato e campo	3:000\$000
9	João Schmidt	mato	6:000\$000
10	Adolfo Kemmerich	mato	2:000\$000
11	José Guilherme	mato	4:000\$000
12	Fredrico Jacobus	mato	1:500\$000
13	Henrique Burmann	mato	2:000\$000
14	Fredrico Dreier	mato	1:500\$000
15	Luiz Kranchenberg	mato	1:000\$000
16	Jacob Albrecht	mato	6:000\$000
17	Gustavo Praetzkzy	mato	500\$000
18	Miguel Kroeff	campo	3:000\$000
19	Jacó Adamy Filho	mato e campo	8:000\$000
20	Daniel Gehm	mato	2:000\$000
21	Jacob Adamy	mato	4:000\$000
22	Martin Zimmerman	mato	2:000\$000
23	João Gettems	campo	1:000\$000
24	Adão Gettems	campo	1:000\$000
25	João Koch	mato e campo	1:500\$000
26	Pedro Schreiner	mato e campo	2:000\$000
	Total		71:000\$000

Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>391</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 13. Sobre conceituação de *história agrária*, ver: LINHARES, Maria Yedda. *História Agrária*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 1997, p. 165-184.

Para dirimir possíveis dúvidas quanto aos dados que selecionamos, ao mesmo tempo, examinamos as propriedades com menor e maior valor, simultaneamente, de Gustavo Praetzký e Jacó Adamy Filho. O colono Praetzký possuía as terras na área de mato, no valor de 500\$000 réis, cultivando 2,42 ha. Adamy Filho possuía as terras na área de mato e campo, no valor de 8:000\$000 réis, cultivando apenas 4,84 ha. Com este contraste fora que interpretamos a categoria de Normann.

Percebemos que os valores das propriedades de Zimmermann (2:000\$000), Kroeff (3:000\$000), Adamy (4:000\$000) e Albrecht (6:000\$000) detinham valores intermediários em relação aos valores mínimos e máximos. Indicando que conseguiram acumular um patrimônio econômico significativo nas suas antigas colônias antes da aquisição por compra ou ocupação primária destas.

Em Santa Maria, a forma predominante de aquisição de terras florestais até, 1856, demonstrou ser pela forma de compra 41,6 % (106 registros de terras) seguido de 16,9% (43 registros de terras) na forma de ocupação primária. Na região a partir do fim do sistema de sesmarias em 1822, a posse tornou-se o meio mais comum de obtenção de terras devolutas até a execução da Lei de Terras de 1850. A ocupação primária de terras florestais evidencia um local com uma fronteira agrária aberta passível de posse até o ano de 1856. Do contrário não houve registro de ocupação primária em terras de campos o que indica que as tais áreas foram apropriadas nas três primeiras décadas do século XIX por doação de sesmarias ou concessões oficiais.<sup>392</sup>

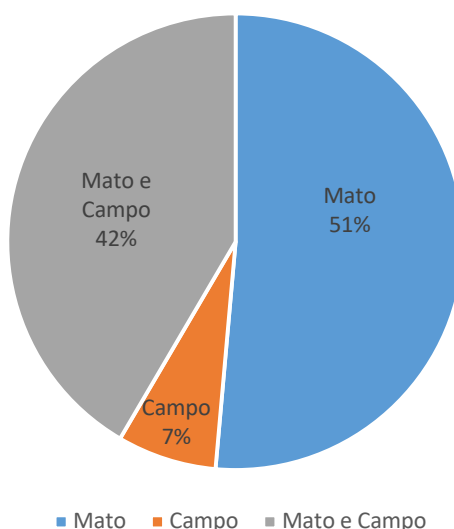
As distribuições das colônias no Pinhal concentravam-se 58% (15) em área de matos, 31% (8) em área de matos e campos e 12%(3) na área de campos. Demonstrando a preferência dos colonos alemães pelo arroteamento de áreas florestais. Muitos dos valores agregados nas terras estão relacionados por serem áreas florestais que tem solos mais férteis como agricultáveis de acordo com as técnicas agrícolas empregadas para plantio.

No Pinhal, os valores das terras variavam conforme o tipo de área (mato, campo, mato e campo) contida no terreno. O valor total das colônias correspondia a 71:000\$000 réis sendo que as propriedades coloniais com áreas de mato eram 51% mais valorizadas do que mato e campo com 42% e campo valia 7% do total (Gráfico 3). Cabe ressaltar a disparidade na quantidade de colônias por tipo de área.

---

<sup>392</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p. 43-45.

Gráfico 3 – Valores (%) das terras no Pinhal por tipos de áreas (réis)



Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65

Embora não haja as dimensões territoriais das 26 colônias para melhor entendimento de uma condicional nas potencialidades socioeconômicas dos colonos do Pinhal, é interessante atentar para outros componentes decisivos na ascensão social de famílias, como destaca Levi:

O discurso sobre a estratificação social não pode, portanto, ficar limitado às dimensões das propriedades e nos conduz à compreensão de estratégias familiares complexas, sobre as quais funcionavam mecanismos fatais, que filtravam o sucesso e o insucesso, a sobrevivência e o desaparecimento.<sup>393</sup>

Quando Avé-Lallemant visitou o colono Kroeff no Pinhal relatou que: “a região onde me achava chama-se Pinhal” que “o alemão acima referido [Miguel Kroeff] comprara uma bela faixa de terra e mandara dividi-la em colônias. Onze famílias já se mudaram para ali e lançaram os fundamentos de uma colônia alemã”.<sup>394</sup> Em nossas pesquisas no AHRS e APERS não encontramos documentos que confirmassem tal informação. Porém, isto reitera o projeto de colonização de Normann sob o aspecto de que colônias já se encontravam no local e o agente apenas queria uniformizá-las para especulação fundiária. Logo, quem seriam as 11 famílias de que fala o viajante? Pertenceriam ao mapa nº 3?

<sup>393</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...*, 2000, p. 96.

<sup>394</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 219.

A resposta permanece no campo das hipóteses, todavia poderia corresponder há algumas das 26 colônias, excetuando, claro, o lote de n. 18 pertencente a Kroeff. A partir de nossas fontes como Autos de Medição de Terras e Registros Paroquiais de Terras apenas confirmaríamos as famílias já conhecidas e inseriríamos algumas novas. Contudo, não há a relação direta com as ditas onze colônias vendidas por Kroeff.

Embora, na Sessão de 9 de julho de 1861, a Câmara Legislativa de Santa Maria fora interpelada pela presidência da província sobre a necessidade de criação de um Distrito de Paz na Colônia do Pinhal para tanto seria necessário notificar Miguel Kroeff que se apresentar em Sessão com os dados solicitados, conforme a Ata:

Foi lido um officio da Prezidencia da Provincia, sob no 11 de 22 de Junho findo, ordenando que a Camara informe se convem crear-se um Districto de Pás na Colonia particular estabelecida por Miguel Kroeff, visto conter os prasos, pagos, familias, e numero de almas constante do relatorio apresentado pelo mesmo Kroeff, prevenindo que a mesma data officiou-se ao Doutor Chefe de Policia acerca da creação, de um Districto Policial, e finalmente que se mande proceder aos necessarios exames e orçamento das composturas das estradas da mesma Colonia, que, segundo o mesmo relatorio, dellas carecem; resolvéo a Camara Officiar ao referido Miguel Kroeff, a fim de que se aprezenste á esta Camara nas presentes Sessões, afim de dar os esclarecimentos que são mister, para satisfazer-se á Sua Excelência.<sup>395</sup>

Mesmo sendo favorável as colônias do Pinhal o Distrito de Paz, Kroeff não havia atendido a solicitação da Câmara Legislativa. É bem verdade, que o prazo para o colono foi curto, quatro dias até a próxima Sessão:

Visto não ter athe hoje comparecido Miguel Kroeff para esclarecer esta Camara sobre as informações pedidas por Sua Excelência o Senhor Presidente da Provincia acerca da Collonia particular estabelecida pelo mesmo Kroeff; rezolvéo-se nomear uma Comissão para prestar esse esclarecimentos, nomeando para o effeito os Coroneis João Antonio da Silva Cezimbra, e João Baptista de Oliveira Mello, officiando-lhes neste sentido, e remetendo-lhes copia da Portaria da Prezidencia.<sup>396</sup>

Após receber as informações a presidência da província, em 22 de julho de 1861, negou a criação do Distrito de Paz porque causaria uma despesa maior ao orçamento do município de Santa Maria.<sup>397</sup>

<sup>395</sup> ACVSM. Livro I de Atas (1858-1864). fls. 107v; 108; 108v.

<sup>396</sup> ACVSM. Livro I de Atas (1858-1864). fls. 111v e 112.

<sup>397</sup> O autor memorialista cita o que supomos ser um officio da presidência da província: "Constando a esta Presidência que a colônia particular, estabelecida, em 1857, por Miguel em terras de sua



Provavelmente, nas conversas em que Avé-Lallemant tivera com Kroeff soube de um detalhe significativo a cerca da pequena comunidade alemã no Pinhal “cuja prosperidade parecia garantida”. Narra o viajante: “não fosse a **má vontade de vários proprietários vizinhos. Pois, levantou-se até a opinião de que Kröff incluía em sua medição terras pertencentes ao governo**”. E quando “removida essa insegurança, a laboriosidade dos colonos e a fertilidade do solo conduzirão a um melhor futuro”.<sup>398</sup>

Nota-se que havia um ambiente de desagregação vicinal. Alguns vizinhos estavam produzindo julgamentos com intuito de atingir moralmente Kroeff. Isto ou o contrário. O colono estaria se contrapondo aos demais vizinhos por sentir injustiçado com determinadas atitudes. O fato exposto se (in)verídico não atenua a situação conflitante na Colônia do Pinhal. Porque o objetivo realiza-se na forma de estigmatizar o outro como maneira de alavancar a própria superioridade. A querela esboçada remete diretamente a um lugar que tende a gerar os *estabelecidos* e os *outsiders* em que Norbert Elias e John L. Scotson definiram.<sup>399</sup>

A família de Kroeff como uma recém-chegada no Pinhal, e, talvez, com as famílias de Albrecht, Adamy e Zimmermann<sup>400</sup>; defrontou-se com os moradores mais

---

propriedade nos limites desse município com o de São Martinho, tem hoje 60 prazos medidos com 60 casais e 54 fogos, perfazendo o total de sua população 286 almas, convém que Vmcês. Informem se julgam conveniente que ali se crie um Distrito de Paz, indicando quais devem ser os limites”. Temos certa cautela com as tais informações de Belém, haja vista que as mesmas não permitem avançar na pesquisa devido a origem da fonte e os dados encerram-se em si mesmos. BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 188.

<sup>398</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 219. Grifo nosso.

<sup>399</sup> A pesquisa empírica destes autores teve como foco uma pequena cidade em processo de industrialização, no sul da Inglaterra, de nome fictício Winston Parva, na década de 1950. Embasados metodologicamente na etnografia, que é uma descrição criteriosa, e amparada em várias fontes pesquisaram a configuração social e as relações de interdependência na organizacional que geralmente resulta em discriminação e exclusão social. No caso Winston Parva estava dividido em três bairros (zona 1, 2 e 3). Na zona 1 residiam os grupos que conseguiram ascender socialmente e mudar para o local de classe média, abandonando a zona 2 e 3 nas quais habitavam os demais operários das fábricas. Mesmo não havendo diferenças funcionais no trabalho, distinção étnica, disparidades socioeconômicas ou educacionais. Ocorria dos residentes na zona 2, local mais antigo da cidade Winston Parva, consideram-se superiores porque habitavam ali por mais tempo. Esses residentes da zona 2, denominada “Aldeia”, os estabelecidos se negavam a manter contato com os recém-chegados da zona 3, denominada “loteamento”, porque eram do *lado de fora* (os *outsiders*) e o pessoal da aldeia já estabelecido. A maneira que encontraram para exclusão baseava-se nas intrigas e fofocas com intuito de estigmatizar o outro, identificando as características para ressaltá-la quando necessária hierarquizar a cidade. Assim, retroalimentando a oposição entre famílias superiores e inferiores. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>400</sup> Os Autos de Medição de Terras de Kroeff, Albrecht, Adamy e Zimmerman indicam recentes posses no Pinhal antes de 1854.

antigos, já estabelecidos, nacionais e alemães, os quais tentaram repelir os grupos mais novos no lugar, esta é nossa hipótese. Pois, nos pensamos que a situação de:

As tensões entre os velhos e novos moradores foram de um tipo peculiar. O núcleo dos residentes antigos atribuía um valor elevado aos padrões, às normas e ao estilo de vida que haviam criado entre si. Tudo isso tinha uma estreita ligação com seu respeito próprio e com o respeito que eles julgavam ser-lhes devido pelos outros.<sup>401</sup>

E também é pertinente ressaltar o conflito como tendo uma origem mais pragmática como a ênfase dada por Marcos Justo Tramontini que salientou os conflitos entre os colonos alemães, na Colônia de São Leopoldo, quando simplesmente desejavam conquistar ou denunciar algo do seu interesse.<sup>402</sup> As relações justapostas entre os vizinhos são sutilmente descritas por Elias e Scotson:

Entre os problemas centrais figura aquele referente às distinções do valor atribuído, nessas redes comunitárias de famílias. Invariavelmente, algumas famílias ou talvez grupos delas em uma mesma comunidade, tão logo são ligadas umas às outras pelos fios invisíveis da vizinhança, passam a se ver e ser vistas pelos outros como “melhores” ou, alternativamente, como “menos agradáveis”, “menos boas”, “menos dignas” ou seja qual for a denominação que se use [...] falamos da “hierarquia classificatória” das famílias ou da “ordem de status” de uma comunidade e, a título de aproximação, essa conceituação é útil. Mas não indica com muita clareza o papel central desempenhado por essas distinções na vida de toda a comunidade; não indica suas amplas ramificações funcionais, a profusão de associações pessoais entre os indivíduos implicados, e as tensões inerentes a essas distinções.<sup>403</sup>

Não há como *variar a escala* de análise sobre essa situação em conflito, pois as fontes<sup>404</sup> não permitem nesse caso a metodologia, então como intenção para compreender as mais básicas formas para se dar a hierarquia classificatória ou ordem de status, nos valem de uns motivos percebidos, por nossos interlocutores Elias e Scotson, que promoveriam a tensão do convívio no Pinhal com “atritos e perturbações”:

Os que já se haviam fixado na região e que, em condições favoráveis, tinham tido tempo de criar, a partir da corrente predominante de sua tradição nacional, uma vida comunitária bastante estável, uma tradição provinciana própria, viram-se diante do fato de que chegava um número maior de pessoas para se estabelecer em suas imediações e em seu seio, pessoas estas quem

<sup>401</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders...*, 2000, p. 167.

<sup>402</sup> TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes...*, 2000.

<sup>403</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders...*, 2000, p. 166.

<sup>404</sup> Na pesquisa no APERS havia apenas o processo-crime que envolvia o colono Martin Zimmermann, no Pinhal.

até certo, ponto, tinham idéias, maneiras e crenças diferentes das que eram costumeiras e valorizadas em seu círculo. Não se pode excluir a possibilidade de que, no começo, quando se construíram novas casas na vizinhança, os trabalhadores já estabelecidos também tenham achado que os recém-chegados seriam concorrente me potencial pelo emprego e por isso não tenham gostado deles. [...] As tensões entre velhos e novos moradores foram de um tipo peculiar. O núcleo dos residentes antigos atribuía um valor elevado aos padrões, às normas e ao estilo de vida que eles haviam criado entre si. Tudo isso tinha uma estreita ligação com seu respeito próprio e com o respeito que eles julgavam ser-lhes devido pelos outros. No correr dos anos, alguns haviam prosperado e ascendido socialmente.<sup>405</sup>

A partir daquele momento no qual intrigaram Kroeff iniciou-se a desagregação da comunidade alemã e teuto-brasileira no Pinhal. Até que ponto estas disputas e estratégias familiares, de cunho mais agressivo, não permitiram que os esforços conjuntos das famílias conduzissem a um desenvolvimento dos interesses econômicos? Não saberíamos mensurar a intensidade dos atritos, porém isso não anula a existência conflitiva dos atos.

Como é sabido o ano de passagem de Avé-Lallemant pelo Pinhal é em 1858 e já havia assunto sobre as medições de terras conforme o mesmo tratou com Kroeff. Havia passado oito anos da promulgação da lei n. 601 de setembro de 1850, e quatro anos da regulamentação, da chamada Lei de Terras de 1850.<sup>406</sup> A partir do vigor desta lei todas as terras devolutas do Império do Brasil poderiam ser apenas adquiridas por meio da compra.

No início do século XIX, a cessão gratuita de terras como forma de bonificação ou pagamento por parte da Coroa portuguesa foi extinguida pela *Lei de 1822* que eliminava a doação de sesmarias acarretando na posse desordenada e a aglutinação de terras devolutas. Concomitante estava a reorganização do quadro geral da economia brasileira nas suas províncias através do povoamento e defesa interna do território. Na busca de atingir os objetivos da política imigratória estrangeira com imigração e colonização alemã, destinada para as terras devolutas desempenharia as finalidades pretendidas e, ainda, diminuiria a posse desordenada, diversificaria a mão de obra e aumentaria a produção de alimentos.<sup>407</sup> Advertimos que isto faz parte de uma proposta política e suas justificativas não abarcam a totalidade da sociedade. Haja vista que as autoridades políticas e administrativas desconsideraram as

<sup>405</sup> ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders...*, 2000, p. 166-167.

<sup>406</sup> Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850. Decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854. IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação...*, 2001, p. 112-133.

<sup>407</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p. 18.

hierarquias sociais contidas na mão de obra nacional livre, ou seja, o trabalho de pequenos lavradores com a produção de alimentos voltados para o mercado interno.<sup>408</sup>

Ademais com o teor da Lei de 1822 é preciso flexibilizar o entendimento quanto à aplicabilidade sendo notória a prática quebra de regras para favorecimento de sujeito com proeminência social e econômica. Promovendo um jogo de forças entre administração pública e correligionários de elites políticas. Portanto, a Lei de Terras de 1850 viria para corrigir as lacunas do fim da Lei de 1822 substituindo a concessão pela venda da terra. Ao mesmo tempo em que a Lei de Terras impediria, em certa medida, o poder de elites latifundiárias que agregavam mais e mais terras as suas propriedades por meio de agregados e outros em fundo de estâncias e fazendas. Tornou-se, segundo Zarth, um mecanismo elitista e mantenedor do *status quo* vigente.<sup>409</sup> Isto é, indiretamente inviabilizaria o acesso à terra por posse das elites, mas, ao mesmo tempo, excluiria a possibilidade de quem não detinha meios financeiros para compra de terras; fomentando o acesso da elite a compra.

A Lei de Terras de 1850 executada pelo Regulamento de 1854 determinou que são identificadas as “terras devolutas as não cultivadas em poder do Estado ou as posses não legitimadas”. Diante desta postura “o governo imperial” teve “que se preocupar em legitimar as antigas posses e medições, criar registros e títulos, além de enquadrar na nova ordem todo sistema de colonização vigente desde as primeiras décadas do século XIX”.<sup>410</sup>

Não entraremos nos meandros da Lei de Terras no que diz respeito a colonização, visto que a forma de aquisição das propriedades no Pinhal estivera relacionada com outro processo de ocupação diferente das colonizações nos moldes de Colônias Oficiais ou Privadas (de empresas). Para tanto o Regulamento de 1854 delegou a função dos assuntos pertinentes as terras à Repartição Geral de Terras Públicas vinculada ao Ministério e Secretária de Estado dos Negócios do Império para medir e registrar as posses.

---

<sup>408</sup> Ver, respectivamente, para RJ-SP-RS: MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história...*, 2009. MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos - os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1996. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999.

<sup>409</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno...*, 2002, p. 71.

<sup>410</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p. 21.

O processo de legitimação de terras na província do Rio do Sul, explica Christilino, dava-se por etapas que consistiam em: 1) os posseiros e concessionários precisavam declarar as terras nos registros paroquiais de sua freguesia em prazo determinado. Esta declaração gerou a fonte do Livro de Registros Paroquias de cada paróquia. 2) Ao encerrarem as declarações os livros dos registros paroquiais eram enviados à Repartição Especial de Terras públicas, um órgão que respondia diretamente ao presidente da província. 3) O presidente provincial nomeava os juízes comissários que seriam responsáveis pelos processos de *revalidação* e *legitimação* das terras de cada município. Foram poucos os processos de revalidação dos sesmeiros e demais concessionários para receber o título das terras. As quais poderiam conforme a legislação no Art. 23 serem utilizadas para legitimidade dos títulos concedidos como hipotecas. Embora, houvesse esta vantagem a maioria das ações encaminhadas dizia respeito a *legitimação de terras*, isto é, posses de terras de devolutas por ocupação primária.<sup>411</sup>

A legitimação de terras consistia em 1) fazer uma solicitação do processo ao juiz comissário local; 2) O juiz comissário nomeia dois peritos. Os quais, geralmente, eram personalidades conhecidas localmente para atestar a “Verificação de cultura efetiva e morada habitual”, ou seja, conhecer a área a legitimar, se havia plantações e residência estabelecida na posse anterior a vigência da lei, em 18 de setembro de 1850. A seu favor o legitimante poderia apresentar testemunhas no processo para validar suas informações. Após realizar a etapa 3) o juiz comissário indicava uma “comissão de medição formada pelo agrimensor, escrivão e ajudantes” que dariam o encerramento do processo. Para execução do processo fixavam editais em locais públicos, informando o lugar e datas para realização.<sup>412</sup>

O processo de *revalidação* ou a *legitimação* geraram os documentos conhecidos, na maioria das províncias, como “Autos de Medição” que são apenas uma parte do processo.<sup>413</sup> No caso de haver inconformidades nos exames das posses os posseiros que se localizassem no interior de áreas já legitimadas “poderiam requerer indenização pelas lavouras e benfeitorias que estivessem construído no local, por meio da nomeação de um árbitro”. O confrontante tanto podia solicitar um ressarcimento ou acordo com o legitimante ou recorrer a “um pedido de embargo à

---

<sup>411</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 244-245.

<sup>412</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 245.

<sup>413</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 15.

medição”. As solicitações e os autos do processo deveriam ser enviados à Repartição Especial de Terras Públicas para receber “o parecer do fiscal e do delegado, mais tarde do diretor-geral” e, assim, conduzidos para avaliação do presidente da província. O qual “poderia aprovar o processo, solicitar a ‘correção de faltas’ ou então anulá-lo. Caso o processo fosse aprovado pelo presidente, o legitimante obteria um título de propriedade”.<sup>414</sup>

O título da propriedade, apenas, estaria válido por completo se o posseiro, cumprindo a obrigatoriedade da lei no Art. 11, pagasse as Repartições Provinciais que o governo designasse o valor de 5\$000 réis de direitos de Chancelaria pelo terreno que não excedesse um quadrado de quinhentas braças por lado, e multiplicando o valor para cada quadrado a mais que a posse contiver; e 4\$000 réis de feição do título, sem mais despesas com selos.<sup>415</sup>

Contabilizamos o valor total de 9\$000 réis que o posseiro gastaria para obter o título de proprietário da terra. Impossível “contabilizar” os demais gastos com o tempo despendido para acompanhar o processo de revalidação e legitimação da terra entre dias deixados de trabalhar nas roças e demais benfeitorias

A Repartição de Terras Públicas, criada em 1855, transformou-se em Diretoria de Terras Públicas e Colonização, em 1872, e passou a proceder as análises de processos de legitimação de posses que “em sua grande maioria, relativos a posses em áreas florestais, terras cuja ocupação ou mesmo a simples apropriação estavam sendo contestadas” pelos “seus ‘possuidores’”, como salienta Christilino:

[Eles] buscavam a obtenção de um título de propriedade que conferisse legitimidade pública sobre o acesso a terras. Esses autos foram utilizados especialmente para as posses em área florestais da Serra e do Planalto, que eram fruto de ocupação recente e uma boa parte delas efetuadas ilegalmente após a promulgação da Lei de Terras em 1850.<sup>416</sup>

Os colonos do Pinhal estiveram embrenhados nas áreas florestais na serra, em direção ao planalto, e nas malhas dos processos legais de revalidação e legitimação de terras. Apesar do caso divulgado por Avé-Lallemant, em 1858, sobre as suspeitas que recaíram nas medições de terra de Kroeff serem antecipadas. Pois, o Auto de Medição de terras de Miguel Kroeff e Ana Maria Kroeff foi requerido, apenas, em

<sup>414</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 245.

<sup>415</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação...*, 2001, p. 114.

<sup>416</sup> CHRISTILINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império...*, 2010, p. 246.

16.08.1871.<sup>417</sup> Sendo que “a partir de 1854, todos os proprietários de terras foram obrigados a registrar suas posses nos prazos fixado pelos presidente de províncias”.<sup>418</sup> O que não era surpresa, porque Lei de Terras, em 1850, já definia a obrigatoriedade e sanções cabíveis:

Art. 8º. Os possuidores que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo governo serão reputados caídos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.<sup>419</sup>

A insistência da ilegalidade de “não-declaração de posse para registro implicava multas que deveriam variar, conforme o prazo, de 25 a 100 réis”.<sup>420</sup> Entretanto, uma situação duvidosa quanto as medidas estava ocorrendo nos processos feitos pelo agrimensor Otto Brinckmann<sup>421</sup>. Conforme aponta Ruppenthal no juramento feito por este agrimensor no “exame do ‘aparelho’, utilizado para realizar a leituras dos ângulos” nas medidas das áreas e desenho das plantas. “Comprovadamente tal tratava-se de um teodolito cuja precisão não ultrapassa a casa de 1/500. Significa dizer que haveria que ser introduzida uma compensação de certo valor angular, a fim de corrigir o valor medido”.<sup>422</sup> Destacando ainda o autor que:

Especificamente no caso destes lotes, quando medidos por Brinckmann, durante o exame, onde se verificava o funcionamento do instrumento pelos citados confrontante e árbitros, estava constando a declaração “o qual não se encontrava danificado, apenas com um desvio de agulha habitualmente em cerca de 6 graus e 30 minutos para leste”.<sup>423</sup>

Ao contrário, como afirma Ruppenthal, nenhuma planta deixou de ser elaborada ou recusada pela Repartição Especial de Terras Públicas. Todos os quatro

<sup>417</sup> AHRS, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff.

<sup>418</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p. 30.

<sup>419</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação...*, 2001, p. 114.

<sup>420</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p. 31.

<sup>421</sup> Otto Brinckmann, militar com a patente de Capitão, ex-*Brummer*, no batalhão dos mercenários alemães, conhecido por Os *Brummers*, contratados pelo imperador para lutarem pelo Brasil, 1851, na guerra contra Oribe e Rosas. Após a dispensa do batalhão comandado por Mallet, em 6 de julho 1852, viera a residir em Santa Maria, faleceu em 1903, deixando a descendência com os filhos Cândido e Adolpho Otto Brinckamnn. (PORTO, 1934, p. 199-201; NICOLOSO, 2013). Otto Brinckmann teve destaque social em meio a elite santa-mariense transmitindo essa herança aos filhos. Ver mais em: NICOLOSO, Fabrício. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013.

<sup>422</sup> RUPPENTHAL, Paulo Roberto. *A colônia alemã do Pinhal, século XIX...*, 2000, p. 17.

<sup>423</sup> RUPPENTHAL, Paulo Roberto. *A colônia alemã do Pinhal, século XIX...*, 2000, p. 17.

Autos de Medição que tiveram Otto Brinckmann como agrimensor continham no interior do processo de revalidação as plantas como também foram recebidos os títulos de propriedade.<sup>424</sup> Assim, não se sucedeu processo litigioso de conflito de terras na Colônia do Pinhal como na Colônia São Lourenço, fundada em 1856, próximo a Pelotas, no sul do RS, fundada pelo colono Jacob Rheingantz, *Empresa Rheingantz*, onde problemas fundiários entre a empresa e imigrantes alemães, sobretudo, com as medidas de agrimensuras geraram a abertura de inúmeros processos de contestação de posses.<sup>425</sup> Os conflitos agrários na Colônia em São Lourenço embora de interesse, intrinsecamente, pessoais apresentam apenas uma das múltiplas faces que a Lei de Terras detinha.

A própria implementação da lei não possibilitava as condições necessárias para aplicabilidade do processo. Os registros paroquiais de terras eram responsabilidades dos vigários, de cada paróquia, promover os ditames do exame das terras nas freguesias. O que esbarrava na falta de tempo hábil como na sobrecarga de atribuições administrativas que não competia como função de um clérigo. Desde a coleta das multas de não-declaração de posses, inclusive depois de registrar as terras enviar uma cópia do livro de registros paroquiais à Diretoria Geral de Terras. A situação chamou atenção do delegado da Repartição de Terras que em 1861 manteve expressiva correspondência com o presidente da província afim de sanar os problemas de cumprimento da legislação.<sup>426</sup> Kliemann ao analisar a correspondência descreve “os três pontos fundamentais” de tal entrave legal frente a realidade:

O registro das terras das freguesias surgidas após a lei, a cobrança de multas e o descompasso entre as ordens oriundas da presidência da província e a organização real da Repartição de Terras. A criação de novas freguesias depois de 1857 e o fato de muitas delas não possuírem vigários geraram atrasos nos registros e arrecadação de multas. A presidência da província estipulara como prazo último para o registro a data de 31 de dezembro de 1857, o que configura o total desconhecimento das possibilidades desse prazo ser cumprido pelas paróquias novas e pela Repartição.<sup>427</sup>

<sup>424</sup> AHRS, Auto de Medição, n. 134, 1862, Adolfo Kemmerich. AHRS, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy. AHRS, Auto n. 503, 1871, Jorge Scheffer. AHRS, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff.

<sup>425</sup> IEPSSEN, Eduardo. O agrimensor que media de menos: os conflitos agrários na Colônia de São Lourenço. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013, p. 92-116.

<sup>426</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p. 31.

<sup>427</sup> KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder...*, 1986, p. 31.



Esse foco na arrecadação de impostos por parte da província exigiu prazos inconcebíveis diante da dimensão agrária da província. O reflexo disso repercutiu em Santa Maria na queixa de Otto Brinckmann como agrimensor da Repartição de Terras Públicas em âmbito local. Como apresenta Nicoloso, na correspondência de Brinckmann e Patrício José Correia da Câmara, presidente da província, em 28.03.1863, na qual o agrimensor explica a necessidade de uma prorrogação de prazos, expandindo a data de 1º de junho para 17 de março de 1864, para que não sejam prejudicados tantos possuidores de terras para revalidação e legitimação<sup>428</sup>. Tais datas prorrogadas seriam novamente alteradas para fim de se cumprir todas as medições.

Haja vista que no Pinhal poucos foram os processos que ocorreram “completos”<sup>429</sup> pelos Registros Paroquiais ou pelo Juizado Comissário, seguido do Auto de Medição; sem ficar apenas nesta última parte do procedimento. Dois colonos do Pinhal assentaram suas terras no Livro de Registro Paroquial de Terras, de 1º de agosto de 1854, sobre a responsabilidade do vigário Antônio Gomes Coelho do Vale: Adão Noschang e João Frederico Schmidt. O lavrador Noschang, em 29.03.1856, declarou ser “senhor e legítimo possuidor de huma gleba de terras de cultura, sita na Serra Geral, no Distrito desta Freguezia” a qual continha 50 braças, de frente, por 500 braças, de fundo.<sup>430</sup> A qual fazia divisa pelo norte com cume da serra e pelo sul com Vacacaí Mirim; pelo leste com as terras pertencentes a Israel e pelo Oeste com as terras do colono Felipe Fuchs.

O lavrador Schmidt se apresentou na residência do Vig.º, em 27.06.1856, e disse também que possuía “huma posse de terras de mato cultivado no centro da Serra Geral desta Freguezia” na medida de 200 braças, de frente, por 300 braças, de fundo. Dividindo-se pela frente com Camillo de Souza Leal e pelo fundo com as terras de André Mineiro; sendo o lado esquerdo confrontado por Joaquim Carpinteiro e pelo lado direito o mesmo Camillo.<sup>431</sup>

Diferentemente destes, os colonos Jacob Albrecht e Jacob Adamy preferiram requerer ao Juizado Comissário a revalidação de suas posses. Em 22 de dezembro de 1862, fizeram requerimento ao juiz comissário Geraldo Alves Damasceno ambos

<sup>428</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 40.

<sup>429</sup> Algumas datas de requerimentos aos juizados comissários estão com anos divergentes dos Autos de Medição ou são outros requerimentos.

<sup>430</sup> APERS, Registro Paroquial de Terras - Santa Maria - 1854, n.134, Adão Noschang.

<sup>431</sup> APERS, Registro Paroquial de Terras - Santa Maria - 1854, n. 212, João Frederico Schmidt.

Jacob Albrecht, e sua mulher, e Jacob Adamy, e sua mulher, sendo remetido juntamente os autos de medição.<sup>432</sup> Novamente os colonos citados e suas esposas fazem novo requerimento ao juiz comissário na data de 23.05.1863.<sup>433</sup> Ambos requerimentos não constavam com seus respectivos Autos de Medição. O que pode indicar que os requerimentos correspondem a dois daqueles Autos, conforme o Quadro 3. Ou os requerimentos dizem respeito a outros pedidos, tornando ainda maior quantidade de revalidações de posse. Uma vez que o Juizado Comissário de Santa Maria estaria pedindo novamente para o presidente da província novas prorrogações, em 03 de novembro de 1866, bem como outrora fizera Brinckmann, para dar continuidade as medições:

Estamos a findar-se a prorrogação de seus mezes ultimamente concedida a este municipio para proceder a medição de terras adquiridas por posses sujeitas a legitimações, viu por sesmarias e outras concessão do Governo Geral ou Provincial que estão sujeitas á revalidação, corre-me o dever de impetrar de V. Ex.<sup>ca</sup> uma nova prorrogação de prasos a fim de que alguns possuidores de terras sujeitas á legitimação e revalidação que, o por circunstancias independentes de sua vontade ainda não poderão cumprir com o preceito da lei, posso legitimar suas posses, ou revalidar suas concessões.<sup>434</sup>

Dos 26 colonos que constavam apenas 5 colonos (5 por Autos de Medição) realizaram legalização de suas posses transformando-se em proprietários (Quadro 3). Havia o Registro Paroquial de 2 colonos, contudo o registro paroquial de terras não conferia título de propriedade, era apenas um passo em direção a legalização. Juntando-se a aqueles colonos, Jorge Schaeffer e sua esposa Maria Eva Schaeffer os quais tinham posses no Pinhal, mas não foram inclusos no relatório de Normann. Apesar do baixo índice de colonos que fizeram Auto de Medição ou Registro Paroquial de Terras não é exato afirmar que não se tornaram proprietários, anos depois, ou migraram novamente em busca de novas e mais terras para divisão entre os herdeiros.

---

<sup>432</sup> Of. datado em Santa Maria da Boca do Monte, 22/12/1862, do juiz comissário, Geraldo Alves Damasceno ao Pres. Prov. Firmino de Assis Pereira Rocha. AHRS, CL, TP, JC, Santa Maria.

<sup>433</sup> Of. datado em Santa Maria da Boca do Monte e Distrito de S. Martinho, 23/05/1863, do juiz comissário, Geraldo Alves Damasceno ao Pres. Prov. Esperidião Eloy de Barros Pimentel. AHRS, CL, TP, JC, Santa Maria.

<sup>434</sup> Of. datado em Santa Maria da Boca do Monte, 03/11/1866, do juiz comissário, Geraldo Alves Damasceno ao Pres. Prov. Esperidião Eloy de Barros Pimentel. AHRS, CL, TP, JC, Santa Maria.

### Quadro 3 – Revalidação ou legitimação de terras pelos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal

Auto nº	Medintes	Data do Requerimento	Data do Título	Revalidação ou Legitimação	Local	Área (ha)
134	Adolfo Kemmerich e Catharina Kemmerich	13/01/1862	26/12/1872	Revalidação/ compra	Centro da Serra Geral, distrito de Santa Maria	280,72
240	Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht; Jacob Adamy e Catharina Adamy	02/08/1862	20/08/1873	Revalidação/ compra	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta	73,05
302	Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht; Jacob Adamy e Catharina Adamy	08/08/1862	28/06/1873	Revalidação/ compra e legitimação/ posse	Serra do Pinhal, na Boa Vista, 1º distrito de Santa Maria	363,00
303	Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht; Jacob Adamy e Catharina Adamy	23/05/1862	20/08/1873	Revalidação/ compra	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho	1.696,20
304	Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht	24/11/1862	28/06/1873	Revalidação/ compra	Serra dos Campestres, centro da Serra Geral, município de Santa Maria	153,56
445	Jacob Adamy e Catharina Adamy	26/02/1870	16/05/1873	Revalidação/ compra	Serra Geral, Pinhal - Rincão do Erval	676,39
503	Jorge Schaeffer e Maria Eva Schaeffer	08/09/1871	03/07/1873	Legitimação/ posse	Pinhal, centro da Serra Geral, 1º distrito de Santa Maria	58,11
546	Miguel Kroeff e Ana Maria Lenz Kroeff	16/08/1871	05/10/1875	Revalidação/ compra e legitimação/ posse	Centro da Serra Geral, na margem direita do arroio, 1º distrito de Santa Maria,	43,34
1009	Martin Zimmermann e Henriqueta Catharina Zimmermann	30/09/1878	04/09/1878	Revalidação/ compra	Rincão do Pinhal, Município de São Martinho	701,42

Fonte: AHRs, Auto n. 134, 1862, Adolfo Kemmerich. AHRs, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 302, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 303, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 304, 1862, Jacob Albrecht. AHRs, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 503, 1871, Jorge Schaeffer. AHRs, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff. AHRs, Auto n. 1009, 1878, Martin Zimmermann.

Os colonos que mais requereram medição de posses (5 Autos) foram os casais Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht e Jacob Adamy e Catharina Adamy. Na maioria dos Autos de Medição foram a revalidação de terras já compradas consistindo apenas um exclusivamente por apenas legitimação de posse, isto é, comprovar que esteve habitando o lugar de terras devolutas, anterior ao vigor da lei. Ou até mesmo próprio processo podia ser por parte da família uma estratégia de expansão e apropriação.

Todos requerentes comprovaram *Cultura efetiva e morada habitual* em terras na região do Pinhal. Destes requerentes selecionamos alguns para configuração agrária das colônias. Adolfo Kemmerich e sua mulher Catharina Kemmerich afirmaram

que eram possuidores de suas terras de matos no centro da Serra Geral por escritura de compra feita em 15 de abril de 1850.<sup>435</sup>

Os vários Autos requeridos juntamente por Albrecht e Adamy referem-se as diversas transações de terras que fizeram no Pinhal. Jacob Albrecht e sua mulher Maria Eva Albrecht e Jacob Adamy e sua mulher Catharina Adamy afirmaram serem possuidores de umas terras de matos de cultura na Cachoeira do Pinhal por compra no ano de 1856 de Manoel Alves Pereira, primeiro ocupante.<sup>436</sup>

A época da compra acontecera com mais um sócio. No dia 18 de julho de 1856, em Santa Maria da Boca do Monte compareceram no cartório as partes vendedoras, Manoel Alves Pereira, capitão cirurgião-mór, e sua mulher Dona Senhorinha Alves da Conceição; e compradores, Miguel Kroeff, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.<sup>437</sup> A venda consistia na:

Fazenda denominada Cachoeira do Pinhal, sita na serra geral da Freguesia de São Martinho, municipio da Cruz Alta, a saber digo Municipio da Villa da Cruz Alta, a saber, uma legua quadrada, mais ou menos, de terras, faxinaes, pinhal e mattos, com cazas de moradia coberta de telhas, dividindo-se pelo Norte com campos da fazenda do Tenente Coronel João Baptista de Mello por um lajeado, pelo sul pela antiga picada denominada do Pinto que se vem para esta Freguesia; [...] [é] huma chácara com um quarto de legua de frente e meia desta de fundos com as confrontações seguintes, devido se pelo sul por uma restinga de mattos com terrenos de Joaquim Elias de Moraes, e com posses de Camillo dos Santos Leal, pelo Norte com uma posse de que o vendedor no anno de mil oito centos e cincoenta e dois [1852] fez doação sendo solteiro ao Tenente Coronel João Antonio da Silva Cezimbra; pelo Leste com terrenos devolutos; e pelo Oeste com toda a largura da capoeira com um pedacinho de mattos devolutos e com terras pertencentes a Boaventura José dos Santos até aonde faz devisas com as referidas terras de doação: Idem uma posse com a extensão de um quarto de legua de frente digo largura e meia dita comprimento, pouco mais ou menos, dividindo-se pelo Norte com campos e um capão de mattos pertencentes a Antonio Rodrigues Barcellos, subindo pelo arroio denominado assude até encontrar a com a devida da Fazenda do Pinhal que foi do Tenente Coronel José Baptista de Mello, pelo sul com os respectivos terrenos de doação ao Tenente Coronel Cezimbra principiando da costa do arroio assude aonde fas [...] uma alta cachoeira subindo por este [...] arroio acima até onde encontra os terrenos de Boaventura dos Santos, continuando a devisa com a mesma até as cabeceiras do dito arroio e seguindo a rumo direita ao Oeste até encontrar na tapera onde derruba e por este tapume até a esta velha que para os terrenos que passava por terrenos do falecido alemão Nicolau [...].<sup>438</sup>

<sup>435</sup> AHRS, Auto n. 134, 1862, Adolfo Kemmerich.

<sup>436</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>437</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>438</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

Não é especificado o motivo da venda da Fazenda Cachoeira do Pinhal pelo casal embora o ambiente de conflitos pessoais e administrativos entre Manoel Alves Pereira e Francisco de Paula e Silva, conforme presenciemos no capítulo 2 “Caminhos cruzados: a estrada do Pinhal”, o tenha feito procurar novas paragens que ameaçadoras como a que se instaura para ele no Pinhal.

Esta vastíssima área que Kroeff, Albrecht, Adamy compraram em conjunto, mas que apenas os dois últimos pediram revalidação da posse. Porque, tão logo Kroeff e a esposa já venderiam sua parte na Fazenda da Cachoeira do Pinhal pelo valor de 2:000\$000 de réis.<sup>439</sup> Ainda no mesmo ano Albrecht e sua mulher declararam ser “senhores e possuidores de suas terras de mattos de cultura que compreendem duas posses anexas ou contíguas” compradas na “Serra dos Campestres” de Ten. Cel. Niederauer Sobrinho, Major José Alves Valença que também obtiveram de outros primitivos posseiros, José Reis Bueno e José Francisco Lopes.<sup>440</sup>

Em 1870, Adamy e sua esposa revalidaram terras de matos e campos “na Serra Geral no lugar denominado Pinhal, Rincão do Erval” que haviam por compra e necessitavam medi-las devido confinar com terras devolutas.<sup>441</sup> Neste processo podiam dobrar a extensão possuída, avançando sobre terras devolutas na medição. A revalidação e legitimação das terras de matos, em 1871, por Kroeff e sua esposa é devido “confinar com terras devolutas, afim de não só obterem titulo legal de sua possessão, como também o equivalente das terras Nacionaes devolutas que haverem continuas a sua posse”. Sendo o título legal da posse “por compra a André Weber” estando “cuja chacara com todas as benfeitorias” localizada “na Serra Geral” pela quantia 204\$000 réis. Da mesma forma que declarou possuir entre os bens de raiz uma posse de matos “no lugar denominado Arroio Grande” que obteve por compra de Vicentão Castelhana “já medida e demarcada pelo juiz comissario e por não ser registrado em tempo competente, fizemos” essa “declaração em consequencia do despacho”.<sup>442</sup>

Como “são senhores e possuidores de uma parte de mattos”, o casal Martin Zimmermann e a esposa Henriqueta Catharina, “neste Destricto, na Serra Geral, no lugar denominado - Rincão do Pinhal - o qual se divide por um lado por um lajeado

<sup>439</sup> AHRS, Auto n. 303, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

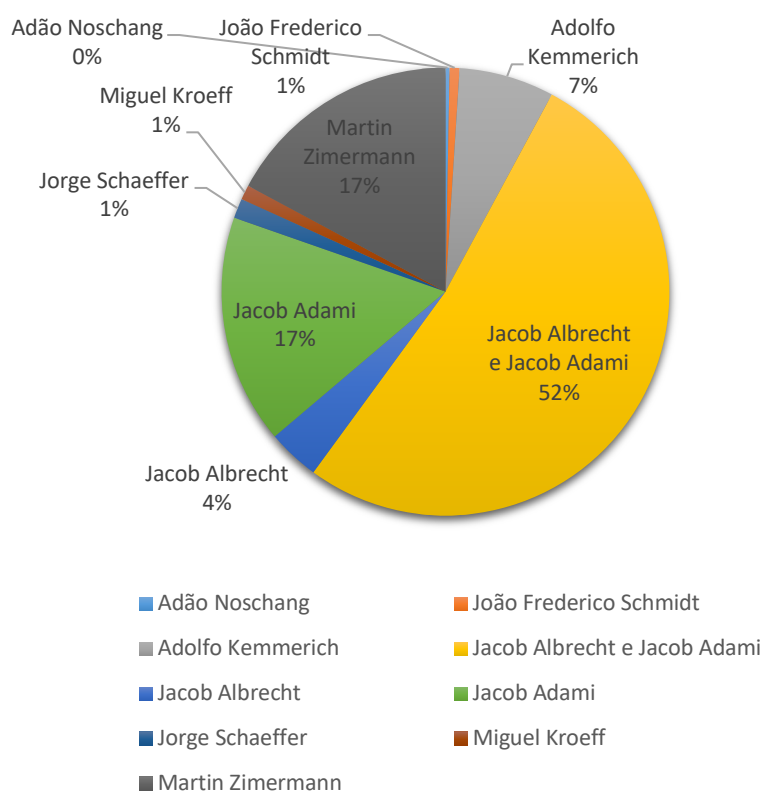
<sup>440</sup> AHRS, Auto n. 304, 1862, Jacob Albrecht.

<sup>441</sup> AHRS, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy.

<sup>442</sup> AHRS, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff.

que serve de devisa com terrenos do Barão do Ibicuihy” e também “por outro pela picada de antiguidade que vae ao rumo das tres barras”. A compra de terras foi o que possibilitou a revalidação. O transmitente foi João José dos Santos e sua mulher Dona Joanna dos Santos, moradores do Rincão do Pinhal pelo pagamento de 150\$000, em 23 de novembro de 1877.<sup>443</sup> Através da junção dos Registros Paroquiais de Terras e dos Autos de Medição analisados conseguimos nos aproximar apenas da concentração fundiária dos 7 colonos com terras no Pinhal, mas não da totalidade da região do Pinhal. Fazendo a ressalva que não se pode confiar na extensão declarada nos Registros Paroquiais de Terras devido a fragilidade pericial com que eram feitos.

Gráfico 4 – Concentração fundiária entre os colonos no Pinhal (1856-1878)



Fonte: APERS, Registro Paroquial de Terras - Santa Maria - 1854, n.134, n. 212. AHRS, Auto n. 134, n. 240, n. 302, n. 303, n. 304, n. 445, n. 503, n. 546, n. 1009.

Do total dos 4.086,92 hectares de área de terras revalidada ou legitimada Albrecht e Adamy, em conjunto, como sócios, concentram 52% (2.132,25 ha). Individualmente, a concentração da área tem Zimmermann 17% (701,42) Adamy 17% (676,39 ha) e com os menores índices Noschang 0% (12,1 ha) Kroeff 1% (58,11 ha).

<sup>443</sup> AHRS, Auto n. 1009, 1878, Martin Zimmermann.

A diferenciação destas áreas implicará nas condições futuras de permanência dos herdeiros na *pequena propriedade privada* (25 a 30 ha) na manutenção da família camponesa sem que haja a atomização e, a consequente, a enxamagem para novas áreas em busca de mais terras.

Caberia relativizar a condição socioeconômica de tais colonos devido demonstrarem terem boas finanças acumuladas, advindas de suas antigas colônias. E, ainda, sob a referência da pequena propriedade de colonização alemã, a um lote de 25 hectares, como base de desenvolvimento de famílias de cunho camponesa. No Pinhal os imigrantes tiveram acesso à terra por meio da compra e posse com um tamanho, mínimo de quase duas vezes maior que 25 hectares. Entendemos os colonos do Pinhal como camponeses e, muito mais próximos dos lavadores nacionais, como refere-se Farinatti, do que do próprio grupo étnico.

Entretanto sobre isto consta um debate proposto por Márcio Antônio Both da Silva no que tange a condição de lavrador nacional analisada por Farinatti, na região de Santa Maria, como proprietários de extensões de terras superiores a 1000 hectares.<sup>444</sup> Silva tem, por sua vez, a definição de pequena propriedade no século XIX, a partir de Zarth, na extensão de um lote menor que 41 hectares para compreender os caboclos no Planalto da Província. Então, a crítica que Silva é:

A constatação de Farinatti deve ser vista com olhos críticos, pois pensar um camponês proprietário de uma extensão tão vasta seria dar a palavra “camponês” uma “abertura” muito grande, a qual pode descaracterizar o próprio objeto de estudo. Assim, para o trabalho que aqui está se desenvolvendo toma-se como ponto de partida para definir a noção de camponês a pequena propriedade, embora para o contexto e para o tipo de agricultura praticada pelos caboclos, como argumenta Farinatti, 1000 hectares não represente ser uma grande extensão, acredito que a posse legítima de tal extensão de terras rouba do dono o seu caráter camponês, mesmo que não a explorasse em toda sua extensão. Portanto, o que está em discussão é uma questão de conceitos.<sup>445</sup>

A crítica é equivocada porque Farinatti na pesquisa não equivaleu todos os lavradores nacionais a camponeses.<sup>446</sup> Apenas averiguou que havia em Santa Maria lavradores nacionais como camponeses e outros que não eram camponeses. O equívoco dá-se porque Silva interpreta ambos lavrador nacional e camponês como sinônimos no trabalho de Farinatti.

<sup>444</sup> SILVA, Márcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa...*, 2004, p. 104.

<sup>445</sup> SILVA, Márcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa...*, 2004, p. 104.

<sup>446</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999.

A conclusão de Silva após refletir a crítica é de validar o caboclo como lavrador nacional, porque o mesmo se encontrava no grupo social entre o imigrante e o estancieiro. Podendo através de grande extensão continuar com a cultura cabocla de relação com a terra. Por fim, segundo o autor, “é importante se questionar sobre a possibilidade da existência de diversas categorias de lavradores nacionais.”<sup>447</sup>

Relembramos, que conceitualmente nos orientamos por Seyferth para apreender os colonos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal como camponeses. Sendo assim o tamanho da extensão das propriedades não os desconceituaria porque o que os tornava o que eram é: a propriedade familiar como unidade básica da produção, do consumo e da vida social camponesa. As necessidades são providas, a maior parte, pelo cultivo da terra orientado pelo ciclo anual específico de cada cultura a ser trabalhada pela mão de obra familiar. O modo de vida em pequenas comunidades, remetendo a aldeias, emanando elementos tradicionais intrínsecos ao grupo. E, por fim, a condição de sujeito a alguma forma de dominação externa da comunidade camponesa seja cultura, política e econômica que o desfavoreça.<sup>448</sup>

A concentração de grandes extensões de terras apenas os condicionaria a um desprendimento da tradição camponesa no decorrer das gerações. Similarmente como ocorre a desagregação a partir da atomização da pequena propriedade impossibilitando aos herdeiros viverem do trabalho agrícola na terra herdada. Então, mesmo a quantidade de terras estando acima de 25 hectares permanecemos compreendendo os colonos como camponeses e os lotes como pequenas propriedades com toda sua carga de sentido.

A historiografia da imigração e colonização alemã por certo período homogeneizou o grupo étnico dentro um padrão de desenvolvimento socioeconômico os contemplando apenas no horizonte de riqueza. Logo, exclui-se do grupo étnico as famílias alemãs que não correspondesse ao modelo pré-estabelecido. A nossa pesquisa tem demonstrado conjuntamente com outros estudos que há diferentes categorias sociais de famílias alemãs tornando múltiplas as faces da imigração e colonização alemã.

Na relação à qual dispomos consta o nome do(s) morador(es), ano do Auto de Medição/Registro Paroquial e o local em que confronta, preservamos a localização

---

<sup>447</sup> SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa...*, 2004, p. 104-105.

<sup>448</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 12. SEYFERTH, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa...*, 1985.



conforme consta na fonte. Dividimos a relação em dois quadros: “Alemães e teuto-brasileiros confrontantes com terras no Pinhal”, com 17 moradores (Apêndice B) e “Nacionais confrontantes com terras no Pinhal”, com aproximadamente 33 moradores (Apêndice C). Certamente que essa quantidade de habitantes confrontantes com as terras viera a engrossar a densidade demográfica no Pinhal (Anexo C) que, provavelmente, intensificava o cotidiano na região da Serra Geral atravessada pela estrada do Pinhal.

Os Autos de Medição e o Registro Paroquial de Terras demonstraram que os colonos do Pinhal se inseriram em uma área de concentração agrária de lavradores nacionais, conforme o Apêndice C e como já apresentou Farinatti na sua pesquisa sobre a região de Santa Maria.<sup>449</sup> Logo, a população de alemães e teuto-brasileiros do Pinhal estava circundada por nacionais. E, assim, as famílias colonas nas suas pequenas propriedades, posses revalidadas e/ou legitimadas, no Pinhal utilizaram as terras para o cultivo de suas plantações.

### 3.4 ALI O FOGO DA LAVOURA CORRÓI MATAS: SEMEANDO A TERRA

Desde a imigração das antigas colônias, ao leste, ao centro da província, na região de Santa Maria onde há a Serra Geral do Pinhal, o deslocamento até o local da colônia comprada e assentamento da família toda a alimentação é mantida com víveres trazidos. O início nas matas como verificamos é dedicado ao assentamento com alguns dias destinados para desbravamento com machado, limpeza das capoeiras, galhos e troncos, concomitante, a construção da choupana e as plantações. Como estas primeiras semanas e meses foram dedicados a organização na pequena propriedade a alimentação que já é precária fica comprometida beirando a miséria.

No caso das Colônias Privadas de particulares a situação é agravada porque não existe o subsídio do Governo Imperial nas Colônias Oficiais, nos primeiros tempos de colonização, com auxílio de ferramentas e dinheiro (para compra de mantimentos, sal, pólvora e algum tecido). As dificuldades alimentares para os imigrantes recém-chegados eram penosas nos dez primeiros anos das colônias que na Colônia de São Leopoldo, no período de 1825 a 1830, os colonos à espera de resultados das

---

<sup>449</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999.

plantações se tornavam totalmente dependentes do recebimento de \$160 réis, no primeiro ano, e \$80, no segundo ano, de subsídios dados pelo governo para subsistência familiar.<sup>450</sup> Diferentemente daqueles “que se dirigiam às colônias provinciais ou privadas” que “precisavam prover seu sustento e o de seus familiares pelos próprios meios”.<sup>451</sup>

E, mesmo, nestas “os relatórios oficiais escondem a dura realidade dos recém-chegados que parecem não contar com a suficiente solidariedade dos colonos estabelecidos há mais tempo”, assim, explica Cunha sobre um ofício datado em 24 de outubro de 1853 do diretor João Martin Buff da Colônia de Santa Cruz, que enviou “uma petição de cem colonos da picada Rio Pardinho” que “necessitam de pelo menos um ano de subsídios oficiais para se arranjam” porque “vivem de esmolas, e já tendo vendido seus trastes e roupas demoram em se acostumar com o trabalho na mata”.<sup>452</sup>

Situações desoladoras ocorreram porque o colono “geralmente está desprovido de dinheiro e munido de poucos e impráticos (sic) conselhos de trabalho, em vasto círculo apenas poucos moradores, de sorte que mesmo por dinheiro não se encontra os meios necessários à sobrevivência.<sup>453</sup> Mesmo que haja ênfase “o uso da moeda é limitado”, frisa Cunha, “e parece ser maior no primeiro ano de estabelecimento de cada unidade, quando ainda não existe a produção e os alimentos precisam ser comprados de comerciantes”.<sup>454</sup>

Diante das condições que se encontravam, explica Bublitz, que muitos colonos não se furtaram de invadir o matagal em busca de frutas e animais, “munidos de espingardas e facões, os colonos passaram a organizar caçadas floresta adentro, atirando em qualquer coisa que se mexesse”, assim “em grupo, os homens se embrenhavam na mata atrás de carne para o almoço e jantar, muitas vezes com a ajuda de conhecedores da região, como caixeiros viajantes e tropeiros”.<sup>455</sup>

Nas caçadas entre às presas abatidas estavam jaguatiricas, veados, marrecos e perdizes as quais eram ostentadas pelos caçadores, inclusive uma criança segurando uma espingarda, em fotografias na zona de colonização em Santa Cruz.<sup>456</sup>

<sup>450</sup> BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical...*, 2010, p. 87-88.

<sup>451</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 48.

<sup>452</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 105-106.

<sup>453</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 62.

<sup>454</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 140-141.

<sup>455</sup> BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical...*, 2010, p. 88.

<sup>456</sup> Ver: Imagens – A caçada - parte I e II. BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical...*, 2010, p. 89-90.

A autora dimensiona as proporções do desequilíbrio ambiental que a colonização alemã causou, principalmente na fauna, ressaltando que:

A caça generalizada e intermitente afetou a reprodução de espécies locais, causando até mesmo a extinção de algumas delas, como a onça, e não se restringiu aos primeiros anos das colônias. Se muitos animais eram mortos por razões alimentícias, outros padeciam por invadir e muitas vezes destruir as plantações dos colonos. Esse foi o caso, por exemplo, da anta e do bugio, considerados inimigos dos milharais. Outras espécies também ficaram ameaçadas ou chegaram mesmo à extinção por motivos indiretos. Desmatamento, pecuária, lavoura e habitações humanas provocaram alterações no ecossistema, comprometendo a preservação da fauna e da flora locais.<sup>457</sup>

Para alguns imigrantes dos Pinhal foi, na verdade, um recomeço nas matas, pois já traziam consigo um primeiro contato de colonização nas florestas subtropicais. Daquelas dificuldades enfrentadas nas colônias de onde saíram devem ter convertido em experiência para a nova colonização. Entretanto, isso não evita os rigores do recomeço na mata do Pinhal, mas, ao menos em tese, os pormenoriza. Numa situação de escassez de alimentos, como fizeram seus conterrâneos nas outras colônias, os colonos do Pinhal devem ter reagido da mesma maneira, ou seja, não se furtariam em prover suas mesas com os animais da fauna da serra no Pinhal.

A pequena propriedade de mão de obra familiar que se caracterizou pela policultura teve um sistema de plantio rudimentar. A forma dos imigrantes alemães interagirem com a terra no cultivo das plantações não inseriu nenhum método agrícola europeu. Pelo contrário, o imigrante adaptou a técnica tradicional de plantação usada pelos nacionais: o sistema de coivara<sup>458</sup>. A coivara consiste na derrubada prévia da vegetação de porte mais fino do terreno ateando-se fogo, ao mesmo tempo, que as chamas ardem as ramagens, galhos e raízes, as cinzas sobrepostas ao solo são absorvidas naturalmente como adubo.

Aparentemente apesar de simples o sistema exige um manejo adequado do sistema que envolve atenção com uma breve secagem da folhagem verde, orientação do vento e a umidade do ar. Se a vegetação ainda estiver verdoenga haverá não só

<sup>457</sup> BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical...*, 2010, p. 88.

<sup>458</sup> Não faremos iserção do conceito de caboclicização. Pois, como destaca Seyferth “o termo caboclicização é frequentemente usado pelos estudiosos da colonização alemã por causa da utilização pelos colonos da técnica de derrubada - queimada para preparar a roça. Diz-se, então, que o colono alemão ficou caboclicizado. O uso do termo pode levar a interpretações errôneas, principalmente se levarmos em conta o contexto global da colonização”. SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 56.

a dificuldade na continuidade do fogo como também uma queima superficial. Um período de seca é o mais apropriado para a queimada com um vento que espalhe bem as chamas. Contudo, se área arroteada for próxima a choupana, o vento forte para uma direção indesejável poderá ocorrer um desastre sob o casebre. Do contrário um tempo seco tendendo para o úmido pode haver uma precipitação ao longo do(s) dia(s) e a chuva não permitirá o prosseguimento da queimada. Uma vez que as estações, o clima, as fases da lua, isto é, a natureza em si, são os únicos norteadores da vida camponesa no mundo rural da colonização.<sup>459</sup> E como exposições sobre a exploração agrícola foram necessárias. Na ausência delas muitos colonos, como Umann relata a própria experiência e dos vizinhos, gastaram tempo e trabalho passando estado de penúria junto das famílias:

Uma grande carestia em consequência da seca que no ano anterior motivara uma mísera colheita. Os poucos mil réis que alguns conseguiram trazer e que pensavam empregar na aquisição de instrumental agrícola, precisavam ser gastos dentro em breve na compra de comestíveis. E depois? Sim, depois veio a penúria e o mais estritamente necessário foi pedido emprestado junto a colonos mais antigos, para ser devolvido na próxima safra. Também esta saiu muito mal, pois não houve mais dia propício para a coivara, por causa das chuvas contínuas que caíram após o desmatamento. Alguns, cheios de impaciência, faziam arder as roças desmatadas e ainda não murchas, com o que estragavam tudo. Também nós quatro vizinhos havíamos desmatado nossas roças, e não pudemos aguardar tempo favorável à coivara. Colocamos fogo cedo demais, pelo que trechos do roçado queimaram mal ou nem pegaram fogo. Eu particularmente tive grande prejuízo, em tempo e na colheita.<sup>460</sup>

<sup>459</sup> Nas áreas de colonização alemã na América do Sul e no Rio Grande do Sul, iniciou a circulação em 1855 até 1941, de um impresso de formato específico – *Kalender* (almanaque ou anuário). Na evolução e propagação da imprensa o almanaque (*Kalender* ou *Jahrweiser*) iria orientar a vida nas colônias com um tipo de produção cultural impressa, uma brochura anual, com linguagem verbal e não-verbal, com objetivo informativo, de entretenimento e formação de leitores. O calendário estava composto de três partes internas: o calendário, a prática e a seção dedicada às leituras em sentido restrito. Embora o calendário constituísse a parte central como seção permanente do almanaque desde quando surgiu, localizava-se nas páginas iniciais da publicação, apresentando anualmente: o ano ordenado em dias/semanas/meses, fases da lua, dias dedicados aos santos, datas festivas e todo tipo de informação no que diz respeito à divisão do tempo. A prática reunia informações de cunho geral e de utilidade pública, não sendo uma estrutura fixa no interior do calendário. No surgimento dos primeiros almanaques esta seção denominava *prognosticon*, divulgando dados diversos como: a previsão do tempo, do qual os camponeses dependiam; informações sobre possíveis pestes, fomes, acontecimentos ameaçadores; períodos favoráveis para sangria, purgação, o banho e o desmame das crianças. Nas leituras em sentido restrito englobava os vários gêneros e formas literárias para abarcar o maior número possível de leitores. GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (*Kalender*) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 48-90. Ver mais em: DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração & imprensa...*, 2004.

<sup>460</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 55.

“A técnica agrícola dos colonos alemães” para preparar a terra, a roça, descreve Roche consiste em quatro operações: derrubada, queimada, plantação e capina.<sup>461</sup> A derrubada da mata e secagem da vegetação e, se necessário, novo corte da vegetação secundária. Seguido da queimada dos galhos amontoados e troncos caídos. A plantação ou as sementeiras, procedimento mais simples, na qual sob a camada de cinzas a pouca profundidade do solo são depositados os grãos, tubérculos ou a planta da mandioca, a cana-de-açúcar, o fumo. E a capina, ato de capinar, é o preparo da terra, montar uma segunda cava as culturas quando o solo após a queimada não está frouxo suficiente para semear contendo muitas raízes.

Nas áreas florestais Leo Waibel<sup>462</sup> distinguiu três principais técnicas de preparo da terra que formariam estágios do desenvolvimento da paisagem agrícola: o sistema da primitiva rotação de terras, sistema de rotação de terras melhorada e rotação de culturas combinadas com a criação de gado.<sup>463</sup>

Para Léo Waibel A técnica da coivara com o “sistema de roça ou capoeira” é uma “agricultura nômade ou itinerante” após o cultivo do solo por alguns anos é procurada outra área para dar início a nova roça deixando a anterior em descanso até criar vegetação secundária, o que perfaz o primeiro estágio de “sistema de rotação de terras”.<sup>464</sup> No segundo estágio de sistema de rotação de terras melhorada há a introdução da força animal com o arado, aplicação do estrume animal ao solo e rotação de culturas. E no terceiro estágio está a rotação de culturas em campos arados e adubados.<sup>465</sup>

Tanto Roche e Seyferth consideram a subdivisão entre sistema de rotação de terras primitivas e melhorada como não relevante, porque a rotação melhorada ocorreu logo em seguida ao início das colônias sem apresentar avanço nenhum na técnica agrícola, além do arado.<sup>466</sup>

Dependo da cultura a ser plantada a técnica oferece até três colheitas nesse processo exaurindo rapidamente o solo, uma vez que área que agricultável é de 1/3 da colônia, pelo terreno ser acidentado, pedregoso ou de campo. O uso de

<sup>461</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 286.

<sup>462</sup> SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 28, n. 1, 25-41, 2002.

<sup>463</sup> WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XI, Abril-Junho, n. 2, p. 159-222, 1949.

<sup>464</sup> WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil..., 1949, p. 180.

<sup>465</sup> WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil..., 1949.

<sup>466</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 289. SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 57.

instrumentos agrícolas como o arado e grade acabou por afetar o terreno, pois as águas das chuvas provocaram, mais facilmente, a erosão e a retirada do *húmus* do solo. Isto atrelado a forma como foi criada a área agricultável que acarretou na expressão *Rabbau*, exploração depredativa<sup>467</sup>, cultivo exaustivo, de rapina<sup>468</sup>.

Pode-se encontrar uma diferenciação de sistema quase como o de rotação de terras melhorado, quando o colono é obrigado pelas condições impostas da área “cujos troncos e raízes já apodreceram ou que já não oferecem dificuldades para o desmatamento (depois de 12-15 anos) podem ser trabalhados, e o são, com arado”.<sup>469</sup> Embora o solo continue a não receber adubo e os cultivos das plantas permaneçam as mesmas, por determinado período. Os adubos foram rechaçados mesmo com a insistência dos aconselhamentos nos jornais e almanaques, aos colonos, não surtiram efeito esperado nos processos de cultivos, afirma Roche, o “emprêgo de estrume” se restringiu a “alguma zonas” e “culturas compensadoras do fumo e da batata-inglesa. Quanto ao enterramento de adubo verde, é ainda ignorado na maior parte das colônias”.<sup>470</sup> Então, segundo Seyferth, a pequena propriedade da família camponesa fica distribuída da seguinte maneira:

O lote de 25 hectares não permitia que o pousio das terras em capoeira fosse muito longo. Os limites da propriedade e o fato da superfície desta ser em grande parte de terrenos acidentados, fez com as terras de mata primitiva acabassem em cerca de uns vintenas, voltando o colono a cultivar as áreas cobertas de capoeira e vegetação secundária. Nesse sentido, toda a poupança do colono visava à compra de mais terras, pois 25 hectares apenas não seriam suficientes para mais de uma família. Deixando de lado a seqüência cronológica dos tipos de técnica agrícola empregados na área colonial, tomaremos agora a propriedade já em pleno funcionamento. Olhado em conjunto, o lote colonial estava, assim dividido: cerca de 40% das terras destinavam-se à lavoura; 15% a 20% a pastagens, 10% de terreno baldio, cuja capoeira era novamente queimada após cinco ou seis anos de descanso e a terra novamente cultivada. A parte restante, geralmente montanhosa [do vale do Itajaí] e imprópria para a lavoura, continuava coberta de mato virgem. Próximo à picada ficavam a casa, o estábulo, o rancho para armazenagem temporária dos produtos agrícolas e para guardar as ferramentas, o galinheiro e uma horta. Depois é que se sucediam as diversas roças.<sup>471</sup>

Ao esboçar uma prova de como o colono avança mata adentro na Colônia de Santa de Cruz Avé-Lallemant acaba por sintetizar de que modo a agricultura foi iniciada em toda a colonização alemã no Rio Grande do Sul: “Ali ressoa o machado

<sup>467</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 288.

<sup>468</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 58.

<sup>469</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 58.

<sup>470</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 289.

<sup>471</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 60.

na floresta, ali o fogo da lavoura corrói matas até então indômitas”.<sup>472</sup> Apesar de tratar das técnicas agrícolas Roche verifica criticamente que:

No ciclo *derrubada – queimada – plantação – capoeira*, que recomeça regularmente em cada roça, e como essa repetição é catastrófica, eis a definição que no parece convir-lhe mais exatamente: *agricultura temporária e periódica da queimada*. Assim, nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul como no resto do Brasil, ‘foi a caixa de fósforo o instrumento de cultura favorito’.<sup>473</sup>

Quando Avé-Lallemant deixa Santa Maria direcionando para serra, em direção ao Pinhal, a vista a cena emblemática sinônimo da agricultura na região, seja efeito das lavouras de nacionais<sup>474</sup> e/ou de colonos alemães:

Aqui a floresta sofreu desesperadamente do ferro e do fogo. De pé ou caídos se vêem, à esquerda e à direita, troncos carbonizados, horrível quadro da feroz destruição com que, quase em toda parte, começa a agricultura no Brasil. Consola ver imediatamente ao lado, o verde jovem que, com bem cuidadas plantas de cultura, brota entre os montes de cinza e montanhas de carvão.<sup>475</sup>

É nesta paisagem que estão inseridas as plantações das colônias do Pinhal. A produção de alimentos pela colonização alemã Rio Grande do Sul foi muito vasta nas pequenas propriedades policultoras variando ao interesse do colono. Descrevê-las todas desfocaria do nosso objetivo, então demonstraremos um panorama geral e um apontamento específico no que tange aos cultivos da Colônia do Pinhal. Assim, tentamos organizar a plantação das diversas culturas, conforme Theodor Amstad apresenta, por período de plantio.<sup>476</sup> Para melhor explicarmos estes períodos nos baseamos na estrutura proposta por Seyferth nos diagramas dos ciclos agrícolas anuais.<sup>477</sup> Em suma, convertemos períodos de plantio/colheita das policulturas no RS a partir de ambos autores, inserimos os dados do Relatório de Felipe de Norman das culturas plantadas e colhidas dentro daqueles períodos para analisarmos a produção

<sup>472</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 169.

<sup>473</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 288. Grifo do autor.

<sup>474</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999.

<sup>475</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 217-218.

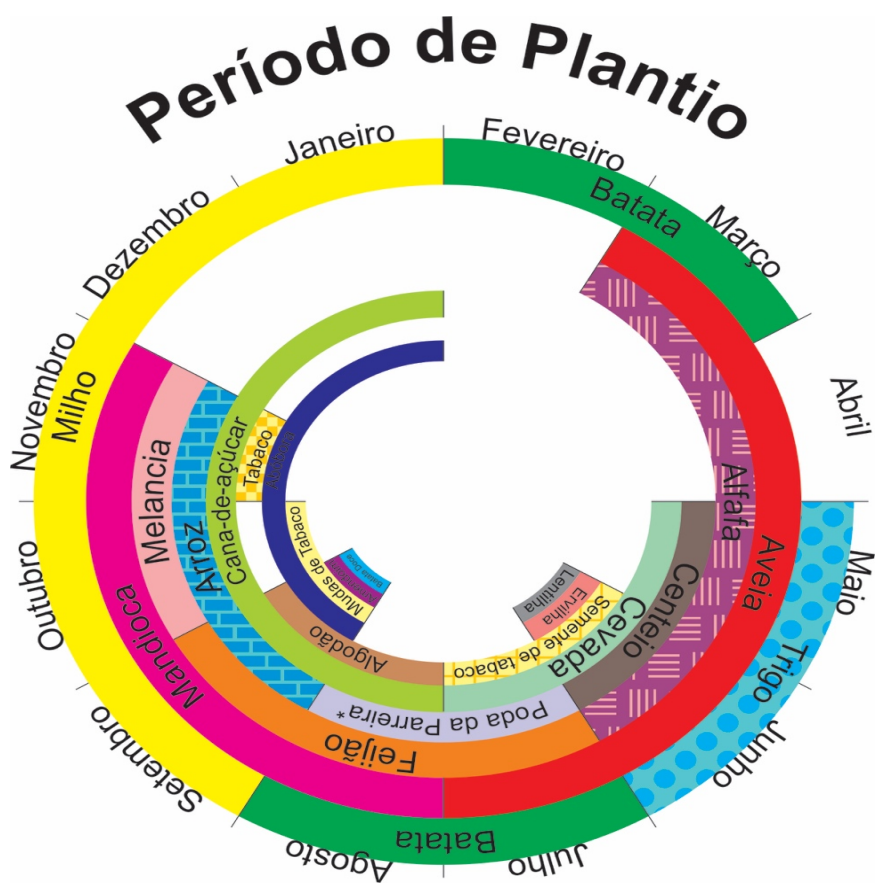
<sup>476</sup> O quadro “Sinopse dos períodos de plantio e colheita” discrimina plantio e colheita estamos a tratar de uma fase agrícola, o plantio, logo a segunda fase a colheita será inclusa no próximo capítulo. AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1999, p. 227-229.

<sup>477</sup> “Diagrama I - ciclo agrícola anual: plantios” e “Diagrama II - ciclo agrícola anual: colheitas”. SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 63.

agrícola inicial na Colônia do Pinhal, em 1858. Como fica disposto, no Gráfico 5, o período de plantio anual, no Rio Grande do Sul o qual apresenta as culturas que tem condições de serem plantadas. Porque a perspectiva do colono, nos conta Umann, é organizar a colônia para ter condições do quanto antes iniciar o plantio:

A maioria, apenas começando quer desanimar quando as mãos estão feridas e cheias de bolhas, mesmo assim, é preciso continuar o trabalho, por mais que aperte a dor. Não há outra alternativa para o pobre colono senão reprimir o sofrimento e trabalhar, trabalhar e novamente trabalhar, até que a primeira roça esteja queimada e plantada e a primeira choupana provisória erguida, de maneira que se possa pela primeira vez dormir sob telhado próprio.<sup>478</sup>

Gráfico 5 – Período de plantio anual: Rio Grande do Sul



Fonte: AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul...*, 1999, p. 227-229.

As terras cultivadas no Pinhal (Tabela 5) correspondem 58% de mato, 31% de mato e campo e sem registro consta área de campo. Os colonos no Pinhal deram preferência as áreas florestais para agricultura. Contendo as maiores áreas cultivadas

<sup>478</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 62-63.



de mato os colonos Jacob Albrecht, curtidor, e João Frederico Schmidt, lavrador ambos com 72,6 ha e a menor área de mato cultivada 2,42 ha de Gustavo Praetky, lavrador. Em se tratando em terras de mato e campo Felipe Fuchs, criador de abelhas, com 38,72 ha e a menor João Koch, curtidor, com 1,12 ha. Os tipos de área de cultivo sem registro, todas as três, são apenas campos indicando que tais áreas não têm procura para lavoura, talvez, tenham para cultivo de uma horta e criação de pequeno rebanho de animais. Tanto é que os proprietários dos campos não têm um estreito vínculo de subsistência com a terra: Miguel Kroeff e João Gettems, 38 anos, casado, são negociantes; e Adão Gettems, 37 anos, casado, ferreiro. “Os artesãos estabelecidos na vila da Brusque, e que se dedicavam especificamente ao artesanato”, Seyferth salienta que relegaram “a agricultura a um segundo plano (carpinteiros, ferreiros, oleiros e pedreiros), teoricamente teriam condições de acumular capital (mesmo em escala reduzida)”.<sup>479</sup>

Tabela 5 – Hectares de terras cultivadas no Pinhal

<b>Tipos de área cultivada</b>	<b>Qtd de propriedades</b>	<b>Total de tipos de área cultivadas (ha)</b>
Mato	15	342,672
Campo	3	sem registro
Mato e Campo	8	139,15
Total	26	481,822

Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

Embora isto não constituísse um padrão, porque havia outros colonos com ofícios que detinham grandes extensões de terras cultivadas, mesmo não sendo lavradores. Parece estar invariavelmente ligado as estratégias de cada família. Apesar de Syferth apontar que a dedicação do artesão ocorra no tempo em que está desocupado da lavoura (dias de chuva, aguardando a colheita): “Na maior parte da colônia o artesanato também era considerado trabalho secundário, feito nas horas em que folgava o trabalho na roça e afins”.<sup>480</sup>

Considerando a pequena propriedade destinada a policultura no sul do Brasil com o tamanho médio dos lotes de 25 a 30 hectares o sistema de rotação de terras

<sup>479</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 117.

<sup>480</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 80.

torna-se basicamente inviável porque ser excessivamente pequena, de acordo Waibel. Por isso, o autor apresenta o *minimale Ackernahrung*, à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a uma família agricultora um padrão econômico decente. O *minimale Ackernahrung* deve ser entre 55 e 65 hectares de terra boa e entre 80 e 105 hectares de terra ruim. Se ficar restrito a 25 hectares numa rotação de terras muito curta e cultivar a capoeira cada 6, 5, 3 anos resultará no esgotamento do solo com as colheitas descrendo e estagnando economicamente.<sup>481</sup>

Como verificamos para o Pinhal a concentração fundiária, estaria centrada em poucos colonos os quais detêm a condição *minimale Ackernahrung*. Haja vista que das 26 propriedades 62% (16) tiveram área cultivada menos que 25 hectares sendo apenas 27% (7) com área maior que 25 hectares. Fazemos a ressalva que 12% (3) estão sem registro de dados.

---

<sup>481</sup> WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil..., 1949, p. 195-196.

Quadro 4 – Categoria sócio-profissional por colono, no Pinhal

Nome do(a) colono(a)	Categoria sócio-profissional
Felipe Fuchs	criador de abelhas
Felipe Schirmer	curtidor
Martinho Zimmerman	curtidor
João Koch	curtidor
Jacó Albrecht	engenho de serrar madeira
Adão Gettems	ferreiro
Elisabetha Rezer	lavadeira
João Adão Noschang	lavrador
Felipe Niederhauer	lavrador
João Fredrico Schmidt	lavrador
João Schmidt	lavrador
Adolfo Kemmerich	lavrador
Fredrico Dreier	lavrador
Luiz Kranchenberg	lavrador
Gustavo Praetzky	lavrador
Jacó Adamy Filho	lavrador
Daniel Gehm	lavrador
Jacó Adamy	lavrador
Pedro Schreiner	lavrador
Frederico Jacobus	lombilheiro
Miguel Adamy	marceneiro
José Guilherme	mineiro
João Conrado Scherer	negociante
Miguel Kroeffer	negociante
João Gettems	negociante
Carlos Laidner	pedreiro
Jacó Rezer	sapateiro
Henrique Burmann	Sem registro

Fonte: Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

De qualquer maneira o rendimento do lote não está condicionado, apenas, a quantidade de filhos, tamanho da propriedade, ao *minimale Ackernahrung*, mas a categoria sócio-profissional de cada colono. Pela maneira a qual o colono está mais habituado a trabalhar será como se dedicará a propriedade. Não há como definir como profissão, pois inexistia capacitação de profissões no século XIX. Ainda que tivessem recebido na Europa, aqui na Província não é condizente nomear profissão em nosso entender. Nesse sentido estarão empenhados para que possam atingir a rentabilidade desejada desenvolvendo outras atividades mais afeitas ao momento vivido.

No Pinhal, haviam 12 categorias sócio-profissionais: (1) criador de abelhas, (3) curtidor, (1) engenho de serrar madeira, (1) ferreiro, (1) lavadeira, (12) lavrador, (1)

lombilheiro, (1) marceneiro, (1) mineiro, (3) negociante, (1) pedreiro e (1) sapateiro (Quadro 4).<sup>482</sup> Estas categorias foram retiradas do relatório de Felipe de Normann. Ofício de lavar roupas de outras famílias mais abastadas não é um trabalho excêntrico, muito pelo contrário, consiste numa forma bem comum de trabalho para as mulheres do século XIX e primeira metade do século XX. A lavadeira Elisabetha Rezer teve o ofício anotado no relatório de Normann, porque era chefe de família, no estado de viúva, com filhos necessitando de sustento no lar. Auxiliando a mãe no sustento da casa estava o filho homem mais velho Jacó Rezer, 26 anos, que exercia ofício de sapateiro depois de ter cultivado os 29,04 hectares de mato e campo da propriedade na companhia da irmã Elisabetha, 27, e dos três irmãos.

Embora na Colônia do Pinhal 46% dos chefes de família fossem lavradores, como já ressaltamos a família toda colaborava na lavoura. Se nem os artesãos dedicavam-se integralmente aos seus ofícios, uma vez que alguns ofícios são bem mais requisitados, com os lavradores não fora diferente. No vale do Itajaí, Seyferth destaca o “trabalho acessório” como uma maneira de não ficar ocioso nos períodos agrícolas de pouco trabalho dinamizando a divisão do trabalho pelo período de plantio (Gráfico 5) e colheita anual:

O trabalho na roça ocupava praticamente todo o ano, embora em certos meses diminuísse o suficiente para permitir que o chefe da família ou um dos filhos adultos deixassem a propriedade em busca do **trabalho acessório, principalmente na abertura de estradas e picadas, no trabalho este era pago em dinheiro** pela administração e, por isso mesmo, muito procurado pelos colonos.<sup>483</sup>

Igualmente, como Seyferth explica, o trabalho acessório é relatado por Umann, no Rio Grande do Sul, como forma de adquirir dinheiro, lembrando que os colonos da Colônia Santa Cecília, não recebiam auxílio provincial:

Inicialmente nós desmatamos e queimamos os primeiros roçados, construímos a primeira choupana provisória na qual podíamos nos abrigar. Milho e outros cereais estavam plantados, algumas galinhas e um ou vários porcos adquiridos, por compra ou permuta. A maioria de nós não possuía dinheiro para compras e por isso oferecia as melhores peças do vestuário trazido da Europa por preço irrisório, pois era preciso adquirir as primeiras e indispensáveis cabeças de gado. **Quando tudo estava encaminhado até**

<sup>482</sup> Pellanda apresenta “14 lavradores” e o Relatório de Presidente de Província “2 ferreiros” “todos os mais são lavradores”. Ambos não consideram ofício como destaque da única mulher. PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul...*, 1925, p. 176. RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1859, p. 46.

<sup>483</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 64. Grifo nosso.

**este ponto, cabia dirigir-se ao trabalho de estrada**, afim de que pudéssemos levar os produtos de nossa safra até o mercado comprador. Desde o início esta atividade ocorreu satisfatoriamente entre nós.<sup>484</sup>

Há uma nota da tradutora das memórias do imigrante Umann, Hilda Agnes Hübner Flores, em “trabalho de estrada” anotando que “o Governo Provincial fazia estradas intermunicipais, empregando trabalho remunerado dos imigrantes, ficando o alargamento e conservação das estradas interioranas inteiramente por conta dos colonos”.<sup>485</sup> Isto demonstra como pouco a pouco os colonos vão organizando as pequenas propriedades coloniais e adquirindo bens semoventes, evidenciando que trabalhar ia além das próprias colônias. Na estrada do Pinhal, não há nas fontes dos Relatórios dos Presidentes de Província o trabalho dos colonos na estrada.<sup>486</sup>

A segunda categoria sócio-profissional que abrange 11% dos colonos são os negociantes com suas vendas: João Conrado Scherer, Miguel Kroeff e João Gettems. A venda é o estabelecimento comercial que centralizava as transações comerciais “o *locus* do mercado: as trocas e as vendas se realizavam entre uma pessoa que detinha nas mãos os mecanismos que regulam as transações (o vendeiro) e os proprietários de cada lote (os colonos), individualmente”. O que beneficiava o vendeiro porque “o mecanismo de mercado se identifica pelo controle que o vendeiro exercia sobre os preços dos bens e serviços”.<sup>487</sup> A venda realizava o comércio em pequenas quantidades, pois colono tinha condições de vender ou trocar os produtos agrícolas colhidos na sua colônia e retirar com o vendeiro os bens de consumo necessários para a família. O vendeiro também armazenava os produtos agrícolas dos colonos próximos como as mercadorias que não havia na área.<sup>488</sup> Para além do foco de negócios “de fato, as vendas constituíram-se numa das peças-chave para o desenvolvimento da Colônia alemã”, frisa Witt, “foram, sem dúvida, um *locus* colonial privilegiado, onde vendeiro e freguês negociavam, repartiam novidades e tomavam partido nas mais diversas situações”.<sup>489</sup> “As lojas eram uma mistura de residência,

<sup>484</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 66. Grifo nosso.

<sup>485</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 107.

<sup>486</sup> Seria necessário uma pesquisa mais apurada sobre o trabalho acessório dos colonos do Pinhal na dita estrada, porque se os Relatórios de Presidente de Província não contém as manutenções da estrada do Pinhal após determinados anos, é provável que, os consertos estivessem administrativamente sob a supervisão dos municípios de Cruz Alta e/ou Santa Maria. O que destinaria as fontes para os arquivos locais.

<sup>487</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 96.

<sup>488</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 96.

<sup>489</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 276.

posto de trocas, botequim e ponto de reunião e em nada diferem das suas congêneres de outras áreas de colonização alemã”.<sup>490</sup>

Por isso, os vendeiros não se limitaram apenas ao comércio e monopólio dos transportes e preços, eram estes negociantes que financiavam e exploravam a pequena indústria advinda da lavoura: engenhos, atafonas e serrarias. Iniciar a construção de um empreendimento desse porte necessitava mão de obra especializada a qual o vendeiro se dispunha a financiar desde que a colheita futura estivesse empenhada. Dessa maneira a venda detinha a função de oferecer crédito e guardar a poupança dos colonos.<sup>491</sup>

O viajante Avé-Lallemant conheceu Kroeff, pois afirmou que: “prometera fazer uma visita a um alemão, Miguel Kröff, que possuía uma terra perto de Santa Maria e ali fundara uma, pequena colônia alemã”. Descreveu que “a região chama-se Pinhal – ‘*Fichtelgebirge*’ [montanha alemã, na Francônia, Baviera] – como chamam os alemães jocosamente aquele distrito, por causa dos pinheiros brasileiros, as araucárias, que li em parte, formam as matas”.<sup>492</sup>

Relata que foi “à casa do alemão Kroeff” lhe “pedira, em Santa Maria, que o visitasse”.<sup>493</sup> Demonstra que o negociante mantinha contato com Santa Maria e estaria ele comprando mercadorias para trazer para a sua venda? No Pinhal, espanta-se Avé-Lallemant sobre a colônia de Kroeff: “o asseio da casa e do pequeno estabelecimento comercial era verdadeiramente surpreendente, mas inteiramente em harmonia com os moradores. Lá passei o dia, e sem dúvida, com isso não perdi tempo”.<sup>494</sup> O ano é 1858 e o negociante Kroeff tem além da casa um pequeno estabelecimento comercial o qual é a ligação da Colônia do Pinhal com mundo fora dela. Pois, ao receber a visita do viajante obteve todas notícias sobre os lugares da província por onde Avé-Lallemant esteve. Se a venda de Kroeff era surpreendente e em harmonia com os moradores deveriam as casas próximas das outras colônias assemelhar-se a loja do vendeiro. Entretanto, ao conhecer o Pinhal, não fora mencionado se havia mais vendas, uma vez que havia mais dois negociantes, Scherer

---

<sup>490</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 107.

<sup>491</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 109-110.

<sup>492</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 217.

<sup>493</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 218.

<sup>494</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 218-219

e Gettems. Mas, dependendo do tamanho “cada picada podia abrigar mais de uma dessas vendas”.<sup>495</sup>

Sendo 11% das categorias sócio-profissionais estavam os curtidores: Felipe Schirmer, Martin Zimmerman e João Koch. Esses curtidores eram responsáveis pela produção de selas e arreios, as selarias, que proporcionavam a montaria de cavalos e mulas. Das selarias surgiu a atividade ligada aos calçados e de moldar o couro para transforma-lo nestes produtos (botas, chinelas, tamancos e sapatos).<sup>496</sup> Os 4% restantes com 1 indivíduo por categoria, mas menos não menos importantes: pedreiro, sapateiro, mineiro, lombilheiro, engenho de serrar madeira, marceneiro e ferreiro.

Todas estas categorias sócio-profissionais detinham uma grande valia no interior das colônias. Com os ferreiros há o surgimento de ferrarias contribuía com os implementos agrícolas nas lides diárias: facões, facas, foices, machados e pás. Nas ferrarias também se ferravam os cavalos e mulas.<sup>497</sup> Atrelada aos sapateiros, consertos e produções botas, estava o lombilheiro que aproxima-se do curtidor por confeccionar em couro o lombilho parte de assento as sela de montaria. Engenho de serrar ou serrarias compõe a fabricação de tábuas para construção de casas e galpões e a marcenaria o quadro de artesanato de madeira – os móveis.

O que orientou os colonos no Pinhal ao semear a terra foram os tipos de disponíveis de culturas de acordo com o mês e se havia tempo hábil para o plantio. As culturas disponíveis pelo período estão relacionadas no, já referido, período de plantio anual, no Rio Grande do Sul (Gráfico 5). Pois, o período de plantio anual, na Colônia do Pinhal, é apenas o reflexo daquelas culturas escolhidas.

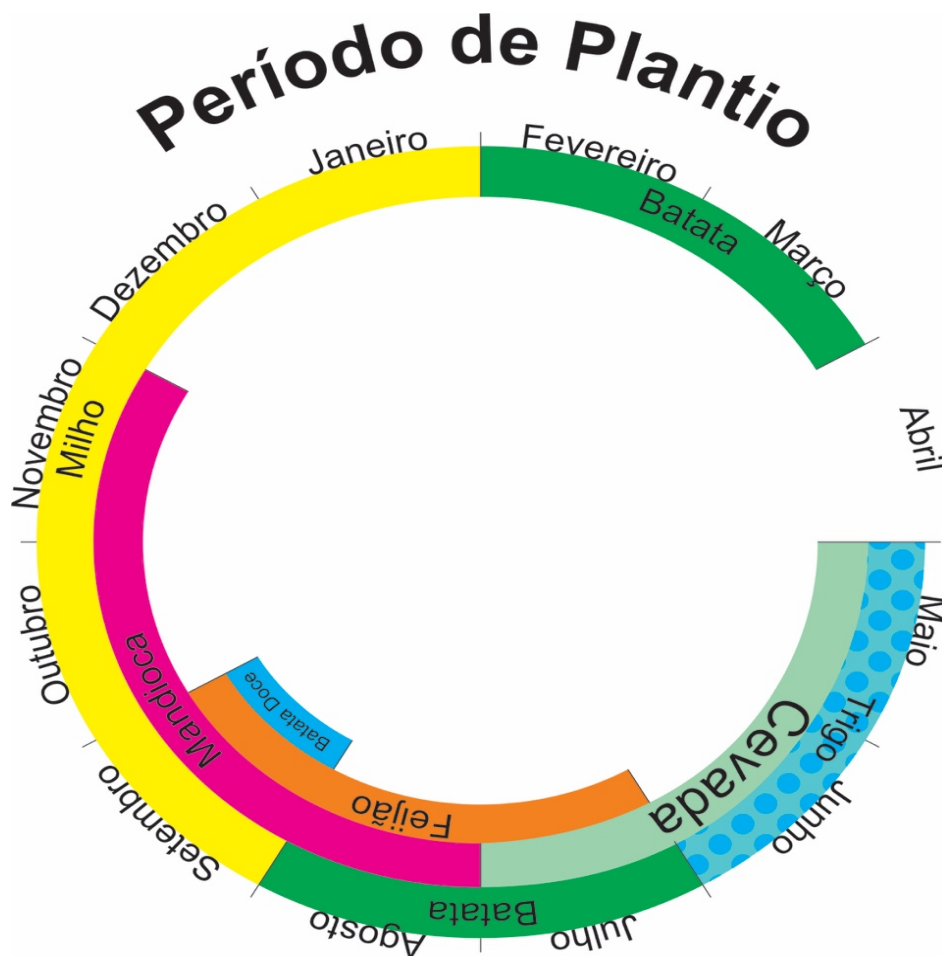
---

<sup>495</sup> DREHER, Martin Norberto. Considerações sobre a história da família imigrante..., 2014, p. 307.

<sup>496</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã...*, 2014, p. 141.

<sup>497</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã...*, 2014, p. 141.

Gráfico 6 – Período de plantio anual: Colônia do Pinhal - 1858



Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colônia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

No Pinhal, em 1858, as culturas plantadas na pequena propriedade policultora foram: batata inglesa/batata-doce, cevada, feijão, mandioca, milho e trigo. Nos produtos da agricultura alemã, Roche divide em dois grupos as culturas: especialidade das colônias e as que desempenharam um papel acidental ou secundárias. Produtos Secundários (gêneros alimentícios/plantas têxteis, oleaginosas e produtos diversos) e Principais Produtos Agrícolas (culturas industriais/culturas “de subsistência”).<sup>498</sup>

Nessa perspectiva, os produtos plantados pelos colonos do Pinhal encaixam-se nos Produtos Secundários/gêneros alimentícios: trigo, cevada; os Principais Produtos Agrícolas/cultura de subsistência: batata inglesa/batata-doce, feijão, mandioca e milho.

<sup>498</sup> ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 244-264.



Tabela 6 – Culturas plantadas no Pinhal - 1858 e 1859

<b>Culturas plantadas</b>	<b>Qtd plantada (saca) - 1858</b>	<b>Qtd plantada (saca) - 1859</b>
Feijão	8 2/5	9 5/8
Milho	22 1/2	17 3/4
Batata	98	221
Trigo	2 5/8	1 7/8
Cevada	1 4/9	1 3/4
Total	133	262

Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65. RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1859, p. 46.

Das culturas plantadas pelas famílias, no Pinhal, temos em maior quantidade batata (98 e 221 sacas) e milho (22 ½ e 17 ¾ sacas)<sup>499</sup>, respectivamente, 1858 e 1859, como as culturas de subsistência dos colonos. A plantação não se reduz a estas culturas apenas. Era comum o trabalho continuar, paralelamente, nas pequenas propriedades com a plantação de hortaliças e legumes numa horta trabalhada pelas mulheres e crianças:

Além da roça, próximo à casa e repetindo o hábito do camponês alemão, reservava-se um trecho de terreno para plantar a horta, onde cultivavam legumes (cebolas, pepinos, rabanetes, ervilhas, nabos cenouras, couves, repolhos, couve-flor, tomates, vagens, etc.) para o consumo doméstico. De acordo com observações da época, a produtividade das hortas excedia muito as necessidades de consumo da família. Assim, os produtos da mesma eram também utilizados como alimento para os animais (porcos, galinhas) principalmente porque a distância dos mercados consumidores e a impossibilidade de armazenagem impediram a venda de excedente. Certas árvores frutíferas também eram plantadas próximo à casa e se destinavam ao consumo doméstico, entre elas a laranja, a tangerina, o pêssego, o limão, a goiaba, o figo e, ainda frutas como morangos, abacaxis, melancias, e etc., também eram cultivadas, seja na horta ou na roça.<sup>500</sup>

Os pomares de frutas nas terras que constam na *Morada Habitual* dos colonos no Pinhal têm: Adamy um pomar com laranjeiras, limeiras, macieiras, marmeleiros e pessegueiros; Jorge Scheffer um pequeno pomar com pessegueiros, marmeleiros e outras árvores frutíferas e Kroeff diversas árvores frutíferas.<sup>501</sup>

<sup>499</sup> Fizemos a conversão da medida contida nas fontes de alqueires para sacas para dar uma melhor dimensão de análise. 1 Alqueire = 4 quartas = 36,4 l e 2 alqueires = 1 saca. Logo, 1 Saco = 2 alqueires = 72,8 l. Ver mais em: Apêndice de *Conversão de Medidas*.

<sup>500</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 64.

<sup>501</sup> AHRs, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 503, 1871, Jorge Schaeffer. AHRs, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff.

Como plantio, colheita, são processos cíclicos enquanto o colono esperava a colheita, nos dias de inverno e chuva se melhorava a primeira casa, as choupanas. É o momento que “a mata virgem aos poucos se tornou mais rala. Pastagens (potreiros) foram demarcadas; construíram-se as primeiras moradias de madeira, com tábuas falquejadas pelos próprios colonos” que “a população jovem já podia se divertir dançando sobre o chão de tábuas, em vez de pisotear, como até aqui, a mãe terra com os pés descalços.”<sup>502</sup>

Outro modelo de construção de habitação, maior e sólida, com o telhado de tabuinhas (madeira lascadas), paredes sustentadas com caibros na qual os vãos são preenchidos por ripas tramadas com barro era chamada de *Lehmhaus* (casa de barro).<sup>503</sup>

A diferenciação entre esses modelos de casas baseava-se na oferta de madeira disponível em cada área de colonização e a influência da cultura do imigrado (renanos, pomeranos).<sup>504</sup> Como a região do Pinhal possuía não só grande quantidade como também variedades de árvores, isto é, madeiras de vários tipos: “Esta colônia está situada em boas terras de cultura, e possui excelentes madeiras como seião, o ipé, o louro, o cedro, o angico, a cabriuva, a grapiapunha e o pinheiro”.<sup>505</sup> A segunda etapa da moradia do colono no Pinhal, dever ter seguido utilizando como matéria-prima, apenas, a madeira:

A segunda casa, ainda grotesca e improvisada pois às pressas substituiria a precária choupana inicial, o colono, que não tinha problemas com madeira de lei e que já então contava com serviço de serraria, mandava cortar postes, vigas, tábuas e tudo mais necessário, e erguia uma construção maior, com finalidades múltiplas: estrebaria no térreo posterior (costume europeu, onde o gado concorria para aquecimento, no inverno), no paiol e galpão para guarda de carroça e instrumentos agrícolas. Na cumieira, inclinada à semelhança dos telhados europeus açotados pela neve, a residência da família. Poucas aberturas. Divisões internas separavam as dependências de serviço (cozinha-refeitório amplo) da sala de dormitórios.<sup>506</sup>

A nova casa, de madeira, tinha um caráter muito funcional e totalmente voltado a praticidade agregando a todos e a tudo que dizia respeito ao lote rural. Uma característica que predominou ainda na casa de madeira foi a cozinha e área do fogão

<sup>502</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 60.

<sup>503</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 141-142.

<sup>504</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura rural da imigração alemã...*, 1987, p. 109-117.

<sup>505</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1859, p. 46

<sup>506</sup> FLORES, Hilda Agnes Hübner. *A canção dos imigrantes...*, 1983, p. 145.

sem assoalho para evitar incêndios com fagulhas e brasas. “Quando uma nova cozinha surge, bastante espaçosa e com chão de terra batida, é comum economizar-se o trabalho de serrar os troncos. Toras inteiras são trazidas à cozinha, onde às vezes ardem dias inteiros”. Pois, “nas longas noites de inverno jovens e velhos aquecem os pés antes de se deitarem. Cada um lembra com prazer quão agradável é sentar-se em volta do fogão quando há entre os presentes um hábil prosador”.<sup>507</sup>

Figura 8 – Casa de madeira, em Santa Emília, Venâncio Aires, RS



Fonte: FLORES, Hilda Agnes Hübner. *A canção dos imigrantes...*, 1983, p. 145.

Desbravando o Pinhal o viajante Avé-Lallemant descreve a vegetação: “De tarde fizemos uma excursão à floresta. Andamos a cavalo por uma meia hora através de uma região de campos. [...] sobre nossas cabeças, as grandes araucárias perfumavam o ar”, confirmando o uso das madeiras para a fabricação de moradias, “apeamo-nos e penetramos na floresta. Com toda a majestade erguiam-se em torno de nós as princesas da floresta. Muitas, das maiores, tinham sido abatidas e consumidas na construção de casas e em tábuas”.<sup>508</sup> As árvores deveriam tem

<sup>507</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 64-65.

<sup>508</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 219.

passado pelo engenho de serrar<sup>509</sup> do colono Albrecht; as tábuas, lascas de ripas, serviam para o feitiço de residências, telhados, cercas e galpões. A confecção de móveis estaria, localmente, atribuída ao marceneiro Miguel Adamy, 22 anos, filho de Jacob Adamy.

Algumas casas já dispunham de telhas nas coberturas como a casa descrita na *Morada Habitual* de Albrecht e Adamy consta que tinham nas suas terras uma excelente casa de telhas com cercados e benfeitorias como um engenho de serra, engenho de trigo e casa para curtume.<sup>510</sup> Posteriormente, quando teria negociado com Albrecht sua parte naquela colônia, em 1870, Adamy tinha uma residência no lugar denominado Rincão do Erval, no Pinhal, uma casa coberta de telhas.<sup>511</sup>

Isso só era possível porque a madeira disponível estava presente em quase todas as 26 propriedades dos colonos no Pinhal, além das já citadas, tinham outras qualidades de árvores como canjerana e timbaúva. Podemos definir a cobertura vegetal das terras florestais no Pinhal contendo: angico (11%), cabriúva (9%), canjerana (9%), cedro (14%), ipê (13%), “imensidade de ipê” (5%), grapiapinha (5%), louro (14%), Pinheiro (2%), timbaúva (5%), campo (4%), campo com pouco mato (1%) e “poucas madeiras de lei/matoss já muito devastados” (8%).<sup>512</sup>

As propriedades com poucas madeiras de lei porque os matoss já estavam muito devastados são de Felipe Schirmer, curtidor; Elisabetha Rezer, lavadeira; João Frederico Schmidt, lavrador; Felipe Fuchs, criador de abelhas; João Schmidt, lavrador e Adolfo Kemmerich, lavrador; suas propriedades não constam com alguma daquelas árvores demonstrando 100% de desmatamento nas suas colônias.

Nesses lotes a vegetação que não sucumbiu ao machado e ao fogo para plantações foi porque tinha outras utilidades. A extração de madeiras para comercialização como os ipês, duráveis e de utilização geral; os cedros, sem nós tem qualidade conhecida; os angicos, caules leves e requisitado, pela marcenaria como também as canjeranas, madeira vermelha, leve e de textura porosa apreciada pela marcenaria pela cor e por facilmente absorver o verniz e o pinheiro (araucária) que oferece o fruto pinhão e é preferido para tábuas.<sup>513</sup>

<sup>509</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>510</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>511</sup> AHRS, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy.

<sup>512</sup> A porcentagem está definida pela presença das categorias de vegetação sobre as propriedades. Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

<sup>513</sup> BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Terra de promessa...*, 2006, p. 56.

Tendo em vista que na Colônia do Pinhal haviam 3 curtidores e estando inclusive um deles, o curtidor Fuchs, com as terras sem mais mata nativa. É válido ressaltar que vários foram biomas destruídos tanto pela agricultura utilizada pelos colonos alemães amparada nas queimadas quanto pela a inicial indústria nas colônias (curtumes, olarias, cervejarias, destilarias e serrarias) movidas com energia da biomassa das florestas.<sup>514</sup> Após o assentamento dos colonos camponeses nas matas do Pinhal organizados nas pequenas propriedades as famílias iam semeando as terras para que tão que logo pudessem dar início as colheitas.

---

<sup>514</sup> BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Terra de promessa...*, 2006, p. 65.



#### 4 COLHENDO REALIDADES: O RESULTADO DE UMA VIDA

O capítulo tem por foco avaliar as primeiras produções agrícolas na Colônia do Pinhal tanto como mote inicial de subsistência como de participação no processo socioeconômico. Através disto será possível entender a relação dos meios produtivos que resultaram no acúmulo do patrimônio das famílias. Bem como as estratégias sociais utilizadas para arregimentar os bens imateriais das famílias. Para tal foi necessário o cruzamento da seguinte documentação analisada: os mapas com dados das famílias instaladas: *Mappa estatistico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1*, *Mappa estatistico e resumido da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 2* e *Mappa estatistico, territorial e agricola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3*.

As fontes do Livros de Óbitos da Catedral de Santa Maria (1863-1925), Livros de Casamentos católicos da Catedral de Santa Maria (1849-1891) e coleta de registros cemiteriais luteranos e católicos no Pinhal; ao mesmo tempo que insinuam alguma estatística, devido a pequena expressividade numérica, permitem vislumbrar a escolha das novas gerações imigrantes seguintes entre o permanecer ou migrar (em nova enxameação).

Nos documentos advindos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul os Inventários *post mortem* (1858, 1859, 1864, 1873, 1883, 1885, 1886, 1887, 1888, 1894, 1895; Processo Civil (1871, 1880, 1901); Processo-crime (1893) e registros de compra e venda de escravos em *Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul do Compra e venda de escravos – recorte temporal de setembro/1763 a maio/1888*. 2 Vol. Oferecem inúmeros dados podendo se extrair múltiplas informações e conclusões muito satisfatórias sobre os resultados dos bens materiais acumulados no decorrer da vivência das famílias no Pinhal e/ou já residindo fora da Colônia. A perspectiva de ascensão econômica, que fora a meta de muitos, não parece ter chegado a todos, e se realmente chegou foi a poucos, comparando aos seus pares do grupo étnico que conseguiram se colocar junto da elite local, em Santa Maria, ou nos demais lugares da Província. Em comunidades pequenas é mais comum que a vida estreita e desgaste relações acarretando em conflitos diretos que nem sempre permeiam a lei. Nem por isso irá deixar de ser o resultado de uma vida.

#### 4.1 AS PRIMEIRAS COLHEITAS

A produção agrícola é resultante das plantações ocorridas nas 26 pequenas propriedades policultoras no Pinhal onde subsistiam, em lotes coloniais, as famílias alemãs e teuto-brasileiras antes do ano de 1854, execução da Lei de Terras de 1850, conforme demonstram os Autos de Medição através da revalidação e legitimação de terras sustentadas pela verificação de Morada Habitual e Cultura Efetiva.<sup>515</sup>

De qualquer forma deveria ter havido outras plantações e colheitas antes, e após, do referido relatório de 1858 de Normann, no qual contém os mapas estatísticos e agrícolas, e no relatório de presidente de província de 1859. Contudo é a partir de 1858 que se consegue registrar, aproximadamente, os dados dos colonos do Pinhal. A cerca da coleta das informações para o relatório, como ressalta Normann: “Os algarismos deste mapa, se devem todos considerar como aproximados”.<sup>516</sup>

Como apresentamos, anteriormente, as considerações do viajante Avé-Lallemant sobre sua passagem na região da serra foram um tanto quanto satisfatórias para a organização das colônias no Pinhal. Quando se deslocava serra acima, nas imediações do Pinhal, comenta o viajante: “Fizemos, através da floresta, uma excursão à casa de um colono alemão, em cujo sítio medravam excelentemente o milho, a batata, o feijão e a abóbora”, continua a descrição da propriedade, “lá nos improvisaram um pequeno almoço de carne, pão, queijo e marmelada, muito bom passadio ao lado da indigência da casa”.<sup>517</sup>

A hospitalidade e a fartura para com o viajante em muito o agradou sendo que apesar das condições de pobreza materiais que a casa apresentava a moradia permitia a sobrevivência dentro das possibilidades alimentares. Nestas condições seria questão de adquirir maiores e melhores colheitas para a família do dito colono alemão para que pudesse acumular uma quantidade considerável de recursos econômicos para construção de uma moradia melhor. Para uma colheita satisfatória

---

<sup>515</sup> AHRs, Auto n. 134, 1862, Adolfo Kemmerich. AHRs, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 302, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 303, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 304, 1862, Jacob Albrecht. AHRs, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy. AHRs, Auto n. 503, 1871, Jorge Schaeffer. AHRs, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff. AHRs, Auto n. 1009, 1878, Martin Zimmermann.

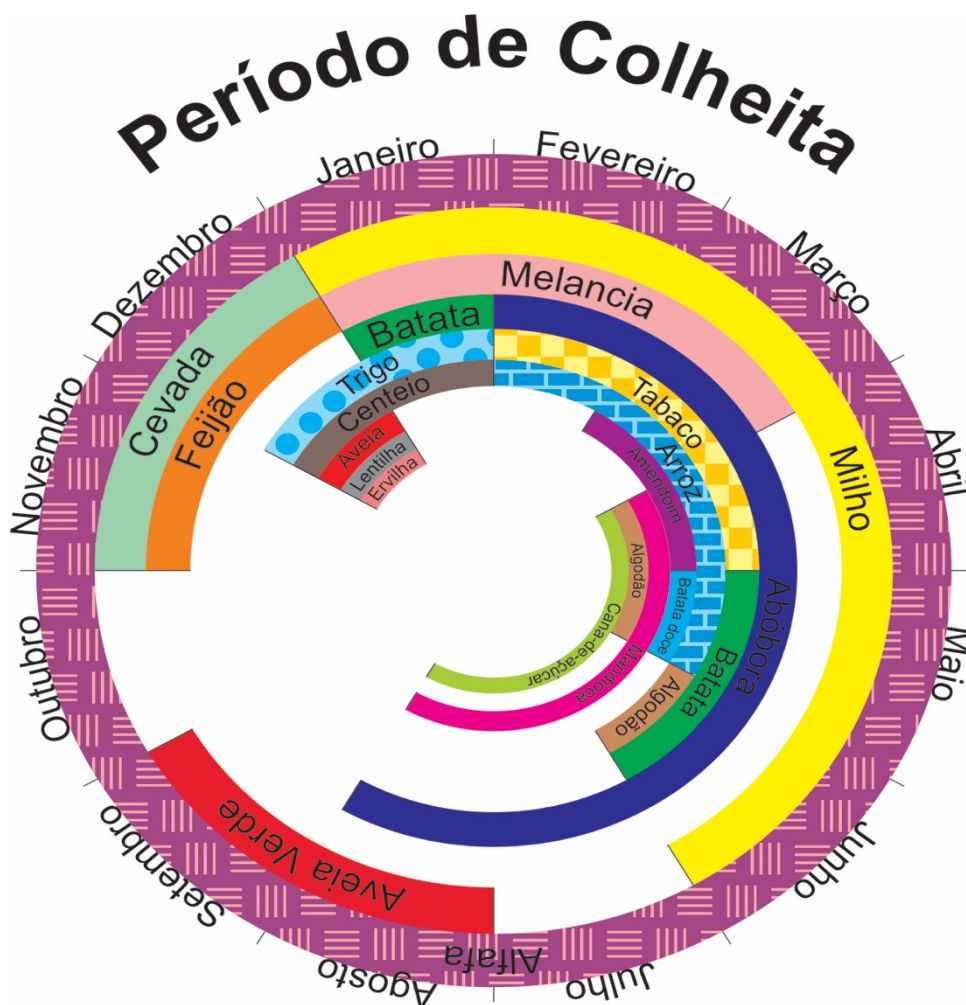
<sup>516</sup> Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colônia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>517</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 218.



é importante para o alemão camponês otimizar o ciclo agrícola anual de colheita no Rio Grande do Sul (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Período de colheita anual: Rio Grande do Sul



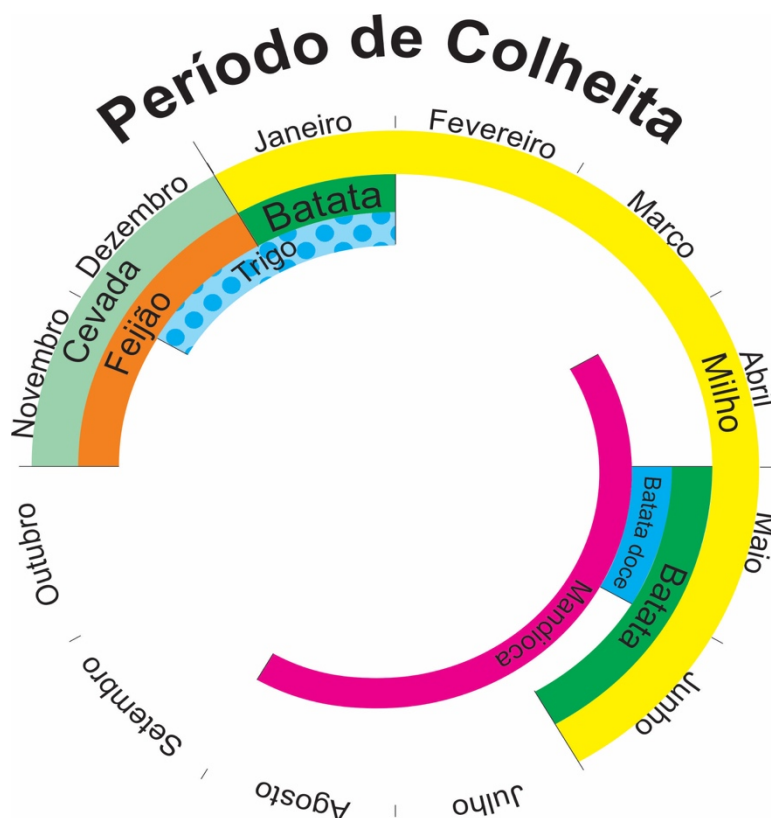
Fonte: AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul...*, 1999, p. 227-229.

Depois da sementeira a colheita é muito aguardada com expectativa por toda família. “Feita a primeira colheita, o imigrante tem feijão, batata inglesa e milho, terminando sua preocupação pela sobrevivência” antes “difíceis tempos o separaram dessa meta: privações de toda espécie, alimentação racionada ou fome que afeta a saúde dos membros da família desprovida, levando às vezes longo tempo para se recuperar”.<sup>518</sup> No mesmo sentido, aguardaram ansiosamente os colonos do Pinhal

<sup>518</sup> UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio...*, 1980, p. 63.

para colherem as culturas da batata inglesa e/ou batata-doce, cevada, feijão, mandioca, milho e trigo. As colheitas destas culturas, no Pinhal, puderam ser realizadas desde o mês de novembro até agosto, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Período de colheita anual: Colônia do Pinhal - 1858



Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Em 1858, “depois de seis meses de trabalho, diversas famílias já tiveram uma boa colheita e venderam seus produtos a muito bom preço”, nos informa Avé-Lallemant que, “já foram montados, perto, dois curtumes e uma serraria, estando ambas as indústrias em plena atividade”.<sup>519</sup> É necessário apontar, então, que os estabelecimentos comerciais, iniciantes, entre 1858 a 1862, no Pinhal são: 2 curtumes, 1 serraria, 1 engenho de serrar (serraria), 1 engenho de trigo e 1 venda.<sup>520</sup>

Estes estabelecimentos comerciais são definidos, por Seyferth, *Hausindustrie*,

<sup>519</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 219.

<sup>520</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy. AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 218-219.

*Landwirtschaftlicheindustrie, Technischeindustrie*, em de acordo com a funcionalidade prática que tem na pequena propriedade:

as características peculiares das atividades econômicas nesse regime de pequena propriedade incluíam não apenas a agricultura e criação de animais, mas também toda uma atividade associada a essas duas: uma pequena indústria doméstica (*Hausindustrie*) destinada à transformação da produção agrícola para consumo próprio e para a venda. A palavra *Hausindustrie* é empregada no sentido de que, tal como nas demais atividades no lote colonial, é a família do camponês que fornece a mão-de-obra na transformação da produção agrícola. Provavelmente o termo empregado pelos próprios colonos expressa melhor o sentido dessa atividade: *Landwirtschaftlicheindustrie* - indústria derivada da lavoura - que designa a atividade realizada nos engenhos e atafonas. Sob o rótulo de *Technischeindustrie* designavam outras ocupações que nada tinham a ver com a produção agrícola ou pecuária: o trabalho nas serrarias, cervejarias e olarias que, embora fosse realizado por alguns colonos, não consistia na atividade principal dos mesmos. Particularmente as serrarias eram propriedade de pessoas vinculadas ao comércio mais do que à exploração agrícola.<sup>521</sup>

Sobre o artesanato do couro a Colônia Santa Cruz passava a ter: 1 curtume , 1 fábrica de selas e lombilhos (1861); 1 curtume, 4 sapatarias, 1 fábrica de selas e lombilhos 1 (1862) e 2 curtumes, 4 sapatarias e 3 fábrica de selas e lombilhos (1863).<sup>522</sup> O preço dos produtos coloniais no Pinhal vendidos, possivelmente, na venda de Kroeff e levados para Santa Maria tinham o valor em destaque na Tabela 7. A partir dessa Tabela 7 calculamos as produções agrícolas do Pinhal.

Tabela 7 – Preços dos produtos da Colônia do Pinhal (1858)

Quantidade	Medida	Produtos na Colônia	Preço (réis)
1	saca	feijão	11\$000
1	saca	milho	4\$4500
1	saca	trigo	8\$000
1	saca	batata	4\$000
1	saca	cevada	8\$000

Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>521</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 66-67.

<sup>522</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz...*, 1988, p. 164.

Os seis meses de trabalho com as plantações dessas culturas persistiram por mais tempo no decorrer dos anos após 1858. Porque a *Cultura Efetiva* nos Autos de Medição demonstraram os mesmos produtos. Em 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy plantavam “diversos grãos, com especialidade de feijão e milho na qual colhem anualmente com que fazer face às suas despesas”.<sup>523</sup> O colono Adamy continuou plantando “milho, feijão e diversas outras plantações”, em 1870.<sup>524</sup>

Na colônia do casal Jorge Schaeffer e sua mulher Maria Eva Schaeffer, em 1871, plantavam “milho, feijão e diversas outras plantações, colhendo anualmente de sua lavoura com que” fazem face “as suas despesas domesticas, alem do que deixa para consumo de sua casa” e declararam que tinham uma casa “habitual coberta de tabuinhas, com paredes de tábuas, tudo em bom estado, onde residem seus trabalhadores”.<sup>525</sup> O vendeiro Kroeff, bem como Schaeffer, no mesmo ano, tinha uma casa “coberta de capim com paredes de pau a pique tudo em bom estado, onde residem seus trabalhadores”.<sup>526</sup>

A participação de trabalhadores em suas colônias, apesar de não indicar, se são colonos alemães em busca de trabalho acessório ou se mão de obra escrava. Indicam que as colheitas estavam aumentando regularmente ao ponto da mão de obra familiar não ser suficiente para colheita necessitando de trabalhadores jornaleiros ou sazonais devido haver uma moradia para abriga-los localmente.

Os anos das plantações e colheitas do Pinhal em que há dados temos apenas 1858 e 1859. Tais anos serão o mote para compreendermos o início da economia no Pinhal e suas famílias. Sendo esta parte agrícola uma parcela que contribuiu significativamente no patrimônio das famílias alemãs e teuto-brasileiras no Pinhal. Pois, como ressaltam Cardoso e Brignoli:

A história social tem nos dados econômicos uma indispensável coordenada de referência. Nenhum historiador poderia, hoje, negar que a estratificação social, a constituição dos grupos humanos, a estruturação das relações sociais entre grupos e indivíduos possam ser estudadas, ou mesmo compreendidas, sem que se considerem as bases materiais da produção e distribuição do excedente econômico.<sup>527</sup>

<sup>523</sup> AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

<sup>524</sup> AHRS, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy.

<sup>525</sup> AHRS, Auto n. 503, 1871, Jorge Schaeffer.

<sup>526</sup> AHRS, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff.

<sup>527</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os métodos da história...*, 1983, p. 356.

Na organização dos dados foi selecionada a parte de cada família na agricultura (plantação, colheita e consumo) pela respectiva cultura. A partir disto foram somadas as plantações, colheitas e o consumo de todas as famílias. Constituindo a quantidade total plantada entre todas famílias em sacas como “Qtd plantada por família (saca)”. O excedente é resultado do consumo menos a colheita em cada cultura (Tabela 8 e Gráfico 9).

Tabela 8 – Plantação, colheita, consumo e excedente da produção agrícola – 1858

<b>Culturas plantadas</b>	<b>Qtd plantada por família (saca)</b>	<b>Qtd colhida por família (saca)</b>	<b>Qtd consumida por família (saca)</b>	<b>Excedente para venda ou sementes (saca)</b>
Feijão	8 2/5	186 1/2	149	37 1/2
Milho	22 1/2	305 1/2	904	-598 1/2
Batata	98	363 1/2	274	89 1/2
Trigo	2 5/8	40 1/2	65	-24 1/2
Cevada	1 4/9	21 1/2	24 1/2	-127 1/2
Total	133	917 1/2	1416 1/2	-623,5

Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Na relação disposta as colônias apresentaram uma colheita que não conseguiu abarcar a quantidade consumida por família. Isto é, algumas culturas que foram consumidas em maior quantidade não tiveram colheita suficiente o que fica exposto no excedente e consta como estar negativo. O total consumido pelas famílias foi de 904 sacas de milho, 24 ½ sacas de cevada e 65 sacas de trigo. Quando veio a colheita a mesma foi insuficiente nestas culturas. Pois a colheita ofereceu apenas 305 ½ sacas de milho, 21 ½ de cevada e 40 ½ de trigo.

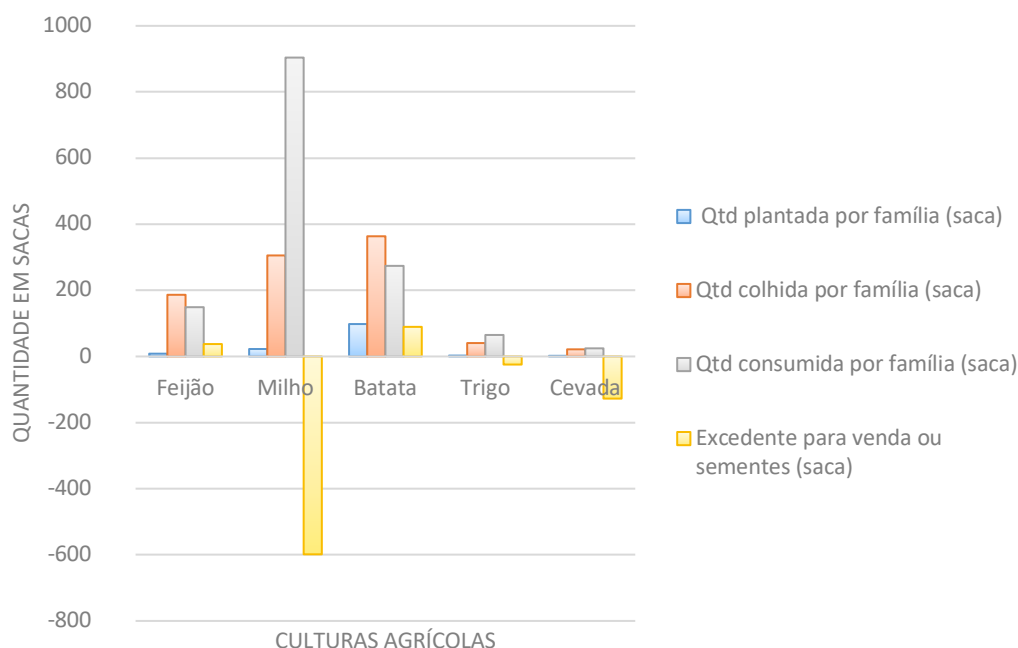
Isto é devido o alto número de consumidores (Faixa de idade de 0 a 19 anos) em relação aos trabalhadores (Faixa de idade de 20 a 49 anos) como evidencia o “Gráfico 2 – Composição etária da população da Colônia do Pinhal – 1858”. O questionamento neste caso é como conseguiram suprir a insuficiência da colheita? Seria buscando capital com trabalho acessório? Ou com mão de obra extra para as lavouras?

A família que mais colheu milho e cevada foi a de João Schmidt, 100 sacas e 8 sacas; já quem mais colheu trigo, 16 sacas, fora de Adolfo Kemmerich. Por outro

lado, as famílias que menos colheram milho foram de Felipe Fuchs, 6 sacas, cevada 1 ½ saca e trigo 1 saca foi a família de João Frederico Schmidt.

As únicas culturas que puderam render um possível excedente foram o feijão com 37 ½ sacas colhidas e a batata 89 ½ sacas consistindo num valor para venda ou sementes de 412\$500 réis em feijão e 716\$000 réis em batatas.

Gráfico 9 – Relação de plantação, colheita, consumo e excedente da produção agrícola – 1858



Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

Se por um lado, a dificuldade em gerar excedente não deve ser entendida como um grande problema e corroborando um apontamento feito por Cunha sobre a dificuldade de uma organização econômica de colonização gerar excedentes nos primeiros anos, assim, compreendeu o autor para Colônia de Santa Cruz:

uma "economia rural" [é] marcada pela quase completa auto-suficiência dos colonos imigrantes que desenvolvem uma agricultura e um artesanato de subsistência que suprem praticamente todas as necessidades. É raro o consumo de mercadorias produzidas fora da unidade familiar, limitando-se praticamente ao sal, ao ferro (na forma de ferramentas) e a algum tecido. **Também não há a produção de excedentes, principalmente nos primeiros anos desta fase.**<sup>528</sup>

<sup>528</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 140. Grifo nosso.

Por outro lado, não devem ser descartadas, totalmente, as dificuldades produtivas pela Colônia do Pinhal. Haja vista que nem todas as culturas há época tinham sido ainda plantadas. Pois, como informa o agente Normann, quem selecionou os dados para mapas do relatório de 1858: “Sendo alguns dos proprietários acima mencionados, chegada á pouco tempo ao lugar, e sendo outros negociantes ou industriaes, ainda não colherão ou não plantarão; por isso não se podem encher todas as casas deste mappa”.<sup>529</sup>

Tabela 9 – Plantação e colheita da Colônia do Pinhal – 1859

<b>Culturas plantadas</b>	<b>Qtd plantada por família (saca)</b>	<b>Qtd colhida por família (saca)</b>
Feijão	9 5/8	268
Milho	17 3/4	1178
Batata	221	414 1/2
Trigo	1 7/8	20
Cevada	1 3/4	22 1/2
Total	262	1913

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1859, p. 46.

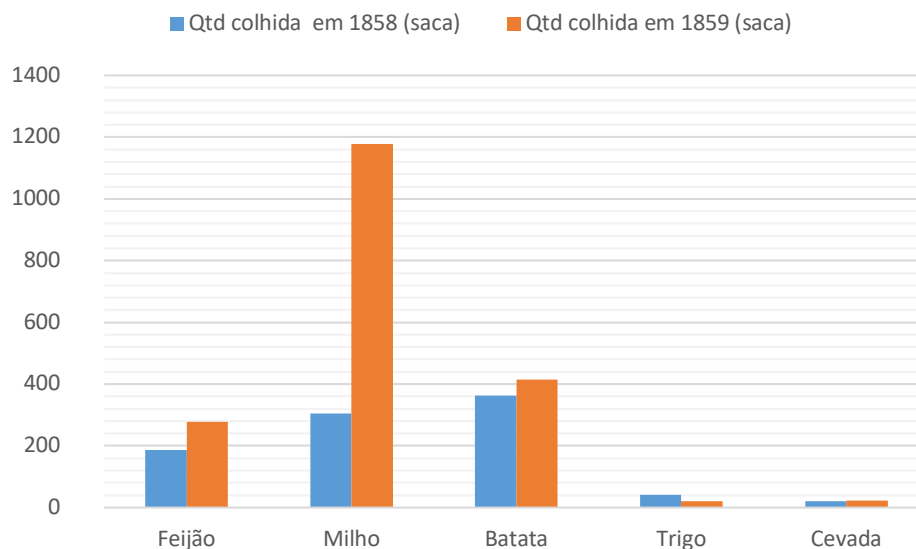
No ano seguinte, 1859, a agricultura no Pinhal tem obtém novas quantidades, entretanto não temos quantidade consumida por família (Tabela 9). Contudo, se aceitarmos a fixação das quantidades de consumo, anteriores, por família teremos ainda queda nas culturas da cevada e do trigo, prejudicando a retirada de excedente. A cultura melhor colhida em 1859 foi o milho com 1178 sacas, seguido da batata com 414 ½ sacas e o feijão com 268 sacas.

Comparando as colheitas agrícolas de 1858 e 1859 (Gráfico 10) ambas tiveram aproximações e distanciamentos, pois ambas permaneceram com baixa quantidade produtiva em relação ao trigo e a cevada não conseguindo regular colheita e consumo. É evidente o aumento produtivo total de 1858 para 1859. Se sobressaindo um aumento relativo nas culturas como feijão e batata e um elevado pico produtivo no milho.

<sup>529</sup> Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

Em termos percentuais a colheita, em sacas, de 1858 foi 32% menor que 1859 com 68%. A colheita de 1858 produziu o total de 917 ½ sacas valendo 3:334\$125 réis. Sendo que a colheita de 1859 produziu o total de 1.913 sacas valendo 5:967\$500 réis.

Gráfico 10 – Produção agrícola da Colônia do Pinhal de 1858 e 1859



Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65. RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz...*, 1859, p. 46.

Por termos financeiros a porcentagem diminuiu aproximando um pouco mais as colheitas de 1858 o que significou, em réis, 36% e 1859 64%. Isso se deve a diferença de algumas culturas que têm preço mais relevante como é o caso da saca de feijão que custa 11\$000, pela tabela dos colonos do Pinhal. A elevação do milho na colheita de 1859, em relação 1858, é de 62% sendo a única cultura que aumentou em relação as demais, de acordo com o Gráfico 11.

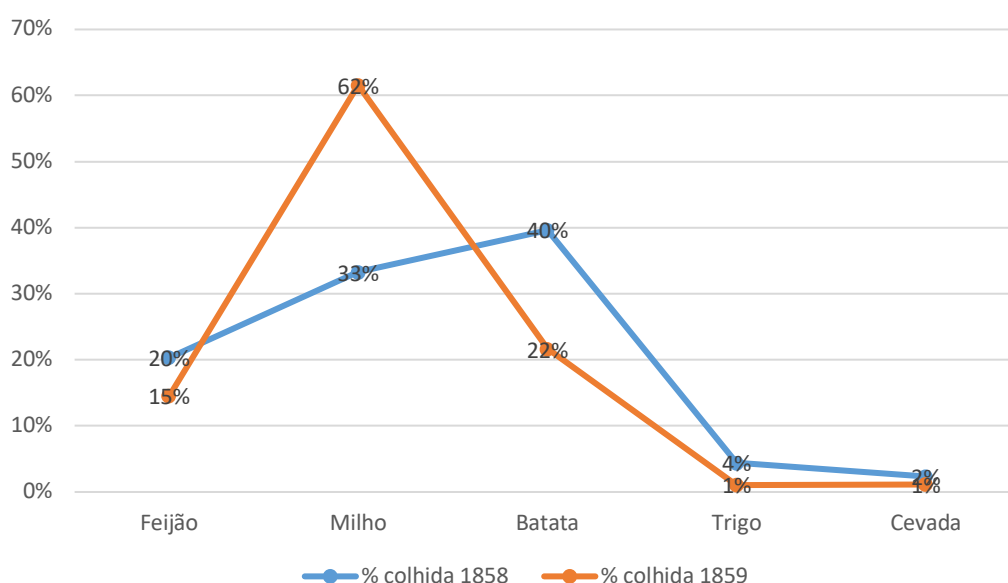
Como assinala Cunha “o milho é plantado em todas as linhas coloniais, sua cultura é de fácil manejo, sua produtividade é alta e o próprio colono pode produzir suas sementes” tanto é que nas terras com menos condições favoráveis de terreno acidentado na Colônia Santa Cruz (nas Linhas São João, Linha da Serra, Linha Bom Jesus e parte da Linha de Vila Teresa) a colheita do milho teve alta concentração produtiva de 60% a 70% na agricultura destas linhas coloniais.<sup>530</sup>

<sup>530</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 171-172.



Outrossim, a preferência pelo “milho é a dupla utilidade para o colono: alimento humano e forragem animal. Transformado em farinha, substitui a de trigo” cultura a qual vai sendo abandonada e “como forragem faz parte da alimentação de todos os animais criados na propriedade, principalmente dos porcos, cuja criação permite a produção de toucinho e banha, produtos de fácil realização no mercado e de bom preço”.<sup>531</sup>

Gráfico 11 – Percentual da produção agrícola de 1858 e 1859



Fonte: Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

A ampliação da cultura do milho não fora apenas em função da subsistência das colônias e dos centros urbanos, mas da vinculação com a produção banha. Na década de 1870, o milho para suinocultura rendia muito mais que a exportação do grão para as províncias do centro do país. A partir de 1880, a fabricação de banha e cultivo de milho passou a orientar-se para engorde na criação de suínos nas colônias imigrantes.<sup>532</sup> Embora, houvesse as culturas da batata, cevada, feijão, milho e trigo para alimentação dos colonos no Pinhal e houvesse menção ao valor do preço da farinha de mandioca (1 alqueire = 6\$000 réis)<sup>533</sup> não encontramos o cultivo da

<sup>531</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988, p. 172.

<sup>532</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Refinarias e suinocultores: o caso da indústria da banha. In: \_\_\_\_\_. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 70-71.

<sup>533</sup> Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

mandioca nem da cana de açúcar no Pinhal nas fontes sobre *Cultura Efetiva* ou no mapa nº 3, do Relatório de Normann. Embora as plantações de mandioca e cana de açúcar são comuns na agricultura da colonização de alemã. Provavelmente, os colonos do Pinhal suprissem a falta de tais culturas comercializando com os lavradores nacionais na região.

De acordo como Farinatti, o percentual de produtos cultivados nas posses legitimadas em Santa Maria, entre 1860 a 1880, por lavradores nacionais são: milho 76%, feijão 69%, mandioca 53%, cana 22%, fumo 17%, arroz 11% e trigo 4%. Porque conforme o autor “pelas estatísticas provinciais e locais, e além da subsistência, tanto as três culturas básicas (milho, feijão e mandioca), como as mais especializadas, resultavam também em excedentes comercializáveis”.<sup>534</sup>

A pouca diversificação de culturas plantadas pelos colonos do Pinhal, não permite cogitar, que as alimentações nas colônias alemãs seriam escassas. Visto que há uma combinação de alimentos, criação de receitas que mesclam tradição cultural e sabores na culinária alemã e teuto-brasileira.<sup>535</sup>

Análise das plantações e colheitas dos anos de 1858 e 1859 com os altos e, sobretudo, baixos índices produzidos podem gerar equívocos se permanecerem apenas nos dados e informações estanques que contém e não forem correlacionados externamente. As poucas sacas colhidas nas lavouras podem ser explicadas através da pouca resistência da cultura diante das intempéries (estiagens, excesso de chuvas, temporais com granizo, geadas), quantidade mínima de terras (*minimale Ackernahrung*), fraqueza do solo pela ausência de rotação de terras e culturas.

Como também pelo *déficit* de mão de obra causado pelo alto número de consumidores em relação com o baixo número de mão de obra, impossibilitando um rendimento satisfatório no trabalho das plantações e, conseqüentemente, nas colheitas (Gráfico 2).

A presença sempre indesejada de pragas e a falta dos predadores naturais destas foi uma questão sempre presente. Pois, “o desmatamento inicial e as queimadas haviam eliminado inúmeros ninhos de pássaros e, com isso, afetado a reprodução natural de muitas aves” tal ação antrópica promoveu “a eliminação parcial

---

<sup>534</sup> FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem...*, 1999, p. 146.

<sup>535</sup> Ver mais em: FRIEDRICH, Fabiana Helma. *Gastronomia e imigração alemã na região central do Rio Grande do Sul: Colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX)*. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

dos predadores naturais de muitas larvas e insetos que encontravam nas lavouras meio para sua reprodução prolífera”.<sup>536</sup> Os próprios predadores naturais, quando ainda não extintos, por exemplo, que atacam o milharal: capivaras, antas, papagaios e macacos.

A divisão do trabalho na família prejudica o desempenho da produção na economia da pequena propriedade, no Pinhal, relembramos, que para ainda nos anos de 1858-1859 a população da Colônia do Pinhal, em sua maioria, são crianças as quais não tem capacidade de executar as atividades mais pesadas na lavoura. Mesmo que haja trabalhadores jornaleiros e/ou mão de obra cativa, o ápice do desenvolvimento no lote rural se dá quando os filhos estão adultos e/ou solteiros.

Ademais, até a própria falta habilidade no manejo dos instrumentos agrícolas ou trato na lida da terra impedem o bom florescimento das culturas semeadas ou a extração com qualidade da planta no momento oportuno da colheita. E, por fim, na balança o que pesa? A expectativa colocada na semeadura, aqueles sonhos plantados não são colhidos...o que se colhe mesmo é a realidade imposta.

#### 4.2 ISSO É TUDO QUE TENHO: AVALIAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS

*Considera-se quase uma necessidade que o alemão em Santa Maria tenha que enriquecer. Muito se discutiu na Alemanha se o imigrante alemão podia prosperar no Brasil.*<sup>537</sup>

A reflexão do viajante alemão Avé-Lallemant que conheceu a Vila de Santa Maria, em 1858, passou de uma dúvida para afirmar-se como uma regra no âmago do grupo étnico. A ideia pré-concebida é de que o imigrante alemão e teuto-brasileiro obteve riqueza, prosperou economicamente, acumulou bens e, entre outras, formas conceber um determinado sucesso. É bem verdade que o estabelecimento da colonização alemã no sul do Brasil com uma legislação versando sobre a política imigratória e colonizatória, interesses políticos, (des)vantagens para o imigrante,

<sup>536</sup> BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcus de Souza. *Terra de promessa...*, 2006, p. 58.

<sup>537</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)...*, 1980, p. 215.

fomento e abandono de colônias Imperiais e Oficiais, questões de identidade étnica e cidadania<sup>538</sup>; perfizeram a vida de quem imigrou para o Brasil a partir de 1824.

Dentro destas condições muitas Colônias alemãs no sul do Brasil evoluíram como cidades, e suas áreas rurais e urbanas, tiveram características culturais bem marcadas na educação<sup>539</sup>, imprensa<sup>540</sup>, religião<sup>541</sup>, política<sup>542</sup>, administração<sup>543</sup>, arquitetura<sup>544</sup>, costumes<sup>545</sup> e – principalmente – ao trabalho e economia<sup>546</sup>; podendo lograr êxito econômico aos habitantes do grupo étnico e suas cidades são lugares conhecidos pelo desenvolvimento econômico.

É neste misto entre estrutura e conjuntura que possibilidades emergiram como oportunidades para os indivíduos e suas famílias para garantir os bens materiais. Adicionando a isto estratégias sociais, heranças imateriais, no ambiente o qual estavam vivendo conseguiram não só acumular como perpetuar e compartilhar a acumulação com parentes ou quem lhe conviesse. Ao mesmo tempo que são formas de exclusão do outro são também autoproteção dos membros do círculo.

Entre os colonos do Pinhal parecem não se perpetuarem tais laços. Porque justamente a ausência de alianças fora, em certa medida, a derrocada de algumas famílias e, conseqüentemente, da Colônia do Pinhal. Embora, empreenderemos um esforço nesse sentido em busca de coesão social para Colônia.

<sup>538</sup> OLIVEIRA, Ryan de Sousa. *Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)*. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

<sup>539</sup> KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no RS - perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naíra; SILVA JR., Adhemar L. da. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. 1ª ed. Porto Alegre: Ed. da Ulbra, 1994, p. 149-161. CUNHA, Jorge Luiz da.; GÄRTNER, Angelika (Orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

<sup>540</sup> DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração & imprensa...*, 2004.

<sup>541</sup> RADÚNZ, Roberto. *Do poder de Deus depende*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1996. \_\_\_\_\_. *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul: Educs; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

<sup>542</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015. NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013. PIASSINI, Carlos. *Participação política de imigrantes...*, 2006.

<sup>543</sup> NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. 632 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009. NICOCELI, Vanessa. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

<sup>544</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura...*, 2006, p. 373-399. \_\_\_\_\_. WEIMER, Günter. *A arquitetura rural da imigração alemã...*, 1987, p. 95-117.

<sup>545</sup> FRIEDRICH, Fabiana Helma. *Gastronomia e imigração alemã...*, 2015.

<sup>546</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul...*, 1988.

Em vários momentos da pesquisa, acerca da Colônia do Pinhal, nos enveredamos pelo lado das questões que tangem a parte econômica, porém sem descuidar dos laços que poderiam ser feitos entre as famílias dos colonos, logo nos aproximamos da história social. Entretanto, Cardoso e Brignoli advertem sobre o exagerado economicismo:

Na base da maioria da maioria dos conflitos sociais há motivos de ordem econômica; mas não explicam a totalidade do conflito, nem sua evolução. Enriquecimento e empobrecimentos, ascensões e baixas na pirâmide social serão temas de grande importância [...] Que alianças, que acordos são feitos e desfeitos entre os diversos grupos no curso das lutas sociais? A história social só pode responder a tais indagações recorrendo aos dados básicos de análise econômica, colocando-os em sua própria perspectiva de estudo.<sup>547</sup>

Após o assentamento na mata, organização dos lotes, arroteamento das áreas florestais, decorreram alguns anos da colonização nas terras do Pinhal. Foi tentando oferecer um maturamento neste processo de assimilação do tempo transcorrido que abordaremos os casamentos. Não fora proposto os casamentos antes ou na época de 1858-1859, porque nessa primeira parte os filhos dos colonos ainda eram jovens, pequenos e/ou adolescentes, e poucos adultos.

Os dados compostos para análise foram selecionados de acordo com o que se dispunha de fontes. A seleção dos casamentos ocorreu pelo método onomástico de Ginzburg e Poni<sup>548</sup>, dos filhos e filhas das 26 famílias<sup>549</sup> da Colônia do Pinhal.

Acrescentando as famílias Weber, Schaeffer, que são recorrentes nos Autos de Medição de terras, entendemos, como participantes da ocupação no Pinhal. Entretanto, ainda que, famílias como Kurtz, Lenhardt, Bopp, não constem nos Autos, mas sejam mencionadas brevemente nas fontes como moradores do Pinhal como, por exemplo, a naturalidade dos nubentes nos livros de casamentos. Isso na nossa interpretação dos documentos não fora conteúdo suficiente para inseri-los diretamente no seio das 26 famílias. Embora as três famílias (Kurtz, Lenhardt e Bopp) virão a residir no local posteriormente.

A busca ocorreu nos livros de registros de casamentos católicos da Catedral de Santa Maria agregando, ainda que receoso, parte do escrito do memorialista

---

<sup>547</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os métodos da história...*, 1983, p. 356-357.

<sup>548</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. *O nome e o como...*, 1997, p. 169-178.

<sup>549</sup> Mappa estatístico da população da Colônia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

Belém<sup>550</sup> sobre os casamentos daquelas famílias. As informações de Belém não constam as fontes para consulta de dúvidas, quiçá, críticas.

Embora, a divisão entre alemães católicos e protestantes (luteranos) seja pouco acentuada no Colônia do Pinhal dos 139 habitantes 45% são católicos e 55% luteranos.<sup>551</sup> E, entre os 22 casais, excluindo (3) viúvos e (1) solteiros, 6 casais católicos e 13 casais luteranos, encontravam-se 3 casamentos mistos, ou seja, cônjuges católico e luterano.<sup>552</sup> O que implicaria, muitas vezes, no abandono da confissão por parte de um dos cônjuges como direcionamento uma confissão apenas para todos os filhos.

Não foi possível conseguir os livros de registros de casamentos luteranos do Pinhal ou qualquer documentação correlata da religião na localidade no século XIX. Devido a ausência das fontes nos arquivos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) em Santa Maria, RS, ou em São Leopoldo, RS, na biblioteca da Escola Superior de Teologia (EST). Os documentos de batismos, casamentos e óbitos, do século XIX, dos colonos do Pinhal estiveram na igreja matriz luterana, em Santa Maria, até agosto de 1942.<sup>553</sup>

Então, os dados sobre os casamentos dizem respeito apenas ao culto católico havendo alguns casamentos mistos. O objetivo era procurar entender se as famílias alemãs e teuto-brasileiras no Pinhal se aproximavam pela estratégia social do casamento. Modo pelo qual famílias do grupo étnico conseguiram criar novos vínculos e reafirmar antigos, como evidenciaram Witt nas famílias Diefenthäler-Voges-Schmitt,

<sup>550</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000.

<sup>551</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>552</sup> Mappa estatístico e resumido da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 2, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>553</sup> Mais precisamente na noite do dia 18 de agosto de 1942, quando houve os maiores saques e depredações em Santa Maria como resposta nacionalista aos ataques perpetrados pelo Eixo (Alemanha, Itália e Japão), sobretudo, a Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1944) contra o Brasil. Os discursos nacionalistas de incitação ao combate contra aos estrangeiros, por parte dos governantes no Rio Grande do Sul, correlacionando-os como nazistas e fascistas todos os descendentes teuto-brasileiros tocou a emoção da população santa-mariense que com ódio sacudiu as ruas naquela noite de quebra-quebra e saques a instituições e estabelecimentos comerciais de teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros. Nesse episódio a igreja luterana teria sido invadida e pilhada, provavelmente, os bancos da igreja e documentos do interior teriam sido colocados no meio da rua e sucumbido a fúria da população. Como destaca Dalmolin (2006, p. 68; p. 143) nas “perseguições aos nazistas em Santa Maria também deixaram marcas em muitos descendentes, principalmente nos ataques a religiosos e à Igreja Luterana local”, pois “a igreja evangélica teve seus bancos ateados fogo, os vidros quebrados e os crucifixos queimados ou jogados no lixo, no episódio de 18 de agosto de 1942”. Ver mais em: DALMOLIN, Cátia Regina Calegari. *Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942*. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

em São Leopoldo e Nicoloso nas famílias Niederauer-Höehr-Scherer, em Santa Maria.<sup>554</sup>

Daquela população (Tabela 4) da Colônia do Pinhal de 0 até 19 anos do sexo masculino e feminino 86 estavam solteiros, a época. Na documentação dos registros de casamentos selecionamos os cônjuges pelos nomes e separando-os em: nubentes da comunidade e nubentes *de fora* da comunidade.

Já em idade apta para contrair matrimônio os 31 casamentos dos nubentes da comunidade do Pinhal (2ª geração) casaram-se entre si apenas 4 vezes entre os anos de 1849 a 1891 (Apêndice D).<sup>555</sup> Ao analisar os registros de casamentos Witt reflete sobre a distância como uma dificuldade, mas não impossibilidade para a concretização dos casamentos nas colônias alemãs:

A proximidade geográfica deve ter colaborado para aproximar jovens pretendentes. E caso a distância fosse empecilho, havia festas, como as de casamento, e outros acontecimentos sociais que não eram desperdiçados para promover o contato e posterior contrato entre as famílias que planejavam e concretizavam a nova união. Esses contratos originavam-se, basicamente, de duas propostas: a que visava `a satisfação afetiva das famílias, quer unindo primos ou estranhos, e a que, de maneira perspicaz, objetivava o crescimento econômico, material, das famílias envolvidas. Deve-se considerar que essas duas formas de unir os jovens e criar novos redutos familiares, em certos casos, ocorriam paralelamente, isto é, afetividade combinava-se com acertos materialmente proveitosos.<sup>556</sup>

Visando a favorável aliança pelo casamento para além de unir as famílias unir patrimônios. Foi que Seyferth notou “quanto a casamentos, há nítida preferência pela endogamia entre camponeses - o cônjuge é escolhido a nível local [...] por razões de ordem étnica, religiosa e também por considerações acerca dos valores camponeses”.<sup>557</sup> Por este viés, campesino que devem ter se orientado as famílias que que fizeram enlances conjugais no seio da pequena comunidade alemã e teuto-brasileira no Pinhal, no século XIX, com os 4 casamentos entre si.

Quando Jacobi Adamy e Catharina Adamy casaram Jacobi Adamy Filho com Catharina Albrecht, filha de Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht.<sup>558</sup> Na Matriz de

<sup>554</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 137. NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 104-110.

<sup>555</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 2 e 3 (1849-1870), Livro nº 4 (1870-1876), Livro nº 5 (1876-1882), Livro nº 6 (1882-1887), Livro nº 7 (1887-1891); AASM. Casamento - São Martinho. Livro nº 2 (1855-1882); Óbitos - Catedral. Livro nº 3 (1895-1925); Óbitos - Catedral. Livro nº 2 (1863-1895).

<sup>556</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 140.

<sup>557</sup> SEYFERTH, Giralda. *Herança e estrutura familiar camponesa...*, 1985, p. 23.

<sup>558</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 190.

Santa Maria da Boca do Monte, no dia 24 de setembro de 1870, às 14h, o padre Marcelino Bittencourt havia realizado a união de Henrique Schimit, filho de João Schmidt e Elisabetha Schmidt (falecida) com Suzana Laidner, filha de João Carlos Laidner e Anna Maria Laidner.<sup>559</sup>

Em 06 de abril de 1872, Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht e Catharina Weber, representando seu finado marido André Weber, festejaram a união de seus filhos Frederico Albrecht, “acatholico” (luterano) e Catharina Weber Filha (católica) em “casamento misto” perante as testemunhas Carlos Gabriel Haeffner e Andre Jacob Lied na “casa de residência de Nicolau Bopp, Freguezia de Santa Maria”.<sup>560</sup>

Na “casa de Miguel Kroeff, desta paróquia de Santa Maria”, em 03 de junho de 1882, foi o dia celebrar os filhos de Jacob Albrecht sem a presença de Maria Eva Albrecht, falecida em 1873, e Miguel Kroeff e Anna Maria Kroeff que uniram pelos laços do matrimônio Filipe Albrecht, noivo luterano, e Amalia Kroeff, noiva católica ficando “dispensados do impedimento - *Cultus Desparitas* - termo de juramento da admissão e educação da prole na religião catholica, e observada a forma prevista nos casamentos mistos”; assim testemunharam o cunhado Miguel Kroeff Filho e Frederico Roth.<sup>561</sup>

Os 27 casamentos restantes constituíram-se entre nubentes da comunidade e *de fora* da comunidade. Os nubentes da comunidade do Pinhal perfaziam 34 indivíduos divididos em: 14 noivos e 21 noivas. E nesses 4 casamentos não há continuidade de duas famílias casarem seus filhos entre si como maneira de (re)criar laços entre si. O mais próximo disso que aproximamos é com a família Albrecht. Que deu preferência ao arranjo matrimonial casando três filhos entre as famílias da comunidade no Pinhal fora Jacob Albrecht e Maria Eva Albrecht pelas núpcias de: Catharina, Frederico e Filipe.

Mesmo que as 21 mulheres da comunidade 18 casassem com alguém de fora do grupo local isso poderia trazer benefícios para Colônia do Pinhal, como assevera Witt:

Do ponto de vista econômico e social, era estratégico estabelecer vínculos com esses jovens promissores, os quais por força da profissão, normalmente se fixavam na vila ou em suas proximidades. Assim, a família que estava confinada à pequena propriedade, talvez a muitas horas de caminhada ou

<sup>559</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 4 (1870-1876).

<sup>560</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 4 (1870-1876).

<sup>561</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 6 (1882-1887).



cavalgada até a vila, ao promover o casamento entre alguém de sua casa com o jovem ligado à profissão artesanal (mais tarde, pré-industrial), como que estabelecia uma ponte entre o seu espaço e o núcleo mais desenvolvido e 'urbano' da Colônia. Eram as teias sociais que estavam sendo costuradas via casamento.<sup>562</sup>

Nesta perspectiva de Witt o casamento até mesmo rompe com a tese do isolamento das colônias alemãs, tendo o caso do Pinhal devido os muitos casamentos com nubentes *de fora* da comunidade. Entretanto, tendo em vista a herança e a estrutura familiar camponesa das filhas, de colonos no Pinhal, não receberiam terras de herança sendo este um legado apenas aos filhos, sobretudo, de primogenitura e ultimogenitura, variando de acordo com a tradição camponesa:

O destino mais frequente da renda acumulada pela família é assegurar meios para construir uma casa para cada filho. Ampliação das propriedades através do casamento ocorre só esporadicamente, porque as mulheres raramente herdaram a terra, ou quando herdaram, vendem suas parcelas para um irmão. Isto remete a dois problemas que merecem uma rápida reflexão. O primeiro deles diz respeito à ligação com a terra; o segundo aos casamentos preferenciais.<sup>563</sup>

O filho acaba por permanecer na terra dando continuidade ou iniciando uma nova família-tronco. A filha receberá o dote para a nova vida e precisará sair da colônia com o marido que deverá herdar ou comprar uma. Geralmente o dote dependerá da condição econômica da família:

Os bens que compõem o dote dependem da situação financeira da família; pode ser apenas o enxoval, acumulado pela noiva (roupas e outros objetos de uso pessoal, utensílios de cozinha, etc.), ou bens considerados indispensáveis para o início de um novo ciclo familiar (como animais domésticos, móveis, máquina de costura, etc.) ou ainda dinheiro.<sup>564</sup>

Em 1873, no Pinhal, quando sua esposa Maria Eva Albrecht faleceu Jacob Albrecht tinha 12 filhos: Catharina, Jacob Albrecht Filho (35 anos), Isabel, Maria, Frederico, Helena, Barbara, Sofia, Felipe (22), Luiza (17), Pedro (15) e João (13). As cinco filhas receberam o dote - em dinheiro - no valor total de 1:500\$000 réis. Cada filha recebeu igualmente a quantia de 300\$000 réis mais 150\$000 réis que cabiam da

<sup>562</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 140-141.

<sup>563</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 22-23.

<sup>564</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 15.

partilha da herança: Catharina casada com Jacob Adamy Filho; Isabel, residente em Porto Alegre, casada com Aldolfo Mauricio Morgenstein; Maria casa com Luis ilges; Barbara casada com André Lied e Sofia, residente em Santa Maria, casada com André Beck Filho.<sup>565</sup> Ao viúvo tocou a importância de 1:800\$000 réis. A filha Helena casada com Henrique Kurtz não recebeu o dote porque já fazia dez anos (13.03.1863) que era casada.<sup>566</sup> Mesmo havendo esta formalização pública da divisão poderia haver reorganização pós-partilha ou com posse.

Os poucos matrimônios entre os filhos e filhas das famílias da Colônia do Pinhal demonstram a falta de possibilidades mais variadas ou interesse nas alianças. Esta falta de casamentos entre os filhos dos colonos indica que as famílias alemãs no lugar poderiam ter outros vínculos sociais para se afirmarem que não o casamento. Ao rejeitar a participação de um membro já conhecido da comunidade como pretendente ao matrimônio é afastada a oportunidade de fortificar alianças e se amparar frente a algum infortúnio. Embora seja muito importante frisar que os casamentos com “nubentes de fora” foram predominantemente com cônjuges teuto-brasileiros ou alemães e não com luso-brasileiros (Apêndice D).

É necessário fazer a ressalva de que os casamentos pesquisados até momento são católicos mesmo que haja casamentos mistos. Na impossibilidade de acessar a documentação religiosa (Livros de Batismos, Casamentos e Óbitos) protestante sobre o Pinhal que conteriam, principalmente, os registros de quem casou. Pois, nos é muito pertinente tentar responder o questionamento: Houve casamentos entre os filhos dos protestantes da comunidade do Pinhal ou seguiram os passos das famílias católicas e uniram-se a matrimônios com nubentes de fora do Pinhal?

Para tentar amenizar o silêncio sobre essa dúvida, nos valem de uma alternativa técnica sobre a matéria das fontes que é afiançada por Julio Aróstegui:

Mesmo que à primeira vista não pareça, o historiador deve, como qualquer outro pesquisador social, ‘construir’ também suas fontes, ainda que se encontre mais limitado para realizá-lo à medida que retrocede no tempo. Pesquisar a História não é, de modo algum, transcrever o que as fontes dizem...A exposição da História, que é o resultado final do método de pesquisa, tem que tornar inteligível e explicável o que as fontes oferecem como informação.<sup>567</sup>

<sup>565</sup> Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

<sup>566</sup> AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 2 e 3 (1849-1870).

<sup>567</sup> ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006, p. 95.

Nesse sentido é que tentamos construir nossas fontes nesse caso para além dos Arquivos e fazer um levantamento de pesquisa de campo. Se por um lado, não há os livros de óbitos para conhecer a população que viveu e faleceu no Pinhal, ou seja, permaneceu na Colônia. Por outro lado, há tanto o Cemitério Luterano quanto o Cemitério Católico do Pinhal, em Itaara-RS. Uma vez que “a maioria das pessoas percebe o cemitério como um local ‘proibido’, sem nada a acrescentar para a cultura da comunidade onde está inserido”, explica Sônia Jacqueline Fröhlich, “e também não é um espaço procurado para pesquisas”.<sup>568</sup> Compreendendo esse lugar como uma possibilidade de conseguir fontes Witt recorreu em sua pesquisa para complementar os dados biográficos dos sujeitos históricos.<sup>569</sup>

Ciente do potencial que o patrimônio fúnebre poderia nos oferecer também com as lápides contendo os dados pessoais dos colonos. Levantamos os dados necessários *in loco* nos pequenos cemitérios. A seleção das lápides nos cemitérios atendeu o critério de nascido no século XIX para abarcar os filhos dos colonos do mapa estatístico do relatório de Normann. No cemitério luterano foram encontrados 47 indivíduos (24 - sexo masculino e 23 - sexo feminino) e no cemitério católico 34 indivíduos (19 - sexo masculino e 15 - sexo feminino). Praticamente os sepultamentos são de “desconhecidos” porque a não ser alguns poucos colonos chefes de família, filhos (2ª geração) e netos (3ª geração) o restante são outros imigrantes que chegaram no Pinhal (Apêndice E e F).

A primeira conclusão é um fluxo de migrantes os quais se desconhecia vinha se instalando na Colônia do Pinhal numa constante enxamagem bem como migrantes nacionais e alguns poucos italianos. Isto considerando ainda que nascidos após a segunda metade do século XIX deslocaram-se antes do início do século XX para o Pinhal.

A segunda é que os filhos dos luteranos do Pinhal acabaram por realizar casamentos com nubentes *de fora* da comunidade e também se destinaram a enxamagem. As mulheres acabariam por acompanhar seus maridos nas suas colônias em outros lugares da província ou se artesãos a busca de trabalho em outros centros mais comerciais, como Santa Maria, Santa Cruz, São Leopoldo e Porto

---

<sup>568</sup> FRÖHLICH, Sônia Jacqueline. O cemitério como patrimônio da imigração alemã: relatório de prática. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 531.

<sup>569</sup> WITT, Marcos Antônio. Relações de parentesco: incursão à teia. In: \_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 101-149.

Alegre. Os homens casaram e assumiram as terras herdadas disponíveis no Pinhal. É a lógica do trabalho na terra pelos colonos, conforme ocorreria a atomização da pequena propriedade para a 2ª geração e iriam sendo empurrados para novas fronteiras agrícolas nas áreas de colonização do planalto do Rio Grande do Sul.

Isto explicaria porque a Colônia do Pinhal teve paulatinamente um esvaziamento demográfico não mantendo a sua população nos lotes coloniais. Ficando pouquíssimos resquícios culturais da colonização alemã no Pinhal no século XX. Portanto, a tônica da Colônia do Pinhal foi a mobilidade das famílias.

As famílias colonas que permaneceram no Pinhal conseguiram no decorrer dos anos com as lavouras muito mais que apenas *fazerem face as suas despesas*. O patrimônio arrecadado em esforço conjunto com “o trabalho familiar para o mesmo pote”, isto é, a mão de obra familiar em que todos prezam pelo mesmo objetivo esperando o momento em o que foi acumulado ser distribuído.<sup>570</sup> É “no comportamento de um grupo social há muitos outros determinantes, além do interesse econômico. Entretanto, o estudo da base econômica é o ponto de partida indispensável”.<sup>571</sup>

O momento (in)oportuno para receber a recompensa pelos anos dedicados ao trabalho é quando ocorre o falecimento dos pais, filhos ou cônjuge se dá, concomitantemente, ao início da abertura do inventário *post mortem*. Uma situação de desamparo que a morte irrompe a vida trazendo a desordem ao cotidiano. Organizar o funeral, enterrar o ente querido e sustar a dor. Preparar os trâmites da avaliação dos bens, de *quem se foi*, para ver o que restou para (re)começar. Porque muitas vezes isso é tudo que se tem.

O inventário é uma fonte que apresenta as três partes para a divisão do patrimônio 1) abertura do inventário 2) composição dos bens e a 3) partilha entre o viúvo(a) e herdeiros. Fonte com muitas possibilidades permite conhecer internamente a vida dos sujeitos históricos e o desenvolvimento socioeconômico ao longo de décadas se enriqueceu ou empobreceu. Qual é a preferência de negócios e com quem faz negócios.

Não há contradição em avaliar o patrimônio dos colonos do Pinhal através de inventários. Uma vez que temos abordado as famílias do Pinhal nas condições de

---

<sup>570</sup> SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa..., 1985, p. 22.

<sup>571</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. *Os métodos da história...*, 1983, p. 355.

camponesas, como próximas a lavradores nacionais, de imigrantes alemães e teuto-brasileiros como poucos recursos econômicos que não conseguiram prosperar como os seus pares imigrantes exponenciais, isto é, mais próximos da pobreza do que riqueza. Ainda mais é corrente pela historiografia que os inventários *post mortem* tratam de abarcar a parcela da população mais abastada. Sobre isso Jonas Vargas explica a seguinte concepção entre inventários *post mortem* para acessar outros estratos sociais:

Contudo, penso que é possível contornar essa dificuldade e estudar classes subalternas a partir de tais fontes. A primeira consideração a ver a ser feita diz respeito ao que deve ser encarado como 'pobreza' nos séculos XVIII e XIX. Como ensinou Hebe Mattos os homens livres pobres não devem ser vistos como indivíduos completamente despossuídos de bens. Muitas vezes 'viver pobremente' significava possuir campo ou roça, animais, ser assalariado, agregado e até possuir escravos. Algumas ocupações econômicas eram típicas de homens pobres, como sapateiros, carpinteiros, pedreiros pintores, jornaleiros, marinheiros, peões, agências, entre outros.<sup>572</sup>

Com estas considerações aproximaremos os inventariados de outras pesquisas que utilizaram a mesma fonte para compreender as condições sociais de imigrantes alemães sul do Brasil. Como fez Witt pesquisando as trajetórias de famílias de imigrantes, exponenciais, alavancaram economicamente as próprias famílias construindo um patrimônio inter-colônias no Mega-Espaço São Leopoldo-Litoral Norte do Rio Grande do Sul; Külzer dedicando uma parte de sua pesquisa para integrar a participação de imigrantes alemães nos patrimônios em Santa Maria e Nicoloso estruturando um estudo prosopográfico de famílias imigrantes exponenciais que se ascenderam socialmente até a elite local, em Santa Maria.<sup>573</sup>

Embora tais pesquisas citadas formem uma historiografia na qual nos serve de embasamento, é preciso ressaltar que estes estudos envolvem o imigrante no padrão socioeconômico que os aproxima das elites e que, em certa medida, legitima a generalização do imigrante próspero economicamente, aquele que obteve sucesso. De tal modo, existirá um pouco de discrepância em torno dos nossos agentes sociais os quais estão envolvidos em outra camada social podendo, claro, se sobressair

<sup>572</sup> VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: APERS. *XI Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 170.

<sup>573</sup> KÜLZER, Gláucia Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009. NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013. WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015.

alguma família imigrante do Pinhal e encaixar-se a aquele padrão. Entretanto, “a imigração alemã no Rio Grande do Sul não apresenta rosto uniforme. As diferenças entre as diversas áreas de colonização são flagrantes”. Pois, “o sucesso ou insucesso não dependeu” apenas “do grupo de imigrantes, mas das condições geográficas, do mercado disponível para a sua produção, do isolamento ou da integração”.<sup>574</sup>

A composição socioeconômica no Pinhal se fez através dos inventários dos colonos do Pinhal ainda alguns tenham se deslocado do lugar para morar em Santa Maria entendemos que conseguiram os primeiros réis a partir da produção agrícola e do trabalho acessório que a Colônia do Pinhal proporcionou. Ao acompanhar os 11 inventários dispostos temporalmente pelos anos de 1858 a 1895 temos, ao mesmo tempo, a situação econômica dos diversos anos da Colônia do Pinhal de acordo com a amostragem dos montantes de cada inventário ao passo que o resultado de uma vida.

---

<sup>574</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul...*, 2014, p. 126.

Tabela 10 - Patrimônio dos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal (1858-1895)

Ano	Nome	Bens de Raiz	Bens Semoventes	Bens Móveis	Escravos	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Outros	Montante-Mor (réis)	Montante-Mor (%)
1858	Elisabeth Schmitt	2.000.000	145.000	227.800	-	-	-	-	2.372.800	2%
1859	Henrique Rese	225.000	58.000	25.220	-	-	-	-	308.220	0%
1864	Catharina Niederauer	650.000	268.000	145.700	-	532.000	1.707.344	-	1.595.700	1%
1873	Maria Eva Albrecht	6.946.000	1.060.000	4.237.500	200.000	1.725.596	7.000.000	-	7.139.096	5%
1883	Margarida Schreiner	3.350.000	594.000	100.000	-	-	-	-	4.044.000	3%
1885	Jacob Albrecht	31.640.000	888.000	430.000	-	17.003.049	-	-	49.961.049	36%
1886	Isabel Bernd Albrecht	6.568.700	178.000	387.000	-	910.000	-	200.000	8.243.700	6%
1887	Izabel [Elisabetha] Scherer	24.236.000	168.000	394.130	-	20.473.870	-	600.000	45.872.000	33%
1888	Miguel Kroeff	5.000.000	22.000	2.245.356	-	2.361.460	5.346.880	45.000	4.326.936	3%
1894	Adolpho Kemmerich	3.600.000	-	-	-	-	-	-	3.600.000	3%
1895	Maria Albrecht Ilges	8.848.782	504.000	1.810.000	-	-	-	-	11.162.782	8%
	Total	93.064.482	3.885.000	10.002.706	200.000	43.005.975	14.054.224	845.000	138.626.283	-

Fonte: Inventário *post mortem* de Elisabeth Schmitt. Santa Maria, 1858. APERS, A 24, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Henrique Rese. Santa Maria, 1859. APERS, A 28, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Catharina Niederauer. Santa Maria, 1864. APERS, A 52, M 2, E 149. Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149. Inventário *post mortem* de Margarida Schreiner. Santa Maria, 1883. APERS, A 43, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A ?, M ?, E 114. Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 56, M 2, E 149. Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369. Inventário *post mortem* de Adolpho Kemmerich. Santa Maria, 1894. APERS, A 73, M 2, E 149. Inventário *post mortem* de Maria Albrecht Ilges. Santa Maria, 1895. APERS, A 314, M 14, E 149.

Como está disposto o montante-mor dos 11 inventários constituem 138:626\$283 réis sendo que os dois maiores patrimônios ali são os 33% de Isabel Scherer e 36% Jacob Albrecht. Contudo, se direcionarmos o foco para família Albrecht e Kroeff, levando em conta a ligação deste pelo casamento dos filhos, acumulam 39% do total dos bens. Ainda que numericamente haja uma representação maior de inventariados para a constatação, a análise é válida.

Em 1858, a imigrante Elisabetha (tradução do nome é Isabel) Scherer, 34 anos, era casada com João Conrado Scherer, 44 anos, negociante, estavam em terras da Colônia do Pinhal com os 6 filhos: Henrique, 13; Guilherme, 11; Elisabetha, 9; Maria, 7; Anna, 4 e Margarida, 1.<sup>575</sup> A notar pela medição de terras feita por João Conrado Scherer que estaria revalidando e/ou legitimando terras no Pinhal, logo deveria estar já ali antes de 1854.<sup>576</sup> Tão logo deva ter buscado nova moradia junto do marido negociante para Santa Maria para alavancar os negócios e acumular 45:872\$000 réis. Pois, o mote da família Scherer foi aplicar os dividendos do comércio em imóveis e terras porque entre os seus bens de raiz são 54% e dívidas ativas por receber 45% do inventário e sem dever a ninguém (Apêndice H). A expressão desse patrimônio repassada parte a Henrique “Pedro” Scherer seria um destaque e um atrativo para que fossem estreitados laços com sua família, em Santa Maria. Assim, acrescenta Nicoloso:

Dessa forma, podemos pensar que os laços de parentesco e negócios que uniam Martins Höehr e Henrique Pedro Scherer eram anteriores ao casamento em segundas núpcias do primeiro com a irmã do segundo, embora esta segunda união deva ter sido muito significativa para ambos, fortalecendo e renovando vínculos que já os uniam, desde que ambos haviam entrado para a rica e tradicional família de negociantes e proprietários dos Niederauer. [...] Assim, acreditamos que estes vínculos estreitados com a família Niederauer facilitaram a ascensão social nos meios da elite local tanto para Martins Höehr, quanto para Henrique Pedro Scherer, pois os cunhados ocuparam altas patentes militares no oficialato da Guarda Nacional, foram chefes políticos pelo Partido Conservador no Império e pelo PRR na República e exercem poder de mando local.<sup>577</sup>

<sup>575</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>576</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, p. 108.

<sup>577</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, p. 108-109.



Quadro 5 – Bens de raiz de Isabel [Elisabetha] Scherer - 1887

Imóveis e terras	Qtd	Un.	Valor (réis)
Casa de esquina na rua do Acampamento	1	-	7:500\$000
Casa na rua do Acampamento	1	-	4:500\$000
Meia-água na rua do Acampamento	1	-	2:300\$000
Chácara de matos com atafona	1	-	3:000\$000
Chácara com casa e arvoredor	1	-	1:000\$000
210 palmos de terreno a rua Ipiranga		-	630\$000
Meia-água na rua Ipiranga, edificado com palmos de terreno	1	-	1:500\$000
Casa velha sobre um terreno de 290 palmos de frente a rua Ipiranga	1	-	970\$000
Terreno com 400 palmos e casa no Passo da Areia	1	-	800\$000
Duas partes de campo, no termo de São Martinho, no lugar - Negrinhos	2	partes	836\$000
Um pedaço de campo no Rincão do Padilha, termo de S. Martinho	1	pedaço	100\$000
Uma posse de matos no termo de solidade	1	-	200\$000
Terreno nesta cidade, atrás da igreja com 58 palmos de frente e 250 de fundos	1	-	300\$000
Dois terrenos, nesta cidade, sendo um junto a casa do "finado" Mathias Evehs e outro em frente a Pedro Lenz	1	-	600\$000

Fonte: Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 55, M 2, E 149.

O primeiro maior patrimônio acumulado que é mais expressivo quanto de Elisabetha é Jacob Albrecht, aí lê-se do casal com Maria Eva Albrecht, e inclusive maior valor em bens rurais. Em 1873, faleceu Maria Eva Albrecht deixando a herança de 6:739\$096 réis. O valor herdado pelas partes do viúvo e doze herdeiros ficou tão diminuta devido a altíssima dívida passiva de 7:000\$000 réis que falecida continha com Felipe Beck (5:000\$000) e Pedro Weinmann (2:000\$000). Se deixou dívidas para pagar também deixou dívidas ativas a receber com 17 pessoas (16 homens e 1 mulher) no valor de 1:725\$596 réis entre os devedores estavam, por exemplo: João Lenhardt, Carlos Laidner, Miguel Adamy, Jacob Lied e a “viúva” Webber.<sup>578</sup> Que dívidas poderiam ter D. Maria Eva? Como Weimann seguiu “a mesma profissão do pai e do padrinho” de “negociante” deveria ter vendido produtos de armarinho, linhas e tecidos para Maria Eva.<sup>579</sup> Pois, no inventário da esposa de Albrecht consta em meio aos bens móveis constam 1 máquina para costura de 100\$000 e mais 3 máquinas no valor de 8\$000 réis cada.

<sup>578</sup> Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

<sup>579</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, p. 79.

A descrição não sinaliza se continuam a ser máquinas de costuras, no entanto consideraremos como tal. Já que Maria Eva Albrecht tinha muitas filhas e mesmo que as moças trabalhassem na lavoura seriam, com certeza, segundo a lógica da época seria mais interessante que se dedicasse a atividades de costura. O trabalho de corte e costura ajudava na economia doméstica e constituía um excelente trabalho acessório num ambiente rural que depende exclusivamente do bom clima e temperatura para ir a lavoura. Frente a máquina de costura estará abrigada das intempéries, trabalhará *faça chuva ou faça sol* e com um bom candeeiro pode-se costurar noite adentro. Assim, “a máquina de costura da mãe como peça da sala de visitas situada perto da claridade da janela, era uma paisagem comum a mulher pequeno-burguesa” que “contribuía com sua costura para o sustento da família”.<sup>580</sup>

Como oferta deveria ser pouca, pelo preço da máquina, e como procura bastante desde a população em geral da Colônia, os lavradores nacionais nos arrabaldes e até da batina do padre aos uniformes das Guardas de Milicas. Para as mulheres na Colônia em Blumenau a função de costureira doméstica era valorizada desde 1853 como fica exposto a carta do colono Fritz Müller ao pai:

Minha mulher, no tempo que lhe sobra da cozinha e do jardim e agora que Ana não requer mais tantos cuidados, se dedica `a costura, coisa muito bem paga por aqui (por ex., para um camisa, 16...). Também está lavando roupa para o Sachtleben, desde que ele está em Blumenau. Na época do plantio ela terá que me ajudar na roça.<sup>581</sup>

Dessa maneira, “as atividades profissionais não assumidas como tal”, nos esclarece Renaux, “eram formas de as mulheres complementarem o orçamento, e que lhe propiciavam um pouco de mobilidade financeira e uma certa margem de independência”.<sup>582</sup>

Em face da morte de Maria Eva não conseguiu pagar a tempo seus credores. Todavia, a dívida seria não só paga pelo viúvo Albrecht, mas, sobretudo, a ponto de assegurar 17:003\$049 réis em dívidas ativas, aumentando o patrimônio dele em 88% (49:961\$145 réis).<sup>583</sup> O bem material que mais deu resultado das negociações que Albrecht investiu foram os bens rurais, imóveis e terras (Quadro 6). Alguns bens já tinha como herança de sua mulher, apenas constavam como bens móveis: “engenho

<sup>580</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 144.

<sup>581</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 144.

<sup>582</sup> RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história...*, 1995, p. 144

<sup>583</sup> Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149.

de serrar” (400\$000 réis), “moinho de moer de pedra e sua cobertura” (800\$000 réis), “alambique e sua cobertura” (200\$000)<sup>584</sup>. E, posteriormente, adquiriram um valor maior conforme a produtividade.

Albrecht vinha concentrando terras desde 1854, que no entender de Seyferth resulta da lógica do camponês: “produzir o máximo na sua propriedade e adquirir o mínimo para a sua subsistência. Visava, antes de tudo, a poupança que possibilitaria a aquisição de mais terras”.<sup>585</sup>

Para tornar esse saldo tão positivo em 12 anos, Albercht empenhou-se nos negócios da pequena indústria doméstica derivada da lavoura (*Landwirtschaftlicheindustrie*): como o moinho, na vinícola (casa de fabricar vinho); e na pequena indústria não derivada da lavoura (*Technischeindustrie*): o engenho de serrar madeira. Outros colonos, além de Albrecht, dedicaram-se a viticultura, cultivo de parreiras de uvas, como confirma Theodor Amstad: “semelhante a Feliz também Pinhal, perto de Santa Maria, numa localização parecida, dedicara-se desde cedo, à produção de vinho”, a fonte “o *Koseritz-Kalender* de 1875 registra os seguintes colonos como donos de vinhas: Jakob Adamy, Jakob Albrecht, Heinrich Streccius e Martin Zimmermann”.<sup>586</sup> As negociações com a serraria devem ter somado uma razoável parcela em réis na acumulação de Albrecht, porque:

A existência de uma serraria quase sempre significava que área tinha potencial para que a colonização progredisse e apresentasse resultados favoráveis. Permitia também, ao colono recém instalado a sua primeira participação dos circuitos comerciais, já vendia os troncos para a serraria, ficando apenas com a madeira necessária para a construção da habitação.<sup>587</sup>

Das pequenas indústrias mencionadas a que mais mostra vantagens é o engenho de moer (moinho), fabriqueta movida por uma roda d’água ou por força animal. A pequena indústria de moer grãos permite muitas possibilidades de negócios colocando Albrecht em transações comerciais complexas que arrecadaria rapidamente, e facilmente, as vultosas cifras que vimos. Dando, então, ao proprietário do moinho *status* de negociante, pois situações correlatas destas ocorriam com os vendeiros nas colônias como descreve, Seyferth, os arranjos entre colonos e vendeiros:

<sup>584</sup> Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

<sup>585</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 66.

<sup>586</sup> AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade...*, 2005, p. 222.

<sup>587</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade...*, 1984, p. 64.

As atafonas e engenhos de fubá e farinha de mandioca eram em maior número mas, ainda assim, uma grande parte das propriedades não os possuíam. Como o produto bruto (milho e mandioca) não pudesse ser consumido pelos colonos - e era a base da sua alimentação aqueles que não dispunham de atafona ou engenho tinham de recorrer a seus vizinhos mais afortunados ou aos vendeiros que também se dedicavam à exploração dos mesmos. Isto originou uma série de arranjos entre os colonos e vendeiros e, em geral, aqueles que levavam o produto bruto para ser transformado em farinha perdiam um terço ou até a metade da quantidade de milhal e mandioca empregada. Havia duas formas mais comuns de arranjos: [1] quando o proprietário do engenho se encarregava de moer o produto trazido, ficava até com a metade do mesmo; [2] quando os donos do produto 'alugavam' o engenho, o pagamento exigido era de um terço da quantidade trazida para moer. O mesmo sucedia, em parte, com a transformação da cana de açúcar, embora prevalecesse a primeira alternativa, uma vez que a produção de açúcar e cachaça, exigia mais cuidados e era mais demorada.<sup>588</sup>

Na época que a esposa de Albrecht era viva o transporte dos engenhos era feito duas "carretilhas de quatro rodas" (400\$000 réis), "carreta em uso" (60\$000 réis), uma "carroça em uso" (60\$000 réis) fazendo o total de 320\$000 réis.<sup>589</sup> Depois do falecimento de Maria Eva, para garantir a melhor amparo dos negócios Albrecht melhorou o transporte dos engenhos com duas "carroças de quatro rodas e seus pertences" (360\$000 réis) e dois "carretões de conduzir madeira" (70\$000 réis) avaliados em conjunto somam 430\$000 réis. Para puxar os carretões contava 27 bois mansos (756\$000 réis) e para as carroças 2 cavalos (24\$000 réis), 2 mulas (36\$000 réis) e 1 potro (12\$000). E para pastoreio tinha ainda 6 reses de criar por 60\$000 o valor de todas.<sup>590</sup>

<sup>588</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 69.

<sup>589</sup> Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

<sup>590</sup> Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149.

Quadro 6 – Evolução dos bens de raiz do casal Albrecht, em 12 anos

Bens de raiz	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
<b>Maria Eva Albrecht - 1873</b>			
Matos no lugar denominado Pinhal Matos no lugar denominado "Pinhal" do primeiro distrito desta Vila. Contendo tudo 75 braças de frente e 700 de fundo	3 partes	50\$000	500\$000
Casa de moradia coberta com telhas forradas e assoalhada e um galpão; uma casa coberta com telhas e um galpão	2	-	1:600\$000
Data de matos denominado Boa Vista contendo 150 braças de frente e 1500 de fundos	3 partes	-	750\$000
Posse do fundo do Pinhal; contendo tudo 60 braças de frente e 500 de fundos	3 partes	-	96\$000
Data de matos no Pinhal, contendo 270 braças de frente e 1 légua de fundos.	1	-	4:000\$000
<b>Jacob Albrecht - 1885</b>			
Matos no Pinhal	1 parte	12:000\$000	12:000\$000
Casas de madeira	2	4:000\$000	8:000\$000
Moinho	1	800\$000	800\$000
Engenho de serrar, seus pertences	2/3 partes	1:340\$000	1:340\$000
Casa de fabricar vinho, um parreiral grande, um pequeno, junto a mesma casa	1	3:000\$000	3:000\$000
Casa na cidade de Santa Maria com um terreno no lado	1	6:000\$000	6:000\$000
Potreiro junto a casa do herdeiro Felipe	1	500\$000	500\$000

Fonte: Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149. Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149.

De acordo com Petrone “se muitos imigrantes conseguiram atingir uma situação econômica razoável”, como explicamos com Albrecht e Scherer, “outros enfrentam anos de penúria, chegando muitos ao fracasso completo. As causas são as mais variadas, desde infortúnios, como mortes e doenças em família, até a não adaptação do imigrante às condições do novo ambiente”.<sup>591</sup>

<sup>591</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade...*, 1984, p. 69.

Como as famílias de imigrantes que foram à bancarrota economicamente (Tabela 10) depois de perder esposos e esposas, quando pouco ainda tinham, tiveram os inventários com o percentual do montante total de 0% (Henrique Rese - 1859), 1% (Catharina Niederauer - 1864) e 2% (Elisabeth Schimit - 1858).

Depois do falecimento de Henrique Rese, a viúva Izabel (Elisabetha) Rese tinha dos 6 filhos, 3 casados e três solteiros: Izabel Rese Mayer casada com Jacob Mayer; Jacob Rese casado; e Margarida Rese Fleck casada com Christino Fleck. Morando com a mãe os solteiros: Luis 18 anos; Frederico 12 anos e João 10 anos; no terreno de residência com “125 braças de largura e meia légoa de fundos” avaliado em 100\$000 réis havia 8 reses mansas de criar (6\$000 réis) e 5 porcos (2\$000). Na “casa com arvoredos de quarenta e seis palmos de frente” por 125\$000 réis a continha 2 painéis regulares 1 chaleira, 1 mesa grande “em bom uso”, para sentar 2 bancos compridos, um relógio de parede, uma caixa grande usada, 1 baú grande, 12 pratos de louça, 6 tigelas, 6 facas de cabo preto, 6 colheres de ferro, 2 pratos de folha grande e um a frigideira todos avaliados em 25\$200 réis.<sup>592</sup>

Catharina Niederauer quando faleceu deixou ao viúvo, Felipe Niederauer e 8 herdeiros (Magdalena 18 anos, Maria 16, Jorge 14, Henrique 11, Catharina 9, Felipe 6, Carolina 4 e pequena Luisa de 2 anos) inventário avaliado em 1:595\$700, mas juntamente ficou a dívida passiva de 1:707\$344 réis que se cobradas os deixariam sem nenhum bem material e ainda um saldo negativo de 111\$664 réis. Sendo as dívidas passivas para com Pedro e Francisco Weimann, Conrado Scherer, Pedro Cassel e Pedro Stoch e o finado Felipe Henrique Niederauer. Não sabemos se as dívidas foram quitadas. Muito embora é improvável que tenham sido feitas, uma vez que Felipe Niederauer teria as relações de parentesco em Santa Maria devem ter o amenizado a cobrança. Outrossim, o próprio viúvo ficaria sem os materiais alguns bens de móveis de trabalho de carpintaria: 2 machados, 3 serrotes, 1 foice velha, 2 trados, 2 caixões, 1 martelo, 2 trados, 3 enchós num total de 24\$800 réis.<sup>593</sup>

O viúvo João Schimitt, aos 60 anos, levantou o inventário de sua esposa em 1858 para amparar seus 3 filhos: Frederico 22 anos, Henrique 10 e Carlos 8 anos.<sup>594</sup> O inventário concentrava-se em bens de raiz e bens semoventes sendo,

<sup>592</sup> Inventário *post mortem* de Henrique Rese. Santa Maria, 1859. APERS, A 28, M 1, E 149.

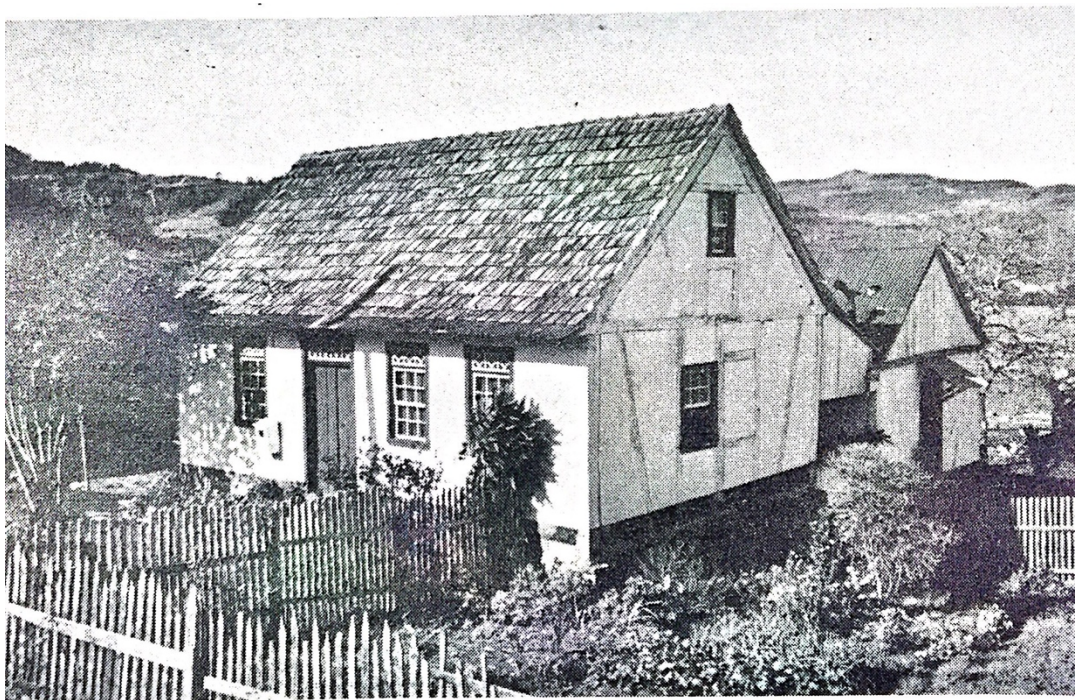
<sup>593</sup> Inventário *post mortem* de Catharina Niederauer. Santa Maria, 1864. APERS, A 52, M 2, E 149.

<sup>594</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRN, Colonização, C 35, M 65.

respectivamente, “1 dacta de mattos com 400 braças de frente e 1400 de fundos com uma caza de coberta de capim” (2:000\$000). E, em animais para engorde, venda ou consumo dos filhos tinha: 3 vacas, 1 vaca “mança com cria”, 2 novilhas, 1 novilho, 1 touro, 2 porcos e uma porca com 5 leitões; tudo avaliado em 145\$000 réis.

Esse momento no qual os filhos já estão quase todos adultos, “finalmente, depois, de 10 a 30 anos estabelecido, o imigrante pode se aventurar a um empreendimento maior: construir sua residência definitiva”.<sup>595</sup> Esta terceira etapa da moradia depende das finanças, é quando a casa passa pela construção mais elaborada e complexa a casa enxaimel (*Fachwerkhaus*) que tinha diferentes variações: casa enxaimel e taipa, casa enxaimel de tijolos, casa enxaimel e pedras de arenito (Figura 9). A moradia ainda passaria por mais ajustes após o século XIX, pois algumas casas acompanhariam os padrões burgueses na virada do século XX.<sup>596</sup>

Figura 9 – Casa enxaimel (*Fachwerkhaus*)



Fonte: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I..., 1969, p. 15.

Com as características da terceira etapa de moradia temos no Pinhal a habitação da família Kroeffer uma “casa de moradia de madeira, paredes e tijolos,

<sup>595</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura rural da imigração alemã...*, 1987, p. 110.

<sup>596</sup> CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz...*, 1988, p. 141-142.

coberta de telhas, forrada e assoalhada com 12 m de frente e 12 m de fundo. Em frente ao oeste e norte, fundos a leste. Com duas portas e janelas sem vidraças” e área de “cultura, com parreiral e arvoredos frutíferos”.<sup>597</sup>

Na tabela 10 na faixa do inventário de Maria Eva Albrecht, em 1873, consta uma coluna “Escravos” com 200\$000 réis, na coluna “Outros”<sup>598</sup> para Isabel Bernd Albecht os 200\$000 réis são referentes a um escravo liberto, alforriado, com condição de prestação de serviços por 5 anos, Izabel Scherer os 600\$000 réis são o valor dos serviços de três escravos libertos sob a condição de trabalho contratado. A bem da verdade, essas são categorias que criamos para ordenação de nossos dados porque os escravos constavam entre os bens semoventes. Sobre esta relação Maria Angélica Zubaran explica que:

As cartas concedidas pelos teuto-rio-grandenses, **a prática da manumissão *post-mortem***, modo comum na sociedade escravista luso-brasileira, quando os senhores incluíam seus escravos como ‘bens semoventes’ nos testamentos e inventários, partilhando-os entre seus herdeiros, como qualquer outra propriedade, ou ainda, deixando seus serviços para outrem.<sup>599</sup>

O Apesar de ser expressamente proibida a posse de escravos por colonos em áreas de colonização alemã, conforme a Lei nº 514 de outubro de 1848, no Art. 16 que define: “A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos”<sup>600</sup> isso foi elemento comum da vida, como foi possível visualizar anteriormente A lei tinha o objetivo desviar o colono alemão de se tornar um possível latifundiário mantendo o trabalho cativo nos lotes coloniais. Embora houvesse a lei “imigrantes e suas famílias que possuíam escravos antes de 1848 continuaram a possuí-los, ainda na década de 1870”.<sup>601</sup>

O trabalho compulsivo como posse nas colônias alemãs era uma atividade econômica para colonos na qual vendiam e compravam escravos no cotidiano, assim

<sup>597</sup> Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

<sup>598</sup> Para Miguel Kroeff a coluna “Outros” contendo 45\$000 diz respeito a uma quantia indiscriminada que há nas dívidas ativas dizendo indicada apenas como “Dinheiro 45\$000”. 1888. Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

<sup>599</sup> ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Náira; SILVA JR., Adhemar L. da. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. 1ª ed. Porto Alegre: Ed. da Ulbra, 1994, p. 70. Grifo nosso.

<sup>600</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.) *Imigração e colonização...*, 2001, p. 108.

<sup>601</sup> DREHER, Martin Norberto. *190 anos de imigração...*, 2014, p. 173.



explica Witt no estudo das famílias alemãs no mega espaço-LNRS. A exploração da mão de obra cativa tinha o intuito de otimizar o desempenho das propriedades como também imigrantes exponenciais desejar um crescimento econômico vislumbrando uma inserção social semelhante a dos vizinhos nacionais.<sup>602</sup> Em pesquisa sobre São Leopoldo, Paulo Roberto Staudt Moreira e Miquéias Henrique Mugge encontraram nos 272 inventários *post mortem* daquela Colônia o total de 1.558 escravos, entre os anos de 1834 a 1888.<sup>603</sup> Isso demonstra que a mão de obra familiar nas pequenas propriedades da Colônia de São Leopoldo não seria necessariamente um problema se houve falta de filhos porque foi suprida paralelamente com o trabalho escravizado.<sup>604</sup>

A posse de escravos não ficou limitado a São Leopoldo e Mega Espaço-LNRS, se expandindo para outras colônias no Rio Grande do Sul e refletindo para demais colônias no Brasil como explica Witt o trabalho escravo estava tão arraigado na sociedade brasileira que inclusive pastores foram proprietários de escravos, a saber, Carlos Leopoldo Voges em Três Forquilhas(RS) e Sauerbronn, em Nova Friburgo (RJ), a qual segundo o pastor “apesar das constantes lamentações” sobre o próprio “estado de pobreza e o da maioria dos colonos de Nova Friburgo” 15% das famílias desta comunidade possuíam escravos. Embora os pastores usufríssem da posse de escravos havia dissensões entre os religiosos como o pastor Hollerbach de Teófilo Otoni (MG) que não aprovava a escravidão.<sup>605</sup> A compra e venda da mão de obra escrava fora uma brecha econômica de inserção social “na lógica do século XIX” que “quem mesmo os pastores deixaram de ser agentes históricos de seu tempo, isto é, valores como moral não se colocaram como empecilhos para posse de escravos”.<sup>606</sup> Além das citadas províncias a posse de escravos também esteve presente na Colônia Leopoldina, no sul da Bahia.<sup>607</sup> Todavia, devido ao pouco número de estudos sobre a

---

<sup>602</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 152

<sup>603</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 21.

<sup>604</sup> Ver mais em: Oliveira, Franciele Rocha de. Uma colônia de imigração alemã repleta de mão negras. In: \_\_\_\_\_. *Dos laços entre José e Innocência...*, 2017, p. 109-133.

<sup>605</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 152-153. Para a escravidão em Colônia alemã de outro estado ver: CARMO, Alane Fraga. *Colonização e escravidão na Bahia...*, 2010.

<sup>606</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 154.

<sup>607</sup> CARMO, Alane Fraga do. *Colonização e escravidão na Bahia...*, 2010.

temática o que dificulta e invisibiliza a população negra nas áreas de imigração e colonização alemã como se não houvesse ocorrido.<sup>608</sup>

Na região central da Província, Santa Maria que recebeu um fluxo imigratório estrangeiro significativo a historiografia, embasada em Külzer, Nicoloso e Grigio, destaca a presença de escravos em posse de alemães para o trabalho.<sup>609</sup> Seguindo em direção a Serra Geral, na Colônia do Pinhal podiam também ser encontrados escravos nas pequenas propriedades de alemães como pode ser percebido na carta que Philipp Elicker escreveu do Brasil para seu irmão Johann Georg Elicker na Alemanha, em 26 de dezembro de 1845, descrevendo a vida do colono Jacob Albrecht morador do Pinhal que:

Estava indo muito bem, pois aprendeu em 1832 a profissão de curtidor e se sustenta muito bem com ela. Pode dizer que é um dos alemães que está em melhor situação. **Já tem diversos negros que o ajudam no curtume, além de praticar a agricultura.** Em 1834 casou-se com a filha de Nikolaus Müller (...) como resultado de seu feliz matrimônio já tem 6 filhos. Sua mãe ainda está com saúde e bem disposta como quando saiu da Europa.<sup>610</sup>

A mão de obra familiar para pequena propriedade fora subvertida e entra em conflito com as tradições camponesas que sucumbem ao acesso do trabalho cativo. Pois, Albrecht tivera 12 filhos, muito embora meados de 1845 todos fossem muito pequenos que reforça e legitima o anseio de possuir uma escrava para trabalho doméstico ou escravo para trabalho na lavoura. As colonas do Pinhal Maria Eva Albrecht, sua nora Isabel Bernd Albrecht e Izabel Scherer tinham já aqueles escravos há algum tempo, pois não eram as únicas alemãs a possuírem escravos nas suas colônias do Pinhal.

Na Colônia do Pinhal haviam 11 escravos, 7 homens e 4 mulheres, em posse dos colonos alemães e teuto-brasileiros no valor total de 5:826\$180 réis (Quadro 7) ao total. Sendo a maioria adquiridos por compra e apenas um que estava sendo vendido por Pedro Schreiner. Cada colono no Pinhal possuía na média 2 escravos

<sup>608</sup> ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis – escravos em terras de alemãs (São Leopoldo – 1850-1870). In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *Pelos Caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 189-201.

<sup>609</sup> KÜLZER, Gláucia Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009. NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Sant Maria-RS...*, 2013. GRIGIO, Ênio. *No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro...*, 2017.

<sup>610</sup> PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Cartas: Recordações e testemunhos do vivenciado... Apud KÜLZER, Gláucia Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte...*, 2009, p. 52. Grifo nosso.

para o trabalho nos lotes perto de outros senhores de escravos imigrantes de São Leopoldo ou Santa Maria, como apresenta Nicoloso:

[O] personagem de estudo de Witt, Adolpho Voges, proprietário de 5 escravos, avaliados em quase 3:000\$000 contos de réis, podia ser considerado como equivalente à elite escravocrata. Considerando o fato de que se tratava da realidade social da Colônia São Leopoldo, mais próxima em relação à capital Porto Alegre do que Santa Maria, portanto, provavelmente, também, com uma economia mais ativa, se um sujeito de origem alemã possuidor de 5 escravos podia ser equiparado a elite escravocrata se igualava à elite escravocrata, como possivelmente, estava numa posição de grande proprietário acima de alguns exponenciais 'nacionais'.<sup>611</sup>

Quadro 7 – Escravos na Colônia do Pinhal por nome, idade, situação, data da posse e valor

Colonos do Pinhal	Qtd de escravos	Nome do escravo	Idade	Situação	Data da posse	Valor (réis)
João Conrado Scherer	1	Eva	9	compra	05/02/1864	900\$000
João Conrado Scherer	1	Clemência	9	compra	22/03/1866	76\$180
Miguel Kroeff	1	Maria	17	compra	27/11/1867	500\$000
Miguel Kroeff	1	João	50	compra	24/12/1868	400\$000
Pedro Schreiner	1	Plácido	38	venda	20/12/1869	1:100\$000
João Conrado Scherer	1	Pedro	7	compra	06/02/1871	500\$000
Pedro Schreiner	1	Fortunato	14	compra	03/06/1872	1:000\$000
Maria Eva Albrecht	1	Maria	60	herança	-	100\$000
Maria Eva Albrecht	1	Carolino	60	herança	-	100\$000
Jacó Albrecht Filho	1	Antônio*	1	compra	04/05/1880	1:150\$000
Jacó Albrecht Filho	1	Eva*	-	compra	04/05/1880	-
Total	11					5:826\$180

Fonte: APERS. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos*. Vol. II, Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 315; 302; p. 292; p. 470; p. 297; p. 315; p. 299; p. 470. *Inventário post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

Em 1880, Jacob Albrecht Filho compra o escravo Antônio, de 1 ano, e sua mãe Eva é levada junto na compra, mas sem valor pago adicional por esta. Após quatro anos, apenas o menino seria alforriado, mas com a condição de prestar 5 anos de

<sup>611</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 132.

serviços para Albrecht Filho.<sup>612</sup> Da mesma maneira se sucedeu com as cartas de alforria dos três escravos, Clemência, Eva e Pedro; as quais impunham o trabalho dos libertos em forma de herança como determinou o inventário da falecida Isabel Scherer: “com a condição de acompanhar-me e servir-me por 7 annos a contar da data d’esta ficando á minha vontade o modo como usufruir seus serviços. Estas condições são transmissíveis a meus legitimos herdeiros”, assim assinou João Conrado Scherer.<sup>613</sup>

As alforrias por condição de trabalho encobrem a permanência de elementos estruturais da escravidão demonstrando que o interesse na mão de obra negra liberta se utilizava de outros mecanismos para estender o trabalho compulsório mesmo depois da liberdade como forma de suprir as necessidades laborais do cotidiano nas colônias.

Outro meio de assegurar a mão de obra do recém liberto seria atrelando-o a família escravista de modo velado pelo batismo de filhos de escravos por senhores imigrantes alemães. Muitas vezes o padrinho alemão legava o sobrenome ao afilhado ex-escravo, nessa clara demonstração clientelista e paternalista, sendo interessante destacar que nessas manifestações de micropoderes ambos se valeriam a sua maneira pelo reflexos simbólicos que poderiam arrecadar por batizar e ser batizado.<sup>614</sup> É neste sentido que Moreira e Mugge acreditam que “tal estratégia fosse adotada como uma comprovação ou afirmação de inserção comunitária, evidenciando um pertencimento que – mesmo que desigual – pudesse ser acionado em momento de confronto com *forasteiros*” uma “espécie de *proteção comunitária* (que certamente tinha o seu *preço* e os seus limites)”.<sup>615</sup>

Quando não houve sinal de alforria muito provável que houvesse fugas de escravos para em cima da serra, como nos aponta Grigio sobre as memórias de João Daudt Filho, em 1914, nas imediações do Pinhal a cerca de um Quilombo: “Lembro-me agora que, ao fazer um passeio com meu avô ao Pinhal, ele apontou umas grotas profundas à margem da Picada dizendo: - Ali era o quilombo dos *caiamboas*, nome dado aos escravos fugidos”.<sup>616</sup> Portanto, fica nítido que a região do Pinhal está longe

<sup>612</sup> Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A ?, M ?, E 114.

<sup>613</sup> Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 55, M 2, E 149.

<sup>614</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores...*, 2014.

<sup>615</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores...*, 2014, p. 92. Grifo dos autores.

<sup>616</sup> DAUDT FILHO, João. *Memórias*. 4ª. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003. Apud GRIGIO, Ênio. *No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro...*, 2017, p. 125. Grifo do autor.

de ser uma serra vazia demograficamente, haja vista as populações dos nacionais, alemãs e teuto-brasileiras e negras que habitavam e transitavam localmente. Sempre tendo em vista que a estrada do Pinhal afluía contingentes para as suas vias.

O espaço rural do Pinhal agregando diversos grupos étnicos direcionaria e tensionaria as relações sociais colocando-os numa zona de contato que tornaria, quase, inevitável o atrito. Pois, os resultados de uma vida na Colônia do Pinhal, que acompanharam os sujeitos históricos que certa em medida foram privilegiados pelas fontes para que pudéssemos avaliar os patrimônios. Não os torna afortunados ainda que, em certa medida, distintos dos demais vizinhos colonos do Pinhal que pouco conseguiram acumular. Para alguns colonos o resultado de uma vida não fora unicamente comprar/vender terras e acumular bens. As experiências que tiveram como (parte do) resultado da vida no Pinhal esteve, por vezes, permeada por conflitos.

#### 4.2.1 Cobrando dívidas

Uma historiografia da imigração alemã forjara pelo enaltecimento do enquistamento étnico teuto-brasileiro que na colonização os indivíduos foram tão somente ordeiros e trabalhadores não se envolvendo em conflitos sociais.<sup>617</sup> Tais conclusões são extraídas a partir de uniformização da colonização descaracterizando o imigrante. Contribuições historiográficas como de Witt e Mühlen têm permitido uma nova compreensão a cerca dos conflitos entre e com imigrantes alemães.<sup>618</sup> Isso permite certos paralelos como a relação de que os alemães tentaram, na maioria das vezes, resolver suas contendas litigiosamente pela Justiça do Estado, diferentemente dos italianos que se tratando de questões relacionadas à honra familiar apelavam a uma justiça autônoma baseada na moral camponesa como solução.<sup>619</sup>

<sup>617</sup> PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul...*, 1925. PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul...*, 1934. TRAMONTINI, Marcos Justo; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. *A imigração alemã na historiografia rio-grandense: Pellanda, Porto e Truda...* 2004, p. 357-361.

<sup>618</sup> WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015. MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)*. 2017. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2017.

<sup>619</sup> MÜHLEN, Caroline von. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano...*, 2017, p. 34. Ver mais em: VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. 477 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2013.

Por meio do acesso a justiça que colonos do Pinhal tentaram a resolução de seus conflitos que envolviam disputas financeiras. O demonstra uma fragmentação da comunidade por não haver um acordo ou trato respaldado por laços de confiança.

Em 26 de abril de 1871, Jacob Albrecht, “de profissão também comerciante”, estivera envolvido como réu em meio uma controvérsia, pois, o autor o negociante João Conrado Scherer, ex-morador do Pinhal, “estabelecido nesta Praça” de Santa Maria, o acusara de uma dívida “proveniente de uma factura de mercadorias” no valor de 2:575\$160 réis “de sua casa de Commercio desta Villa” comprada em 4 de janeiro de 1869.<sup>620</sup> Diz Scherer que “estabelecido nesta Praça com negocio de molhados e fasendas, nelle vende a credito e á vista suas mercadorias, conforme lhe convem” no fim do ano de 1868 Luiz Ilges, casado com Maria Albrecht, “apontou os generos” na casa, mas o vendedor não quis “fazer entrega das mercadorias apenas apontadas”.<sup>621</sup>

Os produtos da lista de mercadorias retiradas por Jacob Albrecht dada a quantidade e variedade de certos itens indicam uma possível revenda de Ilges (Apêndice G). Ao passo que dizem respeito ao ofício de Albrecht como curtidor, calçados e selarias para montaria. A quantidade de duas unidades sobre alguns itens de consumo duráveis contidos nas mercadorias, como tesouras para costura, podem indicar uma possível revenda ou mais pessoas trabalhando no corte e costura de roupas. Tinteiros de malha indicam que a confecção de roupas também envolvia tingimentos das peças, diferenciando os modelos por corte e cor. O que poderia ser parte da família Albrecht trabalhando em conjunto vestindo e calçando os fregueses.

Diante do fato de Scherer não querer entregar as mercadorias a Ilges, seu sogro Jacob Albrecht, dirigiu-se até a casa comercial ciente da negativa da entrega das mercadorias e aceita retirar, carregar, por sua conta os produtos apontados prometendo voltar para firmar a obrigação na casa comercial. Já que Ilges estaria indisposto de negociar com Scherer no momento.

Neste ato, para o vendeiro o sogro acabou assumindo a dívida do genro, mas nenhum dos dois efetuou o pagamento de 2:575\$160 réis, a qual deve ter sofrido um ajuste porque a soma das compras era 2:461\$330 réis, posteriormente, fazendo com que a situação tramitasse em Juízo para tentar reaver a quitação. Albrecht mesmo

---

<sup>620</sup> Processo Cível de João Conrado Scherer contra Jacob Albrecht. APERS, Santa Maria, 1871, N 643 M 16 E 149.

<sup>621</sup> Processo Cível de João Conrado Scherer contra Jacob Albrecht. APERS, Santa Maria, 1871, N 643 M 16 E 149.

sendo responsabilizado “o réo em tempo algúm comprou facturas de generos da casa do autor, para negociar, **por quanto o seu giro de vida é seu engenho de cerrar madeira, manufacturas, vinho nacional, e carretéar**, quando alleviado de seu trafico primitivo”.<sup>622</sup>

O julgamento é “que estando seu genro insolúvel em seu negociar” quis o autor da ação “arguindo falso e artificiosamente” por as mercadorias ao réo, o qual possivelmente pagaria, entretanto é de praxe comercial que haja conta assinada ou documento promissório e “não á lei alguma, e nem o direito patrio permite, que seja um sogro coagido a responder pelos negocios, e transações de seu genro”, ou seja, “por essas mercadorias, que farão sim a menór dívida compradas e negociadas com Luiz Ilges”.<sup>623</sup> Incidindo sobre o processo que Ilges tinha contas e transações de longa data com Scherer, contudo, o mesmo Scherer não entendeu desta forma ao responsabilizar Albrecht. No anseio de ter sua dívida paga cobrou do sogro a dívida do genro apenas repassando a parentela as cobranças. Como o juízo tornou sem efeito os reclames de Scherer porque não fora provado coube o termo de desistência da ação pelo autor. Bem como a absolvição do réu e o autor condenado a pagar por todas as custas do processo.

Após perceber que Jacob Albrecht, o sogro, ao invés do genro, Luiz Ilges, era comprometido com as finanças havendo chances razoáveis para quitar a dívida. João Conrado Scherer acionou a justiça, porém a partir da negativa judicial. O autor desiste de sua empreitada e assume o prejuízo causado por Luiz Ilges, o qual utilizou o seu sogro implicitamente como fiador no momento que pede ao mesmo que transporte aquelas mercadorias. Nos autos não é chamado Ilges e muito provavelmente nem se manifestou em prol do sogro para assumir a dívida em dinheiro. Estando o genro com uma dívida simbólica com o próprio sogro. Ponto negativo que deve ter enfraquecido os laços familiares entre ambos no Pinhal, vínculos os quais Albrecht tentou mantê-las ao se dispor a ajudar quem pertencia a sua família.

Se por um lado, havia crédito para Albrecht poder retirar as mercadorias da casa comercial. Por outro lado, também, haveria as cobranças. No século XIX, como analisou Witt, em se tratando de área de colonização alemã a forma de conseguir

---

<sup>622</sup> Processo Cível de João Conrado Scherer contra Jacob Albrecht. APERS, Santa Maria, 1871, N 643 M 16 E 149. Grifo nosso.

<sup>623</sup> Processo Cível de João Conrado Scherer contra Jacob Albrecht. APERS, Santa Maria, 1871, N 643 M 16 E 149. Grifo nosso.

crédito é fazer um empréstimo a juros com o vendeiro o qual também mantém no seu balcão às vezes de bancário.<sup>624</sup> Como explica Seyferth a relação criada na venda oferecendo crédito e poupança não era para todos, mas para:

Um certo número de colonos, com o tempo, se tornaram fregueses de uma mesma venda, isto é, cada vendeiro tinha a seu dispor um grupo de pequenos proprietários que forneciam produtos da lavoura levando em troca outros bens. Para facilitar as trocas e, em consequência, prender os colonos ao seu tipo de comércio, os vendeiros estabeleceram um sistema de contas-correntes que, de maneira rudimentar, funcionava como crédito. Em um livro o vendeiro registrava na *receita* o que colono trazia e na *despesa* o que o colono levava. Nesse sistema de crédito, os colonos tanto podiam ficar devendo ao vendeiro (no caso da receita ser menor que a despesa) ou estabelecer um *saldo* na venda (no caso inverso). De uma ou outra forma, os colonos se comprometiam com os vendeiros e ficavam sujeitos às suas decisões. Essa forma de crédito também promoveu, de certa maneira, a circulação dos bens e forçou um aumento na produção dos mesmos, a fim de preencher a demanda.<sup>625</sup>

Não sendo este jeito de conseguir empréstimo a outra maneira de arrumar dinheiro a crédito seria por meio de alguma ligação intra-familiar, um compadrio ou outro laço de parentesco. É tentando suprir minimamente tais necessidades que um grupo os alemães e teuto-brasileiros em Santa Maria, em 28 de outubro de 1866, fundaram a Associação Alemã de Assistência (*Deutscher Hilfsverein*) seis meses depois da fundação da Comunidade Evangélica Alemã (*Deutsche Evangelische Gemeinde*).<sup>626</sup> Aquela “sociedade Alemã de Amparo Mútuo” tinha por finalidade “amparar os sócios e também os alemães desconhecedores das condições locais”, explica Amstad, “a tarefa era cumprida através da concessão de empréstimos, através de subvenções em dinheiro e de outros recursos em casos de doenças e falecimento”.<sup>627</sup>

O associativismo como expressão cultural germânica dos colonos no Rio Grande do Sul fez com que espalhassem 344 dessas sociedades, centros de sociabilidade, os quais tinham as mais diversas funções e objetivos nas suas origens, assim, fazendo surgir uma variedade de nomes sociais como Associações, Sociedades, Clubes, Caixas e Coros (Corais).<sup>628</sup> As quais na base detinham uma

<sup>624</sup> WITT, Marcos Antônio. *Locus colonial privilegiado: a venda*. In: \_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 228-278.

<sup>625</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 110-111.

<sup>626</sup> NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS...*, 2013, p. 48.

<sup>627</sup> AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 339.

<sup>628</sup> Amstad expõe uma breve descrição das associações alemães no Rio Grande do Sul e apresenta um quadro demonstrativo das associações (sede/nome social/ano de fundação/quantidade de sócios).



razão de ajuda mútua para tempos de instabilidade econômica, continuidade e resolução dos problemas comunitários que não estavam ao alcance do padre ou do pastor. Nas sedes de reuniões elaboravam momentos de recreação que davam um alento na rotina de trabalho. Eram lugares não só de sociabilidade como de manifestação de poder em destaque numa vitrine social durante as confraternizações de: tiro esportivo, bolão, ginástica, corais<sup>629</sup>, leitura<sup>630</sup>, jantares e bailes.

Referente as associações de caráter alemão e teuto-brasileiro em Santa Maria e região abrangente constava: 7 em Agudo (Colônia Santo Ângelo), 3 em São Pedro do Sul e 8 em Santa Maria. Nesta última suas sociedades são: Sociedade de Atiradores, Sociedade de Ginástica Jahn, Sociedade de Canto Teutônia, Sociedade Alemã de Amparo Mútuo (*Deutscher Hilfsverein*), Associação Alemã Católica de Homens, Sociedade Atiradores e Cantores, Sociedade União Popular Católica e Caixa de Poupança da Sociedade União Popular.<sup>631</sup> Há uma pequena diferença quanto a tradução da *Deutscher Hilfsverein* ora como Associação Alemã de Assistência ou Sociedade Beneficente Alemã ora Sociedade Alemã de Amparo Mútuo, isso diz respeito a transformação que a sociedade passou.<sup>632</sup>

Em 1866, em Santa Maria, conforme o memorialista Brenner, da fundação da Sociedade Beneficente Alemã entre os 18 participantes fundadores e aqueles que assumiram os cargos da primeira Diretoria estavam: presidente - Otto Brinckmann, vice-presidente - Franz Weinmann, secretário - Wilhelm Fischer, tesoureiro - Peter Cassel; diretores - Nicolaus, Ehlers, Philipp Jacob Schirmer, Jacob Maurer e Jacob

---

Ver mais em: AMSTAD, Theodor. O associativismo. In: \_\_\_\_\_. *Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 301-360; p. 348-360.

<sup>629</sup> Como a Sociedade de Leitura e Canto Jovialidade (1892) de Alto Sampaio, em Venâncio Aires, fundada pelos imigrantes 15 anos após a criação da Colônia. Ver mais em: FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Canção dos imigrantes...*, 1983.

<sup>630</sup> Como a Sociedade de Leitura Hermann Faulhaber (1903), em Panambi, Colônia *Neu-Württemberg*, organizada pelo casal Marie e Hermann Faulhaber e sendo difundida pela esposa. Ver mais em: SCHMITT, Denise Verbes. *Sociedade de Leitura Hermann Faulhaber...*, 2017.

<sup>631</sup> AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 354; p. 356.

<sup>632</sup> No início do século XX, a Sociedade Beneficente Alemã torna-se de amparo mútuo e, em decorrência, dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial a sociedade é desativada. Ainda sobre os reflexos do conflito tem dificuldades para se reerguer administrativamente precisando trocar de nome para Sociedade Concórdia, a atribuição de *Concórdia* é para sinalizar com, o sinônimo de acordo-paz-harmonia, as diretrizes das políticas de nacionalização no Brasil. Na década de 1960, uma assembleia geral (07.10.1966) dos associados fizeram uma fusão entre a Sociedade Concórdia e o Clube de Caça e Pesca de Santa Maria originando a Sociedade Concórdia de Caça e Pesca (SOCEPE) com a sede até hoje na rua Venâncio Aires, nº 1596, em Santa Maria, e uma sede campestre, com 50 hectares, em Itaara. A sede campestre compreende a área da antiga Fazenda da Cachoeira do Pinhal, que fora posse de Manoel Alves Pereira e comprada para as colônias de Jacob Albrecht, Jacob Adamy e Miguel Kroeff. BRENNER, José Antonio. A SOCEPE completa 150 anos desde o *Deutscher Hilfsverein...*, página 3.

Schimre. E demais 10 fundadores: Abraham Cassel, Augusto Morsbach, Carlos Lampert, Heinrich Druck, Miguel Adamy, Nicolau Becker, Pedro Weimann, Peter Brenner e Theodoro Weber.<sup>633</sup>

O memorialista Belém, diferentemente de Brenner, destaca muito mais que 18 fundadores.<sup>634</sup> Sobre tal Brenner argumenta que lhe “causa estranheza a relação dos 71 fundadores” porque “certamente teve acesso à mesma documentação”. Sendo “a hipótese mais provável é que, feita a ata, após assinatura do presidente, novos associados passaram a assiná-la, sem apresentá-la antes aos fundadores”.<sup>635</sup>

Participando da Sociedade Beneficente Alemã (*Deutscher Hilfsverein*), em 1866, estiveram alguns colonos do Pinhal como fundador Miguel Adamy e como associados: Miguel Kroeff e Jacob Albrecht; Henrique Streccius e Stefan Bopp. Os dois últimos não estão no Mapa estatístico de Normann, mas são nomes recorrentes como moradores no Pinhal. O intuito primeiramente da sociedade era “amparar os germânicos que, passando pela cidade estivessem baldos de recursos, como era comum naquela época de intensa imigração” e, “modificou, depois, seus estatutos, tornando-se em Sociedade Beneficente de amparo mútuo”. Para se associar era necessário pagar uma mensalidade de \$500 réis e a *jóia* de 2\$000 réis. Como a Sociedade possuía uma Caixa de Pecúlios Mutuários, em caso de falecimento do sócio da Caixa, cada participante entraria com uma quota de 5\$000 para que a família estivesse assistida em 1:000\$000 para realizar o funeral.<sup>636</sup>

Apenas cinco habitantes do Pinhal, com suas famílias, faziam parte da Sociedade Beneficente Alemã em Santa Maria. Não temos referências se os demais colonos associaram-se naquelas outras agremiações. Entretanto, das dezoito associações criadas na região de Santa Maria nos causa perplexidade que a comunidade do Pinhal não tenha se organizado para um objetivo associativo. Pois, a organização das comunidades em centros associativos de convivência não estava restrita a grandes localidades ou centros populacionais, haja vista as inúmeras associações que surgiram partir de colônias localizadas em Linhas e Picadas. Mas,

---

<sup>633</sup> BRENNER, José Antonio. A SOCEPE completa 150 anos desde o *Deutscher Hilfsverein*, Jornal *A Razão*, 29 e 30 de outubro de 2016, página 3.

<sup>634</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria 1797/1933...*, 2000, p. 263.

<sup>635</sup> BRENNER, José Antonio. A SOCEPE completa 150 anos desde o *Deutscher Hilfsverein*, Jornal *A Razão*, 29 e 30 de outubro de 2016, página 3.

<sup>636</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 263-264.

sim, pautada sobre o envolvimento identitário das respectivas comunidades em direcionar esforços em prol grupo.

Já que a Colônia do Pinhal estava acompanhando o ritmo religioso dos alemães santa-marienses. Porque após a criação da Comunidade Evangélica Alemã (1866) com a fundação da Sociedade Beneficente Alemã e a construção da primeira capela, ainda sem torre, sob a responsabilidade do construtor Miguel Adamy<sup>637</sup>. O templo de “aspecto de uma casa sem forma exterior de templo” religioso respeitava as normativas constitucionais do Império do Brasil, de religião oficial católica romana, que tolerava a construção de locais de culto não católico romano nesses moldes. Sendo a primeira capela luterana, em Santa Maria, inaugurada em 14 de dezembro de 1873, vinculada anos mais tarde em 1887 ao Sínodo Evangélico Rio-Grandense.<sup>638</sup>

Três anos após “os alemães luteranos da vila santa-mariense e da colônia alemã do Pinhal, hoje Itaara” unirem-se “na formação de sua Comunidade Evangélica”.<sup>639</sup> No Pinhal, entre 1869-1870, os colonos anteciparam-se aos cidadãos de Santa Maria construindo uma capela para o culto protestante, na qual contribuíram para a construção: Jacob Albrecht, Jacob Albrecht Filho, Miguel Adamy, Jacob Adamy Filho, Frederico Adamy, Pedro Daniel Gehm, Henrique Streccius, Henrique Kurtz, Luiz Ilges, Pedro Schreiner, Pedro Scherer, Fernando Jansen e, inclusive, o católico, Miguel Kroeff (Figura 10).<sup>640</sup> Parece quem teve destaque significativo na iniciativa da construção da capela luterana seja por homenagem seja por doação dos dois sinos para o campanário da capela fora a família Albrecht, a qual tem o nome gravado em um dos sinos fundidos em Bochum, na Alemanha.<sup>641</sup>

<sup>637</sup> Conforme Weimer, João (Jacob) Miguel Adami nascido em 1834, na Picada 48 em Ivoti, filho do imigrante Jacob Adami, natural de Schmidthachenbach, Alemanha. “Jacob, mais tarde, foi um dos pioneiros da Colônia do Pinhal, hoje Itaara”, junto do seu pai. “João Miguel instalou uma marcenaria nessa localidade e foi construtor da igreja da Comunidade Evangélica de Santa Maria, em 1873, que, segundo os preceitos vigentes no Império, não podia ter torre. É conhecido o caso policial ocorrido, em 1887, quando a Comunidade resolveu construir a torre onde instalaria três sinos importados de Bochum, Alemanha. Não consta se Adami também foi o construtor da controversa torre. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses...*, 2006, p. 22-23.

<sup>638</sup> NEUMANN, Reinoldo Glück. Luteranismo – um pouco de história. In: ZUSE, Adélia Juracy; NEUMANN, Reinoldo Glück; SCHLEMPER, Renan (Orgs.). *Luteranos em Santa Maria 1866/2016 – 150 anos*. Santa Maria: Edição do Autor, 2016, p. 16-17.

<sup>639</sup> BRENNER, José Antonio. 150 anos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, *Jornal A Razão*, 02 e 03 de abril de 2016, s.p.

<sup>640</sup> As únicas informações a cerca da capela luterana provém desse autor memorialista sendo que não indicação de fontes. BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 188.

<sup>641</sup> No sino maior consta a legenda: **Em memória da família Albrecht. - Pinhal 1885.** Glória ao Pai e ao Filho. O Espírito Santo em seu trono (*Zum Andenken an die Familie Albrecht. – Pinhal 1885. Ehre sei dem Vater und dem Sohn. Dem heiligen Geist in einem Thron*). Já no sino menor: Fundido para a comunidade do Pinhal em Santa Maria - 1885. A Santíssima Trindade seja louvada e glorificada na

Como na Colônia do Pinhal a religião entre os habitantes da comunidade estava dividida contendo além dos 77 protestantes (luteranos) também 62 católicos.<sup>642</sup> Não tardou para que entre 1872 a 1878 os católicos construíssem um templo para própria reunião, a igreja de São José, a qual recebera o auxílio financeiro dos cristãos: Miguel Kroeff, comendador Francisco Ferreira de Castilho, João Pereira de Almeida, Agostinho Pereira de Almeida, Manoel Lucas Anes, Francisco de Paula e Silva - Barão do Ibicuí, Firmino de Paula e Silva, filho do Barão do Ibicuí e Francisco Pedro Buarque de Abreu - Barão do Jacuí. Embora tenha sido, de acordo com Belém, o verdadeiro fundador o Barão do Ibicuí que coletou os donativos para obra também monitorou a construção do edifício, ademais, sendo o maior contribuinte com valor de 3:237\$700 para liquidar as dívidas da obra do total de 5:261\$000 réis para que fosse inaugurado em 25 de março de 1878.<sup>643</sup>

Salientamos a baixa participação dos colonos católicos e os nacionais que na maioria não constam como confrontantes nas terras do Pinhal o que já demonstra que não são moradores no Pinhal e, provavelmente, menos ainda serão assíduos nas missas. Sendo assim, o levantamento da capela católica se deveria também ao fato de que as igrejas com suas paroquiais se destinavam a locais eleitorais no século XIX? O que nos faz pensar dessa maneira é o cenário político em Santa Maria ocorrido a partir das forças políticas liberais no pleito de 1872 como ressalta Cristiane Debus Pistoia: “Nessa ocasião, deveriam ser selecionados os votantes que elegeriam os candidatos a deputados para Assembleia Nacional e Provincial. Para que isso ocorresse, foi determinado que, em 18 de agosto de 1872, as paróquias definissem seus eleitores gerais”.<sup>644</sup>

---

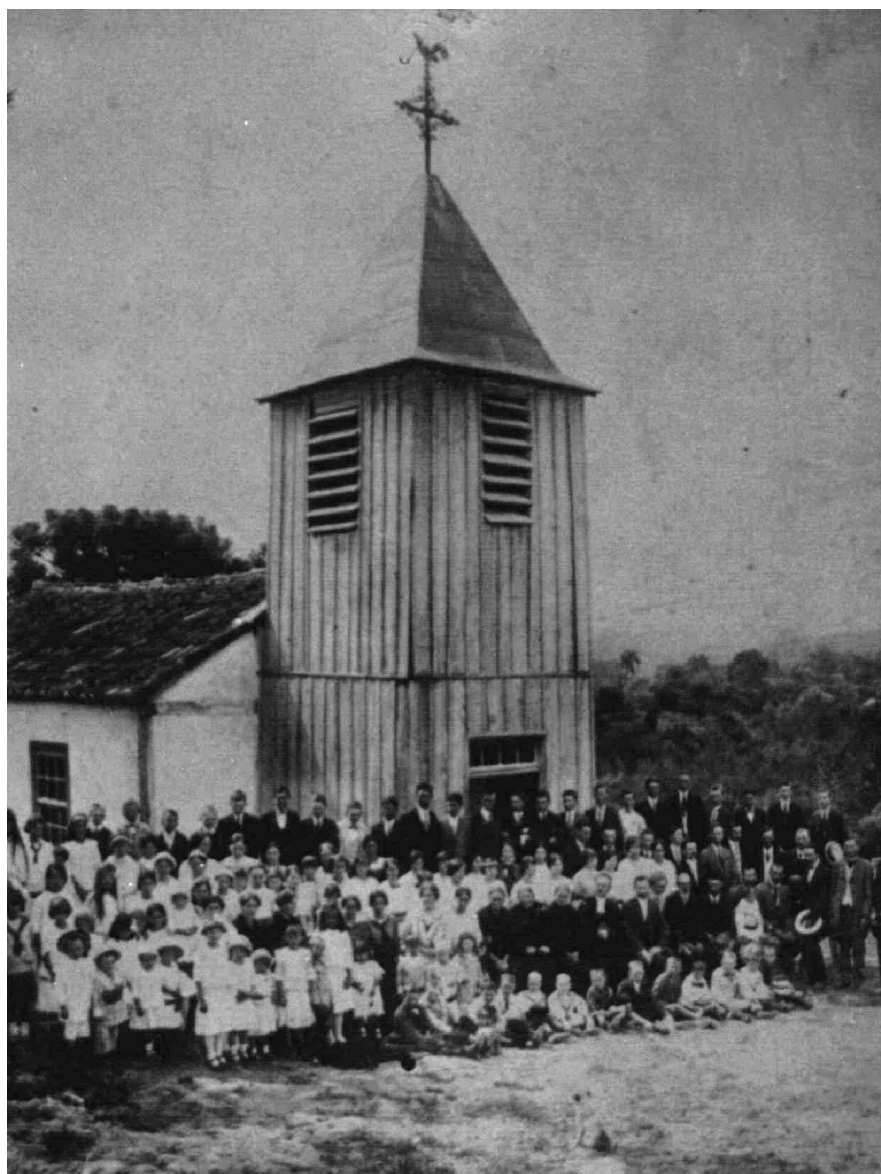
eternidade (*Gegossen fuer die Gemeinde von Pinhal zu Santa Maria – 1885. Der heiligen Dreifaltigkeit sei Lob und Preis in Ewigkeit*). BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 188-189. Tradução nossa. Grifo nosso.

<sup>642</sup> Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRs, Colonização, C 35, M 65.

<sup>643</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 189.

<sup>644</sup> PISTOLA, Cristiane Debus. *O coronel, o jornalista e o delegado: cultura, política e violência em Santa Maria*. Santa Maria, RS: Abril, 2011, p. 29.

Figura 10 – Capela evangélica luterana no Pinhal - 1905



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

É a possibilidade que as novas capelas dariam a chance de mais votos nas respectivas localidades, no caso, construindo a capela de São José do Pinhal os Barões do Ibicuí e Jacuí poderiam acionar a retribuição da ajuda em cima de votos para seus correligionários políticos. Uma vez que é sabido a influência que detinha na região do Pinhal o Barão do Ibicuí desde a abertura da estrada do Pinhal.

Nesse sentido, além das influentes personalidades, a capela católica no Pinhal obteve o auxílio do Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt (1837-1911), estabelecido religiosamente em Santa Maria durante 1866 a 1877, foi “um sacerdote

zeloso, lutou contra o protestantismo” fundando a capela de São José do Pinhal.<sup>645</sup>

O empenho na construção da capela católica de São José no Pinhal fora ao mesmo tempo uma oportunidade política e religiosa o cônego Marcelino Bittencourt.<sup>646</sup> Pois, política e religião alinharam-se com um só foco diante dos embates que travados pela Igreja Católica em Santa Maria quando orientou-se pela doutrina do ultramontana<sup>647</sup> advinda da Europa. Como reflexo marcante da rivalidade religiosa entre a Igreja Católica e o protestantismo no Pinhal é a localização de ambas as capelas. A capela católica de São José do Pinhal ao lado da capela evangélica luterana, a menos de 50 metros de distância, em destaque na frente da estrada do Pinhal numa área central, externalizando a busca por *espaço religioso* (Anexo C).

Com toda a agitação provocada pelas construções das capelas no ambiente rural das colônias agrícolas e, em seguida, mesmo sendo elevada a localidade do Pinhal à Freguesia<sup>648</sup> do Pinhal, em 1882, e que Belém ufanou: “Marchava, desassombradamente, para um futuro magnífico a próspera povoação, rivalizando em comércio, vida social e movimento”.<sup>649</sup> A Colônia do Pinhal não se apresentava com

<sup>645</sup> RUBERT, Arlindo. *A diocese de Santa Maria*. Santa Maria: Palloti, 1957, p. 40.

<sup>646</sup> O cônego Marcelino Bittencourt estivera envolvido no início dos desentendimentos políticos em Santa Maria que se desenrolariam no assassinato do jornalista Ernesto Oliveira a mando do Coronel Martins Höehr. Conforme Pistoia (2011, p. 29) Martins Höehr “foi um célebre coronel da Guarda Nacional que guerreou na campanha contra Solano Lopez, no Paraguai. Homem de muitas posses, pois possui terras e casas de aluguel na cidade. Suas relações sociais eram conturbadas com grande parte dos moradores locais, o que não excluir amizades com próceres comerciantes e fazendeiros de regiões adjacentes como Pinhal e São Martinho da Serra. Apesar da riqueza, ele não possui boa fama na cidade devido a alguns casos violentos que aconteceram e que ‘soavam aos quatro cantos’ que seria ele o mandante”. A relação entre o Cônego e Coronel é “um dos fatos que marcaram o passado político do Coronel Höehr foi ter mandado três indivíduos espancar, em 11 de junho de 1883, o Cônego Marcelino Bittencourt e seu coadjutor o Padre Francisco Morano Rositi. Após acabar a novena, os sacerdotes saíram da Igreja Matriz de Santa Maria e dirigiram-se para as suas residências. No meio do caminho, os clérigos se depararam com homens que ameaçavam dar-lhes uma surra com um cabo de relho. Tentando defender-se ‘da ação rápida dos agressores o padre Morano esboçou uma reação, mas tomou um golpe no rosto que quase lhe fez perder o olho direito’. Enquanto isso, o vigário Marcelino Bittencourt, atingido na cabeça, ‘desviava-se das patas do cavalo até chegar numa casa de esquina onde se encontravam algumas pessoas que o acudiram” (PISTOIA, 2011, p. 37). Ver mais em: PISTOLA, Cristiane Debus. *O coronel, o jornalista e o delegado...*, 2011.

<sup>647</sup> De acordo com Biasoli (2010, p. 43) “o ultramontanismo foi uma respostada Igreja romana ao avanço liberal. Após a onda revolucionária de 1848, o papado se tornou o polo da reação. A igreja passou a jogar no campo dos conservadores, todos eles perplexos diante do crescimento das forças liberais e dispostos a restaurar a ordem sociopolítica tradicional. Dessa forma, a Cúria Romana colocou-se na cena política como forte defensora da ordem e da autoridade, que, no seu entendimento, não existiram sem o apoio da religião”. Ver mais em: BIASOLI, Vitor Otavio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

<sup>648</sup> Os municípios criados até 1950 no Rio Grande do Sul detinham a seguinte evolução administrativa para divisão territorial: Povoado, Vila, Freguesias, Município e Cidade. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul...*, 1981.

<sup>649</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 189.

tanta desenvoltura socioeconômica, como destacou o autor<sup>650</sup>. Pois a comunidade rural alemã e teuto-brasileira no Pinhal nem organizou uma *Stadtplatz*, um lugar central de convivência, como explica Seyferth sobre Brusque/SC:

A vila de Brusque era o mundo dos camponeses estabelecidos na região. Era o local onde estavam as vendas, as capelas católica e protestante, o cemitério, as escolas, a sociedade dos atiradores, a administração da colônia, o ancoradouro. Era para ela que convergiam os caminhos coloniais importantes; era onde os imigrantes recém-chegados ficavam aguardando a posse dos seus lotes e davam informações e notícias da Alemanha. Talvez por tudo isso, não era chamada de Dorf (aldeia), mas sim de Stadtplatz (de Stadt = cidade, e Platz = lugar): a vida social, econômica e religiosa dos colonos estava estreitamente vinculada a ela - principalmente a vida econômica. A vila era ao mesmo tempo aldeia e cidade.<sup>651</sup>

Apesar de reter mínimas características de uma *Stadtplatz* na área central da Colônia do Pinhal, próxima a estrada, com as duas igrejas e cemitérios das confissões religiosas, no nosso entender o que corroboraria a *Stadtplatz* seria o associativismo entre a comunidade para criação de uma Sociedade que a integrasse através cooperação. E isto não parece efetivar-se. Geralmente, o isolamento, a falta de contato, provoca a estagnação de uma sociedade. Todavia, pelos indícios, nos parece, que na Colônia do Pinhal ocorreu processo inverso. O constante contato da do com Santa Maria, pela estrada do Pinhal, gerou um processo inverso isolando a Colônia do Pinhal. Ou seja, a própria Santa Maria foi tornada a *Stadtplatz* para os moradores do Pinhal.<sup>652</sup>

A ausência de associações no Pinhal fez muita falta para alguns colonos que desamparados aceitaram empréstimos com credores a preços altos como João Lenhardt que precisou hipotecar sua casa devido uma dívida com Pedro Schreiner, cobrada em 1880. Pedro Schreiner era credor hipotecário de João Lenhardt e

<sup>650</sup> Bélem dedica na sua obra, de 1933, três páginas ao Pinhal, colonizado por alemães e uma página ao Pinhal, colonizado por judeus, na Colônia Philippon, em 1904. Indo a obra ao encontro daqueles livros de Pellanda, Porto e Truda. Belém omite as fontes o que já ressaltamos dificultar a verificação, análise, e o entendimento das conclusões do autor. Sendo por muito tempo o memorialista a única forma de se conhecer tais colonizações e/ou Pinhal. Ver mais em: BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 189-191.

<sup>651</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 86.

<sup>652</sup> Passados 161 anos da colonização alemã (1857), 114 anos da colonização Judaica (1904) e muitas outras migrações de intra-municipais para o Pinhal, depois de emancipar-se de Santa Maria, a qual era distrito, tornando-se o município de Itaara, pela Lei Estadual nº 10.643 de 28.12.1995. O jovem município tem enormes dificuldades em arrecadar impostos e compor um centro econômico muito devido a situação de proximidade com Santa Maria que tem um comércio atrativo. Sobre a economia de Itaara. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaara/panorama>>. Acessado em: 12 abr. 2018.

Magdalena Lenhardt, sua mulher, todos moradores no Pinhal, na quantia de 2:766\$326 réis “capital e dos juros de lei vencidos” que firmaram em acordo em, 16 de setembro de 1873.<sup>653</sup>

Quando o casal Lenhardt foi cobrado por Schreiner em 25 de julho de 1880, os títulos já achavam-se vencidos em três anos, nove meses e vinte dias e a dívida somava, até a presente data, 3:679\$000 réis. Portanto, Schreiner acionou a Justiça com a petição para que fosse reembolsado “dentro de vinte e quatro horas pagar, seguindo este prazo proceder-se incontinenti á penhora nos immoveis descritos na supracitada hypotheca”.<sup>654</sup> Os bens hipotecados pelos réos tem efeito porque:

Como elles devedores, disseram mais que são senhores e legítimos possuidores de uma chacara sita no Pinhal deste Districto contendo casa de moradia coberta com telhas, com cosinha, com curtume cercadas alguns arvoredos e mais benfeitorias e que da mesma penna que elles possuem dita chacara livre e desembargada de qualquer uma hypotheca aos seus credores Pedro Schreiner para garantia da quantia acima declarada, e pelo tempo combinado no mesmo documento, ficando livre ao credor o direito e direito de haver a si dita chacara, desde que no tempo combinado.<sup>655</sup>

Nos termos da lei a petição fora executada com mandado de *Auto de apreensão, sequestro e depósito* do imóvel: “Uma chacara com casa de moradia, coberta de telhas com cosinha, curtume em ruínas, benfeitorias e mais accessorios sendo as paredes da casa de tijolos”. Quem cumpriu as ordens do juiz municipal Vicente Alves Rodrigues de Albuquerque foi Guilherme Kurtz como depositário particular que teve o “imovel depositado em mãos e poder” perante as testemunhas Frederico Albrecht e Jacob Albrecht Filho.<sup>656</sup>

Em tentativa de reverter a situação Lenhardt se defende pelos mesmos meios legais, acionando a justiça também, por Embargo Jurídico a petição de Schreiner. Nesse sentido dispõem alguns pontos no processo civil para dimensionar a questão.

O embargante Lenhardt disse ser devedor de Miguel Kroeff na quantia de 2:223\$330 réis e que “era ameaçado de ser executado pelo dito seu credor Miguel Kroeff e de supor consequencia penhora” da casa em “que habita com sua familia, sito no Pinhal” devido a dois documentos vencidos e protestados em 15.05.1873. E como o embargado Schreiner era “inimigo de Kroeff veio procurar o embargante,

<sup>653</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

<sup>654</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

<sup>655</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

<sup>656</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.



offerecendo-lhe seu prestimo e proteção” aconselhando-o para que o apresentasse também como seu devedor com uma quantia hipotecaria. Aceitando “o conselho do embargado [Schreiner] que para este fim era credor jurado” antes do seu “desaffecto de Miguel Kroeff”. Argumenta Lenhardt que junto de sua mulher aceitaria de hipotecar a casa para garantir uma dívida.<sup>657</sup>

A insistência de cobrança por parte de Kroeff faz com que Lenhardt tome uma medida um tanto quanto desesperada para não perder a casa da família. Quando assume uma “suposta dívida” com Schreiner imaginando que não poderia ser cobrada a dívida com Kroeff porque o imóvel teria sido hipotecado duas vezes. E nem mesmo, nos seus piores pesadelos, poderia crer que a dívida falsa acordada com Schreiner seria um dia cobrada na justiça. Agora Lenhardt não tinha apenas uma dívida, mas duas dívidas exorbitantes. Foi um momento oportuno que Schreiner aproveita a conjuntura da situação para atingir o desafeto Kroeff de duas maneiras: 1) fazendo com que Lenhardt não quite a dívida com Kroeff ao passo que 2) redirecionaria o pagamento da nova dívida para ele, Schreiner. Uma simples conferência nas datas dos empréstimos já serviria para saber qual a hipoteca mais antiga, de Schreiner ou de Kroeff, no entanto a peça jurídica percorre outros caminhos para averiguar e solucionar os casos.

Logo, entre as comprovações no Processo Civil destacamos a relevância para a determinação que Lenhardt precisará fazer: “Provará que tanto a letra como a escriptura da hypotheca, que [ele] o embargante formou em desesseis de setembro de mil oitocentos e setenta e tres [16/09/1873], são falsas” e que “este é o contracto donde deixara a resposta [de] obrigação do embargante que aquelles documento representão foi e he simulado” no intuito de se furtar ao pagamento de Kroeff.<sup>658</sup>

Ao encontro disto também, Lenhardt tentará provar “que a dívida cuja cobrança hoje exige o embargado [Schreiner]” dele é sem efeito “por quanto o embargante na dacta dos documentos [...] funda o embargado a sua acção, nada lhe devia, visto que com elle até então jamais tivera transação ou negocio de qualquer especie a menos receber delle [...] nenhum contracto”. Como resolução da sentença vistos o Auto em questão pelo juiz tendo Pedro Schreiner de autor e João Lenhardt de réu, condenou-se o réu a pagar a quantia de 3:679\$000 réis inclusos os juros.<sup>659</sup> Quanto a Kroeff não

<sup>657</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

<sup>658</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

<sup>659</sup> Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

há resolução para a dívida com Lenhardt, talvez, porque foi apenas citado nos autos cabendo resolução apenas se movesse uma ação judicial contra o réu.

Não sabemos ao certo, em que medida os fatos procedem na totalidade, contudo é a maneira de autodefesa com as atitudes utilizadas pelos sujeitos sociais no ato de (sobre)viver diante da falta de apoio que nos interessa. Isto tudo nos indica uma comunidade fragmentada e sem cooperação entre si. Onde a individualidade sobrepõe-se a coletividade na vizinhança. Até momento demonstramos através de alguns exemplos como houve uma escalada na tensão dos relacionamentos entre os colonos no Pinhal envolvendo cobranças de dívidas em dinheiro, isto é, pagáveis. E silenciosamente os conflitos acirram-se de tal maneira que certas dívidas cobradas não são pagáveis com dinheiro, mas com a honra.

#### **4.2.2. *No teatro do crime: a cobrança das dívidas de honra***

O crime em destaque é o único ocorrido, ao menos registrado, envolvendo diretamente a comunidade alemã no Pinhal. Nos deparamos com tal crime a partir da pesquisa de Daniela Vallandro de Carvalho que mapeia em Santa Maria, de 1885 a 1915, os confrontamentos entre as classes populares enfatizando as estratégias dentro dos grupos étnicos em conflito tendo como base as fontes dos processo-crimes.<sup>660</sup> Como no estudo constava apenas um crime contento os agentes sociais de nosso objeto de pesquisa enveredamos para uma investigação para os anos anteriores a 1885 no APERS até 1850 e não havia mais nenhum crime que nos fosse pertinente.

O caso no qual é anunciada a breve presença do colono teuto-brasileiro, como vítima, pela autora faz parte dos 3 processos da análise do tipo de crime assassinatos ou tentativas de assassinatos, sendo 12,05% naquela tipificação, que contém mais de um réu envolvido no ato do total 33 processos-crime (na tentativa) de assassinato. Então, dos 37 réus daqueles 3 processos-crimes envolvendo mais de um réu, um processo tem a participação de 3 denunciados e os dois processos restantes tem 2 réus. O que Carvalho indica como constatação que a grande maioria dos réus executava o crime sozinhos ou ao menos eram indiciados nesta condição não se

---

<sup>660</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. “Entre a solidariedade e a animosidade”..., 2005, p. 124.

excluindo que pudessem ter a ajuda de *comparsas*.<sup>661</sup> A breve descrição apresentada pela autora sobre o processo-crime de 1893, que subtraímos o tipo do crime e a sentença para que pudéssemos desenvolver a narrativa, dizia respeito ao crime ocorrido no Pinhal, 1º distrito de Santa Maria, com o lavrador Martin Zimmerman, já com 70 anos, como vítima e os réus, cúmplices, Ângelo Dalcol, italiano (da Província do Treviso) 26 anos, agricultor, casado e analfabeto e Aleixo Rodrigues de Barcelos, pardo (descrito também como crioulo e preto), 21 anos, agricultor e jornaleiro, solteiro e analfabeto.<sup>662</sup> O conflito interétnico na localidade nos incitou a averiguar qualitativamente a fonte para compreender em mais uma situação que indicava a desagregação na Colônia do Pinhal.

Entre 1875 a 1915, em Santa Maria os três tipos de crimes com maior incidência pela ação de 237 réus foram: 162 Agressões/Ferimentos (52,76%), 38 Furtos/Roubos/Saques (12,37%) e 37 Assassinatos ou tentativa de (12,05%). Denotando assim uma preponderância em mais de 50% dos crimes o expediente da agressão ou ferimentos demonstrando como algo “típico de uma sociedade onde os atritos eram, preferencialmente, resolvidos de forma privada entre os envolvidos e em cuja *tratativa* entrava habitualmente o recurso à violência física”.<sup>663</sup>

Deveria ser naqueles dias frios do inverno de agosto no Pinhal quando a garoa dá uma trégua para que a neblina com sua branquidão escurecesse todo ambiente serrano que teria sucedido o crime: “o sinistro fim que intentaram por motivos completamente alheios a sua vontade como adiante se vê”.<sup>664</sup>

Na noite de 22 de agosto de 1892, Martin Zimmermann tinha ido a Santa Maria e “n’um ponto da estrada” do Pinhal “que desta cidade segue para aquele lugar”:

Voltava n’aquela noute tranqüilamente para sua morada também no referido ‘Pinhal’ ao ser surpreendido e arrebatado de cima do cavalo em que montava pelos citados denunciados Dalcol Angelo e Aleixo Rodrigues de Barcelos resistio valentemente o ataque de que estava sendo vitima a ponto dos favorecido pela sua reconhecida força muscular, conseguir [...] agarrar os ferros homicidas que ao peito [lhe] eram dirigidos pelos denunciados e entortar os com o que ficou bastante ferido n’uma mão conseguindo ms [mesmo] a gritos de socorro atrair seus vizinhos cuja aproximação Dalcol Angelo e Aleixo se poseram em fuga precipitada deixando no theatro do

<sup>661</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. “*Entre a solidariedade e a animosidade*”..., 2005, p. 124.

<sup>662</sup> No processo-crime a idade de Martin Zimmermann consta como 70 anos e não 61 anos como expõe a autora. CARVALHO, Daniela Vallandro. “*Entre a solidariedade e a animosidade*”..., 2005, p. 124. APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

<sup>663</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. Tabela Nº 15 – Relação entre o Tipo de Crime e o Número de réus. In: \_\_\_\_\_. “*Entre a solidariedade e a animosidade*”..., 2005, p. 114-115.

<sup>664</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

crime, objectos, armas e cavalos ensilhados que tudo foi reconhecido pertencer a estes.<sup>665</sup>

Assim, denunciou “o queixoso” Zimmermann ao inquérito policial e o auto de corpo de delito porque ficou gravemente ferido em vista da agressão premeditada deste “barbaro atentado” por Ângelo Dalcol e Aleixo Rodrigues Barcellos que “ajuntaram-se de parceria e foram esperar” a dita vítima para “tirar-lhe a vida por motivos de uma rixa anterior” a qual propalaram os agressores “que tal aconteceria em razão” de “Martin Zimmermann ter destruído um vallo feito pelo primeiro agressor [Ângelo Dalcol] e ter deixado que uns animaes seus penetrassem na roça d’este”.<sup>666</sup>

Após lavrar o inquérito em Santa Maria, em 12 de setembro de 1892, acompanhado pelo subdelegado de Polícia do 2º distrito policial diante das testemunhas que atestaram o tal fato efetivou-se o procedimento de sanção penal para que fosse requerida pela justiça a prisão preventiva dos indiciados, Barcelos (13.12.1892) e Dalcol (31.12.1892), e deu-se abertura no processo-crime no qual constam, como já fora citado: Zimmermann - a vítima e Dalcol e Barcelos - os réus. Não fica exposto no Auto de Prisão a maneira como se dá as prisões, se houve resistência ao cárcere da cadeia civil, em Santa Maria, por parte de Dalcol ou Barcelos. Pois ficamos *sem entender* por que o Oficial de Justiça, Porfírio Antonio Chaves, determina a ordem para que primeiro recaia à duras penas o indiciado Barcelos. Seria pela sua própria condição étnica, de brasileiro (pardo/crioulo/preto), uma distinção jurídica, implícita e externa a fonte, em detrimento ao suposto mandante do atentado o italiano (branco) Dalcol?

Para Santa Maria, do final do século XIX, crimes entre grupos étnicos motivados por rixas eram totalmente comuns evidencia Carvalho ao analisar os processos-crime na região:

A região colonial de Silveira Martins, antes da instalação dos lotes coloniais, já possuía uma ocupação por parte de lavradores nacionais ou mesmo de alemães, que já se encontravam estabelecidos na região a pelos menos 40 ou 50 anos. Esta concessão de terras a imigrantes, inicialmente, foi sem dúvida um dos muitos motivos que atrairam alguns destes réus italianos para com antigos moradores destas localidades. **Mesmo depois de já estabelecidos, muitos imigrantes continuaram a vizinhar e a conviver com antigos moradores, em geral lavradores nacionais, convivência esta que nem sempre se construiu de forma harmoniosa, pelo contrário, parecia que as tensões aumentavam dia a dia. A rivalidade entre**

<sup>665</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

<sup>666</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

**imigrantes e antigos moradores da região é plenamente demonstrada nos processos criminais pesquisados, sendo que os atritos iam desde pequenas discussões verbais por causa de animais que invadiam espaços lindeiros, até assassinatos envolvendo disputas por terras e demarcação de território (a colocação de cercas sempre parecia gerar atritos), assim como roubo de animais.<sup>667</sup>**

A partir das evidências da autora é lícito que retomemos alusão, novamente, as tensões entre estabelecidos e *outsiders* porque reforça aquelas “intrigas” direcionadas a Kroeff que o colono contou ao viajante Avé-Lallemant. As quais ficaram no limiar do crime ou poderiam ter chegado no fato consumado como sucedera a Zimmermann. Das relações que cultivavam no cotidiano as vítimas e os réus na área de colonização alemã a pesquisadora Caroline von Mühlen destaca como motivações para os 97 crimes em São Leopoldo, nos processos-crime durante 1846 a 1871, como: 35% *Desafios, insultos, rixas, divergências* (34); 17% *Defesa própria ou de outra pessoa* (16); 8,2% *Dívida/bens materiais* (8); 5,1% *Invasão/demarcação* (5); 4,1% *ciúmes* (4); 3,1% *vingança* (3) e *Abertura e fechamento de caminho* (3); entre outros.<sup>668</sup>

Os motivos expostos pela autora no nosso entender podem ser relativizados, uma vez que uma tentativa de assassinato e mesmo assassinato são sempre complexos devido a gama de inclinações psicológicas e sentimentais que condicionam o indivíduo a perpetrar o crime contra a pessoa. Um só motivo, sem dúvida, é o ponto desencadeador da ocorrência conflitante, simultaneamente, seguido de outras causas impulsionadoras. Ainda mais sendo as identificações levantadas como possibilidade de serem, em certa medida, todas essas motivadoras na cena do *theatro do crime* no Pinhal: os desafios, insultos, rixas, divergências; a invasão/demarcação; ciúmes; vingança e abertura e fechamento de caminho. Como se verifica nas palavras tanto da vítima, réus e testemunhas: “deixado que uns animaes seus penetrassem na roça” de Dalcol “por causa de um vallo”, “Martins tenha lhe desmoronado um vallo seu com uma carreta e que tinha posto em sua róssa uns cavalos”, “uns animaes [de Zimmermann] que invadiam e dannificaram as suas plantações”.<sup>669</sup>

<sup>667</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. “Entre a solidariedade e a animosidade”..., 2005, p. 101-102.

<sup>668</sup> MÜHLEN, Caroline von. Tabela 13 – Motivações para os crimes julgados pelo Tribunal do Júri de São Leopoldo. In: \_\_\_\_\_. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano...*, 2017, p. 116.

<sup>669</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150. Grifo nosso.

A desavença entre Zimmermann e Dalcol ocorrida em função de um passadio denominado entrada nova que seria lindeira a propriedade de Dalcol que continha sua roça. Zimmermann por sua própria responsabilidade teria esbarrado com uma carreta no dito valo, trincheira, que protegia e cercava o acesso as plantações de Dalcol. Lembremos que os cercamentos com arames de terras no Rio Grande do Sul apenas iniciarão apenas na primeira metade do século XX. Antes eram feitos com pedras e aterramentos como pontos demarcatórios. Sendo assim, aberta a entrada as terras de Dalcol três cavalos pertencentes a Zimmermann, se soltos das carretas ou pastando pelas redondezas, teriam invadido as plantações do italiano. É sabida a importância da agricultura para a economia doméstica das famílias na região do Pinhal e para Dalcol e família não seria diferente. Se as plantações estivessem recém brotando os animais pisoteariam impossibilitando crescimento, se estivessem verdejantes quase prontas para serem colhidas numa tarde os cavalos devorariam implacavelmente como se fosse pasto. E como solucionar este problema, o qual podemos considerar como uma dívida que Zimmermann acabara de contrair com Dalcol? Como pagar uma dívida permeada pela ofensa, que não se quita com dinheiro porque é uma dívida de honra. É pertinente frisar o destaque de Carvalho: “Não pensemos que a *honra* e o *orgulho* sejam apenas atributos das elites”.<sup>670</sup>

Um indício num testemunho afirmará que: “Martin Zimmermman por ter elle entulhado o vóllo que margeava uma entrada nova” e quando o delegado inquiriu-o sobre a veracidade dos argumentos respondeu que:

Estando elle testemunha no vinte dous do corrente, a tarde, na casa de negocio de Salustiano Jose Fernando ali chegou Dalcol Angelo com um negro, a procura do Subdelegado que tinha de dar queixa contra Martin Zimmermman por ter elle entulhado o vóllo que margeava uma entrada nova, perguntando elle [...] se o queixoso tinha provaz que Martins fosse autor do entulhamento do vallo referido, respondeu lhe que não, mas que **calculava que fosse a gente de Martins mandado por este a proposito passar com suas carretas na beira do mesmo vóllo para por esse meio desmornar e entulhar o vóllo**; achando se o subdelegado em casa de Adriano da Silva Pinto para lá elles se dirigião e pós de ter pasado em quarto de hora mais ou menos, elle testemunha tão bem foi a casa de Adriano, e ali presenciou o dito Dalcol Angelo pedindo ao Subdelegado que mandasse [...].<sup>671</sup>

Que razões teria Dalcol para mentir sobre tal atitude a Zimmermann longe do Subdelegado? Teria o teuto-brasileiro soltado propositadamente os animais para

<sup>670</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. “Entre a solidariedade e a animosidade”..., 2005, p. 114.

<sup>671</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150. Grifo nosso.

pastarem na roça do italiano porque ambos são desafetos? Certeza disto não há e, com certeza, é o que menos importa, porque:

O pesquisador precisa ter cuidado e não tomar o conteúdo das partes do processo crime, mesmo os depoimentos, como se fossem descrições literais e desinteressadas dos atos dos envolvidos. Ao contrário, dentro de um processo as partes estão em busca da construção de suas versões e de provar suas verdades. Além disso, tais versões podem mudar ao longo do desdobramento do processo: desde as declarações feitas na polícia até as que são feitas diante do juiz atuam diferentes pressões, jogos de força e temporalidades sobre os depoentes.<sup>672</sup>

O contato depois do episódio da invasão dos animais na roça as atitudes entre ambos apenas inflexionaram-se cada vez mais até o extravasamento no conflito. Ao que tudo indica, apesar da iniciativa da tocaia, todos os três envolvidos aceitaram a própria condição de agentes do seu futuro incerto.

1º) Quando o réu Dalcol voltou ao Pinhal depois de procurar o subdelegado “encontrou-se com Martins, que depois de convidá-lo para ficar em sua casa e não aceitando ele, réu que pôz-se em seguida á caminho, foi adiante provocado pelo referido Martins, que desfechando-lhe um tiro com a pistola”, assim denunciou o réu no interrogatório.<sup>673</sup> A vítima Zimmermann não aceitou o convite como prova cordial de um possível acordo e ainda incitou o perigoso mostrando desmedida inconsequência na conduta, uma característica marcante de sua personalidade (a qual voltaremos a abordar novamente). Em momentos como este de contrapontos é preciso cautela porque “as falas, respostas e relatos registrados pelos escrivães [...] estão lá para persuadir, carregam uma vontade de criar o verossímil”.<sup>674</sup>

2º) No momento em que o réu Dalcol “pedindo ao subdelegado que procedesse contra o dito Martins” a autoridade nos pareceu omissa dando brechas para que o encontro quase fatal desenrolasse, pois, o subdelegado deveria saber os pré-julgamentos que se fazia sobre Dalcol “que o tal não é boa cousa”. E, a isto, “respondeu aquella autoridade, que quanto aos cavallos, elle Subdelegado mandava buscal-os relativamente a vallo e portão, isto hé, sobre o danno causado que elle Angelo fosse dar parte por escripto”. Insatisfeito e revoltado com o desdém da autoridade “em vista de que returquio o mesmo Angelo: qui já tinha dado parte [a]

<sup>672</sup> MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes. In: APERS. *XI Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 22.

<sup>673</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

<sup>674</sup> MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes..., 2013, p. 22.

autoridade e” foi taxativo de que se “Martins lá fôsse havia de ser morto ou mesmo gente dele lá fôssem e que elle Angêlo não [...] importava deixar seos óssos na cadeia”. Neste teor relatou o que viu outra testemunha.<sup>675</sup>

3º) O réu Aleixo Rodrigues de Barcelos que demonstrou não apresentar motivos contundentes contra a vítima senão acompanhar as ideias intempestivas de seu amigo e patrão aceitando e/ou acatando a proposta delituosa consentiu em ser senhor do próprio destino também. Quando uma testemunha que nada sabia sobre o atentado que ocorrera ao escurecer na estrada do Pinhal, mas que outrora viu e ouviu:

Elle testemunha em um divertimento no arroio Grande em casa de Angelo Zampier ahi **encontrou o crioulo Aleixo, e este lhe disse** que nunca traria consigo arma de fogo, mas que **agora possuia uma pistolla carregada com tres balas destinada [...] para o filho de Martins Zimmermann de nome Henrique**. Disse mais por ouvir dizer que Angelo tinha reunido gente sua para guardarem cavallos que elles tinham guardado na róssa, no caso de Martins e o seu filho ou gente delle fossem buscal-os, havião de ser mortos nessa occasião qualquer um delles.<sup>676</sup>

A situação no Pinhal estava periclitante diante dos rumos tomados e estranho seria se o inevitável crime não acontecesse. Situação similar sucedeu no Mega-espço LNRS, na pesquisa de Witt, na mesma intensidade só que por níveis sociais diferentes envolvendo imigrantes alemães em vistas de negócios de família em face de disputas políticas que o autor definiu como desenlace final dos interesses em atrito como *o esfacelamento do cristal*.<sup>677</sup>

No processo-crime avaliando as escolhas dos réus, da vítima e da autoridade, todos simultaneamente envolveram-se diretamente ao sabor das circunstâncias. Porque provocaram cada um a sua medida da maneira que puderam o derradeiro episódio que Zimmermann contou nos autos do inquérito:

Que no dia vinte e dous do corrente [22/08/1892] ao serrar da noite vindo elle respondente a casa de Henrique Kurtz, ao chegar em frente a um Cemiterio [cemitério luterano do Pinhal] q ali tem sahio-lhe traiçoeiramente os individuos **Angelo Dalcol e o preto Aleixo que armados o primeiro de um facão e o segundo com uma espadinha** e ali comessarão em rasoens de parte afaste, por causa de um vallo e não dando elle respondente muita atenção a dita discussão tocou seu cavallo e retirando-se em direção a onde hia, os mesmos **acima avançarão nelle respondente dando lhe talhos com o facão e espada** e não podendo conseguiram os seos intentos agarrão ambos, na

<sup>675</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

<sup>676</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150. Grifo nosso.

<sup>677</sup> Ver mais em: WITT, Marcos Antônio. Capítulo VII – O esfacelamento do cristal. In: \_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol...*, 2015, p. 310-356.



redea do cavallo delle respondente e o outro respondendo que traria [...] vestido e o derrubarão do cavallo e achando **se o respondente deitado no chão e vendo que éra vítima dos seos agressores puchou de uma pequena pistolla de dous canos que trazia a cinta e disparou em um delles que foi acertar o progetil na abá ao chapéu de Angelo** como se vê que aqui se acha presente. Disse mais, que achando se **ele respondente no chão foi por diversas vezes acometido por ambos que de facão e espada derão lhe uns quantos pontações que elle respondente se livrou delles por lhe acudir a ideia de pegar na folha do facão com a mão e intortala a ponta assim como fez com a folha da espada que ficando ambos muito torta não puderam conseguir os seos intentos**, e que elle respondente achando se agarrado por Angelo, ainda deitado no chão, **deu em Angelo uma bordoadada com o cano da pistola que tinha na mão e esta já quebrada e sem coronha** por que a coronha estava em poder do meos agressores. [...] naquella ocasião do conflicto estando elle respondente ainda no chão ouviu rumor de pessoas transeuntes que na estrada passarão, e que os seos agressores temendo algum daquelles transeuntes, dispararão montados, facão, espadinha, chapéos, e um relhosinho, o que tudo elle respondente depois de se ver livre e retirado para sua casa, mandou o seu filho Christiano arrecadar tudo visto que **ali tinham deixado abandonado, e que cujos objectos, facão, espada, chapeos, relho e o pedaço da coronha da pistola**, é o que elle respondente apresenta neste acto a este juizo, achando-se em poder de seos agressores os cavallos e arreios por elles deixado no lugar do conflicto.<sup>678</sup>

A tentativa de assassinato contra a vida de Zimmermann, como descrevera a vítima, foi por meio de armas como facão e espada sendo a pistola não a que Barcelos portava outrora, mas da vítima que usou para defesa. Todos os objetos abandonados no local foram recolhidos como provas e integrados no inquérito. Como também para embasa-lo o depoimento das 9 testemunhas arroladas, todas moradoras do Pinhal, 1º distrito de Santa Maria, a época, todos homens constando 7 nacionais e 1 teuto-brasileiro saber são eles: 1ª. Luiz Kranchemberg, 30 anos, casado, sapateiro, sabia assinar o nome, vizinho da vítima; 2ª. Adriano da Silva Pinto, 39 anos, casado, comerciante, assinava o nome, vizinho da vítima; 3ª. Amancio Pires Arruda, 41, solteiro, agricultor, vizinho da vítima; 4ª. Dorotheo Pahim, 40 anos, solteiro, jornalista, analfabeto, vizinho da vítima e réus; 5ª. Pedro Miguel Pereira, 23 anos, solteiro, agricultor, analfabeto, nada sabia sobre o fato; 6ª. Leovegildo Rodrigues Araujo, 26 anos, solteiro, curtidor, analfabeto, vizinho da vítima e réus; 7ª. Salustistiano José Fernandes, 45 anos, casado, comerciante, sabia assinar o nome e 8ª. Appolinário Francisco Dias, 26 anos, solteiro, jornalista, analfabeto e 9ª. Antonio Pires de Arruda, 46 anos, agricultor.<sup>679</sup>

<sup>678</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150. Grifo nosso.

<sup>679</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

Percebe-se uma diversidade nas testemunhas anunciadas desde as categorias sócioprofissionais e apesar de todas serem moradoras do Pinhal algumas eram vizinhas da vítima e réus quanto sua relação com o fato. E na escolha não houve direcionamento étnico em benefício dos envolvidos levantando testemunhas alemãs e teuto-brasileiras do Pinhal, das oito testemunhas apenas Luiz Kranchenberg como pertencente ao grupo étnico de Zimmermann os demais todos nacionais. Nem todos era alfabetizados “sabendo assinar o nome” a quatro testemunhas eram analfabetas não sabia assinar o nome e, mesmo assim, teve seu testemunho válido por outrem que assinou em seu lugar. A condição social destas testemunhas indica como a participação de populares tinha certo reconhecimento de integração na sociedade. Importante característica permitida pela fonte do processo-crime:

Considerando-se que quanto mais nos voltamos para o passado mais difícil torna-se encontrar uma fonte onde pessoas ‘do povo’, pouco ou não letradas tenham deixado algum relato direto sobre suas próprias vidas, as fontes judiciais revestem-se portanto de uma importância ímpar para a pesquisa histórica.<sup>680</sup>

Atentamos também, novamente, ao novo número de habitantes da serra do Pinhal que somam-se a população já quantificada, não sendo um reduto fechado apenas de colonização alemã, mas com um contato com outros grupos étnicos.

Na apreciação das testemunhas sobre a vítima, dizem que: é "homem pacífico e bom visinho", "hé ávido como bom homem e como bom visinho", "conhece a Martins a mais de seis annos e hé havido como bom homem e pacífico", "o conhece a muitos annos e considerasão como bom homem e laborioso e não consta lhe ser elle Martins de máos costumes", o "conhece desde criança a Martins como homem pacífico e bom visinho", é um “bom cidadão” e "he homem bom pacífico e tido por tal por os seos visinhos".<sup>681</sup>

Já no julgamento das testemunhas sobre os réus, falam que: "o tal Angelo é um homem provocante tanto que o negro", "apenas os conhece de vista", "ser Angelo turbulento e provocante, quando a Aleixo nada tem que diser que porem tornou se turbulento devido aos máos conselhos de seu patrão Angelo", "ouvio diser que Angelo é turbulento e provocador", "tem visto falarem que são provocadores e máos visinhos", "nada pode diser por que não os conhece e nem tão pouco tem ouvido diser nada a

<sup>680</sup> MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes..., 2013, p. 20.

<sup>681</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

respeito de ambos" e "não os conhece más segundo a vós publica, é o italiano Dalcol Angelo tido por homem barulhento e provocador".<sup>682</sup> Embora as testemunhas tenham sido contundentes no balanço do atentado e enfáticos no ajuizamento sobre vítima e réus já incutem uma pré-sentença no processo disposto de quem é quem no crime.

De alguma maneira parece que passara despercebida pelas testemunhas interrogadas algumas posturas da vítima no Pinhal. Na *Revista Comemorativa do Centenário de Santa Maria 1914* dentre os muitos temas tratados havia uma coluna que versava sobre "Typos antigos" que tinha como destaque descrever personalidades excêntricas de Santa Maria e região como: O velho Cadó, José Antonio de Jesus Filho, José Guilherme e "Martim, o Tigreiro".<sup>683</sup>

Martin Zimmerman ou Martin – o Tigreiro recebeu tal alcunha porque "caçava tigres [onças] a pistola" era tido como "um homem muito alegre, pilherico, levado da breca não só na pilheria como também no facão". Portanto, conhecido pelos extremos traços de brincalhão ou brigão que "dizem que elle tanto conta uma anedocta como escorrega o chanfalho [espada grande, velha e enferrujada]".<sup>684</sup> As facetas marcantes da personalidade de Zimmermann foram sendo construídas em cima das atitudes ousadas e debochadas que o colono fizera na trajetória da vida, tais como:

Uma feita, foi ao Pinhal conhecido chefe político, já morto, em propaganda política. Era um adversário do Martin, mas este não se deu por achado e convidou toda a alemoada para ir ao *churrasco do chefe*. Como de facto, reunidos todos beberam, e comeram á farta. Quando o chefe ia expor os motivos da reunião e convidar a assembléa para votar nas próximas eleições, o Tigreiro, para melhor ouvil-o, trepou em uma arvore e, de facão e churrasco em punho, dando constante trabalho ás mandíbulas, escutava a voz do novo Messias, dependurado em um dos galhos da frondosa arvore. Finda a oração, o Tigreiro, ainda com a boca cheia de churrasco e de facão em Punho gritou lá das alturas: - Seu chefe, enquanto for comer churrasco e beber todos nós estaremos com vocêmecê, e onde vocêmecê estiver, mas para votar com seu partido, nem um de nós poderá acompanhar-o. Nós já comemos, nós já bebemos da sua boa pinga e única cousa que nos resta é agradecer o seu bom acolhimento. Dito isto, desceu lá do galho, apertou a mão do chefe que se achava deveras aborrecido e gritou: - Allemoada, vamo-nos embora! E lá se foram deixando o chefe político abandonado no acampamento...<sup>685</sup>

O anedótico fato que expressava simbolicamente uma resposta de discordância política partidária aos ideais conservadores por Zimmermann reverberou do Pinhal até Porto Alegre "desejando os *liberaes* conhecer o Tigreiro de quem, mais

<sup>682</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

<sup>683</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria, 1914*.

<sup>684</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria, 1914*.

<sup>685</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria, 1914*. Grifo do autor.

tarde, muito chefes ficaram amicíssimos”.<sup>686</sup> Outra circunstância de cunho política só que mais perigosa que Martin tigreiro envolveu-se foi:

No tempo da revolução [Federalista, 1893-1895] um soldado foi á casa do Martim pedir um cavallo. Negado este, o soldado exasperou-se, mas o destemido caçador de tigres recusou, peremptoriamente, fazer tal emprestimo. O soldado sahiu resmungando e, como o acampamento era perto, o Tigreiro não perdeu tempo. Tirou todos os cavallos das estrebarias, foi ás colmeias, trouxe-as para dentro de casa, abriu-as, exasperou os enxames, fechou a casa e levou os cavallos para um serro proximo, espreitando, da matta, o que iria succeder. Não levou muito tempo que uma escolta apareceu, encaminhando-se para sua a casa. O nosso caçador, lá da matta, puchou o facão, aparelhou uma palha e, de cigarro á bocca, esperou pacientemente o desfecho, rindo, de vez em vez, do que iria acontecer. Os soldados, depois de terem batido á porta, por longo tempo sem ser attendidos, resolveram arrombal-a. Posta a porta a baixo, invadiram bruscamente a casa, sendo como se deve prever, repelidos heroicamente pelas abelhas que a deixavam enfurecidas, ás escuras. Castigados, ardilosamente, os soldados retiram-se á disparada e o Martim voltou á casa promovendo por actos de bravuras as denodadas companheiras...<sup>687</sup>

Sendo notória a reputação do colono do Pinhal como sujeito caricato ao mesmo tempo que destemido, beirando a imprudência dos atos. Estórias “iguaes a essas o Tigreiro tem muitas; falta porem, tempo e espaço para contal-las”, por isso a revista precisou eternizar a imagem de Zimmermann na fotografia, já mostrada em capítulo anterior, pelas ditas façanhas.<sup>688</sup> É esperado que uma personalidade impetuosa destas estimulasse não apenas carisma como também provocasse desafetos como Barcelos e, sobretudo, Dalcol. Se precipitadamente somos impelidos de alguma maneira a crer que as proezas e os rompantes Zimmermann afetariam negativamente sua imagem no processo-crime a ponto de ter como resultado de uma vida apenas inimizadas. Inicialmente não é de todo equivocado o entendimento.

Num próximo momento percebe-se que para além do inimigo, Zimmermann teve como respaldo o forte reconhecimento de seus vicinal do Pinhal. No julgamento, o colono teve a cooperação dos vizinhos nacionais os quais lhe foram sensivelmente solícitos. Isso muito embora fora reflexo do cultivo carismático das relações que o teuto-brasileiro estreitou na Colônia do Pinhal e redondezas. Os vizinhos não eram pertencentes, ou relacionados, as famílias proeminentes da sociedade santamariense menos ainda do próprio interior do grupo étnico o que devido ao momento poderia, de certa forma, dar ajuda ao par pelo peso da identidade cultural. Na maioria

<sup>686</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914. Grifo do autor.

<sup>687</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914.

<sup>688</sup> REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914.

eram homens livres pobres, lavradores nacionais, que a vida não lhes permitiu aprender a escrever o nome. Mas, naquele momento diante do subdelegado testemunhando a favor de Zimmermann, e contra Dalcol, tiveram mais importância que um senhor elite. O discurso no processo criminal pela vizinhança, explica Rodrigo de Azevedo Weimer, detém um peso significativo as “sensibilidades jurídicas locais” pelo respaldo dado “ao reconhecimento de uma percepção vicinal de direitos e obrigações à qual os órgãos estatais não eram impermeáveis” possibilitando, então a condenação ou a absolvição poder ser validada pela relevância na condição de vizinhar.<sup>689</sup>

Na contestação da relação com o fato os réus tiveram diferentes posturas. O réu Barcelos para justificar ou manter sua inocência alega que “não é inimigo” e somente tratou se apartar”. Cabe notificar que este réu no seu interrogatório pelo juiz ficou “livre de ferros a seus constrangimentos”, isto é, sem algemas, o que denota uma distinção para com este que não houve para Dalcol, desde o início da prisão.

Por sua vez, o réu Dalcol quando “perguntado se sabia o motivo pelo qual era acusado e se precisava de algum esclarecimento e em respeito? Disse: “que sabe e não precisa de esclarecimento algum”. Disse também sobre as testemunhas que “não as conhece e que elas não disseram a verdade” e, por último, declarou que Zimmermann que “figura no processo como ofendido tem trazido” ele “sobre pressão de ameaças”.

Em março de 1893, como resultado do processo em julgado a sentença dada em “virtude das decisões do Jury absolvendo por unanimidade de votos os réos” Angelo Dalcol e Aleixo Rodrigues de Barcelos repercutiu, assim, na ordem do alvará de soltura dos absolvidos.<sup>690</sup> Logo, como explica Mauch “não cabe ao pesquisador ir atrás dos culpados e inocentes nas histórias contidas nos processos (embora muitas vezes a tentação seja grande) sua investigação é outra”<sup>691</sup> como ressalta a autora no pensamento de Sidney Chalhoub sobre o conhecimento a partir da fonte processo-crime: “as verdades do historiador são estas relações sistematicamente repetidas”.<sup>692</sup>

---

<sup>689</sup> WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Na qualidade de vizinha que era”: solidariedades vicinais e sensibilidades jurídicas entre os camponeses das localidades de Aguapés e Barranceira através de processos criminais. Conceição do Arroio, RS, República Velha. In: APERS. *IX Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2011, p. 177. 161-179.

<sup>690</sup> APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

<sup>691</sup> MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes..., 2013, p. 22.

<sup>692</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 23. Apud MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes..., 2013, p. 23

Embora seja preciso uma reflexão no que tange a ponderação do júri em favor dos réus a revelia da solidariedade vicinal e da sensibilidade jurídica local contida nos testemunhos. Para isso Carvalho oferece uma explanação plausível sobre as condições sociais nas sentenças processuais que propiciam decisões como esta:

Vemos que, embora tenhamos um grande número de réus de que desconhecemos o final de sua história judiciária, uma grande percentagem deles foram absolvidos, em uma proporção quase quatro vezes maior que o número de condenações. **Parece que havia uma tendência da justiça e dos jurados em reprimir, levar aos tribunais e depois absolver.** Talvez, possamos pensar que o que a sensibilidade de uma época admite e promove, outra reprime e condena. Ou então, que para os *cidadãos* em geral (aqueles que compunham os júris, por exemplo), já era punição suficiente para a maioria dos pequenos ou médios delitos cometidos, o que os réus populares passavam antes mesmo de chegarem aos tribunais. Ou seja, a prisão, os maus tratos na cadeia (torturas, má alimentação, condições de insalubridade que levaram muitos réus a morte, a quebra dos laços afetivos durante o tempo de confinamento) e mesmo o vexame causado pela exposição pública que a condição de denunciado lhes proporcionava [...], todas estas instâncias de humilhação e sofrimento eram consideradas como penas antecipadas de crimes ainda não julgados.<sup>693</sup>

A conflituosidade exposta das relações no Pinhal detalha uma comunidade sensível aos abalos internos devido a falta ou fraqueza dos laços de parentesco inda que mínimos laços de cooperativos entre vizinhos falem mais alto do que algum parental. Diferente dos empecilhos experienciados por Albrecht, Lenhardt, Zimmerman a família Kroeff voltou-se internamente para família e, principalmente, para os negócios da família.

#### 4.2.3 Da venda ao hotel

No dia 19 de julho de 1888, falece no Pinhal 1º distrito de Santa Maria o comerciante Miguel Kroeff, católico, sem deixar testamento procedeu a viúva a abertura do inventário em 17.09.1888. Como herdeiros estavam a viúva e oito filhos, respectivamente: Anna Maria Kroeff; Maria Elisabetha Bins, casada com Pedro Bins, moradora em Porto Alegre, filha apenas de Kroeff em primeiras núpcias; Catharina Kroeff Kurtz, casada com Guilherme Kurtz<sup>694</sup>, moradora do Pinhal; Miguel Kroeff Filho,

<sup>693</sup> CARVALHO, Daniela Vallandro. *“Entre a solidariedade e a animosidade”...*, 2005, p. 113-114. Grifo nosso.

<sup>694</sup> No Pinhal, a moradia e Casa Comercial estavam no terreno que limitava-se com o terreno nos fundos da igreja católica. Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

27 anos, morador em Santa Maria; Amalia Kroeff Albrecht, casada com Felipe Albrecht, moradora do Pinhal, Anna Kroeff, 20 anos solteira; Carlos Kroeff, 18 anos, solteiro; Josefina Kroeff, 16 anos, solteira e Olivio Kroeff, 12 anos, solteiro. Na soma total do inventário legou aos seus herdeiros 4:326\$936 réis, isto é, 3% de 11 inventários do montante-mor de 138:226\$000. A queda no valor herança do vendeiro esteve ligada as dívidas passivas, a pagar credores, de 5:346\$800 em contrapartida as dívidas ativas, a receber, apenas 2:361\$460.<sup>695</sup>

Ao que tocou a viúva Anna Kroeff fora 2:163\$468 réis, a filha Maria Elisabetha Bins 68\$565 réis e aos demais sete filhos herdeiros 540\$886, perfazendo algumas diferenças de valores devido aos pagamentos feitos aos avaliadores dos bens inventariados.<sup>696</sup>

Nem sempre os negócios vão tão bem como se deseja apesar do vendeiro deter como destaca Witt o “*locus* colonial privilegiado” o lugar onde possibilita maior e mais rápido crescimento econômico da Colônia como aconteceu nas vendas de Adolpho Felipe, Carlos Frederico e Jacob Voges.<sup>697</sup> Porque as vendas eram uma espécie de banco onde entre um gole e outro de aperitivo os colonos trocavam ideias e em meio a conversa os empunhavam seu modo de pensar junto com os preços dispares, produtos coloniais muito baixos e as mercadorias importadas muito altas, desse modo os vendeiros extraíam seus lucros.<sup>698</sup> Mesmo no sistema de contas-correntes dos colonos com o viés de poupança a potencialidade lucrativa permanecia pesando favoravelmente na balança para o lado da casa comercial o que muito explica a faixa de desigualdade econômica que enfrentavam os camponeses como analisa Seyferth:

A poupança dos colonos, portanto, não derivava das transações comerciais, uma vez que o mecanismo das conta-correntes estabelecidas com os vendeiros beneficiava muito mais a estes últimos. Os bens acumulados individualmente por cada família derivavam mais do trabalho acessório do que propriamente do comércio. E o trabalho acessório só é possível quando o número de pessoas adultas de uma família é suficiente para permitir a saída de um ou mais homens para trabalhar em atividades diversas da lavoura, sem prejudicar o plantio e colheita no seu próprio lote, essenciais à subsistência. [...] Essa definição, bastante elástica, permite colocar como **capital** dos colonos em primeiro lugar a posse de terras; nesse caso, o lote colonial é o bem mais importante colono e significa um recurso capaz de garantir a renda

<sup>695</sup> Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

<sup>696</sup> Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

<sup>697</sup> WITT, Marcos Antônio. Capítulo V – *Locus* colonial privilegiado: a venda. In: \_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol...*, p. 228-278.

<sup>698</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 114.

no futuro. Por outro lado, se levarmos em conta que a pequena renda obtida da terra vai se transformar em dinheiro nas mãos do vendeiro e que este vendeiro é quem coloca o mesmo em circulação para seu próprio benefício, a maior parte dos capitais obtidos não é manipulada pelos colonos. Os níveis de renda dos camponeses da colônia, olhando a situação em conjunto, são bastante baixos, a não ser em raras exceções - isto é, no caso daquelas famílias que conseguiram, sem muito endividamento instalar nos seus lotes engenhos ou serrarias.<sup>699</sup>

A circulação dos recursos da venda de Kroeff ficaram no final da vida muito mais para pagar as dívidas com outros comerciantes, fornecedores, do que para diversificação e/ou continuidade dos negócios Antônio Dias dos Aydos Companhia (621\$420 réis c/juros), ao genro Guilherme Kurtz (952\$810 s/juros), Felipe Albrecht (1:062\$000 réis), Henrique Streccius (750\$000 réis), negociante de Chaves y Almeida, Porto Alegre (695\$700 réis), Miguel Kroeff Filho (808\$000 réis), Guilherme Fischer (760\$767 réis) e entre outros.<sup>700</sup>

Após a venda dos bens para pagamento das dívidas e das heranças havia herdeiros menores de idade que não poderiam administrar o que iriam receber. Com esse objetivo que a viúva Anna Maria Kroeff, domiciliada no Pinhal, de profissão comerciante, 1º distrito de Santa Maria, requereu o que se chamava de “Iscrição de hypoteheca legal dos menores” Anna, Carlos, Josephina e Olivio para “administração das legítimas que couberam aos menores em inventario do seu falecido pai”.<sup>701</sup> A viúva considerar-se como comerciante nos faz conjecturar que a mesma participava juntamente dos negócios do marido na venda, pois com a tutela dos bens dos filhos poderia usufruir para investir na continuidade da venda. Já que o filho Carlos Kroeff era empregado na Casa Comercial do falecido pai podendo ajudá-la a administrar e aos poucos ensinar também o irmão mais jovem Olivio, que vivendo a infância de criança teuto-brasileira logo deveria estar entregando encomendas e recados aos clientes.<sup>702</sup> Ao que parece aí seria um ambiente propício para que Olivio Kroeff não só conseguisse juntar um pecúlio como também apreendesse a administrar e desenvolvesse o tino para os negócios no meio familiar. Ou seja, uma herança

<sup>699</sup> SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim...*, 1974, p. 114-115.

<sup>700</sup> Fazemos a observação que Não relatamos em tabela demonstrativa as dívidas ativas e passivas com devedores e credores do inventário *post mortem* de Miguel Kroeff, porque ainda permanecem dúvidas, mesmo depois de exaustivo exame da fonte, quanto ao pagamento das dívidas em razão dos valores não entrarem em conformidade. Temos a hipótese que talvez tenham ocorrido acordos extraoficiais que acabaram por interferir na concordância dos dados.

<sup>701</sup> Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

<sup>702</sup> Ver mais em: WITT, Marcos Antônio; RAMOS, Eloisa Helena C. da Luz. *Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração...*, 2016, p. 57-82.



material assegurada pelo patrimônio da família enquanto, ainda jovem, e – principalmente – em parte de uma *herança imaterial* que viria através dos anos das redes de relações que o trato com os clientes do comércio proporcionou a família Kroeff.<sup>703</sup> Anos mais tarde, o filho ultimogênito Olivio Kroeff acumulando os bens a partir da venda diversificou os negócios da família investindo em Hotel, em Santa Maria (Figura 11).

Figura 11 – Hotel Kroeff, em Santa Maria, RS



Fonte: A frente para rua Venâncio Aires. COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado*. Vol. II. Porto Alegre: Ed. Globo, 1922, p. 208.

O investimento no comércio hoteleiro fora, quem sabe, fruto de inspiração ou contato com os familiares de Novo Hamburgo, próximo a São Leopoldo. Pois, seu tio

<sup>703</sup> Remete-se a *herança imaterial* que o pároco, exorcista, Giovan Battista Chiesa da aldeia de Santana, na Itália do século XVII, recebeu de seu pai Giulio Cesare Chiesa, pequeno líder político local, mediador entre a comunidade da aldeia e estado o qual não investiu suas economias em terras ou no comércio como herança aos filhos, porém em algo como reconhecimento, prestígio, autoridade, bens imateriais que eram a grande riqueza. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...*, 2000.

Jacob Kroeff, chegado em 1858, desde muito cedo tornou-se açougueiro em Hamburgo Velho (Colônia de São Leopoldo) constituiu família e dedicou-se ao minifúndio e um pequeno matadouro expunha os produtos na venda que, tão logo, acumulando certo capital transformou-se em hospedaria e no Hotel Kroeff, em 1865 já era um local destacado.<sup>704</sup> Este englobava várias características como descreve João Hecker Luz:

Todos esses supostos rótulos tinham uma razão de ser: não se pode perder de vista o caráter eclético das 'pousadas' desse período inicial da colônia. O Hotel Kroeff, como qualquer estabelecimento desse tipo, era um misto de hospedaria, de estrebria e de refeitório. Desde modo, era um paradoro, ponto-central, onde os passantes e seus animais encontravam refúgio e descanso para seguirem viagem. Décadas mais tarde, o advento do automóvel redimensionou a noção da distância – tudo se tornou mais próximo. Exemplo disso é que Novo Hamburgo ficava distante sete horas de Porto Alegre, por volta da chegada dos Kroeff a Hamburgo-Berg, via rio. Se o transporte fosse outro (lombo de mula ou a pé) a viagem se estenderia por mais tempo.<sup>705</sup>

No decorrer dos anos, explica Luz, o negócio de Jacob com o Hotel de Kroeff desenvolveu-se com as rotas de circulação passando por novos proprietários e nomes: Hotel Lackmann devido o marido da primeira filha do Coronel Jacob Kroeff Filho comprar da madrastra; na década 1930 receberá a troca de nome para Hotel Esplêndido ficando desativado nos meados de 1940-50 e sendo destruído em 1960 pela expectativa de um projeto imobiliário que não vingou.<sup>706</sup>

Não há precisão de data de criação do empreendimento de Olivio Kroeff e de Henrique Carnos, seu sócio, com Hotel Kroeff, em Santa Maria, embora a data de publicação da fonte bibliográfica de 1922 oferece indícios que o hotel estava perdurando até tal data. Ambos os proprietários são “moços **bastante considerados naquelle meio social e comercial**” que “o hotel representa um capital superior a 100:000\$000”.<sup>707</sup> O motivo de Kroeff de ter instalado o hotel em Santa Maria e não no Pinhal onde residiu por anos sua família deve-se, provavelmente, ao mesmo motivo do antigo Hotel Kroeff, de Novo Hamburgo, do tio Jacob Kroeff como nos informa Luz:

Outro fator que, sem dúvida, ajudou foi a opção de adquirir sua propriedade (o hotel) em terras próximas à faixa principal, a via que ligava Porto Alegre a

<sup>704</sup> LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jacob Kroeff Filho - Jacob Kroef Neto...*, 2010, p. 54-55.

<sup>705</sup> LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jacob Kroeff Filho - Jacob Kroef Neto...*, 2010, p. 56.

<sup>706</sup> LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jacob Kroeff Filho - Jacob Kroef Neto...*, 2010, p. 57.

<sup>707</sup> COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado*. Vol. II. Porto Alegre: Ed. Globo, 1922. Grifo nosso.

Sapiranga. Muitos colonos apostaram em zonas mais periféricas, que não se desenvolveram tanto quanto Hamburg-berg, e principalmente São Leopoldo nos anos que se seguiram. **Jacob Kroeff fez uma escolha oportuna, pois escolheu uma região bastante movimentada, e o fluxo contínuo de pessoas só ajudou a conseguir maior clientela.**<sup>708</sup>

Nesse sentido, a escolha de Olivio Kroeff, similar da família outrora, deveu-se por “Santa Maria, em resultado do extraordinário número de pessoas que a ela aportam diariamente” que a cidade “dispõe de nada menos de onze hotéis, sendo que dois – Leon e Kroeff – são dos melhores do Estado”.<sup>709</sup>

O Hotel Kroeff estava instalado em um amplo prédio na rua Venâncio Aires e Comércio, no ponto mais central da cidade de Santa Maria, no estabelecimento havia: 42 quartos, um espaçoso salão de refeições, instalações sanitárias, energia elétrica e telefones. O espaço dispunha de duas áreas de jardins, com magnífico suporte para parreiras que no verão servia de bar, os quartos excelentes, bem mobiliados e de excelente limpeza. Havendo uma seção de convivência para os solteiros e para as famílias, esta última atendida pela família de uns dos proprietários que reside no hotel auxiliando no trabalho. Por isso, o tratamento aos hóspedes é esmerado e bem reconhecido (Figura 12).<sup>710</sup>

---

<sup>708</sup> LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jacob Kroeff Filho - Jacob Kroeff Neto...*, 2010, p. 74. Grifo nosso.

<sup>709</sup> COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul...*, 1922, p. 206.

<sup>710</sup> COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul...*, 1922, p. 208.



Figura 12 – Interior do Hotel Kroeff, salão de refeições, quarto de casal e imagem dos sócios Henrique Carnos e Olivio Kroeff



Fonte: Na imagem os sócios estão dispostos: Henrique Carnos, a esquerda, e Olivio Kroeff, a direita. COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul...*, 1922, p. 208.

A escolha de Olivio Kroeff por Santa Maria como local ideal para o comércio deve-se pelo constante fluxo populacional que veio concentrar-se e consolidar-se na cidade com a vinda da ferrovia para o centro do estado que em 1885 inaugurou a linha férrea Santa Maria a Porto Alegre. Acertadamente o lugar para o ramo da hotelaria era próspero devido os áureos tempos da ferrovia, o Hotel Kroeff vivia “sempre repleto de viajantes e famílias, que o procuram não só pelo bom trato, como por ser um dos mais antigos hotéis de Santa Maria, muito conhecido e acreditado” recebendo “cêrca de 10.000 hospedes, que fazem um movimento superior a 100:000\$000

anualmente”.<sup>711</sup> Nos interesses, portanto, da família Kroeff esteve a administração dos negócios iniciados na venda ao hotel tiveram como resultado de uma vida o empreendimento que destinou-se ao filho Olivio Kroeff<sup>712</sup>.

Em 1894, ocorrerá o término da construção de parte da malha ferroviária do trecho de aproximadamente 160 km de Santa Maria a Cruz Alta (parte do *Tronco Norte*) pela *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien*, sendo substituída pela *Compagnie Auxilaire des Chemins de Fer au Brésil*, tal estrada de ferro compunha o projeto elaborado, em 1872, pelo engenheiro José Ewbank da Câmara.<sup>713</sup>

O trecho do *Tronco Norte* não cruzou pelo Pinhal ficando distante algumas léguas da área central da estrada do Pinhal. O local que o traçado tocou foi chamado Pinhal Novo<sup>714</sup> em relação ao central que passaria ser denominado de Pinhal Velho.<sup>715</sup> O Pinhal Novo não se desenvolveu economicamente como esperava-se do impulso da ferrovia a época muito embora pelas constantes migrações internas para novas áreas de colonização feitas pelas gerações seguintes das famílias teuto-brasileiras que haviam iniciado, pouco a pouco, o esvaziamento demográfico a partir do final do século XIX. Permanecendo apenas alguns poucos descendentes destes nas colônias alemãs do Pinhal como demonstrado nos Apêndices E e F.

A região do Pinhal receberia um novo fluxo imigratório apenas com a imigração judaica vinda da Europa através da companhia *Jewish Colonization Association* (ICA ou JCA) que instalaria em propriedade de 5.500 hectares, distante 25 km do município de Santa Maria, as 37 famílias judias russas oriundas da Bessarabia na denominada

<sup>711</sup> COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul...*, 1922, p. 208.

<sup>712</sup> Olivio Kroeff nascido em 30.09.1876 e falecido em 12.03.1952 está sepultado no Cemitério Católico São José, em Itaara/RS.

<sup>713</sup> HEINSFELD, Adelar. *As ferrovias na ordem positivista...*, 2007, p. 273-303.

<sup>714</sup> Atualmente tem a denominação de Estação do Pinhal, em lembrança a estação de trens do embarque e desembarque de passageiros. Outra estação anterior a esta no “Pinhal” era conhecida como Estação da Vila Etelvina, inaugurada em 15.10.1910, recebeu esse nome pela referência local do engenheiro português Antônio Alves Ramos que atuou como engenheiro da ferrovia naquele trecho e ali residiu casando-se com Etelvina Brenner, comprando uma porção de terras, a 15 km de Santa Maria, na qual construiu um suntuoso sobrado, em homenagem, a esposa Etelvina. E, por fim, a última parada de trem na região do Pinhal é a Estação Philippson, dentro da Colônia Philippson. Assim, seguindo o trajeto dos trilhos em direção ao norte do estado, a ordem das estações na região do Pinhal são: Estação Vila Etelvina, Estação do Pinhal e Estação Philippson. Nos dias de hoje, tais localidades herdaram os nomes das suas respectivas estações em Itaara.

<sup>715</sup> BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 189-190.

Colônia Philippson, no decorrer de 1904.<sup>716</sup> Mas, a partir daqui é outro *capítulo* da história imigração estrangeira no Pinhal.

---

<sup>716</sup> GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

## 5 À GUIA DA CONCLUSÃO

*No fundo, todos temos necessidade de dizer quem somos e o que estamos a fazer e a necessidade de deixar algo feito, porque esta vida não é eterna e deixar coisas feitas pode ser uma forma de eternidade.*<sup>717</sup>

*O homem conta histórias como protesto contra a sua finitude.*<sup>718</sup>

À procura de conclusões é uma maneira de tentar explicar que as conclusões estão inconclusas. Seria o autor, o historiador, contraditório se ousasse afirmar que concluiria essa história? Sabemos que quando uma pesquisa se inicia é como uma porta que abre para quem queira visitar. Ao iniciarmos a pesquisa estávamos cheios de *certezas* e *verdades* ao final sempre restam dúvidas. E isto serve para que novas versões sejam pesquisadas para que validem, contestem ou mostrem outras interpretações.

Uma colônia alemã no sul do Brasil que tem a dinâmica social na qual se compra, vende e ocupa terras; planta, colhe e consome; produz instrumentos e vende-se produtos. Que a mão de obra vai além ter o suor do trabalho familiar e dos escravos, as heranças são motes tanto para alancar futuros negócios e casamentos como para continuar as relações herdadas.

A Colônia do Pinhal não contém um resquício étnico cultural teuto-brasileiro marcante o que sempre ocasionava dúvidas sobre o passado histórico da colonização alemã no lugar. Embora as evidências mais visíveis fossem a igreja luterana (IECLB) e o cemitério luterano. Desta maneira, a Colônia do Pinhal é expressão contida na Colônia de Santa de Maria da Boca do Monte que utilizamos para conceber as migrações espontâneas seja pela enxamagem dos imigrantes da Colônia de São Leopoldo seja pela desmobilização de tropas alemãs a serviço do Brasil. Permitindo que ex-militares na procura por propriedades fossem comprando e se apossando desorganizadamente com as famílias na serra entre São Martinho e Santa Maria, isto é, na região do Pinhal.

---

<sup>717</sup> SARAMAGO, José. “Nosotros somos sobre todo la memoria que tenemos de nosotros mismos”, *La Provincia*, Las Palmas de Gran Canaria, 20 de julho de 1997 [Entrevista a Mariano de Santa Ana]. In: AGUILERA, Fernando Gómez (Sel. e org.). *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 203.

<sup>718</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 8.

Uma vez que eram colônias particulares, posses e propriedades, sem um direcionamento estatal até tornar-se de conhecimento do engenheiro alemão Felipe de Normann. As compras das terras foram se organizando nas escarpas da Serra Geral formando as colônias, em uma área com alta densidade de lavradores nacionais, e por ali vivendo da subsistência, deslocando-se pelas picadas. E ano a ano aumentava alguma família. Até a data que a Picada do Pinhal é descoberta como caminho e ordenada a tornar-se estrada. Com os trabalhos da estrada temos jornaleiros nacionais e escravos dos arredores para trabalhar na obra. Mas o maior problema além do dispendioso dinheiro que parece nunca ser suficiente aos arremates do caminho, é a estrada que parece *nunca ter um fim*. Reflexo de interesses privados nos interesses públicos a tensão hierárquica estimulou os ânimos na administração da obra com Francisco de Paula e Silva e Manoel Alves Pereira que conflituavam pessoalmente como ares de divergência política.

A estrada do Pinhal desenhada pelo engenheiro Felipe de Normann cruza os caminhos tanto do engenheiro como das próprias famílias colonas que ali vivem. Normmann que já estivera em outras colônias, conhecia muito bem o sistema de terras e agenciamento. Por motivos financeiros e oportunistas o engenheiro vê a possibilidade de “organizar as colônias do Pinhal” com um projeto de destaque para colonização tentando inserir mais famílias. As quais se foram trazidas para colonizar, as fontes selecionadas, sobretudo os relatórios, não dão conta de responder.

O engenheiro esteve em contato no Pinhal, por anos, pela necessidade da província em construir uma estrada que ligasse a trânsito público os campos de cima da serra e a campanha através da estrada do Pinhal e de Santa Maria. Normann devido as circunstâncias atribuladas de sua vida encabeça a tentativa de lançar-se como agente de colonização delimitando um perímetro das colônias já estabelecidas como a *Colônia de Santa Maria da Boca do Monte* e requerendo a compra de terras ao governo provincial para revender em lotes para as famílias. Por motivos - em parte - desconhecidos seu projeto de 1858 não é aceito. Porém, as famílias alemãs que ali se assentaram por migração espontânea ou por direcionamento de Normann continuaram ali habitando as áreas florestais do Pinhal.

Diante disto, deliberamos a *Colônia do Pinhal* com a data partir de 1857 pelo registro no diário do viajante Robert Avé-Lallemant alusória a data de fundação da Colônia pela instalação das famílias Kroeff, Albrecht e Adamy na área mais central do Pinhal e da serra, onde localiza-se, atualmente o núcleo urbano de Itaara. Nem



mesmo a data 1857 pode ser definida e definitiva para aquelas e outras famílias. Pois, nos Autos de Medição de terras que constam revalidação e/ou legitimação das posses no Pinhal os próprios colonos com suas esposas indicam a *Cultura Efetiva e Morada Habitual* anterior a 1854. O que após exame certificou-os como legítimos proprietários.

No Pinhal, a organização camponesa atentou para a mão de obra de familiar com muitos filhos para que a subsistência fosse garantida ao passo que iniciassem as pequenas indústrias artesanais. Logo, se por um lado é vantajoso ter muitos filhos como potencial oportunidade de enriquecer e prosperar. Por outro lado, é desvantajoso se o casal camponês não conseguir alimentá-los e, por conseguinte, obter recursos suficientes para manutenção da herança dos descendentes de primeiro grau. Os filhos para que comprem a própria colônia antes de casar e as filhas recebessem parte em dote.

Se é relevante como os imigrantes chegaram no Pinhal também é que ali estiveram e dali saíram. Esse processo dinâmico de ocupação de áreas florestais de derrubada e queimada na mata fez com que a imigração alemã, e italiana, devastasse todo um bioma subtropical de flora e fauna. A partir dos Autos de Medição de Terras (revalidação/ legitimação) ficou demonstrado um elevado número de compra de terras e revalidação em 1854, percebendo-se a alta concentração de terras pela família Albrecht e Adamy.

A instalação das famílias alemãs e teuto-brasileiras nas terras do Pinhal meio que apartadas umas das outras, mesmo que com traços camponeses, não permitiu os casamentos e mais laços de parentesco. A própria colheita no Pinhal é um “esboço” inicial para entendermos o processo campesino na terra e estruturação familiar e colonização atrelados economicamente. Todavia o laço de parentesco dos casamentos os quais foram baixíssimos porque as famílias da comunidade do Pinhal casavam com noivos e noivas *de fora*, sendo sobretudo cônjuges teuto-brasileiros e não luso-brasileiros. A única família que casa 3 filhos com os colonos de dentro da comunidade é ao *fim das contas*, lê-se, inventários, que tem os maiores números, expressivos entre os demais. As famílias que não conseguiram alcançar o montante dos inventários geralmente tiveram algum infortúnio em relação ao cônjuge. Precisando refazer escolhas e aumentar o trabalho. Poucos os viúvos e viúvas que casaram em 2ª núpcias. O esvaziamento principal de está vinculado ao fato das famílias casarem seus filhos e filhas com membros externos da colônia. As filhas se deslocaram juntamente com os maridos seja para acompanhá-los em busca de

trabalho para centros urbanos ou para iniciar uma nova colônia em áreas florestais do planalto na tentativa de reestruturar um novo ciclo familiar campesino.

Ao final do século XIX, no Pinhal havia poucas famílias teuto-brasileiras ali residindo, em seguida, quando os trilhos da ferrovia atingiram a região do Pinhal, 1894, completando o trecho *Tronco Norte* - Santa Maria-Passo Fundo até Marcelino Ramos; a facilidade de locomoção dada pela ferrovia deveria tê-los motivado a buscarem outros destinos.

A falta de elementos que integrasse as famílias permitiu que houvesse momentos de relações conflituosas por dívidas financeiras e dívidas de honra no cotidiano da Colônia necessitando que a Justiça fosse acionada. Quando ocorrera uma estratégia interna nas famílias, estas conseguiram legar minimamente ao filho uma herança (i)material.

Ao adentrar no ambiente rural da vida na Colônia do Pinhal a qual não vislumbrei um aglutinador social mais forte para uni-los em um objetivo comum que os significasse enquanto coletividade de colonos, alemães teuto-brasileiros e campesinato. A confissão religiosa luterana e católica presente nos bastidores da identidade germânica destes colonos e colonas carece de mais pesquisas para compreensão do protagonismo religioso no seio da comunidade. Nesta esteira, há a necessidade de investigação dos batismos entre os teuto-brasileiros católicos, presentes na AASM, para se verificar as relações de compadrio no Pinhal.

Essa dissertação identificou que a ausência de coesão social entre próprios colonos denota um vazio do sentimento coletivo que perpassa nas fontes documentais. Isso não significa menos, ainda, determinar pessoas estáticas, quiçá apáticas. Ocorre que a forma de se mover na sociedade direcionando outras molas propulsoras para impulsionar a vida em meio as matas da Serra Geral, no centro da província, comprovam que: no Pinhal a dinâmica social foi outra.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

AGUILERA, Fernando Gómez (Sel. e Org.). *As palavras de Saramago: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Micro-história italiana: modo de uso*. Tradução Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 291-335.

ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis – escravos em terras de alemães (São Leopoldo – 1850-1870). In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. *Pelos Caminhos da Rua Grande: História(s) da São Leopoldo Republicana*. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 189-201.

ALVES, Débora Bendocchi. Tempos e contratempos: dificuldades e malogros vividos pelos imigrantes antes da chegada no Brasil (século XIX). In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (Orgs). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 15-46.

\_\_\_\_\_; KLUG, João; WITT, Marcos Antônio. *Friedrich von Weech: a agricultura, o comércio e o sistema de colonização no Brasil*. 2ª ed. rev. ampl. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2017.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, p. 215-287.

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1999.

AQUINO, Ivânia Campigotto. *A representação do imigrante alemão no romance sul-rio-grandense: A divina pastora, Frida Meyer, Um rio imita o Reno, O tempo e o vento e A ferro e fogo*. 2007. 300 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

AVELLO, Adriano Sequeira. *Colônia do Pinhal: a fundação (1850-1857)*. 2015. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 23-79.

BARRETO, Abeillard. Felipe de Normann (1818-1862). In: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense: A contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Vol. II K-Z. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p. 990-995.

BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: \_\_\_\_\_. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 167-186.

BELÉM, João. *História do município de Santa Maria - 1797/1933*. 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BELINAZZO, Terezinha Maria. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1884-1882)*. 1981. 297 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1981.

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Diário de uma viagem no interior da Prova. de São Pedro em 1856. In: MARCHIORI, José Newton C.; NOAL FILHO, Valter Antônio (Orgs.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997, p. 39-42.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930*. 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

BIASOLI, Vitor Otavio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

BUBLITZ, Juliana; CORREA, Silvio Marcos de Souza. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora UPF; Santa Cruz: Edunisc, 2006.

BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul*. 2010. 190 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BLUME, Sandro. *Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano*. 2010. 291 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BRENNER, José Antonio. *Pinhal - 150 anos - Itaara*. s.l.: s.n., 2007. Não paginado. (Folheto).

\_\_\_\_\_. A SOCEPE completa 150 anos desde o *Deutscher Hilfsverein*, Jornal *A Razão*, 29 e 30 de outubro de 2016, página 3.

\_\_\_\_\_. 150 anos da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana, Jornal *A Razão*, 02 e 03 de abril de 2016, s.p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. *Revista de Geografia Agrária*, v. 4, n. 8, p. 52-66, 2009.

CARMO, Alane Fraga. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CARVALHO, Daniela Vallandro. *“Entre a solidariedade e a animosidade”: os conflitos e as relações interétnicas populares, Santa Maria - 1885 a 1915*. 2005. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 1997, p. 45-59.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAVALARI, Rossano Viero. *O ninho dos pica-paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893*. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2012.

COSTA, Alfredo Rodrigues da (Org.). *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado*. Vol. II. Porto Alegre: Ed. Globo, 1922.

COSTA, Firmino. *Terra de Vila Rica: contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos*. Júlio de Castilhos: Publicação do Centro Cultural Francisco Salles/Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991.

CORREA, Lucelinda Schramm. O resgate de um esquecimento - A Colônia de Leopoldina. Rio de Janeiro, *GEOgraphia*, ano 7, nº 13, p. 87- 111, 2005.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. 1988. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.

\_\_\_\_\_. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation: ein Beitrag zur Geschichte der Deutsche-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995.

\_\_\_\_\_; GÄRTNER, Angelika (Orgs.). *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

\_\_\_\_\_. Brasileiros. In: CUNHA, Jorge Luiz da (Org.). *Cultura alemã - 180 anos*. Ed. bilíngue. Porto Alegre: Nova Prova, 2004, p. 109-113.

\_\_\_\_\_. Imigração e colonização alemã. In: PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *Império*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Vol. II. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.

\_\_\_\_\_. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Orgs.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: EducS, 2015, p. 80-101.

\_\_\_\_\_; VOGT, Olegário Paulo Vogt; RADÜNZ, Roberto. Peter Kleudgen: um negociador alemão agenciando colonos para o Brasil. Valencia – Espanha, XVIII Congreso AHILA. *En los márgenes de la Historia Tradicional - Nuevas miradas de América Latina desde el siglo XXI*, v. 1, 2017, p. 1708-1727.

CHRISTILINO, Cristiano Luís. A colonização e a grilagem no Rio Grande do Sul no século XIX. *Mneme*, v. 08, n. 22, jun./jul. de 2006, p. 96-123.

\_\_\_\_\_. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)*. 2010. 350 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

DALMOLIN, Cátia Regina Calegari. *Em nome da Pátria: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942*. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

DREHER, Martin N. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo; Oikos, 2005, p. 11-31.

\_\_\_\_\_. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a história da família imigrante. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Orgs.). *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2014, p. 291-316.

ECKERT, José Paulo. *O povo dos herveiros: entre o extrativismo e a colonização (Santa Cruz, 1850-1900)*. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: Lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. 1999. 183 f.

Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de comunicação Social Hipólito José da Costa, 198.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. De terra de ninguém à terra de muitos: olhares viajantes e imagens fundadoras (do século XVII ao XIX). In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa. *Colônia*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Vol. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 273-307.

FLORES, Hilda Agnes Hubner. *Canção dos imigrantes*. Porto Alegre: EST; São Lourenço de Brindes/Caxias do Sul: Educus, 1983.

\_\_\_\_\_. *História da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Ana Paula. *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2006,

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro, 2002, p. 41-70.

FRIEDRICH, Fabiana Helma. *Gastronomia e imigração alemã na região central do Rio Grande do Sul: Colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX)*. 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

FRÖHLICH, Sônia Jacqueline. O cemitério como patrimônio da imigração alemã: relatório de prática. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 531-538.

GERSTÄCKER, Friedrich. *A Colônia: cenas da vida no Brasil*. Tradução Gerson Roberto Neumann; Cláudia Pavan. Porto Alegre: Gradiva, 2016.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual no Mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. *A micro-história e outros ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

\_\_\_\_\_. *Terras e homens: colônias e colonos no Brasil*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

GRIGIO, Ênio. *"No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse": a comunidade negra e sua irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)*. 2016. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

GRÜTZMANN, Imgart. O almanaque (*Kalender*) na imigração alemã na Argentina, no Brasil e no Chile. In: DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 48-90.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). *República: República Velha (1889-1930)*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-303.

HERZER, Luana; RADÜNZ, Roberto. *Suicida feliz: protestantes em face à morte diferente*. In: FERNANDES, FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 438-449.

IEPSEN, Eduardo. O agrimensor que media de menos: os conflitos agrários na Colônia de São Lourenço. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Vol. III. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013, p. 92-116.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre; Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS; EDUCS, 2001.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder - história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no RS - perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naíra; SILVA JR., Adhemar L. da. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. 1ª ed. Porto Alegre: Ed. da Ulbra, 1994, p. 149-161.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História - novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 133-161.



\_\_\_\_. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de métodos e fontes. In: \_\_\_\_\_. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 73-105.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 1997, p. 165-184.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012, p. 207-223.

LISBOA, Karen Macknow. Aproximações teóricas e de métodos: a literatura de viagem. In: LISBOA, Karen Macknow. *Mundo novo mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2011, p. 82-89.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff - Jacob Kroeff Filho - Jacob Kroeff Netto: o Hoteleiro, o Coronel, o Intendente - 1855 a 1966*. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *Entre Guardas e casarões - um pouco da história do interior do RS - uma perspectiva arqueológica*. 2004. 225 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos - os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas: Centro de Memória - Unicamp, 1996.

MARTINS, Tiago Costa (Org.). *(Re)Pensar o desenvolvimento de Itaara: discussões acadêmicas em prol do município quatro estudos sobre história, geografia, economia e turismo*. Itaara: Câmara Municipal de Vereadores de Itaara, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2ª ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

MATTOSO, José. *A escrita da história - teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MAUCH, Cláudia. O processo crime além dos crimes. In: APERS. *XI Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 17-31.

MINUZZI, João Davi. *Uma impressão a cada viagem: percepção da natureza do pampa na visão de viajantes europeus, 1818-1858*. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania, Província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

\_\_\_\_\_. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)*. 2017. 340 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2017.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. 2009. 632 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.

NICOCELI, Vanessa. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria-RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891*. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

\_\_\_\_\_; CUNHA, Jorge Luiz da. Os imigrantes alemães em Santa Maria: estratégias familiares e escândalos políticos no final do século 19. Rio Grande, *XI ANPUHRS (Anais Eletrônicos)*, p. 324-334, 2012.

OBERACKER JR, Carlos H. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Monárquico - reações e transações*. 3º Vol. 5ª ed. São Paulo, Difel, 1985, p. 220-244.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. *Colonização alemã e poder: a cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)*. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul*. 2017. 393 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825. In: GRIJÓ, Luiz Alberto;

GUAZELLI, Cesar Augusto B.; NEUMANN, Eduardo dos S. (Orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 75-90.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Refinarias e suinocultores: o caso da indústria da banha. In: \_\_\_\_\_. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 69-124.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIASSINI, Carlos Eduardo. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: Os Brummer Khalden, Hansel, Koseritz e Ter Brüngen, 1851-1881*. 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

PISTOLA, Cristiane Debus. *O coronel, o jornalista e o delegado: cultura, política e violência em Santa Maria*. Santa Maria, RS: Abril, 2011.

POELKING, Everton Luís. *Aptidão, evolução e conflitos de uso das terras no município de Itaara, RS*. 2007. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciência do Solo) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

PFLEGER, Kelwyn. *Aqui, somos todos iguais: os sepultamentos de suicidas em Leoberto Leal-SC (1945-2004)*. 2007. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Gradação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RADÜNZ, Roberto. *Do poder de Deus depende*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1996.

\_\_\_\_\_. *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul: Educus; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

RELLY, Eduardo. *Floresta, capital social e comunidade - imigração e as picadas teuto-brasileiras (1870-1920)*. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013.

RENAUX, Maria Luiza. *O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí 1850-1950*. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

REVISTA *Comemorativa do Centenário de Santa Maria*, 1914.

RIBEIRO, José Iran. Para servir o Imperador - o alistamento dos milicianos. In: \_\_\_\_\_. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005, p. 31-68

\_\_\_\_\_. Entre arranjos, desertores, índios e outras demandas – os serviços policiais nas localidades em uma conjuntura de guerra. In: \_\_\_\_\_. *Quando o serviço os chamava: os milicianos e os guardas gaúchos (1825-1845)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2005, p. 102-130.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Vol. I e II. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, Tuane Telles; SALDANHA, Cibele Stefano; CORRÊA, Leticia Ramirez. Ensino de cartografia utilizando diferentes recursos didáticos. *EDUCERE: VII Congresso Nacional de Educação*, 2015. v. 1, p. 9985-9995.

RÖLKE, Helmar. *Raízes da imigração alemã: história e cultura alemã no Estado do Espírito Santo*. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

RUBERT, Arlindo. *A diocese de Santa Maria*. Santa Maria: Palloti, 1957.

RUPPENTHAL, Paulo Roberto. *A colônia alemã do Pinhal, século XIX: origens, formação e desenvolvimento*. 2000. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2000.

SANDAGE, Scott A. *Born losers - a history of failure in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha: Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Staudt (Orgs.). *Uma história em escalas: a microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2012, p. 15-72.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Editora Movimento/SAB, 1974.

\_\_\_\_\_. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro, *Boletim do Museu Nacional*, Antropologia, nº 52, p. 1-27, 1985.

\_\_\_\_\_. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico/91*, p. 31-63, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. Família, condição feminina e imigração. Florianópolis, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, p. 1-13, 2013.

SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SCHMITT, Denise Verbes. *Sociedade de leitura Hermann Faulhaber: a biblioteca dos imigrantes de "Panambi"/RS (1927-1963)*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição de Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 28, n. 1, 25-41, 2002.

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, a. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social do imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2000.

\_\_\_\_; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. A imigração alemã na historiografia rio-grandense: Pellanda, Porto e Truda. In: DREHER, Martin Norberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST/São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 357-361.

UMANN, Josef. *Memórias de um imigrante boêmio*. Introdução, tradução e notas de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: EST, 1981.

VANDERLINE, Tarcísio. Imigração alemã e campesinato no sul do Brasil: uma discussão preambular. *Revista Varia Scientia*, v. 05, n. 09, p. 189-201, 2005.

VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: APERS. *XI Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 155-179.

VASCONCELLOS, Barão de; SMITH DE VASCONCELLOS, Barão. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne, Suíça: Imprimerie La Concorde, 1918.

VENDRAME, Maíra Ines. *Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. 2013. 477 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2013.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XI, Abril-Junho, n. 2, p. 159-222, 1949.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS - GT Processos Sociais Agrários*, p. 1-18, 1996.

WEECH, Clifford Andrew et al (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WEIMER, Günter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre Mercado Aberto, 1987, p. 95-117.

\_\_\_\_\_. *A arquitetura*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

\_\_\_\_\_. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

\_\_\_\_\_. A arquitetura. In: PICCOLO, Helga Iracema L.; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). *Império*. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Vol. II. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 373-399.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Na qualidade de vizinha que era”: solidariedades vicinais e sensibilidades jurídicas entre os camponeses das localidades de Agupés e Barranceira através de processos criminais. Conceição do Arroio, RS, República Velha. In: APERS. *IX Mostra de Pesquisa: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2011, p. 161-179.

WITT, Marcos Antônio. Família(s) no âmbito da imigração alemã. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (Orgs.). *História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014, p. 317-335.

\_\_\_\_\_. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, no Rio Grande do Sul – século XIX*. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2015.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Eloisa Helena C. da Luz. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al (Orgs.). *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 57-82.

WITTER, Nikelen Acosta. Em busca do “bom conceito”: curandeiros e médicos no século XIX. In: QUEVEDO, Júlio. *Historiadores do novo século*. 1ª ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, 2001, p. 123-153.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2002.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naíra; SILVA JR., Adhemar L. da. *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. 1ª ed. Porto Alegre: Ed. da Ulbra, 1994, p. 65-74.

ZUSE, Adélia Juracy; NEUMANN, Reinoldo Glück; SCHLEMPER, Renan (Orgs.). *Luteranos em Santa Maria 1866/2016 – 150 anos*. Santa Maria: Edição do Autor, 2016.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (Org.). *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. 2 v. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.

## FONTES

## Websites

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL – HEMEROTECA DIGITAL.

Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império - Rio Grande do Sul – 1830 a 1889. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em: 10 jan. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que abrio a primeira sessao ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1º de março de 1846, o exm.º Sr. Conde de Caxias, presidente da mesma provincia*. Porto Alegre: Typografia de I. J. Lopes, 1846.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do estado da provincia do Rio Grande de S. Pedro apresentado ao Exm.º Sr. Conde de Caxias pelo chefe de divisão Pedro Ferreira de Oliveira, ao entregar-lhe a presidencia da mesma provincia*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1851.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de outubro de 1852*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1852.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1854.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão Sinimbú entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao vice-presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, no dia 30 junho de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855a.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Barão de Muritiba no dia 26 de setembro de 1855*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855b.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com o que o conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. presidente e commandante de armas, conselheiro, e genéral Jeronymo Francisco Coelho no dia 28 de abril de 1856*. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856a.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856.* Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1856b.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857.* Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1857.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 8ª Legislatura.* Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1858a.

RIO GRANDE DO SUL. *Documentos anexos ao relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a'Assembléa Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 8ª Legislatura.* Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1858b.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril, e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 4 de maio de 1859.* Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio apresentado a Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, 1ª Sessão da 9ª Legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão.* Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1860.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatorio apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembleia Provincial.* Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1864.

IBGE. *Itaara.* Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/itaara/panorama>>. Acessado em: 12 abr. 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/LALOBelo.html>>. Acessado em: 08 jan. 2018.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em: 13 jan. 2018.

PONTE DA GARGANTA DO DIABO. Disponível em: <<https://missioneiroantigos.wordpress.com/2016/01/19/garganta-do-diabo-nao-vale-do-menino-deus/>>. Acessado em: 07 jan. 2018.



PONTE DA GARGANTA DO DIABO. Disponível em: <https://santamariafoto.blogspot.com.br/2016/05/158-anos-do-municipio-de-santa-maria-i.html>>. Acessado em: 07 jan. 2018.

#### AHRS – ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

AHRS. Obras Públicas.

1855. AHRS, OP, C 5 M. 09-10.

1856. AHRS, OP, C 6 M 11-12.

1857. AHRS, C 7 M 13-13A.

1858. AHRS, OP, C 8 M 14-15.

#### Colonização - Terras Públicas - Juízes Comissários - Santa Maria (1862 e 1863)

AHRS, Auto n. 134, 1862, Adolfo Kemmerich.

AHRS, Auto n. 240, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

AHRS, Auto n. 302, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

AHRS, Auto n. 303, 1862, Jacob Albrecht e Jacob Adamy.

AHRS, Auto n. 304, 1862, Jacob Albrecht.

AHRS, Auto n. 445, 1870, Jacob Adamy.

AHRS, Auto n. 503, 1871, Jorge Schaeffer.

AHRS, Auto n. 546, 1871, Miguel Kroeff.

AHRS, Auto n. 1009, 1878, Martin Zimmermann.

#### Relatórios de Felipe de Normann - 1858

Proposta datada em Porto Alegre, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Relatório datado em Santa Maria, 01/05/1858, de Felipe de Normann ao Pres. Prov. Angelo Muniz da Silva Ferraz. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Mappa estatístico da população da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 1, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Mappa estatístico e resumido da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 2, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

Mappa estatístico, territorial e agrícola da Colonia de Santa Maria da Bocca do Monte - nº 3, 01/05/1858, Felipe de Normann. AHRS, Colonização, C 35, M 65.

## APERS – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Inventário *post mortem* de Elisabeth Schmitt. Santa Maria, 1858. APERS, A 24, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Henrique Rese. Santa Maria, 1859. APERS, A 28, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Catharina Niederauer. Santa Maria, 1864. APERS, A 52, M 2, E 149.

Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

Inventário *post mortem* de Margarida Schreiner. Santa Maria, 1883. APERS, A 43, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A ?, M ?, E 114.

Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 55, M 2, E 149.

Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

Inventário *post mortem* de Adolpho Kemmerich. Santa Maria, 1894. APERS, A 73, M 2, E 149.

Inventário *post mortem* de Maria Albrecht Ilges. Santa Maria, 1895. APERS, A 314, M 14, E 149.

Processo Cível de João Conrado Scherer contra Jacob Albrecht. APERS, Santa Maria, 1871, N 643 M 16 E 149.

Processo Cível de Pedro Schreiner a João Lenhardt. APERS, Santa Maria, 1880. N 592 M 14 E 149.

APERS. Processo-crime, Santa Maria, 1893, N 1163 M 36 E 150.

APERS. Registro Paroquial de Terras - Santa Maria - 1854.

Registro de compra e venda de escravos - APERS. *Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul do Compra e venda de escravos – recorte temporal de setembro/1763 a maio/1888*. 2 Vol.

## AASM – ARQUIVO DA ARQUIDIOSECE DE SANTA MARIA

Livro de Tombo da Catedral de Santa Maria nº 2 (1866-1888)

Casamento - Catedral. Livro nº 2 e 3 (1849-1870)

Casamento - Catedral. Livro nº 4 (1870-1876)

Casamento - Catedral. Livro nº 5 (1876-1882)

Casamento - Catedral. Livro nº 6 (1882-1887)

Casamento - Catedral. Livro nº 7 (1887-1891)

Casamento - São Martinho. Livro nº 2 (1855-1882)

Óbitos - Catedral. Livro nº 3 (1895-1925)

Óbitos - Catedral. Livro nº 2 (1863-1895)

#### ACVSM – ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Livro I de Atas (1858-1864)

Consultado: Livro de Atas (1872-1882); Livro de Atas (1882-1886); Livro de Atas (1888-1892);

#### AHMSM – ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SANTA MARIA

Foto da capela evangélica luterana no Pinhal – 1905

#### ATB – ACERVO TERESINHA BELINAZZO

Conversão de fitas cassete (áudio) com trechos dos jornais A TRIBUNA RIOGRANDENSE, CORREIO DO SUL E O MERCANTIL, de 1853 a 1864, relacionados à história de Santa Maria. A numeração dos CDs corresponde à numeração das fitas. Conservação feita por Renato Reus Padilha Machado, em fevereiro de 2008.

Fita 1853 - 1854 (1-2).

Fita 1854 - 1855 (3-4).

Fita 1855 - 1857 (7-8).

Fita 1858 - 1858 (11-12).

Fita 1858-1859 (13-14).

Fita 1859-1860 (15-16).

Fita 1860-1861 (17-18).

Fita 1861 (19-20).

Fita 1861-1863 (21-22).

#### AHIECLB – ARQUIVO HISTÓRICO DA IGREJA EVANGÉLICA CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL

- Consultado.

#### MHVSL – MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

- Consultado.



## APÊNDICE A – CONVERSÃO DE MEDIDAS

### Medida para moeda

1 Milréis (1\$000) = 1000 réis

1 Conto (1:000\$000) = 1000 milréis

### Medida territorial em pequena extensão

1 Léguas = 3000 braças = 6.600 m

1 Braça = 2 varas = 2,2 m

1 Vara = 5 palmos = 1,11 m

1 Palmo = 8 polegadas = 0,222 m

### Medida territorial em grande extensão

1 Braça quadrada = 4, 84 m<sup>2</sup>

100.000 Braças quadradas = 4,84 ha

160.000 Braças quadradas = 77,4 ha

### Medida em Litros

1 Quarta = 9,1 l

1 Alqueire = 4 quartas = 36,4 l

1 Saco = 2 alqueires = 72,8 l

1 Pipa = 480 l

### Medida em Quilogramas

1 Arroba = 32 libras = 14,618 Kg

1 Libra = 0, 459 Kg

Fonte: CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation...*, 1995, p. 292.



**APÊNDICE B – ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS CONFRONTANTES COM TERRAS NO PINHAL**

<b>Nomes dos alemães e teuto-brasileiros</b>	<b>Ano</b>	<b>Local da posse onde confronta</b>
Felipe Fuchs	1856	Serra geral no Districto desta Freguesia
Pedro Cassel e Christina Cassel	1862	Centro da Serra Geral, distrito de Santa Maria
Jacob Rezer e Luiza Rezer	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
André Weber e Catharina Weber	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
Frederico Draier e Marianna Draier	1862	Serra do Pinhal, na Boa Vista, 1º distrito de Santa Maria
José Guilherme	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
Tenente Coronel João Niederauer Sobrinho e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
Jorge Koch e Margarida Koch	1870	Serra Geral, Pinhal - Rincão do Erval
Antonio Jacob	1878	Município de São Martinho
Gabriel Haffner Filho e Carolina Autreich Haffner	1878	Distrito, na Serra Geral, no lugar denominado - Rincão do Pinhal





## APÊNDICE C – NACIONAIS CONFRONTANTES COM TERRAS NO PINHAL

<b>Nomes dos nacionais</b>	<b>Ano</b>	<b>Confrontante no local</b>
Israel "de Tal"	1856	Serra geral no Districto desta Freguesia
Andre Mineiro	1856	Centro da Serra Geral desta Freguesia
Joaquim Carpinteiro,	1856	Centro da Serra Geral desta Freguesia
Mariano Joaquim Elias Meneses de Moraes e Merenciana	1862	Centro da Serra Geral, distrito de Santa Maria
Maria Elias de Moraes, filha de Mariano e Merenciana	1862	Centro da Serra Geral, distrito de Santa Maria
Tenente Coronel João Baptista de Mello	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
Antônio Rodrigues Barcellos	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
Camilo dos Santos Leal	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
Tenente Coronel Cezimbra	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
Boaventura José dos Santos	1862	Cachoeira do Pinhal, na Serra Geral, distrito de São Martinho, município da Cruz Alta
João Baptista Christino e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
Ivo José de Toledo e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
Americo Pinheiro da Silva e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
Constantino Alves Ferraz e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
Antonio Gomes da Costa e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
José Alves dos Santos e sua mulher	1862	Fazenda da Cachoeira do Pinhal, distrito de São Martinho
João Correia de Moraes e sua mulher	1871	Pinhal, centro da Serra Geral, 1º distrito de Santa Maria
Antonio Pinto e sua mulher	1871	Pinhal, centro da Serra Geral, 1º distrito de Santa Maria
Vasco Duttra	1871	Pinhal, centro da Serra Geral, 1º distrito de Santa Maria
Jorge da Costa e sua Mulher	1871	Centro da Serra Geral, na margem direita do arroio, 1º distrito de Santa Maria,
Francisco de Paula e Silva (Barão do Ibicuí)	1878	Município de São Martinho
Felisberto França Bastos	1878	Município de São Martinho
"Herdeiros" do Major Manoel Correa de Moraes	1878	Município de São Martinho



## APÊNDICE D – CASAMENTOS DOS FILHOS DOS COLONOS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS DO PINHAL (1849-1891)

Data do Casamento	Filiação do noivo	Noivo	Noiva	Filiação da noiva
14.12.1861	Gabriel Haeffner Maria Felicia Haeffner	<i>Carlos Gabriel Haeffner</i>	<b>Clara Weber</b>	Andre Weber Catharina Weber
13.03.1863	Daniel Kurtz Maria Eva Lay	<i>João Henrique Kurtz</i>	<b>Helena Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Miller
11.09.1864	-	<i>Miguel Seegel</i>	<b>Anna Maria Niederauer</b>	Filippe Niederauer Catharina Niederauer
21.12.1864	Leonardo Bopp Isabel Bopp	<i>Jorge Bopp</i>	<b>Amalia Schreiner</b>	Pedro Schreiner Margarida Schreiner
15.01.1870	João Luiz Weber Christina Magdalena	<b>André Carlos Weber</b>	<i>Cecilia Mathien</i>	Nicolau Mathien Regina Offren
06.02.1860	Elias Ilges Felispina Ilges	<i>Luiz Ilges</i>	<b>Maria Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht
24.09.1870	João Schmidt Elisabetha Schmidt, falecida	<b>Henrique Schimit</b>	<b>Suzana Laidner</b>	João Carlos Laidner Anna Maria Laidner
19.08.1871	Frederico Niederauer, falecido, Margarida Niederauer	<i>Carlos Henrique Niederauer</i>	<b>Carolina Koch</b>	João Koch Margarida Koch
06.12.1871	João Kock Margarida Koch	<b>João Koch Filho</b>	<i>Carolina Bopp</i>	Leonardo Bopp, falecido, Isabel Bopp
06.04.1872	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht	<b>Frederico Albrecht</b>	<b>Catharina Weber Filha</b>	André Weber, finado, Catharina Weber
15.07.1876	Zacharias Worth Felisbina Worth	<i>Zacharias Worth Filho</i>	<b>Catharina Laidner</b>	João Carlos Laidner Anna Maria Laidner
04.04.1877	Daniel Kurtz Carlota Kurtz	<i>Guilherme Kurtz</i>	<b>Catharina Kroeff</b>	Miguel Kroeff Anna Maria Kroeff
16.10.1878	Jacob Weirich Anna Maria Wirich	<i>Miguel Weirich</i>	<b>Anna Maria Laydner</b>	João Carlos Laidner Anna Maria Laidner
03.06.1882	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht	<b>Filippe Albrecht</b>	<b>Amalia Kroeff</b>	Miguel Kroeff Anna Maria Kroeff
03.02.1883	Adolpho Kemmerich Catharina Kemmerich	<b>Henrique Kemmerich</b>	<i>Sophia Anna Salustre</i>	Jacob Salustre Isabel Raphaela Salustre
31.03.1883	José Vieira Josefina	<i>Camillo Vieira</i>	<b>Christina Weber</b>	André Weber Catharina Weber (falecidos)
18.08.1883	Miguel Bongasten Tiomothea Müller	<i>João Bongasten</i>	<b>Catharina Koch</b>	João Koch Margarida Koch
01.09.1888	João Lenhardt Magdalena Lenhardt	<i>Guilherme Lenhardt</i>	<b>Amalia Schaeffer</b>	Jorge Schaeffer Maria Eva Schaeffer
10.10.1895	Jorge Bopp Amalia Bopp	<i>Alfredo Bopp</i>	<b>Josephina Kroeff</b>	Miguel Kroeff Anna (Maria) Kroeff
-	Jacob Adamy Catarina Adamy	<b>Jacob Adamy</b>	<b>Catharina Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht
-	-	<i>Luiz Streccius</i>	<b>Isabel Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht
-	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht	<b>Jacob Albrecht Filho</b>	<i>Isabel Bern</i>	-
-	-	<i>André Lied</i>	<b>Balbina Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht
-	-	<i>André Beck</i>	<b>Sofia Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht
-	-	<i>Frederico Roth</i>	<b>Luiza Albrecht</b>	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht

-	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht	<b>Pedro Albrecht</b>	<i>Margarida Nonemacker</i>	-
-	Jacob Albrecht Maria Eva Albrecht	<b>João Albrecht</b>	<i>Francisca Nonemacker</i>	-
-	Miguel Kroeff Anna Maria Kroeff	<b>Miguel Kroeff</b>	<i>Wanda Bopp</i>	-
-	Miguel Kroeff Anna Maria Kroeff	<b>Carlos Kroeff</b>	<i>Vicentina Kurt Daberkow</i>	-
-	Miguel Kroeff Anna Maria Kroeff	<b>Josefina Kroeff</b>	<i>Alfredo Bopp</i>	Jorge Bopp Amalia Bopp
-	<b>Miguel Kroeff Anna Maria Kroeff</b>	Olivio Kroeff	<b><i>Zilda Haeffner</i></b>	-

Fonte: BELÉM, João. *História do município de Santa Maria...*, 2000, p. 190-19. AASM. Casamento - Catedral. Livro nº 2 e 3 (1849-1870), Livro nº 4 (1870-1876), Livro nº 5 (1876-1882), Livro nº 6 (1882-1887), Livro nº 7 (1887-1891).

- Nubentes da comunidade do Pinhal, em destaque pela fonte **negrito**.
- Nubentes de *fora da* comunidade do Pinhal, em destaque pela fonte *itálico*.

## APÊNDICE E – SEPULTAMENTOS NO CEMITÉRIO LUTERANO DO PINHAL

Falecido(a)	Sexo	Nascimento	Falecimento
Henriqueta Ludovica Zimmermann	F	?	08.08.1867
Maria Eva Albrecht	F	?	10.05.1873
Johann Jacob Albrecht	M	?	02.10.1885
Maria Luise Adamy Schirmer	F	08.10.1869	16.05.1894
Friedrich Streccius	M	18.07.1825	28.05.1901
Margarida Albertina Schirmer	F	19.09.1865	26.03.1903
Felipe Albrecht	F	05.06.1853	08.02.1905
Jacob Albrecht [Filho]	M	31.08.1839	27.07.1907
João Miguel Adamy	M	22.12.1835	12.04.1913
Martin Zimmermann	M	09.11.1831	11.03.1915
Heinrich Streccius	M	21.07.1834	24.06.1915
Elisabeth Streccius	F	16.06.1842	18.10.1916
Juliana Barth Adamy	F	09.01.1844	20.10.1918
Fabio P. Monteiro	M	04.09.1877	28.10.1923
Friedrich Adamy	M	05.04.1876	22.04.1925
Filippe Gehm	M	24.06.1860	26.07.1929
Henriqueta C. Zimmermann	F	06.04.1838	03.07.1931
Venceslau Hajek	M	25.08.1886	15.12.1931
Theodoro Zimmermann	M	06.02.1876	05.05.1933
Amalia Schreiner Adamy	F	18.04.1877	06.08.1935
Amantina Gehm	F	17.08.1891	28.11.1937
Julina Dieterich Gehm	F	28.07.1861	08.09.1943
Amalia Albrecht	F	15.11.1864	20.04.1944
Germano Berger Filho	M	12.10.1875	22.06.1946
Teodoro Alberto Adamy	M	01.04.1868	22.11.1946
Henrique Zimmermann	M	21.02.1869	30.03.1949
Rodolfo Adamy	M	16.05.1875	20.12.1950
Andre G. Kurtz	M	01.01.1870	27.02.1951
Elisa Schirmer Adamy	F	08.01.1873	10.05.1952
Emilio Berger	M	24.09.1882	02.09.1952
Idalina A. Kurtz	F	23.11.1875	13.01.1953
Emilia Zimmermann	F	25.08.1870	13.07.1953
Martin Zimmermann [Filho]	M	20.03.1864	05.10.1955
Delfina Lamberty Staggemeier	F	12.04.1872	17.03.1959
Nicolau Lermen	M	14.01.1870	08.08.1960
Ana Maria Löbler Berger	M	20.08.1883	19.06.1963

Ana Lermen Zimmermann	F	27.10.1872	22.03.1965
Olinda Schirmer Berger	F	01.04.1884	18.06.1966
Regina Lermen	F	04.12.1873	17.12.1969
Tereza Zimmermann	F	03.07.1886	20.03.1974
Ernestina M. Berger	F	10.10.1904	29.05.1977
Henrique Jacob Gehm	M	03.03.1871	27.11.1978
Christian Zimmermann	M	03.02.1862	s/d
Margaretha Dieterich Adamy	F	?	?
Luiz Krauchenberger	M	s/d	s/d
Amalia Krauchenberger	F	s/d	s/d

## APÊNDICE F – SEPULTAMENTOS DO CEMITÉRIO CATÓLICO DO PINHAL

<b>Falecido(a)</b>	<b>Sexo</b>	<b>Nascimento</b>	<b>Falecimento</b>	<b>Origem</b>
Maryano Batysta de Azevedo	M	??.1812	??.1872	nacional
Anna Otasilda Kurtz	F	05.03.1884	26.01.1890	alemã
Anna M. Kroeff Bopp	F	17.02.1868	18.03. 1892	alemã
Roberto Nonnemacher	M	04.06.1903	23.03.1904	alemã
Frederico Herter	M	01.05.1833	06.06.1905	alemã
Vanda Bopp Kroeff	F	19.04.1874	21.10.1908	alemã
Jorge Bopp	M	10.08.1836	30.08.1910	alemã
Olivio Albino Kurtz	M	19.09.1899	16.02.1912	alemã
Virginia M. S. Moreira	F	02.12.1883	17.07.1926	nacional
Rosa Fuchs Herter	F	02.06.1849	04.04.1930	alemã
Gulherme Lenhardt	M	18.06.1862	20.10.1930	alemã
Pedro Schneider	M	16.02.1869	17.01.1931	alemã
Amalia Schirmer Lenhardt	F	01.05.18--	18.02.1935	alemã
Jakob Jacobi	M	18.02.1863	29.03.1935	alemã
João Mambrin	M	16.06.1900	08.03.1944	italiana
Oracio Schreiner	M	21.04.1912	09.12.1944	alemã
José Herter	M	17.07.1872	03.11.1951	alemã
Olivio Kroeff	M	30.09.1876	12.03.1952	alemã
Vidalina Herter	F	01.09.1878	30.11.1952	alemã
Augustina Schneider	F	27.06.1875	10.12.1952	alemã
Pio R. Moreira	M	11.06.1876	27.01.1955	nacional
Pedro Godoy	M	29.07.1878	29.07.1956	italiana
Marcos Pozzobon	M	15.03.1883	03.07.1962	italiana
José Pedro Winckler	M	17.11.1887	20.06.1963	alemã
Angelina Ayres da Silva	F	24.05.1879	13.02.1964	nacional
Pedro Krauchemberger	M	13.01.1908	26.12.1965	alemã
João Candido Rocha	M	28.03.1876	18.06.1966	nacional
Eduvirge Carvalho dos Reis	F	17.10.1896	04.02.1968	nacional
Carlos Godoi	M	01.11.1898	26.05.1971	italiana
? Haeffner Kroeff	F	20.10.1896	18.06.19-8	alemã
João Mambrin	M	16.06.1900	08.03.1944	italiana





## APÊNDICE G – MERCADORIAS RETIRADAS POR JACOB ALBRECHT

<b>Mercadorias</b>	<b>Qtd</b>	<b>Un.</b>	<b>Valor un.</b>	<b>Valor Total</b>
Peças de chita larga finos 24 peças	12	-	14\$000	168\$000
Lenços de sedas grandes	1	dúzia	-	36\$000
Lenços de seda cambraia	4	dúzia	14\$000	56\$000
Cortes de vestido de mansinha	6	-	6\$000	36\$000
Cortes de vestido de cassa	4	-	5\$500	22\$000
Cortes de vestido de chalim finos de seda	2	-	20\$000	40\$000
Cortes de vestido de chalim finos de seda	2	-	18\$000	36\$000
Peça de lansinha encarnada 96 cs.	1	-	\$600	57\$600
Peça de mirino setim 41 peças	1	-	1\$500	61\$500
Peça de alpaca preta seda 29 peças	1	-	1\$700	49\$300
Peça de alpaca enfrior 38	1	-	12\$000	46\$200
Peça de metin framoeir 159 3/4 cs.	2	-	-	79\$880
Peça de olanda de linho 48	2	-	\$600	28\$800
Lenços de cassa	6	dúzia	5\$000	30\$000
Chales de chita	1	dúzia	-	18\$000
Chales de India	½	dúzia	-	14\$000
Lenços emmitadores	3	dúzia	4\$000	12\$000
Lenços de linho branco	2	dúzia	8\$000	16\$000
Lenços de escocia	2	dúzia	3\$200	6\$400
Peças de escócia fina	2	-	8\$000	16\$000
Meias para homem	6	dúzia	5\$500	33\$000
Chapéus pretos abas	1	-	-	66\$000
Selins de patente para Sñra	2	-	40\$000	80\$000
Selins de enferior	1	-	-	25\$000
Rédias de cabeçadas	½	-	-	18\$000
Redias de cordão	½	dúzia	-	36\$000
Mantas de filtro para setin	4	-	8\$800	35\$200
Mantas de tan. para selin	4	-	4\$500	18\$000
Mantas de algodão de selim	4	-	3\$500	14\$000
Cartucheiras	½	-	-	16\$800

Resmas de papel floreta	4	-	5\$800	23\$200
Resma de papel de pezo fino	1	-	-	5\$500
Espelhos sortidos	1	-	-	4\$000
Baralhos espanhóis	12	dúzia	4\$000	48\$000
Resmas de papel de embrulho	4	-	-	4\$800
Papel de água florida	1	dúzia	-	17\$500
Latas de ameixas	3	-	5\$500	16\$500
Latas de ameixas de ¼	5	-	2\$800	14\$000
Latas de goiabada	24	-	\$880	21\$120
Latas de sardinhas	24	-	--	10\$600
Garrafas de Leroy	6	-	1\$400	8\$400
Garrafas de óleo e ris (ricino)	6	-	1\$000	6\$000
Garrafas de óleo e ris (ricino) ¼	6	-	\$0,64	\$3,84
Vidros de balsamo homogêneo	6	-	1\$000	6\$000
Vidros de arnica	12	-	\$320	3\$840
Caixas de extracto	6	-	1\$500	9\$000
Caixa de pílulas	1	-	-	4\$600
Maços de palitos	6	-	\$280	1\$680
Torneiras de paús	2	-	-	1\$500
Iscas	2	dúzia	-	3\$000
Cigarreiras	1	dúzia	-	10\$800
Cintos modernos para sñr. <sup>a</sup>	½	dúzia	-	27\$000
Cinto moderno com fivela	½	dúzia	-	27\$000
Estribos de metal	½	dúzia	-	47\$000
Isqueiros de latão	3	dúzia	3\$200	9\$600
Tinteiro de malha	11	-	-	4\$400
M. de rapé	3	-	-	4\$500
Óculos	1	dúzia	-	8\$500
Pentes finos	1	dúzia	-	3\$500
Pentes de chifre	1	dúzia	-	3\$200
Tesouras para costura	1	dúzia	-	7\$000
Tesouras ponta romba	1	dúzia	-	9\$000
Facas inglesas de ponta 7 p. <sup>a</sup>	2	dúzia	-	8\$400
Facas inglesas de ponta 6	1	dúzia	-	3\$500

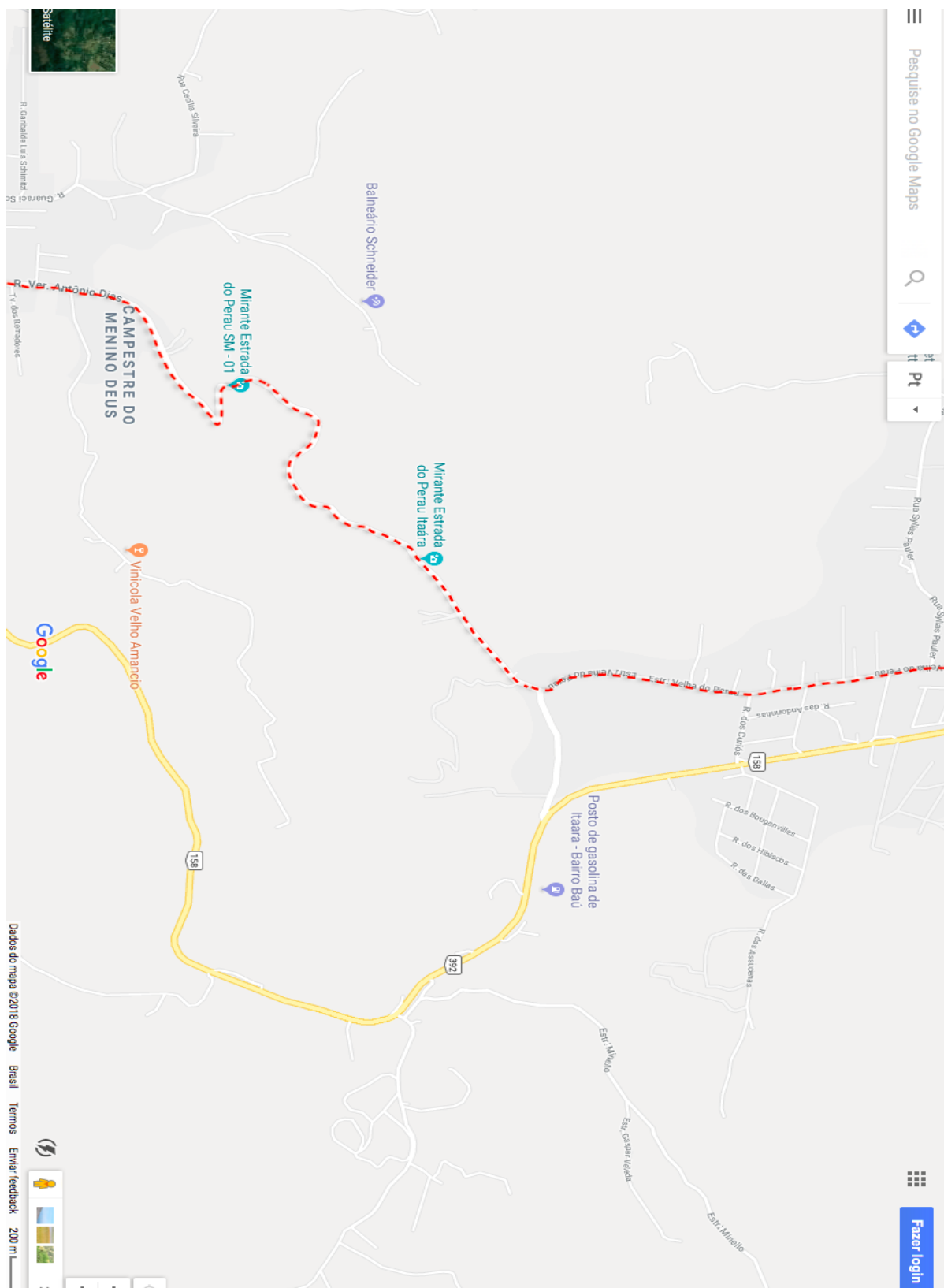
Facas inglesas de ponta cabo branco	1	dúzia	-	6\$000
Facas inglesas de ponta cabo branco 5 p. <sup>a</sup>	?	dúzia	4\$200	3\$600
Goma arabia	2	-	-	1\$600
Escovas para calçados	10	-	-	3\$600
Verrumas sortidas	3	dúzia	-	4\$000
Verrumas sortidas pequenas	1	dúzia	-	2\$000
Penas "mallate"	5	caixa	2\$000	10\$000
Penas pontas lança	2	caixa	1\$000	2\$000
Dedais de aço	3	dúzia	\$600	1\$800
Dedais de latão	6	dúzia	\$500	3\$000
Pentes travessa	11	-	4\$000	4\$400
Carreteis de linha	12	dúzia	\$600	7\$200
Carreteis de viola	2	dúzia	\$400	\$800
Agulheiros	9	dúzia	\$100	\$900
Peças a grega de cores	24	-	\$700	16\$800
Peças de franja preta	2	-	2\$000	4\$000
Chinelas tapete	2	-	22\$000	44\$000
? de nosnoscada	½	-	-	\$800
Cravadores	1	dúzia	-	\$400
Fio de cordel	7	-	1\$000	7\$000
Chaleiras com 46 M.	6	-	-	16\$800
Chocolateiras	6	-	\$700	4\$200
Botinas de cabritilha	1	dúzia	-	108\$000
Botinas de bezerro	1	dúzia	-	96\$000
Botinas para Sñr. <sup>as</sup>	1	dúzia	-	72\$000
Botinas enfeitadas para Sñr. <sup>as</sup>	13/12	dúzia	-	97\$500
Peças de chita larga para camas	8	-	12\$000	104\$000
Frasqueiras de genebra	4	-	7\$500	30\$000
Barris de vinho 75 M.	2	-	2\$400	180\$000
Barricas de açúcar branco 14 arrobas 17 M.	2	-	7\$000	101\$718
Barricas de açúcar branco R. 8 arrobas 16 M.	1	-	6\$000	52\$882
Saco 4 arrobas de arroz	1	-	5\$000	20\$000
Barril com o vinho	2	-	5\$000	10\$000
<b>Total</b>				<b>2:461\$330</b>

## APÊNDICE H – PERCENTUAL PATRIMONIAL DOS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NO PINHAL (1858-1895)

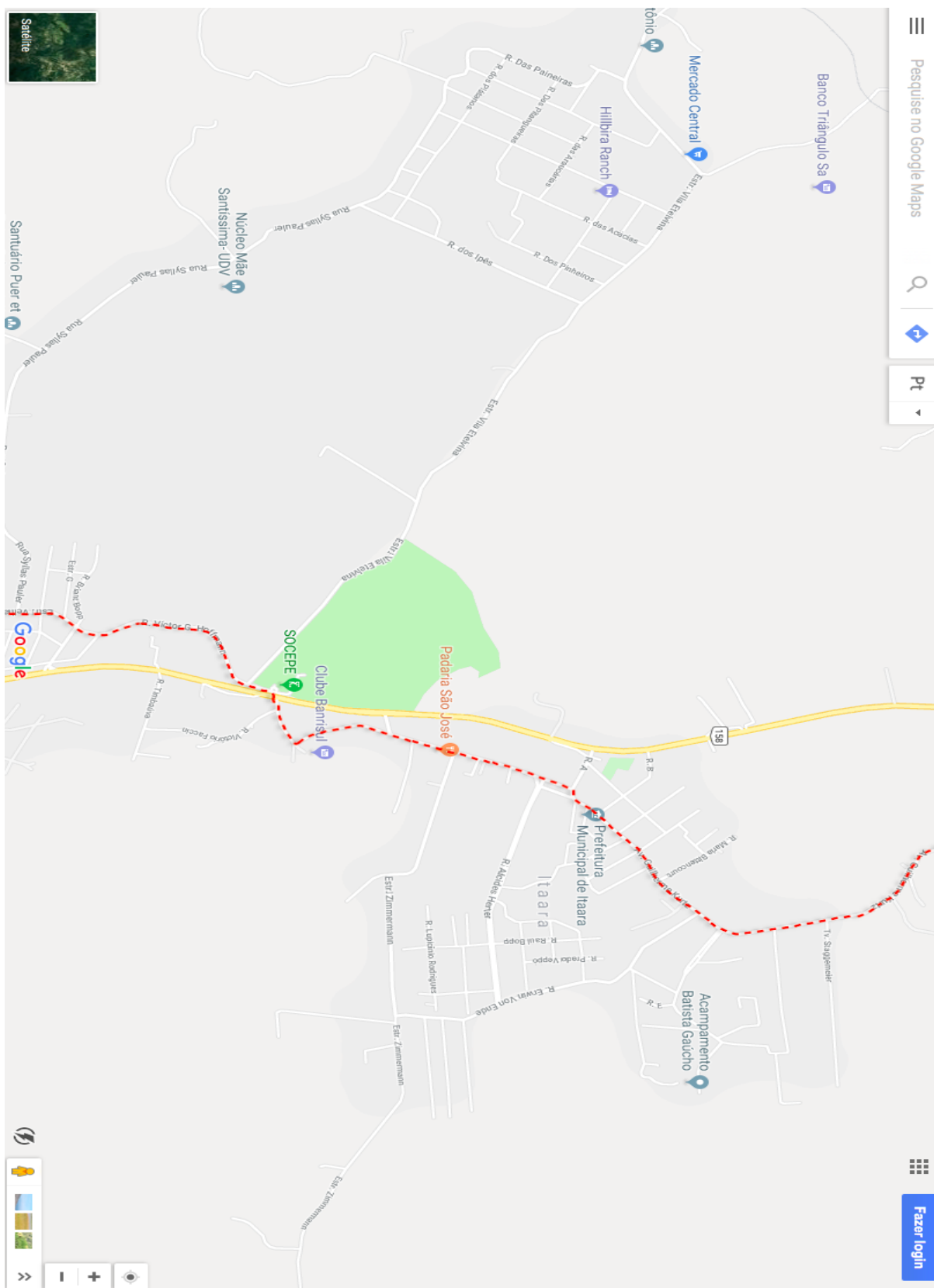
Ano	Nome	% Bens de Raiz	% Bens Semoventes	% Bens Móveis	% Escravos	% Dívidas Ativas	% Dívidas Passivas
1858	Elisabeth Schmitt	84%	6%	10%	0%	0%	0%
1859	Henrique Rese	73%	19%	8%	0%	0%	0%
1864	Catharina Niederauer	41%	17%	9%	0%	33%	107%
1873	Maria Eva Albrecht	49%	7%	30%	1%	12%	49%
1883	Margarida Schreiner	83%	15%	2%	0%	0%	0%
1885	Jacob Albrecht	63%	2%	1%	0%	34%	0%
1886	Isabel Bernd Albrecht	82%	2%	5%	0%	11%	0%
1887	Izabel [Elisabetha] Scherer	54%	0%	1%	0%	45%	0%
1888	Miguel Kroeff	52%	0%	23%	0%	25%	56%
1894	Adolpho Kemmerich	100%	0%	0%	0%	0%	0%
1895	Maria Albrecht Ilges	79%	5%	16%	0%	0%	0%

Fonte: Inventário *post mortem* de Elisabeth Schmitt. Santa Maria, 1858. APERS, A 24, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Henrique Rese. Santa Maria, 1859. APERS, A 28, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Catharina Niederauer. Santa Maria, 1864. APERS, A 52, M 2, E 149. Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149. Inventário *post mortem* de Margarida Schreiner. Santa Maria, 1883. APERS, A 43, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149. Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A ?, M ?, E 114. Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 55, M 2, E 149. Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369. Inventário *post mortem* de Adolpho Kemmerich. Santa Maria, 1894. APERS, A 73, M 2, E 149. Inventário *post mortem* de Maria Albrecht Ilges. Santa Maria, 1895. APERS, A 314, M 14, E 149.

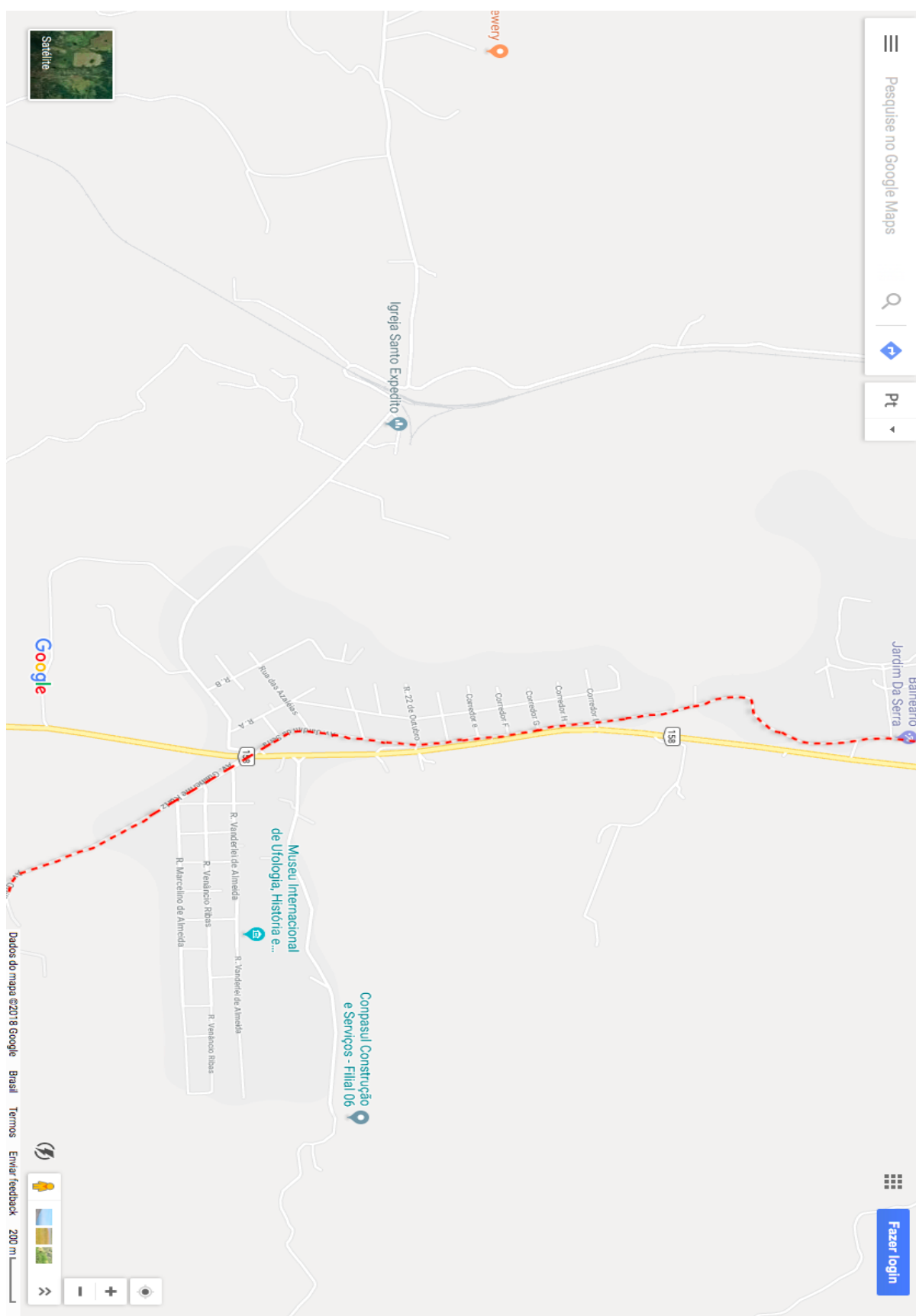
## ANEXO A – TRAJETO DA ESTRADA DO PINHAL



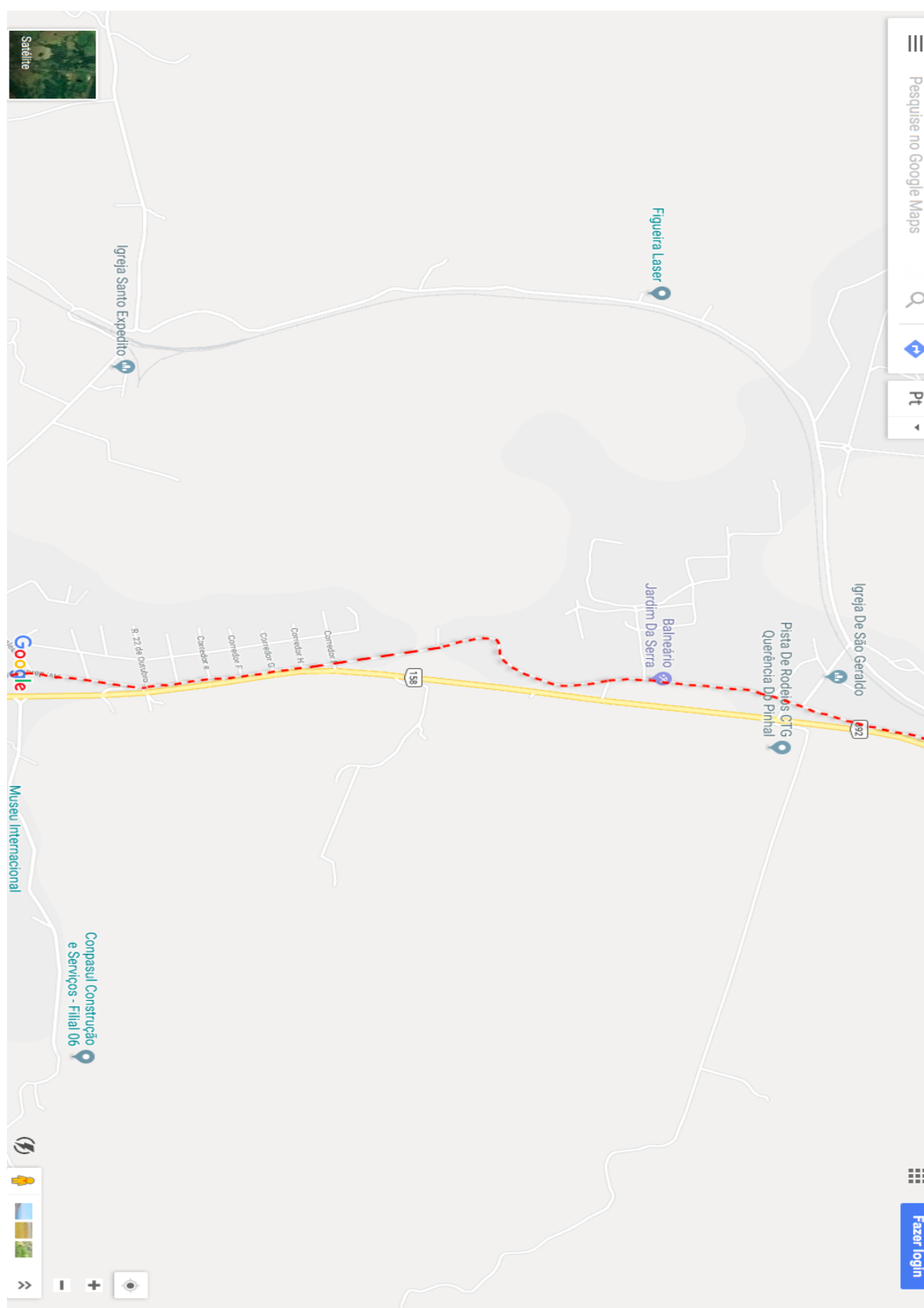
Fonte: Mapa construído a partir do *Google Maps*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em: 13 jan. 2018.



Fonte: Mapa construído a partir do *Google Maps*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em: 13 jan. 2018.



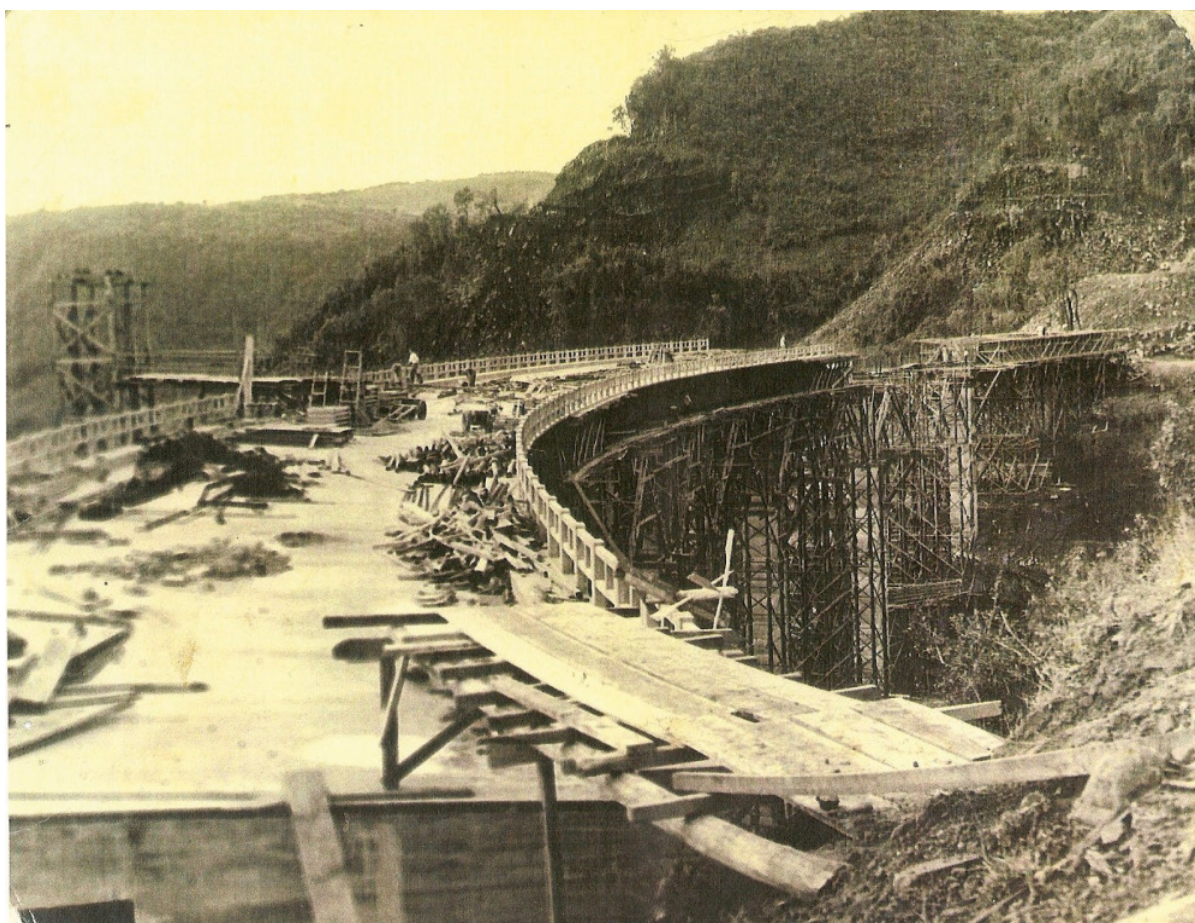
Fonte: Mapa construído a partir do Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em: 13 jan. 2018.



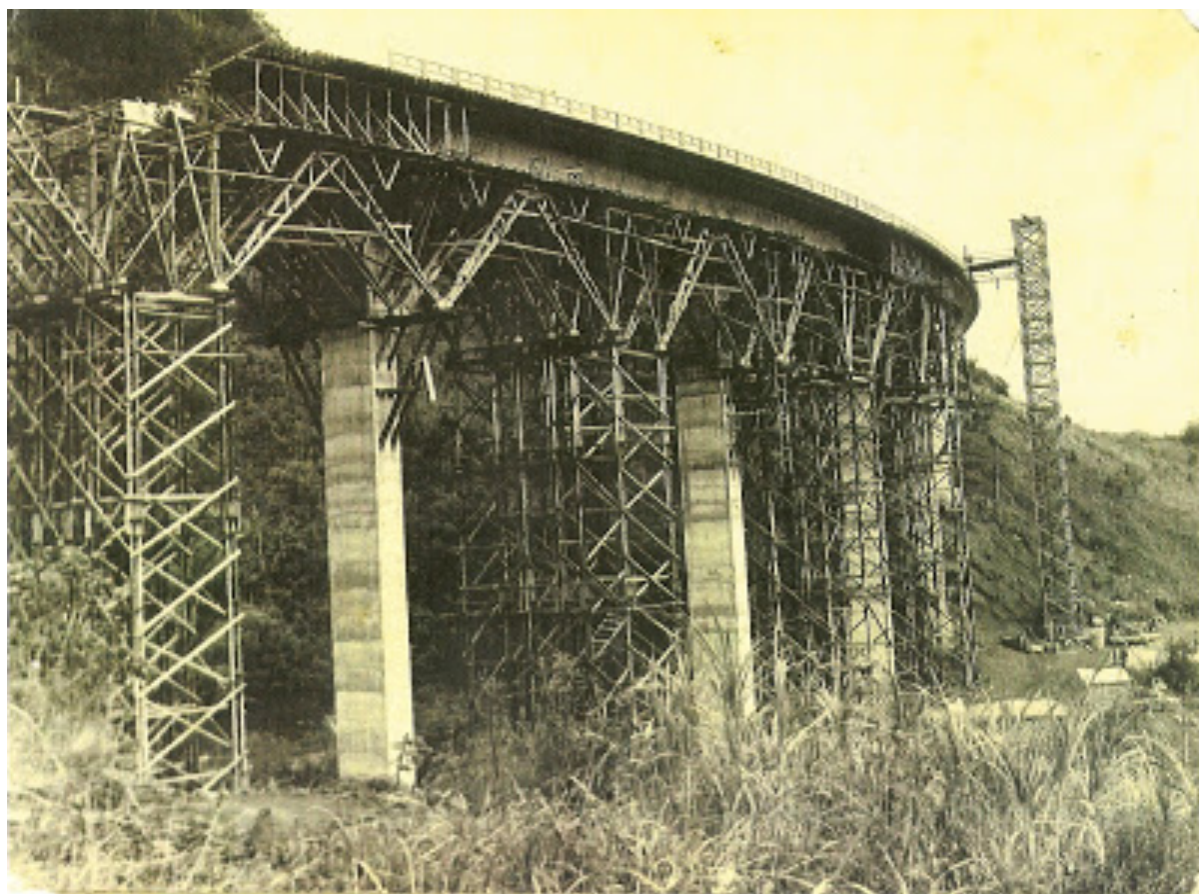
Fonte: Mapa construído a partir do Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em: 13 jan. 2018.



## ANEXO B – PONTE DA GARGANTA DO DIABO



Fonte: Disponível em: <<https://missioneiroantigos.wordpress.com/2016/01/19/garganta-do-diabo-nao-vale-do-menino-deus/>>. Acessado em: 07 jan. 2018.



Fonte: Disponível em: <<https://missioneiroantigos.wordpress.com/2016/01/19/garganta-do-diabo-nao-vale-do-menino-deus/>>. Acessado em: 07 jan. 2018.





Fonte: Disponível em: <<https://missioneiroantigos.wordpress.com/2016/01/19/garganta-do-diabo-nao-vale-do-menino-deus/>>. Acessado em: 07 jan. 2018.









## ANEXO D – IGREJA CATÓLICA DE SÃO JOSÉ E IGREJA EVANGÉLICA LUTERANA, EM ITAARA/RS



Fonte: As igrejas estão localizadas na Avenida Guilherme Kurtz, CEP 97185-000, Itaara, RS. A avenida Guilherme Kurtz compreende o trecho mais central da antiga estrada do Pinhal. Os cemitérios ficam localizados nas proximidades. Sendo o cemitério luterano em frente a igreja católica e o cemitério católico na diagonal em direção a igreja luterana para os fundos desta. Foto do Acervo de pesquisa do autor.